



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 393

Terça-feira - 22 de dezembro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos.....	1
Atalanta.....	3
Biguaçu.....	3
Caçador.....	4
Campo Alegre.....	36
Canoinhas.....	46
Chapadão do Lageado.....	56
Corupá.....	138
Erval Velho.....	138
Forquilha.....	139
Garopaba.....	140
Gaspar.....	140
Herval D' Oeste.....	143
Imbituba.....	156
Iomerê.....	159
Irineópolis.....	159
Luzerna.....	165
Massaranduba.....	167
Meleiro.....	170
Monte Carlo.....	170
Paulo Lopes.....	171
Porto Belo.....	172
Porto União.....	173
Rio do Sul.....	173
São Lourenço do Oeste.....	187
São Pedro de Alcântara.....	187
Turvo.....	195
Videira.....	196

Consórcios Públicos

CIMVI.....	216
------------	-----

Antônio Carlos

Prefeitura Municipal

Decreto N° 145/2009

DECRETO N° 145/2009 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –SUPERÁVIT FINAN-
CEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 22 de
Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de

R\$ 4.473,62 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.01 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.01.08.244.0026.2.026-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 1.019,08

05.01.08.244.0026.2.028-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 1.763,61

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.15.452.0032.2.043-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 1.690,93

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo
anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação par-
cial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro – 4.473,62

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Muni-
cipal de Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 146/2009

DECRETO N° 146/2009 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –EXCESSO DE ARRE-
CADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de
suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 22 de
Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$
38.163,82 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01.12.361.0009.2.014-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 11.875,14

04.01.12.365.0009.2.019-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 26.158,70

04.01.12.365.0009.2.019-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 129,98

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo
anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação
parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • **Edinando Brustolin** - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • **Lucas Rossi** - Diagramador • **Tales Tombini** - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Subtrair excesso de arrecadação – 129,98
Subtrair excesso de arrecadação – 38.033,84

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2009.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Dezembro de 2009.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 147/2009

DECRETO N° 147/2009 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 15 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 810,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0022.2.062-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 810,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0022.2.062-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 810,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 148/2009

DECRETO N° 148/2009 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 22 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.215,20 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS

13.01 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS

13.01.04.122.0060.2.078-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 1.215,20

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação – 1.215,20

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Dezembro de 2009.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 149/2009

DECRETO N° 149/2009 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 15 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 32.986,72 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0022.2.063-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
R\$ 28.886,69

11.01.10.301.0022.2.063-3.1.91.00.00.00.00.00 – Despesa Intra-Orçamentária R\$ 4.100,03

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro – 32.986,72

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de Dezembro de 2009.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de Dezembro de 2009.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 150/2009

DECRETO N° 150/2009 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ANULÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 15 de Dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de



R\$ 2.067,36 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0022.2.064-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

R\$ 2.067,36

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0022.2.064-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

R\$ 2.067,36

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato N° 143/2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 143/2008;

Origem: Licitação n° 77/2008;

Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC;

Contratada: Esteio Pavimentação e Construção Ltda;

Objeto: Pavimentação asfáltica da Rua Militão José Coelho

(Trecho 3);

Prorrogação de Prazo do Contrato: 60 dias - 19/12/2009 a 17/02/2010;

Antônio Carlos, 18 de dezembro de 2009

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Atalanta

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato de Programa N° 31/09

Extrato de Contrato de Programa N° 31/09

CONTRATANTE: Município de Atalanta

CNPJ: 83.102.616.0001/09

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503.0001-09

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Atalanta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Atalanta no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e Art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco

das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a Sociedade Civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e /ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Atalanta, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGENCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o Município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Atalanta, 08 de dezembro de 2009.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Rateio N° 31/09

CONTRATANTE: Município de Atalanta

CNPJ: 83.102.616.0001/09

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503.0001-09

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Atalanta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 31/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e Art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês.

VIGENCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2009.

Atalanta, 08 de dezembro de 2009.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

Biguaçu

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 116 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 116/2009-FMS

OBJETO: Aquisição de cestas básicas e leite em pó infantil para o programa DST/HIV/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 11/01/2010 às 17:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 18 de Dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Caçador

Prefeitura Municipal

Lei 2.670

LEI Nº 2.670, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, A "SEMANA DA FAMÍLIA".

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Caçador, a "SEMANA DA FAMÍLIA", a ser comemorada, anualmente, na segunda semana do mês de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.671

LEI Nº 2.671, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 2.546, DE 19 DE JUNHO DE 2008, QUE DENOMINA VIA PÚBLICA – RUA FERMINA DE PAULA CARNEIRO.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 2.546, de 19 de junho de 2008, que denomina via pública – Rua FERMINA DE PAULA CARNEIRO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de RUA FERMINA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO RIBAS, a atual Rua Fermina de Paula Carneiro, localizada no Loteamento Carneiro, Bairro Santa Catarina." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.672

LEI Nº 2.672, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Altera o art. 1º da Lei nº 2.662, de 20 de novembro de 2009, que institui o Dia da Bocia, o Dia do Filô e o Dia do Quatrilho no Município de Caçador.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 2.662, de 20 de novembro de 2009, que institui o Dia da Bocia, o Dia do Filô e o Dia do Quatrilho no Município de Caçador, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Dia do Filô, o Dia da Bocia e o Dia do Quatrilho no Município de Caçador, a ser comemorado, anualmente, nos dias 03 de março, 03 de outubro e 14 de dezembro, respectivamente." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.673

LEI Nº 2.673, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇADOR - ACIC.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com a Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.059.667/0001-97, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 327, neste Município de Caçador, objetivando a cedência de funcionários, com ônus para o Município, conforme minuta anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, conforme segue:

02.02 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Programa – 04.123.0002.2.005 – Manutenção Secretaria da Administração e Fazenda

Elemento – 3.3.90.30.00 – Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇADOR – ACIC.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, SAULO SPEROTTO brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇADOR - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no



CNPJ sob o nº 83.059.667/0001-97, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 327, neste município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor AURI MARCEL BAÚ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado ACIC, assinam o presente Termo de Convênio, conforme cláusulas e condições abaixo discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo celebrar parceria entre o MUNICÍPIO DE CAÇADOR e a ACIC, no sentido de possibilitar cooperação, colocando à disposição servidores que auxiliarão nas atividades desenvolvidas por essa Associação, com ônus para o município.

CLAUSULA SEGUNDA - Compete ao MUNICÍPIO:

a) - Cabe ao MUNICÍPIO relacionar os Servidores a serem colocados à disposição da ACIC, a fim de desempenharem serviços de natureza administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete a ACIC :

- a) estabelecer as tarefas que serão realizadas pelos servidores colocados à disposição;
- b) receber, instrumentalizar, preparar dar todas as condições de trabalho aos Servidores Municipais postos à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual forem designados;
- c) certificar o ponto pela assiduidade dos Servidores Públicos Municipais e encaminhar à Secretaria da Administração e Fazenda para as providências necessárias;
- d) exigir e respeitar a carga horária de cada Servidor Público Municipal posto à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário;
- e) colocar o servidor à disposição do MUNICÍPIO, sempre que esse se mostre inadequado à tarefa para a qual foi designado.

Parágrafo único - para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes se dará entre o PREFEITO MUNICIPAL e o PRESIDENTE da ACIC.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA - O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 02 de janeiro de 2009 e término em 31 de dezembro de 2009, podendo ser rescindido de comum acordo entre os convenientes ou mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por inadimplência de suas cláusulas, de conformidade com a legislação.

DO FORO

CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente termo de convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Termo de Convênio em três vias de igual teor, as partes convenientes, juntamente com duas testemunhas.

Caçador, 14 de setembro de 2009.

SAULO SPEROTTO,
PREFEITO MUNICIPAL.

AURI MARCEL BAÚ,
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇADOR – ACIC.

TESTEMUNHAS:

- 1) _____
- 2) _____

Lei 2.674

LEI Nº 2.674, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA CONCEDER A TÍTULO DE INCENTIVO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS E TRIBUTOS, SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO PÁTIO DA EMPRESA CRISTIANE SPANHOLO DE ALMEIDA MIOZZO - ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a conceder à empresa Cristiane Spanholo de Almeida Miozzo - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Tomaz Gonçalves Padilha, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.703.908/0001-00, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa instalada na Rua Tomaz Gonçalves Padilha, nº 230, numa extensão de 460,75m² (quatrocentos e sessenta metros e setenta e cinco decímetros quadrados) de área.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme custos orçados pela Secretaria de Infraestrutura desta Prefeitura Municipal.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.675

LEI Nº 2.675, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA, MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador, nos termos em Anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e na Lei Municipal nº 2.531 de 12 de maio de 2008.

§ 1º O Poder Executivo Municipal de Caçador e demais prestadores dos serviços de saneamento básico ficam obrigados



ao cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do art. 19, da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação periódica do Plano instituído por esta Lei, através de gestores do Plano.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, será revisto com periodicidade não superior a quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada seguindo o que determina a Lei Federal nº 11.445/2007 e estar em compatibilidade com as diretrizes políticas, objetivos e metas:

I - das Políticas Federais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Federal e Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos;

III - das Políticas Municipais de Saneamento Básico.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara Municipal, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.676

LEI Nº 2.676, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte, L E I:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Caçador, abrangendo a Administração Direta e seus Fundos, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 128.254.914,42 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 124.326.048,29 (cento e vinte e quatro milhões, trezentos e vinte e seis mil, quarenta e oito reais e vinte e nove centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.928.866,13 (três milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e treze centavos) do Orçamento da Seguridade Social, discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações para o exercício de 2010 estimam a Receita em R\$ 128.254.914,42 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal de Caçador em R\$ 67.778.475,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil e quatrocentos e setenta e cinco reais); para o Fundo Municipal de Saúde de Caçador em R\$ 16.694.575,00 (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e quinhentos e setenta

e cinco reais); para o Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador em R\$ 3.868.000,00 (três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais); para o Fundo Municipal de Habitação de Caçador em R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais); para o Fundo Municipal de Infância e Adolescência de Caçador em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); para o Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Público de Caçador - FAMPEC em R\$ 893.000,00 (oitocentos e noventa e três mil reais); para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC em R\$ 6.464.864,42 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos); para a Fundação Municipal de Esportes de Caçador em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); para a Fundação Municipal de Cultura de Caçador em R\$ 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil reais); para a Câmara Municipal de Caçador em R\$ 4.550.000,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil reais); e para a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador em R\$ 24.881.000,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e um mil reais).

§1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS	128.254.914,42
4.1 Receitas Correntes	98.999.633,07
4.2 Receitas de Capital	25.950.000,00
4.7 Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	3.266.039,10
4.8 Receitas de Capital Intra-Orçamentárias..	39.242,25
Total	128.254.914,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	21.123.275,00
Total	21.123.275,00
Total Geral	149.378.189,42

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 – Poder Legislativo	4.550.000,00
02.00 – Chefia do Executivo.	65.228.475,00
03.00 – Encargos Gerais do Município	2.450.000,00
04.00 – Fundo Municipal de Saúde	16.694.575,00
05.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.	3.868.000,00
06.00 – Fundo Municipal de Habitação	480.000,00
07.00 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência	200.000,00
08.00 – Fampec – Caçador.	893.000,00
09.00 – IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador	6.464.864,42
10.00 – Reserva de Contingência.	100.000,00
12.00 – Fundação Municipal de Esportes	1.500.000,00
13.00 – Fundação Municipal de Cultura	945.000,00
14.00 – Fundação Municipal do Meio Ambiente	24.881.000,00
Total.	128.254.914,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	21.123.275,00
Total.	21.123.275,00
Total Geral.	149.378.189,42



II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	4.550.000,00
04 – Administração	15.753.364,42
06 – Segurança Pública	2.535.400,00
08 – Assistência Social.	4.068.000,00
10 – Saúde.	18.554.575,00
12 – Educação.	26.993.075,00
13 – Cultura	945.000,00
15 – Urbanismo	20.244.000,00
16 – Habitação.	480.000,00
17 – Saneamento.	21.694.900,00
18 – Gestão Ambiental.	3.126.100,00
20 – Agricultura	2.934.500,00
22 – Indústria	2.670.000,00
23 – Comércio e Serviços	100.000,00
26 – Transportes	706.000,00
27 – Desporto e Lazer	1.500.000,00
28 – Encargos Especiais	1.300.000,00
99 – Reserva de Contingência.	100.000,00
Total.	128.254.914,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	21.123.275,00
Total.	21.123.275,00
Total Geral	149.378.189,42

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31- Ação Legislativa.	4.550.000,00
122 – Administração Geral.	12.289.864,42
123 – Administração Financeira.	3.463.500,00
181 – Policiamento.	1.990.400,00
182 – Defesa Civil	545.000,00
241 – Assistência ao Idoso	223.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	25.000,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	627.000,00
244 – Assistência Comunitária.	3.193.000,00
301 – Atenção Básica	16.166.575,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	40.000,00
303 – Suporte Profilático e Terapêutico.	250.000,00
304 – Vigilância Sanitária.	238.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	260.000,00
306 – Alimentação e Nutrição	900.000,00
361 – Ensino Fundamental	21.437.575,00
364 – Ensino Superior	60.000,00
365 – Educação Infantil	5.635.000,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	10.000,00
367 – Educação Especial.	560.500,00
392 – Difusão Cultural	945.000,00
451 – Infraestrutura Urbana.	5.060.000,00
452 – Serviços Urbanos.	15.184.000,00
482 – Habitação Urbana	480.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	21.694.900,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental.	3.076.100,00
542 – Controle Ambiental.	50.000,00
606 – Extensão Rural.	2.934.500,00
661 – Promoção Industrial.	1.990.000,00

662 – Produção Industrial	680.000,00
691 – Promoção Comercial	100.000,00
782 – Transporte Rodoviário	706.000,00
812 – Desporto Comunitário	1.500.000,00
843 – Serviço da Dívida Interna.	1.300.000,00
999 – Reserva de Contingência.	100.000,00
Total.	128.254.914,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	21.123.275,00
Total	21.123.275,00
Total Geral	149.378.189,42

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 – Encargos Especiais	2.450.000,00
1 – Processo Legislativo	4.550.000,00
11- Educação com Qualidade	28.593.075,00
12 – Esgotamento Sanitário	15.900.000,00
13 – Abastecimento de Água	3.000.000,00
14 – Drenagem Pluvial	460.000,00
15 – Resíduos Sólidos Urbanos.	2.134.900,00
16 – Limpeza Pública	335.000,00
17- Infraestrutura Urbana	3.290.000,00
19 – Acervo Cultural.	945.000,00
2 – Administração e Planejamento	6.995.500,00
20 – Melhoramento de Vias Urbanas.	13.466.000,00
21 – Serviços de Utilidade Pública.	2.424.000,00
22 – Habitação Popular	480.000,00
24 – Meio Ambiente.	3.251.100,00
26 – Promoção e Extensão Rural	2.934.500,00
27 – Indústria, Comércio e Turismo.	2.770.000,00
3 – Controle Interno	15.000,00
31 – Desporto Amador.	1.500.000,00
33 – Contribuições.	300.000,00
34 – Planejamento Urbano	1.770.000,00
4 – Serviços de Segurança Pública.	2.470.400,00
5 – Assistência Social Geral.	4.068.000,00
6 – Assistência a Saúde dos Servidores Públicos.	893.000,00
7 – Previdência dos Servidores Municipais.	6.464.864,42
8 – Saúde Básica.	16.404.575,00
9 – Saúde Especializada	290.000,00
9999 – Reserva de Contingência.	100.000,00
Total.	128.254.914,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	21.123.275,00
Total.	21.123.275,00
Total Geral.	149.378.189,42

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	87.124.416,13
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	48.705.271,13
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	38.319.145,00
DESPESAS DE CAPITAL	38.590.180,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	35.740.180,00



4.5.00.00.00.00.00.00 – Inversões Financeiras.	1.650.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	1.200.000,00
RESERVA LEGAL – RPPS	2.440.318,29
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva Legal – RPPS.	2.440.318,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
Total.	128.254.914,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	21.123.275,00
Total.	21.123.275,00
Total Geral	149.378.189,42

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Art. 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 88.901.750,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e um mil e setecentos e cinquenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 21.123.275,00 (vinte e um milhões, cento e vinte e três mil e duzentos e setenta e cinco reais) e fixa as Despesas em R\$ 67.778.475,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil e quatrocentos e setenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas do governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	88.901.750,00
4.1 – Receitas Correntes	77.701.750,00
4.2 – Receitas de Capital.	11.200.000,00
Total.	88.901.750,00
Total Geral	88.901.750,00

§ 2º A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração.	8.395.500,00
06 – Segurança Pública.	2.535.400,00
10 – Saúde.	1.600.000,00
12 – Educação.	26.993.075,00
15 – Urbanismo	20.244.000,00
17 – Saneamento.	200.000,00
20 – Agricultura	2.934.500,00
22 – Indústria	2.670.000,00
23 – Comércio e Serviços	100.000,00
26 – Transporte	706.000,00
28 – Encargos Especiais	1.300.000,00
99 – Reserva de Contingência.	100.000,00
Total.	67.778.475,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	21.123.275,00
Total.	21.123.275,00
Total Geral	88.901.750,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	51.484.475,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	28.810.400,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	22.574.075,00

DESPESAS DE CAPITAL	16.194.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	14.044.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00 – Inversões Financeiras.	950.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	1.200.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
Total.	67.778.475,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	21.123.275,00
Total.	21.123.275,00
Total Geral	88.901.750,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 5.842.300,00 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil e trezentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 16.694.575,00 (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e quinhentos e setenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	5.842.300,00
4.1 – Receitas Correntes	5.192.300,00
4.2 – Receitas de Capital.	650.000,00
Total.	5.842.300,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	10.852.275,00
Total.	10.852.275,00
Total Geral	16.694.575,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma.

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde.	16.694.575,00
Total.	16.694.575,00
Total Geral	16.694.575,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	15.529.575,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.546.940,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.982.635,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.165.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	1.165.000,00
Total.	16.694.575,00
Total Geral	16.694.575,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 5º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 1.114.000,00 (um milhão, cento e quatorze mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.868.000,00 (três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros



anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	1.114.000,00
4.1 – Receitas Correntes	714.000,00
4.2 – Receitas de Capital.	400.000,00
Total.	1.114.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	2.754.000,00
Total.	2.754.000,00
Total Geral	3.868.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social	3.868.000,00
Total.	3.868.000,00
Total Geral	3.868.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.234.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.447.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.787.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	634.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	634.000,00
Total.	3.868.000,00
Total Geral	3.868.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 6º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil e reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	404.000,00
4.1 – Receitas Correntes	4.000,00
4.2 – Receitas de Capital.	400.000,00
Total.	404.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	76.000,00
Total.	76.000,00
Total Geral	480.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16 – Habitação.	480.000,00
Total.	480.000,00
Total Geral	480.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	30.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	30.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	450.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	450.000,00
Total.	480.000,00
Total Geral	480.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 7º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	30.000,00
4.1 – Receitas Correntes	30.000,00
Total.	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	170.000,00
Total.	170.000,00
Total Geral	200.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social	200.000,00
Total.	200.000,00
Total Geral	200.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	160.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	160.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	40.000,00
Total.	200.000,00
Total Geral	200.000,00

DO ORÇAMENTO DO FAMPEC

Art. 8º O Orçamento da entidade FAMPEC para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 893.000,00 (oitocentos e noventa e três mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 893.000,00 (oitocentos e noventa e três mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	893.000,00
4.1 – Receitas Correntes	893.000,00
Total.	893.000,00
Total Geral	893.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FAMPEC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração.	893.000,00
Total.	893.000,00
Total Geral	893.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	893.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	893.000,00
Total.	893.000,00
Total Geral	893.000,00

DO ORÇAMENTO DO IPASC – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR

Art. 9º O Orçamento da entidade IPASC – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 6.464.864,42 (seis milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) e fixa as Despesas em R\$ 6.464.864,42 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo e de Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	6.464.864,42
4.1 – Receitas Correntes	3.159.583,07
4.7 – Receitas Correntes Intra-Orçamentárias.	3.266.039,10
4.8 – Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	39.242,25
Total.	6.464.864,42
Total Geral	6.464.864,42

§ 2º A Despesa da entidade IPASC – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração.	6.464.864,42
Total.	6.464.864,42
Total Geral	6.464.864,42

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.875.366,13
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.767.831,13
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	107.535,00
DESPESAS DE CAPITAL	149.180,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	149.180,00
RESERVA LEGAL – RPPS	2.440.318,29
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva Legal – RPPS.	2.440.318,29
Total.	6.464.864,42
Total Geral.	6.464.864,42

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 10. O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras

do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4 – Receitas.	100.000,00
4.1 – Receitas Correntes .	100.000,00
Total.	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	1.400.000,00
Total.	1.400.000,00
Total Geral	1.500.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 – Desporto e Lazer	1.500.000,00
Total.	1.500.000,00
Total Geral	1.500.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.285.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.285.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	215.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	215.000,00
Total.	1.500.000,00
Total Geral	1.500.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 11. O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil reais).

4 – Receitas.	300.000,00
4.1 – Receitas Correntes	300.000,00
Total	300.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	645.000,00
Total	645.000,00
Total Geral	945.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 – Cultura	945.000,00
Total.	945.000,00
Total Geral	945.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	600.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	350.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	250.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	345.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	345.000,00
Total.	945.000,00
Total Geral	945.000,00



DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Art. 12. O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR para o exercício de 2010 estima o Suprimento em R\$ 4.550.000,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 4.550.000,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil reais).

§ 1º O Suprimento será realizado mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	4.550.000,00
Total.	4.550.000,00
Total Geral	4.550.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	4.550.000,00
Total.	4.550.000,00
Total Geral	4.550.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.950.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.260.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.690.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	600.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	600.000,00
Total.	4.550.000,00
Total Geral	4.550.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 13. O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 24.205.000,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 24.881.000,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e um mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS.	24.205.000,00
4.1 Receitas Correntes.	10.905.000,00
4.2 Receitas de Capital	13.300.000,00
Total.	24.205.000,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.	676.000,00
Total.	676.000,00
Total Geral	24.881.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde.	260.000,00
17 – Saneamento.	21.494.900,00

18 – Gestão Ambiental.	3.126.100,00
Total.	24.881.000,00
Total Geral	24.881.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	6.083.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.523.100,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.559.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	18.798.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	18.098.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00 – Inversões Financeiras.	700.000,00
Total.	24.881.000,00
Total Geral	24.881.000,00

Art. 14. Os Recursos da Reserva de Contingência estão fixados de conformidade com o estabelecido nas Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e de acordo com o art. 5º, III – b) da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação no limite de 25% (vinte e cinco por cento) e o Superávit Financeiro do exercício anterior, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações orçamentárias através de anulação, dentro de cada Projeto ou Atividade, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da dotação de cada modalidade. Acima deste limite ou de um Projeto ou Atividade para outro, será através de lei específica.

Art. 17. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 18. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou a diferença, quando de seu ingresso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 19. A destinação de recursos financeiros da mesma fonte de destinação, vinculados às dotações orçamentárias, dentro de cada Projeto e ou Atividade, poderão ser movimentados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, durante a execução orçamentária.

Art. 20. Durante o exercício de 2010 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos.

Art. 21. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 22. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.677

LEI Nº 2.677, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Município a executar as ligações domiciliares internas nos terrenos dos moradores do Loteamento Vila Dr. Ulisses Guimarães, e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar as ligações domiciliares internas nas propriedades para tratamento de esgoto doméstico junto à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE do Loteamento Vila Dr. Ulisses Guimarães.

Art. 2º Estão previstas a instalação de 300 (trezentas) ligações, conforme projeto já aprovado pelos órgãos competentes.

Art. 3º As despesas para execução da presente Lei, incluindo mão-de-obra e materiais, correrão por conta dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Saneamento, na ordem de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

Secretaria 11.01 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Programa 17.512.0023.2.150

Complemento 4.4.90.51.00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.678

LEI Nº 2.678 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza receber área de terreno urbano, como forma de antecipação de doação de área institucional sobre futuro desmembramento ou loteamento de área de terreno urbano, e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por antecipação da Imóveis Zardo Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.878.497/0001-94, com sede na Rua Curitiba, 615, Centro, nesta cidade de Caçador - SC, uma área de terreno urbano com 11.279,50m² (onze mil, duzentos e setenta e nove metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, que deverá ser doado ao Município de Caçador, em decorrência de futuro pedido de desmembramento ou loteamento de área de terreno urbano.

Parágrafo único. A área de terreno urbano a que se refere este artigo será destinada para a implantação da adutora de água tratada entre a ERAT – 5 e o reservatório R 16.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.679

LEI Nº 2.679 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza conceder, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no estacionamento da empresa Farmácia Millaafarma Ltda., e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a conceder à empresa Farmácia Millaafarma Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Salgado Filho, nº 658, Centro, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.021.856/0001-55, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no estacionamento da referida empresa, numa extensão de 25,46m² (vinte e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados) de área.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme custos orçados pela Secretaria de Infraestrutura desta Prefeitura Municipal.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.680

LEI Nº 2.680 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza conceder a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa Casacasthe Materiais de Construção Ltda. – ME, e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a conceder à empresa Casacasthe Materiais de Construção Ltda. - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua José Boiteux, nº 184, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.698.562/0001-86, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa



instalada na Rua José Boiteux e Rua Lauro Marins, numa extensão de 983,40m² (novecentos e oitenta e três metros e quarenta decímetros quadrados) de área.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme custos orçados pela Secretaria de Infraestrutura desta Prefeitura Municipal.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.681

LEI Nº 2.681 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza conceder a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa Laminados AB Ltda., e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a conceder à empresa Laminados AB Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia SC 302, nº 1585, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.702.233/0001-63, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa, numa extensão de 588,00m² (quinhentos e oitenta e oito metros quadrados) de área.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme custos orçados pela Secretaria de Infraestrutura desta Prefeitura Municipal.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.682

LEI Nº 2.682 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza realizar serviços de horas máquina em área de terreno urbano para alteração de percurso da entrada de acesso da Associação Esportiva e Recreativa Transrodace Ltda., pela construção de trevo na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, Km 02, nº 2020.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de horas máquinas, em área de terreno urbano, localizado na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, Km 02, nº 2020, constantes na cessão de 40 (quarenta) horas de trator de esteiras, a Associação Esportiva e Recreativa Transrodace Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.677/0001-58.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a execução da entrada de acesso à Associação Esportiva e Recreativa Transrodace Ltda., devido a construção do trevo na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, o qual dá acesso a perimetral norte.

Art. 2º Os custos com a operacionalização dos serviços solicitados, consistentes na aquisição de óleo combustível e no pagamento do horário extraordinário do operador do equipamento, serão de responsabilidade da empresa beneficiária.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.683

LEI Nº 2.683 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza realizar serviços de horas máquina em área de terreno urbano para retirada de terra à microempresa Norma Adriana Zanatta - ME.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de horas máquinas, em área de terreno urbano, localizado na Rua Thomaz Gonçalves Padilha, constantes na retirada de aproximadamente 3.500m³ (três mil e quinhentos metros cúbicos) de terra, à micro empresa Norma Adriana Zanatta - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.302.948/0001-90.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a retirada de terra para construção de um estabelecimento comercial e da necessidade da mesma para preparação do terreno do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de combustível e horas dos operadores dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.684

LEI Nº 2.684 de 17 de dezembro de 2009.

Autoriza conceder a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa Indústria de Móveis Rotta Ltda., e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a conceder à empresa Indústria de Móveis Rotta Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Paschoal Rotta, s/n, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.081.786/0001-46, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa, numa extensão de 2.017,62m² (dois mil e dezessete metros e sessenta e dois decímetros quadrados) de área.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme custos orçados pela Secretaria de Infraestrutura desta Prefeitura Municipal.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Lei 2.685

LEI Nº 2.685 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA REALIZAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA NO PÁTIO DA EMPRESA AUTO POSTO ARAUCÁRIA LTDA., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de horas máquinas, no pátio da empresa Auto Posto Araucária Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.391.306/0001-41, localizado na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 950, Bairro Martello, constantes na cessão de aproximadamente 20 (vinte) horas de máquinas de um rolo compactador e de uma moto niveladora.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a execução de melhorias no pátio da empresa Auto Posto Araucária Ltda..

Art. 2º Os custos com a operacionalização dos serviços solicitados, consistentes na aquisição de óleo combustível e no pagamento do horário extraordinário do operador do equipamento, serão de responsabilidade da empresa beneficiária.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Decreto 4.396

DECRETO Nº 4.396, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), objeto da Matrícula nº 26.099, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua Aristiliano Ramos, Bairro Santa Catarina, nesta cidade, de propriedade de Sandra Aparecida da Costa, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, sendo que será inserido no lote "1" uma servidão de passagem com 76,58m² (setenta e seis metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), em favor do lote "2", confrontando: ao Nordeste, com o Lote 1, medindo 20,80 metros; ao Sudeste, com a Rua Aristiliano Ramos, medindo 4,00 metros; a Sudoeste, com Fabio Martinez, medindo 20,87 metros; e ao Noroeste, com o lote 2, de Sandra Aparecida da Costa, medindo 4,00 metros, sobre a qual é proibido qualquer tipo de edificação; com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o teor do decreto, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - lote "1" com 396,58m² (trezentos e noventa e seis metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com Judite Lopes, medindo 20,80 metros; ao Sudeste, com a Rua Aristiliano Ramos, medindo 20,00 metros; ao Sudoeste, com Fabio Martinez, medindo 20,87 metros; e ao Noroeste, com o



lote 2, de Sandra Aparecida Costa, medindo 21,11 metros;

II- lote "2" com 603,85m2 (seiscentos e três metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com Fabio Martinez e Judite Lopes, medindo 29,20 metros; ao Sudeste, com o lote 1 do desmembramento, medindo 21,11 metros; ao Sudoeste, com Fabio Martinez, medindo 29,84 metros; e ao Noroeste, com Fabio Martinez, medindo 22,88 metros.

Parágrafo único – A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º - O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.397

DECRETO Nº 4.397, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E REVOGA DECRETO Nº 4.382, DE 30/11/2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam designados os cidadãos LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, GIANNI LUCIO PARIZOTTO e TAISE TEODÓZIO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação, que analisará e julgará as propostas dos interessados, de acordo com as exigências do Edital- Concorrência nº 01/2009, para contratação de empresa especializada para execução de obras civis de ampliação e operação do aterro sanitário, tendo por local a Sala de Licitações, às 14h05 do dia 30 de dezembro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.382, de 30/11/2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.399

DECRETO Nº 4.399, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito

Municipal de Caçador, nos termos da Lei Municipal nº 2.667, de 16/12/2009,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por anulação de dotações, na importância de R\$ 1.424.698,71 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos):

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 1.409.698,71

3.1.91.00.00.00.00.00.0002 – Transferência Intra-Orçamentária..... R\$ 15.000,00

Soma..... R\$ 1.424.698,71

(um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º deste Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.424.698,71 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos):

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.023 – Construção, Ampliação e Reformas dos Postos de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas R\$ 9.027,82

4.4.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas..... R\$ 282.183,89

4.4.90.00.00.00.00.00.0023 – Aplicações Diretas..... R\$ 147.770,00

10.301.0008.1.025 – Aquisição de Veículos e Ambulâncias

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas..... R\$ 80.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0023 – Aplicações Diretas..... R\$ 150.000,00

10.301.0008.2.155 – Vacinação e Controle da População Animal

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00

10.301.0009.1.028 – Estruturação de Unidades de Atenção

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 489,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0014 – Aplicações Diretas..... R\$ 3.228,00

10.301.0009.2.044 – Fomento e Projeto de Melhoria da Gestão

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00

10.301.0008.2.151 – Manutenção do Setor de Farmácia.

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 157.000,00

Soma..... R\$ 939.698,71

05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.1.013 – Construção do Centro Múltiplo Uso

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas..... R\$ 155.000,00

08.244.0005.1.189 – Construção da Cozinha Comunitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00

08.244.0005.2.025 – Manutenção do Programa de Erradicação Trabalho Infantil

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 – Transferência Intra-Orçamentária..... R\$ 30.000,00

08.244.0005.2.029 – Manutenção Implantação do Programa Cras

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00



08.244.0005.2.030 – Manutenção da Secretária do Bem Estar Social	
3.1.91.00.00.00.00.00.0000 – Transferência Intra-Orçamentária.....	R\$ 100.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0000 – Transferência a Instituições Privadas.....	R\$ 35.000,00
08.244.0005.2.147 – Contribuição Financeira para Conselhos Comunitários	
3.3.50.00.00.00.00.00.0002 – Transferência a Instituições Privadas.....	R\$ 95.000,00
Soma.....	R\$ 485.000,00
Total	R\$ 1.424.698,71

(um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Decreto 4.400

DECRETO Nº 4.400, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, nos termos da Lei Municipal nº 2.668, de 16/12/2009,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, por anulação de dotações, na importância de R\$ 1.256.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais):

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

04.122.002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 100.000,00
Soma.....	R\$ 100.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 158.000,00
Soma.....	R\$ 158.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 495.000,00
Soma.....	R\$ 495.000,00

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 84.000,00
--	---------------

12.361.0011.2.046 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF 60%

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 200.000,00
--	----------------

12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEF 40%

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 139.000,00
Soma.....	R\$ 423.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.091- Manutenção da Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Interior

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 20.000,00
Soma.....	R\$ 20.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

22.661.0027.2.099 - Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 60.000,00
Soma.....	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 1.256.000,00

(um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais)

Art. 2º Em atendimento às suplementações realizadas na forma disposta no art. 1º deste Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.256.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.003 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA DE IMPRENSA

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 5.000,00
Total	R\$ 10.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0002.2.004 - Manutenção do Procon

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 20.000,00
--	---------------

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 100.000,00
--	----------------

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentária	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 30.000,00
Soma.....	R\$ 210.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.1.051- Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 50.000,00
--	---------------

15.452.0020.1.053 - Aquisição de Imóveis

4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 66.000,00
Soma.....	R\$ 116.000,00

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

4.4.90.00.00.019 - Aplicações Diretas.....	R\$ 150.000,00
--	----------------

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 410.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 50.000,00

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do FUNDEF 60%

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentárias ...	R\$ 200.000,00
--	----------------

2.361.0011.2.047 - Aplicação de Recursos do FUNDEF 40%



4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 50.000,00
Soma.....	R\$ 860.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR
20.606.0026.1.080 - Reforma das Casas do Horto Florestal

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 20.000,00
Soma.....	R\$ 20.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0027.2.099 - Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentarias ...	R\$ 40.000,00
Soma.....	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 1.256.000,00

(um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil reais):

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Decreto 4.401

DECRETO Nº 4.401, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
 SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, nos termos da Lei Municipal nº 2.669, de 16/12/2009,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento vigente do FAMPEC – Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador, por anulação de dotação, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

08.01 - FAMPEC – CAÇADOR

04.122.006.2.033 - Manutenção do FAMPEC

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Soma.....	R\$ 50.000,00

(cinquenta mil reais)

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º deste Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

05.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social

3.1.91.00.00 - Transferência Intra-Orçamentárias....	R\$ 50.000,00
Soma.....	R\$ 50.000,00

(cinquenta mil reais)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
 Prefeito Municipal, em exercício.

Decreto 4.402

DECRETO Nº 4.402, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
 REVOGA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 1/2009 – FMSA.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o Edital de Tomada de Preço nº 1/2009, emitido em 20/10/2009, processo de licitação nº 12/2009, do Fundo de Saneamento Ambiental, haja vista impossibilidade de contratação da única empresa participante do processo, cujo sócio da empresa é servidor público municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.403

DECRETO Nº 4.403, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art.79, VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art.1º Fica homologado o resultado do Processo de Seleção Simplificado para contratação de Agentes Comunitários de Saúde, constando a classificação dos candidatos portadores de necessidades especiais, os classificados de acordo com item 8.3 do Edital 01/2009 e os candidatos com inscrição indeferida, conforme faz constar:

	Candidato	Pontuação Final
001	SANDRA APARECIDA ARANTES	8.7
002	MARIA DERLI BRAZ	8.3
003	IVONE WEINGANTNER	7.7
004	ROSELI APARECIDA FERREIRA CORDEIRO	7.0
005	CLÉRIA MALLMAN ALVES	6.9
006	BERNADETE BRIDI OTTO	6.9
007	ELIZABETE TABORDA SOMENSI	6.9
008	NEIVA DA APARECIDA DE LIMA CARLIM DO PRADO	6.8
009	JOÃO MARIA GUARIPUNA FILHO	6.6
010	SIRLENE RIBEIRO TUCHLINOWICZ	6.6
011	SCHEILA ROSA DE ANDRADE	6.3
012	JANETE APARECIDA GABARDO	6.3
013	DEJANIRA LINHARES DA SILVA	6.3



014	MARIA APARECIDA ALVES	6.1
015	DORACI MAIA RUPPEL	6.1
016	ELAINE APARECIDA CUNHA RODRIGUES	5.9
017	SILVANA APARECIDA SANTANA DE MORAES FERRERIA	5.7
018	LUCI HINKELDEI	5.7
019	MIRIAN OLIZETE AKMEIDA FUKS	5.7
020	SIRELI JUDITE SGARBI	5.7
021	MARINEZ MOTTA PROENCIO	5.6
022	IURE FRANÇA	5.5
023	NEUSA PAES DE FARIAS FENILI	5.2
024	ZENAIDE HEYER GÓES	5.2
025	ELAINE DE BRITO	5.1
026	JULIANE APARECIDA DOS SANTOS	5.0
027	JOANINA SALETE DE ARAÚJO PANISSON	5.0
028	EVANICE BERNARDINA LARA AMORIM	5.0
029	DIRCE TEREZINHA MANTIVANI	4.8
030	MARLI DA CRUZ	4.8
031	ROSEMARI KUHLM MEIRELLES DA SILVA	4.7
032	ELIETE APARECIDA KUCHER FURLIN	4.7
033	INEZITA NIEZER	4.6
034	GISELE APARECIDA FREDERICK	4.4
035	NEIDE GONÇALVES DA SILVA CORDEIRO	4.3
036	MARIA HELENA DE ALMEIDA	4.3
037	MARIA HELENA BERTO	4.3
038	IONICE APARECIDA ALVES DA CRUZ	4.3
039	DEBORA CRISTINA MULLER	4.2
040	LORIANA LOPES	4.2
041	LUCIANA APARECIDA CRISTALDO	4.1
042	IRACEMA FRANÇA TIAGO CORRÊA	4.1
043	SINARA SALETE RIBEIRO COELHO	4.1
044	SCHEILA COUTO	4.1
045	SANDRA REGINA JARSHEL	4.1
046	MARIA ELENA DE OLIVEIRA EGER	4.1
047	TAÍS COSTENARO	4.1
048	MARIA BERNADETE SAMPAIO	4.1
049	ONEIDE GRANEMANN DIAS WANDSCHEER	4.1
050	CÉLIA PEREIRA DA SILVA	4.0
051	NEUSA TEDESCO BRESSAN	4.0
052	GLECI DO CARMO NURILLES PIALLA	3.9
053	CLACIR TEREZINHA FENILLI	3.8
054	MARIA SALETE RECH MENEZES	3.7
055	ADRIELLE LARA DE AMORIM	3.6
056	LUZIA ALVES DA CRUZ	3.6
057	DIRLETE APARECIDA PERETTI	3.6
058	MARIA BERNADETE PIACENTINI	3.6
059	ESTELAMARIS PADILHA DE SOUZA	3.5
060	TATIANA DE FÁTIMA AMARAL SOARES	3.3
061	DANIELA SANTOS PIRES	3.3
062	ZORAIDE NETO DA SILVA	3.2
063	EDMUNDO SOLLE	3.2
064	SIMONE FERREIRA	3.2
065	SILVANA MARIA CRISTALDO VOREL CARLIM	3.2
066	LINDAIR MEIRELLES PEREIRA DE OLIVEIRA	3.2

067	MARILENE DE CÁSSIA FÁVERO	3.2
068	GISLAINE APARECIDA CARDOSO	3.2
069	FABÍOLA APARECIDA KURTZ	3.2
070	DENISE BERNADETE SCOLARO BATALHON	3.2
071	VIVIANE TRANCOSO DE LIMA	3.0
072	LUCIMAR DOS SANTOS	2.9
073	DOVANI APARECIDA DOS SANTOS	2.8
074	TATIANA APARECIDA CORRÊA JAQUES	2.8
075	ELIZA TEREZINHA DE OLIVEIRA PAZ	2.8
076	JUCINEI PIRES DO PRADO GODINHO DE CARVALHO	2.7
077	ANDREY ALVES DA CRUZ	2.4
078	MARISA BITINE	2.4
079	ELAINE VOITACH	2.4
080	TATIANA SANTOS DE OLIVEIRA LYRA	2.4
081	ANGELA ANIEDES MILLER	2.4
082	FRANCIANE APARECIDA MASSANEIRO	2.3
083	ANA LUCIA CORDEIRO MANGIDSKI KLETTKE	2.2
084	ELAINE APARECIDA DOS SANTOS CORREA	2.2
085	JAQUELINE LEZAN RIBEIRO	2.0
086	ALVETE ALIZETE SCHEIDT	1.9
087	JUCELEI APARECIDA GRANEMANN	1.9
088	EVA ALCIONY PONTES VIEIRA	1.9
089	HEVENY ANDRESSA FERNANDES	1.7
090	MARIA ROSANGELA CHAGAS FARO	1.5
091	ADRIANA CARLIM DO PRADO	1.5
092	LEIDEMIRA KOPPE	1.5
093	CLEUSA APARECIDA DA LUZ	1.5
094	SARITA DE OLIVEIRA ZANOTTO	1.5
095	CINTIA RAMOS	1.5
096	LUANA CRISTINA RAMOS	1.4
097	CRICIELE DA SILVA RIBEIRO	1.4
098	ALEXANDRE GRANEMANN LANZINI	1.3
099	FRANCIELLE CARNEIRO	1.0
100	GILBERTO RIBEIRO	1.0
101	IVANIR LURDES HECKLER	0.9
102	JULIO CESAR MACHADO	0.9
103	VANIA GISELI ROIER DE LIMA	0.9
104	SANDRA DE FATIMA RIBEIRO	0.9
105	ANGELA CRISTINE BECKERT	0.8
106	DEISIANE SIMONES DOS PASSOS	0.8
107	MARIA SALETE MORAES DOS SANTOS	0.5
108	ANGELITA MILEK	0.5
109	ISELINE CORREA DE SOUZA DO VALLE	0.5
110	NERCY SUTIL	0.5
111	ANA PAULA PETROVICH	0.5
112	ELIZETE DE FATIMA SANTOS FERNANDES	0.5
113	PAULO CESAR CORDEIRO	0.4
114	ALINE CRISTIANE TELLES DE LIMA DE OLIVEIRA	0.4
115	LINDAURA FREDERICK	0.4
116	LUCIANA ALVES	0.4
117	EDILAINE MORAES PEREIRA	0.4
118	FERNANDO GROCH	0.4
119	MOZARA THOMAZI	0.4



120	MIRIAN GERMANNO DE GÓES	0.4
121	ALLYNE PAULA SANTOS	0.4

CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

	Candidato	Pontuação Final
001	RUBENS RIBEIRO	1..3

CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONFORME ITEM 8.3 DO EDITAL 01/2009:

	Candidato	Pontuação Final
122	FRANCIANE DOS SANTOS FERREIRA	Não pontuou
123	PATRICIA MACHADO	Não pontuou
124	IONE PEREIRA	Não pontuou
125	VANESSA ZANATTA	Não pontuou
126	NEUSA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	Não pontuou
127	NEIVA DE LURDES PIRES	Não pontuou
128	MARLENE PADILHA	Não pontuou
129	VERA LUCIA DE SOUZA	Não pontuou
130	ROSA QUINTINO DOS SANTOS	Não pontuou
131	SILVIA CRISTINA CERETTA	Não pontuou
132	MARIA DE JESUS FERNANDES DOS SANTOS	Não pontuou
133	ROSEMARI ALVES FERNANDES	Não pontuou
134	LUCINEIDE PEREIRA JAGAS	Não pontuou
135	ELIZANGELA FERREIRA KOELLER	Não pontuou
136	AMARILDO TIBES	Não pontuou
137	IOLANDA MOREIRA	Não pontuou
138	LIANE CAPELIN	Não pontuou
139	VIVIAN BOFF	Não pontuou
140	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA	Não pontuou
141	IARCY MATOS CARNEIRO DOS SANTOS	Não pontuou
142	GENI HUHNN	Não pontuou
143	CELINA APARECIDA DE SOUZA TRINDADE	Não pontuou
144	VANDERLEIA ADRIANA DE LIMA	Não pontuou
145	PATRICIA LIMA DOS SANTOS	Não pontuou
146	GISELE CORDEIRO PADILHA	Não pontuou
147	KELLY GONÇALVES DO AMARAL	Não pontuou
148	RODRIGO BENTO DE ANDRADE	Não pontuou
149	CENIR MARIA VIEIRA	Não pontuou
150	GESIELI DE SOUZA MELLO	Não pontuou
151	FABIANA APARECIDA FAGUNDES	Não pontuou
152	ELIZIANE DE FATIMA VIDAL	Não pontuou
153	JOZIMARA SOUZA	Não pontuou
154	ELISANGELA DE FATIMA CRISTALDO	Não pontuou
155	SABRINA LIMA DA ROSA	Não pontuou
156	MARILEI DA SILVA	Não pontuou
157	JAQUELINE CHAVES DAMACENO	Não pontuou
158	KARINE APARECIDA MIILLER	Não pontuou
159	KATIA APARECIDA ZANOTTO	Não pontuou
160	MARCENY TERESINHA GONÇALVES	Não pontuou
161	MARIA JENECI DE ASSUNÇÃO FRARON	Não pontuou
162	CLEILA APARECIDA SIQUEIRA	Não pontuou
163	JANETE APARECIDA MARAFIGO	Não pontuou
164	ENEDITE DE MATIAS CORDEIRO	Não pontuou

165	ANITA MULLER DO PRADO	Não pontuou
166	CARMELI LUZ DA SILVA	Não pontuou
167	ROSELI DE FATIMA ROIER MACHADO	Não pontuou
168	MARIA DA ROSA WOSNI	Não pontuou
169	ELIANE APARECIDA KABROSK	Não pontuou
170	ERENY APARECIDA SIMOES	Não pontuou
171	IVONETE DURIGONDE ROSSI	Não pontuou
172	FATIMA APARECIDA DE PAULA	Não pontuou
173	SANDRA REGINA MARTINS DE MATTOS	Não pontuou
174	MARA DE FATIMA NUNES	Não pontuou
175	REJANE APARECIDA DE SOUZA	Não pontuou
176	ELISETTE PELLIZZARO	Não pontuou
177	VERONI DACOSTA VARELLA CARVALHO	Não pontuou
178	RITA DE CASSIA OLIVEIRA	Não pontuou
179	DESOLINA APARECIDA LESS	Não pontuou
180	ADIR MACIEL	Não pontuou
181	IRACI RODRIGUES DE FARIAS	Não pontuou
182	LUSSARA ADRIANA DOS SANTOS	Não pontuou
183	ADRIANA FRAGATO DOS SANTOS	Não pontuou
184	ZENILDA CARLIN DO PRADO	Não pontuou
185	ERMELI OZORIO RODRIGUES	Não pontuou
186	LEONI VOSS HARTMANN	Não pontuou
187	LUCIANA MARIA DA COSTA	Não pontuou
188	JOSE LUIZ DALLA SANTA	Não pontuou
189	SCHANA MARA LOPES	Não pontuou
190	ADRIANA APARECIDA MOCELIN	Não pontuou
191	SUSANA RODRIGUES PEREIRA	Não pontuou
192	SOLANGE ARNALT	Não pontuou
193	ADRIANA DE OLIVEIRA	Não pontuou
194	MARCIO DE OLIVEIRA	Não pontuou
195	FABIO ALVES DE OLIVEIRA	Não pontuou
196	ELIANE KNECHT RAMOS DA SILVA	Não pontuou
197	NEIDE NAURA ANDRE FREITAS	Não pontuou
198	ANA PAULA LIMA	Não pontuou
199	ANGELA MARIA CACIMIRO	Não pontuou
200	ROSANGELA APARECIDA SCHLOSSER	Não pontuou
201	NADIR GONÇALVES DA SILVA	Não pontuou
202	BEATRIZ MATTOS DO NASCIMENTO	Não pontuou
203	JULIANO KOVALCZYK MARTINEZ	Não pontuou
204	MARCIA SAMPAIO	Não pontuou
205	ARIANA CARARO FERNANDES	Não pontuou
206	RODRIGO DO NASCIMENT O	Não pontuou
207	MARCOS ANTONIO BECKERT	Não pontuou
208	DIEGO OSCAR CASAGRANDE	Não pontuou
209	LUCY JAQUES DO NASCIMENTO	Não pontuou
210	SIMONE DAS GRAÇAS OLIVEIRA	Não pontuou
211	SILVANA GRANEMANN	Não pontuou
212	TAIS RODRIGUES MUNNIZ DE MOURA	Não pontuou
213	LAIS SULLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	Não pontuou
214	DIAIME CARLA PADILHA CORREA	Não pontuou
215	LUANA ZAMPRONIO PRESTES	Não pontuou
216	ANGELINA SZYMKOW	Não pontuou
217	TAYSE PIRES DE CAMARGO	Não pontuou



218	VANESSA FERREIRA DA LUZ	Não pontuou
219	QUEILA DAIANA CORDEIRO	Não pontuou
220	CRISTIELE SCAPIN	Não pontuou
221	BRUNA DA SILVA	Não pontuou
222	ALINE ALVES DE OLIVEIRA	Não pontuou
223	JULIANA LINS	Não pontuou
224	SIMONE ALVES NUNES	Não pontuou
225	DAIANE REGINA MUNIZ	Não pontuou
226	JULIETE MARTINS	Não pontuou
227	NABIAISA REGINA RAFAELI	Não pontuou
228	INGRID ANITA BECKERT	Não pontuou
229	REJANE APARECIDA RODRIGUES LOCATELLI GODOY	Não pontuou
230	CAMILA DA SILVA	Não pontuou

CANDIDATOS QUE OBTIVERAM A INSCRIÇÃO INDEFERIDA:

	Candidato	Pontuação Final
1	ALINE DAS CHAGAS	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.1.2
2	BARBARA MORAES LOPES	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.1.6
3	EDSON DE OLIVEIRA	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.4
4	ELIANE PEDROSO	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.4
5	FABIELE CRISTINE BASQUEIRA	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.6
6	JANETE APARECIDA GRANEMANN	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.6
7	SIMONY DE CASSIA DE OLIVEIRA ZANOTTO	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.6
8	SOLOI TEREZINHA DE MORAES MISTURINI	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.6
9	THAIS MARA CACHOEIRA	POR NÃO ATENDER AO ITEM 5.2.4

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 18 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST – PREFEITO MUNICIPAL, em exercício.

Portaria 19.196

PORTARIA Nº 19.196, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/1990, alterada pelas Leis nº 447, de 22/08/1991 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de ARADY TESSARO NETO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a contar de 05 de novembro de 2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de novembro de 2009.

Saulo Sperotto- PREFEITO MUNICIPAL.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.197

PORTARIA Nº 19.197, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores públicos Municipais, e apresentarem os respectivos Laudos Médicos, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 13/11/2009

Servidor: SIDNEI ZANATTA

Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, Sidney Roberto Marins e Marcos Antonio Henning

Dia 12/11/2009

Servidora: ROSANI SABINI

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, Nelson Dallagnol de Souza e Claudio Araldi

Servidora: MARIA GENI HUÇULAK

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, Nelson Dallagnol de Souza e José Roberto Queiroz

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração..

Portaria 19.198

PORTARIA Nº 19.198, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009.

DEMITIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OLANDINA PORTES DE OLIVEIRA.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito municipal de Caçador, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo art. 101, II, "a" da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e Considerando o que foi apurado no Processo Administrativo nº 09/2009, instaurado pela Portaria nº 19.092, de 15/09/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - DEMITIR a Servidora Pública Municipal OLANDINA PRESTES DE OLIVEIRA, nomeada pela Portaria nº 9.416, de 30/03/2001, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o resultado do Processo Administrativo nº 09/2009, penalidade prevista no art. 209, inciso I, § 1º, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador, conforme relatório da Comissão Processante, o qual fica fazendo parte integrante da presente, como se transcrito estivesse, para todos os fins e efeitos legais do Processo Administrativo, a contar de 09 de novembro de 2009.



Art. 2º - Faça-se o necessário e competente registro nos assentamentos funcionais da Servidora.

Art. 3º - Dê-se ciência a Servidora do conteúdo da presente portaria, após sua publicação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Portaria 19.199

PORTARIA Nº 19.199, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores públicos Municipais, e apresentarem os respectivos Laudos Médicos, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 20/11/2009

Servidora: SÉLIA FÁTIMA PANDINI

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, Nelson Dallagnol de Souza e João Carlos Souza dos Santos

Dia 26/11/2009

Servidora: NILVA PEREIRA EGER

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e José Roberto Queiroz

Dia 26/11/2009

Servidora: ADRIANA KLEIN HUHNN

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nabil Elias Bittar

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.200

PORTARIA Nº 19.200, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29, § 1º, na Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

NOMEAR os Servidores Públicos Municipais, para comporem Co-

missão de Avaliação de Estágio Probatório dos funcionários abaixo relacionados, especificando: nome do servidor avaliado, cargo e membros da comissão, conforme segue:

Servidor Avaliado Cargo Comissão

Gianni Lucio Parizotto

Advogado Ediane Bortot Faoro

Edina Carla Bressan

Magnis Caramori

Jaqueline Carneiro Pinzegher

Fiscal Tributarista Fábio Deniz Casagrande

Leandro Chiarello de Souza

Nereu Baú

Francieli Antunes de Macedo

Técnica em Contabilidade Ivonete Maria Bazzanella

Ercília Bender

Nereu Baú

Sandra Aparecida Sicka Rodrigues

Técnica em Contabilidade Justina Ines Z. Castilho

Larissa Fleck Savaris

Ivonete Bazzanella

Adelino de Souza Carvalho

Agente Administrativo Fábio Deniz Casagrande

Regina Margarete Olienik

Nereu Baú

Admir José Casagrande

Agente Administrativo Ercília Bender

Antonio Carlos N Bittencourt

Nereu Baú

Claudete Natus de Mattos

Agente Administrativo Fábio Deniz Casagrande

Regina Margarete Olienik

Nereu Baú

Edson Ferreira Lopes

Agente Administrativo Fábio Deniz Casagrande

Regina Margarete Olienik

Nereu Baú

Sandra Mara Amadori Nunes

Agente Administrativo Rosely Aparecida Sorgatto

Margot Rosely Siqueira

Rosilene Mannes

Ivanir Correa de Jesus

Auxiliar de Serviços Gerais Ireni Aparecida Macedo

Ercília Bender

Margot Rosely Siqueira

Patrícia Aparecida R. de Miranda

Auxiliar de Serviços Gerais Ireni Aparecida Macedo

Ercília Bender

Margot Rosely Siqueira

Eliana Aparecida Leveske

Auxiliar de Serviços Gerais Ireni Aparecida Macedo

Elisabeth Olsen

Margot Rosely Siqueira

Laura Fátima Jesus do Nascimento

Auxiliar de Serviços Gerais Julio Cesar Corrente

Elisabeth Olsen

Margot Rosely Siqueira

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de novembro de 2009.



SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria 19.201

PORTARIA Nº 19.201, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Municipal nº 1.630, de 20/6/01, e suas alterações,

R E S O L V E:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado de MARIA HELENA DE ALMEIDA, Agente Comunitário de Saúde, Referência 01B, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, em razão do Programa de Saúde Familiar- PSF, nomeada pela portaria nº 17.758, de 30/11/2009, pelo período de 02 de novembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.202

PORTARIA Nº 19.202, de 17 de novembro de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/1990, alterada pelas Leis nº 447, de 22/08/1991 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de NILSO JOSÉ GODINHO, Operador de Máquinas Leves, Referência 09, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na Secretaria de Infra-Estrutura, a contar de 30 de outubro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.203

PORTARIA Nº 19.203, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/1990, alterada pelas Leis nº 447, de 22/08/1991 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

RESCINDIR os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da rescisão, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Sec. Lot	Data resc.
9362	Silvana Mittanck Lopes de Souza	Servente Educação	05	31/10/2009
9462	Fátima Izabel Tortato	Professora 5ª a 8ª série	16	31/10/2009
9470	Iolanda Magueroski Ribeiro	Professora 1ª a 4ª série	16	31/10/2009
9009	Josaphat Kocan	Professor 5ª a 8ª série	16	31/10/2009
9463	Rosali Aparecida Cordeiro Dias	Merendeira Escolar	30	31/10/2009
8994	Karine Mariele Golin	Auxiliar de Biblioteca	30	05/10/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

SCHEILLA MARIA SOARES MARINS
Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.204

PORTARIA Nº 19.204, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E :

DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais e Estagiários, abaixo relacionados, para auxiliarem no procedimento de inscrições para o Processo de Seleção Simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde- PACS, no período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2009, conforme segue:

Secretaria da Administração e Fazenda
EDSON FERREIRA LOPES
GIOVANA FONTANA
GISELE CRISTINA DE CORDOVA
IRIS FERNANDES DO NASCIMENTO

Secretaria de bem Estar Social
PATRÍCIA FONSECA POTRIKUS
SHAIANA SIMAS

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Portaria 19.205

PORTARIA Nº 19.205, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de



Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores públicos Municipais, e apresentarem os respectivos Laudos Médicos, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 03/12/2009

Servidor: VALTER THIBES PEREIRA

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nabil Elias Bittar

Dia 03/12/2009

Servidor: ANDERSON JOSÉ DE OLIVEIRA

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nabil Elias Bittar

Dia 04/12/2009

Servidora: LEONICE CANDIAGO

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.206

PORTARIA Nº 19.206, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E :

RETIFICAR a Portaria nº 12.714, de 14 de novembro de 2003, que concedeu gozo da licença prêmio para a Servidora Pública Municipal GLAUCIA LANG ZAPONI PELIZZARO, ocupante do cargo de Médica, no que se refere ao período que passa a ser de 03/10/1994 a 03/10/1999.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.207

PORTARIA Nº 19.207, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e

suas alterações,

R E S O L V E:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS do Servidor Público Municipal ARMINDO ANTONIO FICAGNA, ocupante do cargo de Topógrafo, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 5.747 (cinco mil setecentos e quarenta e sete) dias, ou 15 (quinze) anos, 09 (nove) meses e 02 (dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00035/09-4, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 25/11/2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.208

PORTARIA Nº 19.208, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas no mês de outubro/2009, dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec. Lot.	Nº Faltas
3378	Iliane Pagotto	Servente Educação	05	02
9096	Leonires C. Gonçalves	Professora	16	02
8995	Roseli Aparecida Sonego	Professora 5ª a 8ª série	05	01
626	Ivonete Aparecida T. Susin	Professora	05	12
1051	Vera Lúcia de Oliveira Pinto	Professora	16	10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.209

PORTARIA Nº 19.209, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do



Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARA LUZIA CACHINSKI SZCZEBIC, ocupante do cargo de Servente Educação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 06 (seis) meses de licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a contar de 03 de novembro de 2009, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.210

PORTARIA Nº 19.210, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARINES STEFAN DE MELLO, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a contar de 13 de novembro de 2009, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.211

PORTARIA Nº 19.211, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ELISABETH STOFFEL-SHAUSS, ocupante do cargo de Servente Educação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 04 (quatro) meses de licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a contar de 06 de novembro de 2009, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.212

PORTARIA Nº 19.212, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARIA GENI HUÇULAK, ocupante do cargo de Servente Educação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 06 (seis) meses de licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a contar de 12 de novembro de 2009, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.213

PORTARIA Nº 19.213, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 73, III, alínea "b", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
6181	Tatiane de Fátima Amaral Soares	Agente Comunitário de Saúde	36	08	Avô
9252	Glacy Sampaio P. Kirschner	Digitadora	06	08	Avó
Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
6181	Tatiane de Fátima Amaral Soares	Agente Comunitário de Saúde	36	08	Avô
9252	Glacy Sampaio P. Kirschner	Digitadora	06	08	Avó

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.



Portaria 19.214

PORTARIA Nº 19.214, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER retorno da licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal MARCIA RÉGIA MOSTIACK, ocupante do cargo de Bioquímica, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais na Secretaria de Saúde, a contar de 16 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.215

PORTARIA Nº 19.215, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

R E S O L V E :

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: nome, cargo, carga horária, secretaria de lotação e data de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	CH	Sec.	Dias Afast.
784	Janete Aparecida de Azeredo	Telefonista	35	06	16/11/09
6133	Simone Ferreira	Agente Com. de Saúde	40	36	03/11/09

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.216

PORTARIA Nº 19.216, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da licença, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Data
2916	Denise Lourdes da Luz	Professora	05	26/11/2009
1236	Lucianita Furlanetto	Professora	05	02/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.217

PORTARIA Nº 19.217, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

COLOCAR a disposição da Secretaria de Saúde o Servidor Público Municipal ADAIR FERREIRA DA LUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, com efeitos retroativos a contar de 1º de setembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.218

PORTARIA Nº 19.218, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, referência, secretaria de lotação, período, período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisitivo	Período Gozo
761	Caçanjurê Coelho de Souza	Motorista	08	03/10/04 a 03/10/09	03/11/09 a 01/01/10



1200	Carla Cavalheiro Dallazem	Secretária Escolar	12	17/02/03 a 17/02/08	02/11/09 a 30/01/10
854	Claudio Antonio Machado	Técnico Agrícola	07	02/03/92 a 02/03/97	03/11/09 a 02/12/09
630	Eliana Linhares Pivatto	Assistente Social	06	01/03/96 a 01/03/01	23/11/09 a 22/12/09
573	Sebastião Gonçalves	Calceteiro	07	05/10/03 a 05/10/08	05/11/09 a 02/02/10
137	Zenilda Aparecida Rodrigues	Técnica Enfermagem	06	01/01/97 a 01/01/02	31/10/09 a 28/01/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.219

PORTARIA Nº 19.219, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, referência, secretaria de lotação, período, período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisitivo	Período Gozo
3393	Eli Salete Vesterlon da Silva	Servente Educação	05	02/08/02 a 02/08/07	01/11/09 a 31/12/09

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

SCHEILLA MARIA SOARES MARINS

Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.220

PORTARIA Nº 19.220, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de

Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, especificando: nome, cargo, referência e secretaria de lotação, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec. Lot.
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	08
9332	Deisy Gonçalves Biasoli	Professora	30

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.221

PORTARIA Nº 19.222, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec. Lot
506	Laura Oleinik	Servente Educação		05
791	Maury Carlos Casagrande	Médico Veterinário	46	07

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.222

PORTARIA Nº 19.222, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:



Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
1866	Vilmar Lezan	Motorista	01	1/3	04/10/04 a 04/10/09
879	Ivonete Maria Bazzanella	Auxiliar de Secretário	02	1/3	01/10/03 a 01/10/08
563	Euclides Alves de Mello	Calceteiro	03	1/3	02/04/03 a 02/04/08

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.223

PORTARIA nº 19.223, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e mais o que prevê o art. 18 e seguintes da Lei Complementar nº 1, de 8/3/91.

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código do servidor, nome, período de aquisição e nível ascendido, a contar de 1º de novembro de 2009, conforme segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Nível Ascendido	
907	Breno Itaquy Ramos	2006 a 2008	Do Nível VI	P/ Nível VII
7671	Francieli Antunes de Macedo	2007 a 2009	Do Nível Básico	P/ Nível I
1444	José Scheffemacher Ribeiro	2007 a 2009	Do Nível V	P/ Nível VI
1307	Laura Henrique de Andrade	2005 a 2007 2007 a 2009	Do Nível IV Do Nível V	P/ Nível V P/ Nível VI
7667	Liliane Maria Cury	2007 a 2009	Do Nível Básico	P/ Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.224

PORTARIA nº 19.224, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER retorno da licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal JULIANA LINS, ocupante do cargo de Recepcionista, com exercício de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria de Infra-Estrutura, a contar de 18 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.225

PORTARIA nº 19.225, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeiyto Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, parágrafo único, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER retorno da Licença sem Vencimentos a Servidora Pública Municipal DANIELA MONTEIRO, ocupante do cargo de Merendeira, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 03 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA – Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.226

PORTARIA nº 19.226, de 30 de novembro de 2009.

Dispõe sobre nomeação de Servidores Públicos Municipais aprovados em Concurso Público.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis Do Município De Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 01, de 08/03/1991, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

R E S O L V E :

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, os cidadãos, abaixo relacionados, para ocuparem cargos do "Grupo Ocupacional Serviços Gerais" do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo,



referência, carga horária, secretaria de lotação e data do exercício e posse, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Sec. Lot.	Data Exerc/ Posse
9492	Edineia Aparecida Gallo	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	03	11/11/2009
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	03	23/11/2009
9487	Nilso José Godinho	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	03	03/11/2009
9493	Saete Aparecida Adamio	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	03	11/11/2009
9488	Maria Lucia Batista	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	08	03/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2008.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.227

PORTARIA Nº 19.227, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, prestado durante o mês novembro de 2009, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec. Lot.	Nº Horas
8699	Sergio Eloi Bisotto	Supervisor de Defesa Civil	01	300,00
131	Valmir Comunello	Motorista Utilitário	02	150,00
1089	Francisco de Assis Machado	Operador de Máq. Pesadas	03	150,00
7745	Ana Claudia Serra Carpes	Agente Administrativo	06	116,00
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnóloga em Alimentos	06	147,00
15	Giovani Ernandes T.de Oliveira	Agente Serv. Agrícolas e Flor.	06	109,00
3353	João Alberto Susin Marini	Bioquímico	06	133,00
8692	José Carlos Gelinski	Motorista	06	500,00
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	06	540,00
9214	Edgar Pacheco Filho	Motorista	08	500,00
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	08	175,00
402	Nilson Donizete Medeiros	Motorista	08	500,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro

de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.228

PORTARIA Nº 19.228, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei nº 1.932, de 02/07/2003,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/10/2009 a 15/11/2009, especificando, especificando: nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Postura	27	03	1000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Postura	27	02	1000
274	Odealmo Tasca	Fiscal de Obras	27	03	1000
801	Nedival Rodrigues da Cruz	Fiscal de Postura	27	02	1000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	27	02	1000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzeguer	Fiscal Tributarista	57	02	761
8673	João Carlos W. Nunes	Fiscal de Postura	27	02	1000
8672	Victor Junior Loss	Fiscal de Obras	27	03	1000
838	Fábio Deniz Casagrande	Aux. de Contabilidade	14A	02	1500

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.229

PORTARIA Nº 19.229, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, designados para comporem Comissões de Processos Administrativos e Sindicâncias Administrativas, o pagamento de gratificação, especificando: nome, cargo na sindicância, nº processo administrativo, nº da portaria de instauração do processo e porcentagem da gratificação, conforme segue:



Cód.	Nome	Cargo	Nº Proc.	Nº Portaria	Gratíf.
3481	Franco Andrey Ramos	Presidente	P. A- Cemitério	-----	30%
1049	Sineide do Carmo Rotta	Membro/Secretária	P. A- Cemitério	-----	20%

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.230

PORTARIA Nº 19.230 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 178 e seguintes, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, hora extra, prestado durante o mês novembro de 2009, especificando: quantidade de horas, código e nome do servidor, conforme segue:

SECRETARIA DE SAÚDE		
Cód.	Nº Horas	Nome
1965	59,00	Alan Roche Liegel
1964	59,50	Adelar Geraldo Piran
1836	59,00	Aldecir Barp
1928	59,00	Alex Anderson Moraes dos Santos
2512	59,00	Altino Inácio Carneiro
1453	60,00	Álvaro Santos de Castro
9089	60,00	Antonio Fernando Gonçalves Cordeiro
8820	59,50	Carlos Bem Hur dos Santos
9107	60,00	Carlos Juarez Pereira
1793	59,00	Cícero Brasil Moreira
2027	59,50	Edézio Recalcatti
2649	59,00	Geri Antonio Brol
2502	58,50	Jerry Dielson Amazonas de Camargo
888	59,00	José Osni Batista
645	59,50	Klaiton Strey
1214	58,50	Marcio Bassani
546	59,00	Nery Oliveira Guerin
2650	60,00	Odiney leite
9088	59,50	Olavo Schaedler Coelho de Souza
749	59,00	Valdeci José Pereira da Silva
1535	58,00	Vilmar Miguel Dobner
3481	60,00	Franco Andrey Ramos
2648	45,00	Seleme Luiz Scolaro

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.231

PORTARIA Nº 19.231, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 90, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e valor calculado, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec
900	Adilson Roberto Ribeiro		02
629	Eliete Catarina D'Agostini	Técnico em Secretariado	02
1098	Rosilene Mannes	Coord. Serv. Adm. de Pessoal, Enc. Gerais e Expediente	02
7987	Alessandro Gonçalves	Agente Mun. De Segurança e Trânsito	03
1018	Carlos Antonio Sotel	Mecânico	03
7993	Diogo Borges Barbosa	Agente Mun. De Segurança e Trânsito	03
1216	Luiz Alves da Silva	Operador de Máquinas Pesadas	03
6650	Ivone Weingantner	Agente Comunitário de Saúde	36

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.232

PORTARIA Nº 19.232 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 90, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores públicos Municipais férias regulamentares de 1º de novembro de 2009 a 30 de novembro de 2009, acrescido do adicional de férias, aos Servidores lotados nas diversas Secretarias Municipais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e valor calculado, conforme segue:

Cód	Funcionário	Sec	Período de Aquisição	Período de Gozo
900	Adilson Roberto Ribeiro	02	01/01/2006 a 31/12/2006	01/11/2009 a 30/11/2009
8557	Claudete Natus de Matto	02	16/05/2008 a 15/06/2009	01/11/2009 a 30/11/2009



629	Eliete Catarina D'Agostini	02	01/01/2008 a 31/12/2008	01/11/2009 a 30/11/2009
1795	Iraci Furtado	02	12/05/2008 a 11/05/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
7736	Ivanir Correia de Jesus	02	01/08/2008 a 31/07/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
1098	Rosilene Mannes	02	12/12/2007 a 11/12/2008	01/11/2009 a 30/11/2009
3420	Simone Dal Bosco	02	01/10/2008 a 30/09/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
7987	Alessandro Gonçalves	03	14/01/2008 a 13/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
7666	Carlos Emilio Finger	03	16/07/2008 a 15/07/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
7993	Diogo Borges Barbosa	03	14/01/2008 a 13/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
1216	Luiz Alves da Silva	03	01/01/2008 a 31/12/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
3421	Adriana Aparecida Pavloski	06	17/09/2006 a 16/09/2007	01/11/2009 a 30/11/2009
7954	Angely Cristina Bittencourt	06	21/01/2008 a 20/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	06	01/03/2008 a 28/02/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
364	Delma Letícia Dri Ficagna	06	09/10/2008 a 08/10/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
6552	Ibraina Bleichvel Castilho	06	13/02/2007 a 12/02/2008	01/11/2009 a 30/11/2009
3361	Janete Lisboa Velasques	06	01/08/2006 a 31/07/2007	01/11/2009 a 30/11/2009
1827	Odair Santana	06	01/01/2008 a 31/12/2008	01/11/2009 a 30/11/2009
110	Rutte Klava Silva	06	01/02/2008 a 31/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
2916	Denise Lourdes da Luz	16	01/01/2009 a 31/12/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
6650	Ivone Weingantner	36	01/03/2008 a 28/02/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
6433	Maria Aparecida Alves	36	02/01/2008 a 01/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
7867	Maria Helena de Almeida	36	01/11/2008 a 31/10/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
6183	Marisa Bitine	36	02/01/2008 a 01/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
8594	Marli da Cruz	36	01/07/2008 a 30/06/2009	01/11/2009 a 30/11/2009
6147	Zenaide Heyer Gois	36	24/01/2008 a 23/01/2009	01/11/2009 a 30/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SECRETÁRIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria 19.233

PORTARIA Nº 19.233, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos

termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do adicional noturno, prestados durante o mês de novembro de 2009, especificando: código, nome, cargo, secretária de lotação e nº de horas a serem prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec Lot.	Nº Horas
7990	Ademilson Fernandes	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
1965	Alan Rocha Liegel	Secretário Escolar	03	220,00
8628	Angela Knebel	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	144,00
224	Antonio Amadeus da Luz	Agente Serviços e Obras Publicas	03	90,00
8337	Antonio Carlos M. da Conceição	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	15300
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	90,00
8334	Eveline Semke Moraes	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	63,00
7984	Ezequiel Marcio Colaço	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	63,00
9200	Fábio de Lima Garcia	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	72,00
8336	Fernando Antonio Sinhorin	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	144,00
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
1347	João Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	03	135,00
1242	José Aldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	03	144,00
9201	José Augusto Moreira Prado	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
668	José Ferreira	Zelador Diurno e Noturno	03	144,00
1457	José Vilmar Soares de Miranda	Zelador Diurno e Noturno	03	144,00
9199	Josimara Aparecida dos Santos	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	108,00
8338	Julio Cesar Giroleta	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	36,00
7992	Loemir Engel Lopes	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	36,00
8339	Luciara Garcez Coelho	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
8335	Marcio Faccioni de Mello	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	54,00
569	Oracides Pires de Camargo	Agente de Serv. Agrícolas e Flor.	03	144,00
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Zelador Diurno e Noturno	03	135,00
7985	Osmar Pereira Dias	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	54,00
8333	Priscila Aparecida da Luz	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
7994	Raquel de Fátima Galina	Agente Mun. Seg. do Trânsito	03	27,00
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista Caminhão	03	26,00



1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	06	23,00
1928	Alex Anderson M. dos Santos	Motorista Caminhão	06	9,50
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista Caminhão	06	8,50
711	Antonio de Oliveira Segundo	Agente de Serv. e Obras Púb.	06	144,00
9089	Antonio Fernando G. Cordeiro	Motorista Utilitário	06	9,00
8820	Carlos Bem Hur dos Santos	Motorista Utilitário	06	14,00
9107	Carlos Juarez Pereira	Motorista Utilitário	06	5,00
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	06	39,00
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serv. Agrícolas e Flor.	06	144,00
2027	Edézio Recalcatti	Motorista Caminhão	06	34,00
2649	Geri Antonio Brol	Motorista Caminhão	06	56,00
888	José Osni Batista	Operador de Máquinas Pesadas	06	2,00
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	06	4,00
546	Nery Oliveira Guerin	Motorista Caminhão	06	3,00
2650	Odiney leite	Motorista Caminhão	06	39,00
9088	Olavo Schaedler C. de Souza	Motorista Utilitário	06	47,00
8799	Valdeci de Andrade	Pedreiro	06	135,00
749	Valdeci José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	06	30,00
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	06	22,00
9294	Alessandro Mocelin	Motorista Caminhão	08	120,00
9267	Ana Lucia Mangidiski Klettke	Agente Serv. Agrícolas e Florestais	08	48,00
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	08	150,00
8576	Jacira Maria Leita da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	08	150,00
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da	Auxiliar de serviços Gerais	08	110,00
1439	Isaac Alves de Mello	Zelador Diurno e Noturno	30	144,00
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente Serv. Agrícolas e Florestais	30	135,00
8860	Valdeci Alves	Zelador Diurno e Noturno	30	135,00
9475	Azael Edson dos Santos	Educador Social	35	38,00
9289	Daniel Cordeiro	Educador Social	35	60,00
8679	Gerson José Teles de Souza	Educador Social	35	49,00
9453	Luiz Wanderley Johann Durek	Educador Social	35	25,00
9451	Odair Donizetti Kuss	Educador Social	35	18,00
8680	Thiago Augusto Duarte	Educador Social	35	38,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

SECRETÁRIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria 19.234

PORTARIA Nº 19.234, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 398, de 13/12/90, alterada pela Lei nº 447, de 22/8/91, e ainda o que prevê a Lei nº 1.359, de 23/6/99,

R E S O L V E :

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária e início da contratação, conforme segue:

Cod	Nome	Cargo	Sec	Ref	C.H	Início Cont.
9490	Angela Maria Borchatt	Auxiliar de Consultório Dentário	06	07	35	06/11/2009
9486	Deise Lucia K. Moreira	Recepcionista	06	02A	35	03/11/2009
9489	Vanessa Cinelli Maceri	Contínuo	06	01A	35	03/11/2009
9491	Claudio Nicoletti	Motorista veículo Leves	08	08	44	06/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHIRTS

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.235

PORTARIA Nº 19.235, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 1º, parágrafo 1º, alínea D, da Lei nº 398, de 13/12/90, alterada pela Lei nº 447, de 22/08/91,

R E S O L V E :

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, vaga de atuação e período de contratação, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Ref.	CH	Atuação	Razão	Período
9494	Elza Vicente Felipe	Servente da Educação	1.5A	44	Morada do Sol	V.V. Maria Geni Huçulak (Licença Tramento de Saúde)	17/11/09 á 20/12/09
9495	Janete Terezinha Coldebella	Professor	1.3A	20	Henrique Júlio Berger	V.V. Kátia Melek	09/11/09 á 21/12/09
9496	Candida Garcia	Professor Não Habilitado	1.1A	33	Hilda Gramann de Sousa	V.V. Romney Riedi	18/11/09 á 20/12/09

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.



SCHEILLA MARIA SOARES MARINS
Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.236

PORTARIA Nº 19.236, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

DECLARAR a vacância do cargo de Professora, em virtude da concessão de aposentadoria por idade da Servidora Pública Municipal SILVIA MARTINELLO, através da Portaria nº 317, de 05/11/2009, expedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC, conforme cópia anexa, a contar de 05 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.237

PORTARIA Nº 19.237, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

DECLARAR a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em virtude da concessão de aposentadoria por idade da Servidora Pública Municipal NILCE DA ROCHA SZKUDLAREK, através da Portaria nº 318, de 20/11/2009, expedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC, conforme cópia anexa, a contar de 20 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.238

PORTARIA Nº 19.238, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos

termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso V, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

DECLARAR a vacância do cargo de Servente Educação, em virtude do falecimento da Servidora Pública Municipal MARIA DIRLEI VEIGA, ocorrido em 08 de novembro de 2009, a contar de 08 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.239

PORTARIA Nº 19.239, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/1990, alterada pelas Leis nº 447, de 22/08/1991 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

RESCINDIR os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da rescisão, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Sec. Lot	Data resc.
9346	Mariane Rafaela Seidel	Bioquímica	06	15/11/2009
8808	Ricardo Luiz Basqueira	Motorista Utilitário	08	01/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.240

PORTARIA Nº 19.240, de 30 de novembro de 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/1990, alterada pelas Leis nº 447, de 22/08/1991 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

RESCINDIR os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da rescisão, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Sec. Lot	Data resc.
9358	Daianny Ferreira	Professor Educação Infantil	05	27/11/2009



9237	Karina Aparecida C. da Silva	Servente Educação	05	02/11/2009
8889	Luisa Ricon Idalgo Fernandes	Servente Educação	05	05/11/2009
8888	Tania Márcia dos Santos Alves	Servente Educação	05	30/11/2009
9465	Cloris de Fátima Casagrande	Professora de 1ª a 4ª série	16	21/11/2009
9063	Luciana Aparecida da Silva Baldicera	Professora Educação Física	16	16/11/2009
9166	Mario Luiz cachinski Junior	Professor Educação Física	16	28/11/2009
9469	Vania Maria de Oliveira	Professora de 1ª a 4ª série	16	30/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.241

PORTARIA Nº 19.241, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 35, inciso I, da Lei Complementar Nº 07, de 27 de dezembro de 1999,

R E S O L V E :

ALTERAR a carga horária de 12 (doze) horas semanais para 27 (vinte e sete) horas semanais da Servidora Pública Municipal THAISE ZANOTTI, ocupante do cargo de Professora Educação Física, Referência 1.3A, em vaga vinculada CARLINHOS BAZZEI, a contar de 1º de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.244

PORTARIA Nº 19.244, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Servidor Público Municipal GENIR FERREIRA LOPES, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, 06 (seis) meses de licença para tratamento de saúde, a contar de 12 de novembro de 2009, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.245

PORTARIA Nº 19.245, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, dias de licença e período de afastamento, conforme laudo da perícia médica:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afat.	a contar de
967	Leila Alves Speggiorin	Auxiliar de Enfermagem	06	30 dias	13/11/09
1249	Hamilton José Magalhães	Aux. Serv. Agrícolas e Flor.	09	06 meses	06/11/09
229	Sélia Fátima Pandini	Atendente de Enfermagem	06	90 dias	20/11/09
520	Sidnei Zanatta	Operador de Máq. Pesadas	03	180 dias	13/11/09

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST- PREFEITO MUNICIPAL., em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.246

PORTARIA Nº 19.246, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARIA HELENA BERTO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde- Programa Agentes Comunitários de Saúde- PACS, com exercício de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, licença



para tratamento de saúde, a contar de 05 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST- PREFEITO MUNICIPAL., em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.247

PORTARIA Nº 19.247, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARIA BERNARDETH SAMPAIO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde- Programa Agentes Comunitários de Saúde- PACS, com exercício de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, licença para tratamento de saúde, a contar de 07 de novembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST- PREFEITO MUNICIPAL., em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.248

PORTARIA Nº 19.248, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, dias de licença e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afat	A contar de
4272	Adriana Klein Kuhn	Aux. de Creche e Berçário	30	180 dias	10/11/2009
6833	Cássia Regina G. Maciel	Servente Educação	05	20 dias	18/11/2009
2109	Veromilda Visloski Piran	Servente Educação	30	90 dias	16/11/2009

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.249

PORTARIA Nº 19.249, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, dias de licença e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afat	A contar de
984	Ana Cristina Hegemann	Nutricionista	06	15 dias	05/11/2009
3382	Anderson Oliveira	Eletricista	06	30 dias	19/11/2009
1048	Claudete Godinho Zeigler	Auxiliar de Enfermagem	06	45 dias	20/10/2009
835	Cleusa Maria Werner Ferlin	Odontóloga	06	15 dias	20/10/2009
835	Cleusa Maria Werner Ferlin	Odontóloga	06	10 dias	09/11/2009
8784	Emerson Luiz Driessen	Médico Veterinário	07	10 dias	08/11/2009
1307	Laura H. Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	08	07 dias	22/10/2009
7704	Leonice Candiago	Auxiliar de Serviços Gerais	06	60 dias	05/10/2009
378	Maricelda Rita Tonieto	Odontóloga	06	15 dias	03/11/2009
4606	Regiane Aparecida Resende	Auxiliar de Serviços Gerais	06	05 dias	28/09/2009
540	Valter Tibes Pereira	Odontólogo	06	60 dias	16/11/2009

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.254

PORTARIA Nº 19.254, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Mu-



nício de Caçador,

R E S O L V E :

CESSAR os efeitos da Portaria nº 19.031, de 31 de agosto de 2009, que concedeu 02 (dois) anos de licença sem vencimentos ao Servidor Público Municipal GILBERTO MOREIRA, ocupante do cargo de Técnico em segurança do Trabalho, com efeitos retroativos a contar de 13 de setembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.255

PORTARIA Nº 19.255, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal GILBERTO MOREIRA, do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, com exercício de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria da Administração e Fazenda, nomeado pela Portaria nº 13.800, de 1º/04/2004, com efeitos retroativos a contar de 13 de setembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.256

PORTARIA Nº 19.256, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e os arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER readaptação na carga da Prefeitura Municipal a Servidora Pública Municipal ROSANI DE FÁTIMA SABINI, ocupante do cargo de Servente Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria da Administração e Fazenda, com efeitos a contar de 12 de novembro de 2009, conforme laudo médico.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.257

PORTARIA Nº 19.257, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 01, de 08/03/1990, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e suas alterações,

R E S O L V E :

EXONERAR a Senhora LOELY BELLAVER, do cargo em comissão de Secretária de Bem Estar Social, da Prefeitura Municipal, Referência CC-1, pertencente ao Grupo Ocupacional "Comissão", do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria nº 18.585, de 05/01/2009, a contar de 16 de dezembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

Portaria 19.258

PORTARIA Nº 19.258, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DEMITIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELITE SEBASTIANA D'AGOSTINI FISCHER.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo art. 101, II, "a" da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e Considerando o que foi apurado no Processo Administrativo nº 15/2008, instaurado pela Portaria nº 18.309, de 21/08/2008,

R E S O L V E :

Art. 1º - DEMITIR a Servidora Pública Municipal ELITE SEBASTIANA D'AGOSTINI FISCHER, nomeada pela Portaria nº 7.008, de 1º/04/1998, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, do Quadro Permanente do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o resultado do Processo Administrativo nº 15/2008, penalidade prevista no art. 190, § 6º, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, conforme relatório da Comissão Processante, o qual fica fazendo parte integrante da presente, como se transcrito estivesse, para todos os fins e efeitos legais do Processo Administrativo, com efeitos retroativos a contar de 03 de novembro de 2008.

Art. 2º - Faça-se o necessário e competente registro nos assentamentos funcionais da Servidora.

Art. 3º - Dê-se ciência a Servidora do conteúdo da presente portaria, após sua publicação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2009.



LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício.

Portaria 19.259

PORTARIA Nº 19.259, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 1, de 8/3/1990, e ainda conforme a Lei Complementar nº 21, 28/12/2001, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

NOMEAR a Senhora LOELY BELLAVER, para ocupar o cargo em comissão de Secretária de Saúde, Referência CC-1, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, a contar de 17 de dezembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2009.

LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal.

Anulação de Licitação

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Tomada de Preços nº 01/2009 – FMSA. OBJETO: Anula-se o presente processo haja vista a impossibilidade de contratar a única empresa participante uma vez que um dos sócios é servidor municipal. Maiores Informações no Departamento de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br
Caçador, 16 de dezembro de 2009.

Cancelamento de Contrato 129

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 129/09.

Proc. nº 112/2005 - CC nº 02/2005. Objeto: termo de outorga de permissão de uso de loja do terminal rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS.

Cancelamento Contrato 130

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 130/09.

Proc. nº 112/2005 - CC nº 02/2005. Objeto: termo de outorga de permissão de uso de loja do terminal rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: GENOINO PIEROG ME.

Cancelamento Contrato 131

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 131/09.

Proc. nº 112/2005 - CC nº 02/2005. Objeto: termo de outorga de permissão de uso de loja do terminal rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: RESTAURANTE E LANCHONETE AQUARIUS LTDA.

Cancelamento Contrato 132

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 132/09.

Proc. nº 112/2005 - CC nº 02/2005. Objeto: termo de outorga de permissão de uso de loja do terminal rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: SOLANGE DE LOURDES CONSTANTINI GRISOTTI ME.

Termo de Compromisso 02

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 132/09.

Proc. nº 112/2005 - CC nº 02/2005. Objeto: termo de outorga de permissão de uso de loja do terminal rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: SOLANGE DE LOURDES CONSTANTINI GRISOTTI ME.

Termo de Compromisso 03

TERMO DE COMPROMISSO Nº 03/09 - Outorga e a autorização de Uso para ocupação e exploração, à Título Precário, da Loja nº 06 (seis), com 113,63 m2, situada no Terminal Rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: GENOINO PIEROG ME. Valor R\$: 2.776,80. Prazo: 17/09/2010.

Termo de Compromisso 05

TERMO DE COMPROMISSO Nº 05/09 - Outorga e a autorização de Uso para ocupação e exploração, à Título Precário, da Loja nº 01 e 02 (um e dois), com 113,63 m2, situada no Terminal Rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: SOLANGE DE LOURDES CONSTANTINI GRISOTTI ME. Valor R\$: 4.412,22. Prazo: 17/03/2010.

Campo Alegre

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 6.913

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.913 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – ADILSON MANOEL CANDIDO, matrícula nº 0162, referente ao período aquisitivo 09 de julho de 2007 á 08 de julho de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009



JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.914

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.914 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – ALISSON MANOEL CANDIDO, matrícula nº 000568, referente ao período aquisitivo 11 de dezembro de 2008 á 10 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.915

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.915 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, matrícula nº 00005, referente ao período aquisitivo 26 de abril de 2009 á 25 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.916

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.916 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – ANTONIO CHICOVIS, matrícula nº 000116, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2008 á 02 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.917

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.917 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – ANTONIO DA SILVA, matrícula nº 000561, referente ao período



aquisitivo 03 de julho de 2008 á 02 de julho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.918

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.918 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – ANTONIO MIGUEL GORNIACK, matrícula nº 323, referente ao período aquisitivo de 26 de janeiro de 2009 á 25 de janeiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009 segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.919

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.919 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, referente ao período aquisitivo de 17 de abril de 2008 á 16 de abril de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009 segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.920

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.920 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – CLAUDIO CARDOSO, matrícula nº 000142, referente ao período aquisitivo de 16 de setembro de 2008 á 15 de setembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009 segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina



Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.921

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.921 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – CRISTIANO STELZNER, matrícula nº 000559, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2008 à 02 de julho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.922

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.922 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – FRANCISCO OSNI DE LIMA, matrícula nº 000021, referente ao período aquisitivo de 13 de outubro de 2007 à 12 de outubro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.923

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.923 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I – ISABEL TEREZINHA DA SILVA, matrícula nº 291, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2008 à 30 de junho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.924

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.924 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:



Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista, IVONEI FRIEDRICH, matrícula nº 338, referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2008 á 31 de maio de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.925

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.925 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – JOÃO DE PAULA MUNHOZ, matrícula nº 000030, referente ao período aquisitivo de 09 de março de 2009 á 08 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.926

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.926 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Técnico em Nível Médio – JOÃO SAMUEL CUBAS, matrícula nº 000384, referente ao período aquisitivo de 03 de março de 2008 á 02 de março de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 á 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.927

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.927 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias ao Agente Operacional I – LUIS FERNANDO FELICIANO, matrícula nº 000580, referente ao período aquisitivo de 13 de julho de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 á 22 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.928

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.928 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – LUIZ CARLOS STEFANES, matrícula nº 000209, referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 2008 à 30 de novembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.929

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.929 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – MARCOS ENGLER, matrícula nº 000374, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2008 à 31 de agosto de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de

2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.930

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.930 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, matrícula nº 000265, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2008 à 31 de maio de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.931

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.931 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,



no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – MARIO OSVALDO ATNER, matrícula nº 000055, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.932

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.932 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional IV – PAULO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 0267, referente aos períodos aquisitivos: de 01 de julho de 2007 à 30 de junho de 2008 10 (dez) dias; 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2009 = 10 (dez) dias , pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.933

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.933 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – PEDRO VITOR HOTZ DE ASSUMPTÃO, matrícula nº 000483, referente aos períodos aquisitivos: de 03 de outubro de 2007 à 02 de outubro de 2008 10 (dez) dias; 03 de outubro de 2008 a 02 de outubro de 2009 = 10 (dez) dias , pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2008 a 02 de outubro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.934

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.934 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – RENATO RONSKA, matrícula nº 000405, referente aos períodos aquisitivos: de 15 de abril de 2007 à 14 de abril de 2008 10 (dez) dias; 15 de abril de 2008 a 15 de abril de 2009 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2008 a 15 de abril de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 à 29 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.935

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.935 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias ao Agente Operacional III – VENÍCIO NEGHERBON, matrícula nº 000582, referente ao período aquisitivo de 14 de julho de 2009 a 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 10 de dezembro de 2009 a 22 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.936

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.936 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006

de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Auxiliar de Enfermagem – MARILENA PISKE, matrícula nº 000051, referente aos períodos aquisitivos de 01 de fevereiro de 2008 a 31 de janeiro de 2009 = 22 (vinte e dois) dias; 01 de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2010 = 08 (zero oito) dias; pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período, 14 de dezembro de 2009 a 12 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.937

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.937 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias a Professora – LUZIA KOBUS LEAL, matrícula nº 000397, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período, 15 de dezembro de 2009 a 22 de dezembro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2009



JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.938

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.938 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 16 de dezembro de 2009, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovados no estágio probatório do Servidor Público do Município de Campo Alegre/SC.; Sr. LUIS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, matrícula nº 000458, ocupante do cargo de Professor.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.939

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.939 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 16 de dezembro de 2009, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovados no estágio probatório do Servidor Público do Município de Campo Alegre/SC.; Sr. RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, matrícula nº 000467, ocupante do cargo de Professor.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.940

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.940 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 16 de dezembro de 2009, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovados no estágio probatório do Servidor Público do Município de Campo Alegre/SC.; Sr. RODOLFO HENRIQUE WORNIS, matrícula nº 000468, ocupante do cargo de Professor.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 6.941

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.941 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal – Técnica em Enfermagem – ELAIR PINHEIRO HACK, matrícula nº 000442, referente ao período aquisitivo 17 de novembro de 2007 á 16 de novembro de 2008, a partir de 17 de dezembro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.942

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.942 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Engenheiro Agrônomo – GILSON OMAR BRUNQUELL, matrícula nº 000240, referente aos períodos aquisitivos: de 01 de março de 2007 à 29 de fevereiro de 2008 15 (quinze) dias; 01 de março de 2008 a 28 de fevereiro de 2009 = 15 (quinze) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 17 de dezembro de 2009 à 15 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.943

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.943 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA

CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003;

RESOLVE

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 16 de dezembro de 2009, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovados no estágio probatório do Servidor Público do Município de Campo Alegre/SC.; Sr. JAIRO AFONSO BELLE, matrícula nº 000464, ocupante do cargo de Professor.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.944

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.944 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula nº 000147, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2009 a 18 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período, 23 de dezembro de 2009 à 21 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino



Portaria N° 6.945

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.945 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista – JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, matrícula nº 000266, referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2008 a 18 de junho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período, 28 de dezembro de 2009 a 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Canoinhas**Prefeitura Municipal****Decreto N° 304/2009**

DECRETO N° 304/2009

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL N° 002/2009"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de ACT, no Edital nº 002/2009, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Os inscritos não classificados na lista em anexo foram desclassificados em razão da não apresentação do comprovante de experiência exigido no edital.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2009.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16/12/2009.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DISCIPLINA ARTES		
	Inscrito	CPF
1	JOELMA MARIA FIGUEIRA BUDANT	65298160972
2	MARGARETH CORNÉLIA PIRES GOLANOWSKI	48453595968
3	ESTELA MARIS PRADO MISSEL	17189691200
4	MARGARETE ALEGRI	90208390987
5	SANDRA CONCEIÇÃO KÜCHLER	04308116910
6	ALLAN WILLIAM IANCOSKI	04409378929
7	JAILA FERNANDA KUCARZ	05840950904
8	EDIANE STREIT DE ALMEIDA	05890433903
9	SCHEILA CRISTINA HOPFNER	05374543903
10	CLEUSA MARIA SLONSKI GRAFE	75137240915
11	LUCELIA GORETI PFLEGER DIAS	01437974929
12	MARIA CECILIA BRAUARDT DA SILVA	03770043910
13	VALÉRIA CALDAS	04365990900
14	ELISA LOCH VIEIRA	02483867944
15	ELIZETE ALVES CORREA	83171126915
16	EDITE SOBCZACK DA SILVA	48453129991
17	SOLANGE DE JESUS CORREA BARBOZA	69202303991
18	ANA CAROLINA ALLAGE	03226019910
19	RONIELI CONSULO	03625319942
20	SANDRA DOS ANJOS OLIVEIRA	04054827950
21	EUNICE KLUSKA	78051061934
22	CLEUSA DE FÁTIMA PIECHONTCOSKI MONTEIRO	90122127900
23	MARLON MARTINS	04648190912
24	ELIANE CARVALHO	5287965968
25	BERENICE CARDOSO DE CARVALHO ALMEIDA	04878200960
26	SILVIA ELIANA LEITE SCHOLZ	03179558962
27	SILVIA CRISTINA VIEIRA	04175367985
28	MAUREN LAVINA GODOY	00815290900
29	SONIA MENDES	71305289900
30	DAIANE NIESER	04593500990
31	SELMA CRISTINA DA SILVA BUENO DE OLIVEIRA	77033078900
32	MARISA BATTISTI	60520388968
33	MAICON ALVES DOS SANTOS	03680825986
34	JANAINA APARECIDA GODOY	06715685908
35	FRANCIELI BRONSTRUP	047952929-9
36	CAROLINE ISFAIR	05289565906
37	JAQUELINE BONETES	04951003902
38	RITA DE FÁTIMA MARECK	02778318909
39	ONERIS DE OLIVEIRA	00861571916
40	RAQUEL DEMBINSKI	90123948991
41	DISLENE IARROCHESKI	78053102972
42	LIANA CARLA LACHMAN	04169976940
43	LETÍCIA DA SILVA	05787317971
44	SILVIA TERESINHA MAGALHÃES BUENO DE OLIVEIRA	00338017976



45	MAGDALENA CHICON MARTIN	61488534934
----	-------------------------	-------------

DISCIPLINA CIÊNCIAS

	Inscrito	CPF
1	ERON RICARDO LINZMEIER	30996341900
2	TANIA CRISTINA PORFIRIO IGNASZEWSKI	83388770930
3	CARLA VALÉRIA DOS SANTOS PACHECO	02806889707
4	LUCIMARA DA SILVEIRA MOREIRA BUENO	02030864900
5	IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER	98816756934
6	ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA FIGURA	79177735900
7	SIMONE RODRIGUES	03382626950
8	AGNALDO ROBERTO PORTA	81710755920
9	SABRINA SCHWED	00859673944
10	MAURO EDSON JUNGLES	53419510934
11	TATIANA GOGOLA LINKOWSKI	00860390918
12	JOELMA APARECIDA MEDEIROS DO NASCIMENTO	05452308962
13	DAIANE PAPE	04798426989
14	DENISE BAZZANELA	97026050915
15	MYRIAM ROGERIA BRASIL XAVIER	94433186953
16	ELIZA APARECIDA DE SOUZA FRANCO	02940519960
17	FRANCIS DE FATIMA BECKER	05320821921
18	VERYDIANE BAYESTORFF	00954864964
19	ROSILDA KONKEL	03893789928
20	VITOR SARTOR	49590529968
21	ADRIANE FIGURA	06479361946
22	LUIS PAULO MUHLMANN	061197399-5
23	FRANCIELI BRONSTRUP	047952929-9
24	IRIS VANESSA BAY	05583976977
25	MARIANA DE LIMA LACOWICZ	05832848926
26	KELLY KMIETIK	04123117988
27	EMMANUELLE FROEHNER	04672728919
28	GERSON IVANISKI DOS SANTOS (GIOVANA)	00958933936
29	SAMARA SABATKE	05890503979
30	DANIELE PORTA	00654158924
31	VANESSA POLIANA WEIWANKO	05606801961
32	REGINA BASTOS	04891389931
33	JOCELI SCHUELLER	98590936953

DISCIPLINA EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIENTE MENTAL

	Inscrito	CPF
1	CLARICE DE FATIMA RODRIGUES SIEMS	47919221900
2	SÔNIA APARECIDA QUADROS WAGNER	63849925900
3	TEREZA DOBROCHINSKI BUDANT	90200688693
4	JULIANA IARROCHESKI	98819968991
5	JOZIANE MARA GALLOTTI MARCINICHEN	51668300915
6	NEUSI APARECIDA PAULUK KIESKI	66598583934
7	SILMARA GRACILIANO DE ARAÚJO	00351774971
8	LUCIANE APARECIDA DE SOUZA PINTO NEUDORF	83855203920
9	FERNANDA ISFAIR DA CUNHA PINTO	00362322970
10	ROSANE APAECIDA DE SOUZA CALDAS	71730281915
11	CINTIA GRACILIANO DE ARAUJO	00516712985
12	KELI CRISTINA GROTH SCHELBAUER	71290052972
13	SANDRA MARIA GRAF	98819445972

14	JUCIANE SAMARA PAZDA	98817728934
----	----------------------	-------------

15	MARIZETE DARMORUS PEREIRA	00936582901
----	---------------------------	-------------

DISCIPLINA EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIENTE VISUAL

	Inscrito	CPF
1	VIVIAN LACHMAN	02709294958
2	MARILEIA DE FATIMA SOARES	02887336908

DISCIPLINA EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS

	Inscrito	CPF
1	CRISTIANA APARECIDA PEREIRA	00362716919
2	ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK	19612671877
3	TANIANE VEIGA MORESCHI	04157687990

DISCIPLINA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR

	Inscrito	CPF
1	VIVIANE GLINSKI	98817582972
2	JUSSARA KUCHLER DE FARIA	71449019900
3	ENILCEA MARIA KELCZESKI RIBEIRO	01954496907
4	ZELIA MARIA COTARSKI DE OLIVEIRA	79176364968
5	SIMONE APARECIDA BREY KUHNIR	69203113991
6	VANESSA GISELI TREML	42147298972
7	ROSELI APARECIDA DE ALMEIDA BORGES	84572973920
8	JULIANA IARROCHESKI	98819968991
9	SANDRA MARA PEREIRA DA SILVA	642345769-7
10	FABIA CHAGAS ANTUNES	02889289974
11	ELENICE MUHLBAUER DE OLIVEIRA	83853626904
12	NAIR MACIEL CUJA	96079622904
13	ANA GURZYNSKI BAIL	48969354972
14	MARIA ZENAIDE PRUSSAKI	64251454987
15	CLEUSA ADRIANA LESCOVITZ DA SILVA	80256155968
16	NEUZA FATIMA VIOTT BRAGA	94517606953
17	SILVANA VOIGT	71303154900
18	FERNANDA ISFAIR DA CUNHA PINTO	00362322970
19	SANDRA VOIGT EBLING	42147247987
20	MARCIA ANTONIA KRULL FINK	35868775104
21	CINTIA GRACILIANO DE ARAUJO	00516712985
22	EDELMERI APARECIDA KOWALSKI	71731547907
23	VERIDIANA SCHWARZ	77032926991
24	ANA ESTER KEPP PSCHIEDT	01953347959
25	SILVANA BECKER	72794089900
26	ANA ATAIZ MULLER STOKER	83853731953
27	SANDRA MARIA GRAF	98819445972
28	SALETE ALVES DE OLIVEIRA SCHIESSL	73744298949
29	JANAINA MENDES	97025160997
30	REGIANE ARTNER GEVIESKI	00347371973
31	SIDNEA FÁTIMA DE LIMA IURKIV	96079070944
32	ANDRESSA BOLLMANN BREY	05386686950
33	MARI SILVIA DE AGOSTINHO	68453604991
34	EUNICE DAS DORES SOUZA	94680809949
35	LINDAMIR DARMORUS TEIXEIRA	01667764918
36	SILMARA TEODOROVICZ	68264534953

37	GISELDA MARIA BARBOZA	98124188904
38	MARIZETE DARMORUS PEREIRA	00936582901
39	GIOVANA DA ROSA GEVIESKI	98812904904
40	ANA CAROLINA ALLAGE	03226019910
41	ARRIETE FERNANDES DE OLIVEIRA	68312539972
42	MARLENE PAUL TREML	47673303949
43	KARIN SANTOS STANGE	75142112920
44	MARIA LETÍCIA GLINSKI PEIXER	79985300904
45	TANIANE VEIGA MORESCHI	04157687990
46	ANA RITA BECKERT MEDEIROS	41981120963
47	NÁDIA KUTAS	05830018900
48	ADRIANA MACHADO CAMPOLIN	03207578977
49	JULIANO FREITAS	00756238978
50	ANDRÉIA GUSMÃO NOGUEIRA	94844534904
51	JENNIFER CRISTINE CHAGAS	05150200956
52	DINAZELI TISCHLER	04361098913
53	SILVETE WENDT ALVES PEREIRA	65949501934
54	LEDIANE PRISCILA MATTOS	04170545990
55	MARILDA BUSKO CORDEIRO	67073174900
56	SONIA MARIA SOARES PADILHA CRESTANI	01469845954
57	LUCINÉIA FERNANDES DOS SANTOS	61494020963
58	MABEL VESARO	90257219900
59	ADRIANE JACK	01953162908
60	BRUNA RODRIGUES	07071772940
61	ELIANE CARLA ENGEL	05020429902
62	GISLAINE GARRET	08152425907

DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

	Inscrito	CPF
1	ERON RICARDO LINZMEIER	30996341900
2	MARIA VERONICA WIPIEWSKI DURAU	936945479-9
3	MONICA GONÇALVES	42146569972
4	JAILA FERNANDA KUCARZ	05840950904
5	VANTUIR RONALDO VIEIRA	68454198920
6	SCHEILA CRISTINA HOPFNER	05374543903
7	MARCIA RAQUEL SCHOROEDER	04108474961
8	FRANCIELE SUCHARA	04816089900
9	ERIVELTON CORREA DE MELO	04648745990
10	VALÉRIA CALDAS	04365990900
11	ROSANA BRANCO	65715560900
12	GISLEINE DOS SANTOS CORREA	00553073966
13	PATRICIA FERNANDES	04366454912
14	ANA CAROLINA CRESTANI	05226631928
15	ANA CRISTINA DIAS KOZLOWSKI	97022993904
16	SILMARA TEODOROVICZ	68264534953
17	EDITE SOBCZACK DA SILVA	48453129991
18	JOSIANE CAROLINA DA SILVA	00545818931
19	RODINEI ROQUE LOPES DE ALBUQUERQUE	00578832976
20	MARCIA LUIZA DARMORUS PEREIRA	98815105972
21	TATIARA APARECIDA EGGERS	01820832929
22	CECILIA APARECIDA DA SILVA	00502322900
23	CLAUDIA TEREZINHA JONKO	04721253974
24	DANIELA IARROCHESKI	78053072968

25	TAINE PECHARKA MUSSI	00431655910
26	DANIEL LAURENTINO PINTO	04020789932
27	DAIANE DOS SANTOS DELOLMO	00849805910
28	REGITON GUSTAVO DE MELO	03663678970
29	GILBERTO ADRIANO BIALESKI	04253651909
30	GILBERTO DE PAULA ROSA	92120202915
31	VIVIAN KRUGER	00341024937
32	CLEMERSON CARLOS	92050557949
33	MARLON MARTINS	04648190912
34	ELIZA APARECIDA DE SOUZA FRANCO	02940519960
35	CARLA REGINA FIGURA	00813300908
36	EDUARDO CARVALHO DO PRADO	02041151919
37	DOUGLAS KREILING	029179029
38	TATIANE SOARES LOURENÇO	04795278903
39	EDNA ALMERINDA BUSKO	74619160920
40	JENNIFER CRISTINE CHAGAS	05150200956
41	ISABELE LUANA NEIZER DOS SANTOS	05284369963
42	DJONATHAN LUIS ROTHBARTH	00598282939
43	MAICON ALVES DOS SANTOS	03680825986
44	ADRIANE FIGURA	06479361946
45	FRANCIELLI STRAUBE	05505295940
46	DAIANE KARINE WENDT	06581225924
47	ANA PAULA VARELA DE OLIVEIRA	05761284901
48	LUIS PAULO MUHLMANN	061197399-5
49	CAROLINE ISFAIR	05289565906
50	ANDRIELLI LILLER	04933980900
51	ELI FRANCISCO FRIEDRICH	05603583932
52	BRUNA RODRIGUES	07071772940
53	JADERSON FELICIO CASTRO	05894216974
54	ANGELO NIEDZIELSKI	00334483964
55	MICHELY DAYANI TODT	05396234903
56	GISLAINE GARRET	08152425907
57	MARCIO LUIS CARVALHO	05753673937
58	RUAN PHELIPE RODRIGUES	06066034928
59	JANE JAMILE MENDES	00755904923

DISCIPLINA EDUCAÇÃO INFANTIL

	Inscrito	CPF
1	VIVIANE GLINSKI	98817582972
2	CIUMARA CORREA DOS SANTOS	55656080900
3	SHIRLEY APARECIDA CONTREK	00438843932
4	ROSI TEREZINHA RISKE PRUST	58666281987
5	SIMONE APARECIDA BREY KUHNIR	69203113991
6	REGIANE PAULO	93694563920
7	GIOVANA DE LIMA	62350609987
8	BEATRIZ PRUST DA CRUZ	52880117968
9	MARIA LUCIA PRUST OLESCOWICZ	57543003953
10	SANDRA MARA PEREIRA DA SILVA	642345769-7
11	KARINA HELENA FERREIRA JACOBOWSKI	94836620953
12	FABIA CHAGAS ANTUNES	02889289974
13	GRASIELLI IANCOSKI	03653962900
14	SUZANI BRANDL GUDAS	169 89460000
15	FRANCISCA CARLIM	73028266920



16	MARIA BILESKI GUIMARÃES	94845255987
17	MARIA DA CONCEIÇÃO SCHPANSKI	44418612904
18	ERLI FINTA	69199000920
19	ELENICE MUHLBAUER DE OLIVEIRA	83853626904
20	SALETE SOARES DE LIMA KALEMKA	60714905968
21	SILMARA GRACILIANO DE ARAÚJO	00351774971
22	ANA GURZYNSKI BAIL	48969354972
23	JANETE NUNES STEILEIN	99912520963
24	IVONE WAGNER WOLKAN CORREIA	63265966968
25	ALESSANDRA HELENA MARKO LANKE	99051311915
26	CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI	03715962976
27	ELIETE TEREZINHA PFLEGER LISCOSKI	58640118949
28	NEUZA FATIMA VIOTT BRAGA	94517606953
29	JOSIANE KWIECIEN	68273592987
30	BEATRIZ MULLER PAZDA	87079860920
31	SANDRA VOIGT EBLING	42147247987
32	DIRCE POKRYVIECKI HESSE	54227607949
33	MARISTELA BAIL DE FAVERI	77032870910
34	CLEIDE REGINA MELECHENCO CUJA	73743801949
35	SIMONE DAMASO DA SILVEIRA	64234991953
36	VERIDIANA SCHWARZ	77032926991
37	GISELE APARECIDA BORNATTE PRUST	037466429
38	MARLI TEREZINHA SCHOLZ MARON FERNANDES	77033000987
39	MARGARETE ALEGRI	90208390987
40	MARLI TEREZA DRANKA	91834520959
41	ANA ESTER KEPP PSCHIEDT	01953347959
42	VALDICEIA DOLIZETTI MUNHOZ NOERNBERG	80423035991
43	SILVANA BECKER	72794089900
44	MARILÚ DE FÁTIMA TACHESKI	77478797920
45	SANDRA APARECIDA DA SILVEIRA	02664827910
46	AGLACI SABATKE IURKIV	85553220904
47	SIOMARA NUNES CARLOS	87079089972
48	ELIANE MARGARETH KRUGER	42148073915
49	ROSEMARI APARECIDA DOS SANTOS GODOY	01897841990
50	JOSEFA SEBASTIANA CARDOSO MULLER	01818505916
51	ROSANE GRACHESKI DA ROCHA	80254500900
52	MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES	93796900968
53	MARCIA MARIA CONRADO JONKO	65237684904
54	MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA	00375850961
55	VIVIAN LACHMAN	02709294958
56	ZORA IONARA GRANEMAN FERNANDES KICHILESKI	84268980920
57	NEREIDA DE FATIMA SANT'ANA	79985238915
58	RENATA OSTETTO GERALDI	991233989
59	JACINTA DE FATIMA FUCK	90208005900
60	CRISTIANA APARECIDA PEREIRA	00362716919
61	ROSANE TOMCZYK	02982638908
62	SILVIA WIECZORKIEWICZ	00446995908
63	VANIA VALQUIRIA RODRIGUES FIDENCIO DA COSTA	98819917904
64	ZELINDA MAZOROVICZ DOMINGOS PINTO	00534883931
65	TEODOSIA BILESKI SPROTTE	89821599915
66	FABIANI APARECIDA HITNER PONIJALEKI	97567680963
67	MARILETE DE FÁTIMA PEREIRA CASTILHO	85553484987
68	JUCIANE SAMARA PAZDA	98817728934

69	CLAIR TEREZINHA NOVACK MOTA	48451657915
70	GIZELE REGINA BECKERT	04332697901
71	GENY LEFFEL FONTES	00063778904
72	BRONISIA GURZYNSKI ZAKALUZNE	80255400900
73	CRISTIANE SIOMARA PRUST MOKVA	96132965904
74	ANDRESSA BOLLMANN BREY	05386686950
75	MARI NEIDE ALEXANDRE	936946529
76	ROMILDA LIMA	75788730910
77	LUCIANE SOARES WALTER	05391573920
78	CATARINA RUTHES PINTO THEODOROVITZ	85206024953
79	LARISSA DEL GOBO KRUGER BALUTA	00436746905
80	PATRICIA RAQUEL MUCHINSKI	04232559598
81	KATIA REGINA FINTA ZIPPERER	78202531934
82	NADIR CORREIA PADILHA DE LIMA	71304452972
83	ILDA VIELEVSKI	671044799-5
84	KARINLIZ KRAUS DAMASO DA SILVEIRA	03176343990
85	EUNICE DAS DORES SOUZA	94680809949
86	PATRICIA FERNANDES	04366454912
87	ELIANE SUDOSKY OLIVEIRA	92050956991
88	LINDAMIR DARMORUS TEIXEIRA	01667764918
89	IOLANDA MULLER	83170049968
90	JOELMA ZIELINSKI	03846026905
91	ROSA DOS SANTOS VEIGA ITO	58289208987
92	MARLI APARECIDA SANTOS	64234070963
93	ANDREA PINHEIRO DOS SANTOS FERREIRA	918347089
94	DANIELA SOARES FRAGOSO DE SOUZA E SILVA	004830259-7
95	ROSILDA VOLOSCH FERREIRA PEREIRA	86391240949
96	MARILEIA DE FATIMA SOARES	02887336908
97	ROSENILDA HERZINGER	02502840902
98	VIVIANE RAMTHUM	02887994964
99	GIOVANA DA ROSA GEVIESKI	98812904904
100	MARIEL HORSKY	03743828910
101	KIARA APARECIDA KRAUSS	87080249953
102	ALSIONE KACHIMARECK CARLOS DE MARIA	03797247907
103	CLAUDIA TEREZINHA JONKO	04721253974
104	ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK	19612671877
105	SAILA REGINA SORG	78051568915
106	DANIELA IARROCHESKI	78053072968
107	DILMA VIEIRA DOS SANTOS	00380225913
108	ISOLDE DE FATIMA DE SOUZA FERREIRA PAULUKA	31967343934
109	SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK	96078618920
110	LETICIA APARECIDA TINDADE OLESCOWICZ	96078740997
111	ELIZIANE SCHIESSL	02655211901
112	VIVIANE SELENKA	00471870935
113	ADRIANA RODRIGUES FIGUEIRA	05100872993
114	ELIZETE APARECIDA DE LIMA	02180184956
115	CELINA POLAK CORREA DE OLIVEIRA	04043397941
116	LIZETE DIDEK	00661316939
117	ROSIANE ALVES RIBEIRO	04912538930
118	CRISTINA APARECIDA GEVIESKI	04085077996
119	ARRIETE FERNANDES DE OLIVEIRA	68312539972
120	RITA DE CASSIA PORTA GUDAS	00349846901
121	CLAUDIA REGINA VIEIRA	016653479

122	KELIN ROSIANE CORNELSEN	04126196951
123	MARLENE PAUL TREML	47673303949
124	ROSA APACECIDA MASSANEIRO PEREIRA	94846146987
125	KARIN SANTOS STANGE	75142112920
126	CRISTIANA ROMAO PEREIRA	04938210908
127	ELIANE CRISTINA GRITENS	05499628912
128	MARCELANE MUNHOZ	93694334904
129	VERONI GAVASSO	901232399
130	JOCIANE APARECIDA KOVALSKI	03848031990
131	ANA RITA BECKERT MEDEIROS	41981120963
132	EVELIN HEIDEN	00862567939
133	ANA CRISTINA DA SILVEIRA	05392212956
134	CIRLEA MARIA BEGE	88984915904
135	JOCIMARA DE AGOSTINHO DRZEWIECKI	94838623968
136	NÁDIA KUTAS	05830018900
137	ROSEMARI SUBTIL SASSO ANTUNES	98817531987
138	ADRIANA MACHADO CAMPOLIN	03207578977
139	CAMYLE KNÜPPEL	05774775950
140	ROSANE TEREZINHA DEMSKI GIMENEZ	902070099
141	JULIANA SZCZYGIEL	04210150983
142	ANA PAULA ROCHA	06237545921
143	CLICEIDE ZOMER PENKAL	00994074930
144	MIRIAN PIRES DE OLIVEIRA OSTROSKY	00438603974
145	KARYNE DOS SANTOS	04103161990
146	JOSEANE MARCELA GRAF	05755580910
147	MARIA HELENA ANDREICK RAUEN	84573015949
148	RAQUEL FRANCO DE OLIVEIRA	98124846987
149	VANESSA STASCOVIAN CHMILUK	04173766939
150	ADELITA DE LIMA FRANCO	00485122901
151	IDELCI KUIASKI SMEKATZ	03672183997
152	ALEXANDRA MARIA TORQUATO	04920338970
153	EDNA ALMERINDA BUSKO	74619160920
154	JOSIANE APARECIDA ARTNER	04085891910
155	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS	86678647904
156	CARMEN LUZIA KUCARZ	79175678934
157	JANETE KRAUSS	68453876991
158	FRANCIELLE BELUK	00933904916
159	DINAZELI TISCHLER	04361098913
160	ALEXANDRE DE LIMA	081001239
161	KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES	04512204986
162	TERESINHA APARECIDA LEMOS	75137704920
163	ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA	02398804984
164	MICHELE APARECIDA LEITE	05451038945
165	ANA PAULA VARELA DE OLIVEIRA	05761284901
166	GRAZIELA FEGER MELLO	04145093909
167	MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA ZIEMANN	93797095953
168	ANA CLAUDIA ADUR	06632771912
169	ROSEMERI LEMOS LESSA	01783715995
170	SILVETE WENDT ALVES PEREIRA	65949501934
171	LEDIANE PRISCILA MATTOS	04170545990
172	MARIA ANGELICA BARBOSA	05393637900
173	MARILDA BUSKO CORDEIRO	67073174900
174	MARISTELA MIRANDA GRESCHACHEN	02706748590

175	ELIZETE ENGEL DE CAMARGO	68294352934
176	RAQUELY BUENO	00955128960
177	NOEMIA DAS CHAGAS KOGLINSKI	94197105991
178	ALINE BARBARA VANIN	06352861903
179	ANDRIELLI LILLER	04933980900
180	ALINE WENDT	05473928935
181	RITA DE FÁTIMA MARECK	02778318909
182	GIOVANA DE FÁTIMA GONÇALVES DE LIMA	04422211935
183	ADRIANE JACK	01953162908
184	ROSANA DA SILVA	00339738901
185	VEREDIANE FRANCO DE OLIVEIRA	01011336936
186	ELIANE PECHIBILSKI	04917946905
187	JAQUELINE MARIA PERTILE AUMONDI	02547248921
188	ADRIANA FREITAS DOS SANTOS	024098139-1
189	ROSELI TEREZINHA LISBOA	69198004972
190	DEYSI MARIA MARQUES DOS SANTOS	07221194963
191	DISLENE IARROCHESKI	78053102972
192	JENIFER CRISTINA MIGUEL	05743322945
193	LIANA CARLA LACHMAN	04169976940
194	ELIANE CARLA ENGEL	05020429902
195	LUCIMARI MEDEIROS DO NASCIMENTO	05278865997
196	TEREZINHA APARECIDA GROSCOPP	90207394920
197	DAMARIS DE FATIMA SOARES	06179956995
198	SIRLENE APARECIDA JANISZEWSKI DESOUSA	00063613905
199	NEIDE MARIA BUBNIAK	81710119934
200	VILMA APARECIDA CORDEIRO BENTO MARIA	83170103920
201	MARILI PEREIRA DE MATOS	01013930916
202	ALINE DE SOUZA	08748065935
203	KARINE ADUR	04784186980
204	FABIANE BARBOSA	07404090938
205	KARLA HAUERBACH	05910116975
206	PATRICIA ALEXANDRE	05233948966
207	PÂMELA KÉROLINE MATHIAS	07144262923
208	SILVANA MARA MARQUES DE LIMA	04709590966
209	GISELE MOREIRA	05979303928

DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO

	Inscrito	CPF
1	DULCELEIA SILVESTRE LUCAS	39623823991
2	ROSANE DE FÁTIMA WEBER	53366158972
3	ANGELA MARIA ELIAS LAVINA	00358499917
4	MARCIA BERNARDETE SUCHECKE	03622786957
5	MARCIO FUCK	02718988959
6	SANDRA CONCEIÇÃO KÜCHLER	04308116910
7	JOSMAR KASCHUK	00339688963
8	EDIANE STREIT DE ALMEIDA	05890433903
9	ILDEFONSO PORTA	00335235921
10	CLEUSA MARIA SLONSKI GRAFE	75137240915
11	MARIA CECILIA BRAUARDT DA SILVA	03770043910
12	WILZA CARLA HENNING	03681628939
13	EVERALDO COLLODEL PORTA	42146828900
14	SILVIANE KASCHUK	02851387901
15	MARIA EURLI JUNGLES HUDZINSKI	47673460963



16	ROSI TEREZINHA PIETROWSKI CRESTASNI	52973336953
17	ISOLDE DE FATIMA DE SOUZA FERREIRA PAULUKA	31967343934
18	SANDRA DOS ANJOS OLIVEIRA	04054827950
19	JUSSARA RIBAS PINTO	00371201900
20	LAERCIO BOBROVICZ	04448266966
21	ADEMIR LUIZ DOS SANTOS	02715916922
22	CACIANE HENNING MEIRELLES	04894105969
23	MAUREN LAVINA GODOY	00815290900
24	CLAUDIOACIR GUEBER	05036958900
25	ELIANE COLAÇO	94846286991
26	ALINE BARBARA VANIN	06352861903
27	DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK	04133079990
28	SALETE APARECIDA FIGURA	02109500999
29	LUCIMARI MEDEIROS DO NASCIMENTO	05278865997
30	LETÍCIA DA SILVA	05787317971

DISCIPLINA GEOGRAFIA

	Inscrito	CPF
1	CLAUDETE NEIVA SANDMANN CEMBRANEL	33442738172
2	ADICELI RODRIGUES DE PAULA PEPFLOW	88985270982
3	VERALICE MUNHOZ RIBEIRO DE LIMA	98662880991
4	ROSALINA DE FÁTIMA PIOTROWSKI	10111329180
5	MARIA APARECIDA BUENO FERREIRA	04849805990
6	ANTONIO CARLOS PORTO DE OLIVEIRA	68657404834
7	SUELEN MESKIU	03543786946
8	ROSI TEREZINHA PIETROWSKI CRESTASNI	52973336953
9	CHARLENE APARECIDA KAUCTZ	09683306730
10	JÉSSICA SUELLEN DE LIMA	05912923940
11	JEFFERSON CHAGAS	00665736967
12	LAERCIO BOBROVICZ	04448266966
13	LENITA ACCO	02844849970
14	MARIVALDO CESAR BRITO	80816924953
15	JUNALE PORTES DE OLIVEIRA BATISTA	02608452990
16	CACIANE HENNING MEIRELLES	04894105969
17	DANIELE CRISTINA DE LIMA	04968312911
18	ROSILDA APARECIDA IENDRAS	65229371900
19	SILVIA CARLA SAFANELLI	81709528915
20	ROSENILDA APARECIDA BRNHOLO PAULUK	04009125977
21	ADRIANA DE LOURDES SYMANEK	03804138926
22	JAQUELINE ESTRISER	05805124955
23	KELLY KMIECIK	04123117988
24	DANIELE PORTA	00654158924
25	JOSIANE SCHOSTAK	05872691971
26	GIOVANA MARIA FERREIRA DE LIMA	75404265949

DISCIPLINA HISTÓRIA

	Inscrito	CPF
1	CLAUDETE NEIVA SANDMANN CEMBRANEL	33442738172
2	CLAUDINEI CLEMENTE	90303237953
3	ELENICE DE FÁTIMA DA SILVA GRUBER NISPONGINSKI	61903868904
4	ADICELI RODRIGUES DE PAULA PEPFLOW	88985270982
5	JOSMAR KASCHUK	00339688963

6	VERALICE MUNHOZ RIBEIRO DE LIMA	98662880991
7	ROSALINA DE FÁTIMA PIOTROWSKI	10111329180
8	MARIA APARECIDA BUENO FERREIRA	04849805990
9	WILZA CARLA HENNING	03681628939
10	ANTONIO CARLOS PORTO DE OLIVEIRA	68657404834
11	SILVANA MOREIRA	90507835972
12	SUELEN MESKIU	03543786946
13	CHARLENE APARECIDA KAUCTZ	09683306730
14	CARLA APARECIDA GROSSKOPF	00063416913
15	VIVIANE SELENKA	00471870935
16	JEFFERSON CHAGAS	00665736967
17	MARIVALDO CESAR BRITO	80816924953
18	JUNALE PORTES DE OLIVEIRA BATISTA	02608452990
19	ADEMIR LUIZ DOS SANTOS	02715916922
20	MYRIAM ROGERIA BRASIL XAVIER	94433186953
21	DANIELE CRISTINA DE LIMA	04968312911
22	ROSILDA APARECIDA IENDRAS	65229371900
23	CLAUDIOACIR GUEBER	05036958900
24	SILVIA CARLA SAFANELLI	81709528915
25	KARINA MICHEL	05331750974
26	MARIA DIONETE CAETANO GONÇALVES	01464357960
27	ELIANE COLAÇO	94846286991
28	ALEXANDRE ASSIS TOMPOROSKI	00555067980
29	JAQUELINE ESTRISER	05805124955
30	JOSIANE DE FÁTIMA BUENO FERREIRA	07068779930
31	DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK	04133079990
32	ELI FRANCISCO FRIEDRICH	05603583932
33	JOSIANE SCHOSTAK	05872691971
34	SALETE APARECIDA FIGURA	02109500999
35	GIOVANA MARIA FERREIRA DE LIMA	75404265949

DISCIPLINA INGLÊS

	Inscrito	CPF
1	GILDA MARIA SCHNEIDER PADILHA	79175716968
2	ARLETE SOARES	62223470963
3	ROSANA CONTE	87079550904
4	SANDRO VOLNEI DO NASCIMENTO	76525660963
5	REGIANE XAVIER	00063423960
6	ROSENILDA BOSSOW MELECHENCO	03839072921
7	JOCELI DA SILVEIRA HOLZAPFEL	68294115991
8	LUCIA MARIA CORREA BELITZ	45404569034
9	ANGELA ROSELI SALOMON	58666028904
10	JOCELANE MARCINIAC BOBROVICZ	04422933990
11	ROSANGELA DE CASSIA FEDALTO	64234118915
12	VAGNER JOSÉ DETONI	00861492960
13	SAMUEL ANTONIO RIBEIRO DE LIMA	98815318968
14	GISELLE LUDKA	04132956997
15	MARCIA TEIXEIRA DA SILVA	83854681968
16	MARLON ARENDARTCHUK	86404199904
17	IRIS RODRIGUES	04795311960
18	ANA PAULA GLUCKOVSKI FREIRE	00696429900
19	MARIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS	00928261999
20	ANDRESSA CASSIAS PEREIRA	00831701978



21	ANA CLAUDIA ZAN	04366017962
22	GRASIELLY MACHADO	04173858973
23	ALICE JOCELIA SCHLEM	05393609965
24	ANA MARIA BUENO DE OLIVEIRA CAVALHEIRO	780512079-0
25	LIDIANE BOBROVCZ	06640517906
26	MAGDALENA CHICON MARTIN	61488534934

DISCIPLINA LÍNGUA PORTUGUESA

	Inscrito	CPF
1	DULCELEIA SILVESTRE LUCAS	39623823991
2	GILDA MARIA SCHNEIDER PADILHA	79175716968
3	ESTELA MARIS PRADO MISSEL	17189691200
4	ELIANE MARGARETH KRUGER	42148073915
5	ROSANA CONTE	87079550904
6	SANDRO VOLNEI DO NASCIMENTO	76525660963
7	REGIANE XAVIER	00063423960
8	ROSENILDA BOSSOW MELECHENCO	03839072921
9	JOCELI DA SILVEIRA HOLZAPFEL	68294115991
10	LUCIA MARIA CORREA BELITZ	45404569034
11	ANGELA ROSELI SALOMON	58666028904
12	JOCELANE MARCINIAC BOBROVICZ	04422933990
13	ROSANGELA DE CASSIA FEDALTO	64234118915
14	VAGNER JOSÉ DETONI	00861492960
15	SAMUEL ANTONIO RIBEIRO DE LIMA	98815318968
16	LUCIANE THEODOROVICZ	02943363979
17	GISELLE LUDKA	04132956997
18	MARLON ARENDARTCHUK	86404199904
19	IRIS RODRIGUES	04795311960
20	ANA PAULA GLUCZKOVSKI FREIRE	00696429900
21	MARIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS	00928261999
22	ANDRESSA CASSIAS PEREIRA	00831701978
23	ANA CLAUDIA ZAN	04366017962
24	DAIANE NIESER	04593500990
25	GRASIELLY MACHADO	04173858973
26	ALICE JOCELIA SCHLEM	05393609965
27	ANA MARIA BUENO DE OLIVEIRA CAVALHEIRO	780512079-0
28	ROSENILDA APARECIDA BRNHOLO PAULUK	04009125977
29	LIDIANE BOBROVCZ	06640517906

DISCIPLINA MATEMÁTICA

	Inscrito	CPF
1	TANIA CRISTINA PORFIRIO IGNASZEWSKI	83388770930
2	CARLA VALÉRIA DOS SANTOS PACHECO	02806889707
3	MARCIO FUCK	02718988959
4	LUCIMARA DA SILVEIRA MOREIRA BUENO	02030864900
5	IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER	98816756934
6	SIMONE RODRIGUES	03382626950
7	SILVIANE KASCHUK	02851387901
8	AGNALDO ROBERTO PORTA	81710755920
9	JOELMA ZIELINSKI	03846026905
10	SABRINA SCHWED	00859673944
11	CECILIA APARECIDA DA SILVA	00502322900
12	MAURO EDSON JUNGLES	53419510934

13	TATIANA GOGOLA LINKOWSKI	00860390918
14	SUELEN SCHWED	00865802998
15	JOELMA APARECIDA MEDEIROS DO NASCIMENTO	05452308962
16	GILBERTO ADRIANO BIALESKI	04253651909
17	DENISE BAZZANELA	97026050915
18	MARCELA VIEIRA DO NASCIMENTO TASSO	00382567978
19	FRANCIS DE FATIMA BECKER	05320821921
20	VERYDIANE BAYESTORFF	00954864964
21	ROSILDA KONKEL	03893789928
22	SUELEN KADINE MAROS	04795330913
23	ALEXANDRE DE LIMA	081001239
24	EMMANUELLE FROEHNER	04672728919
25	SAMARA SABATKE	05890503979
26	VANESSA POLIANA WEIWANKO	05606801961
27	REGINA BASTOS	04891389931
28	JANE JAMILE MENDES	00755904923
29	SANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA	03691333907

DISCIPLINA ORIENTADOR EDUCACIONAL

	Inscrito	CPF
1	ROSANA BRANCO	65715560900
2	LUCIANE ROSELIS WOLFF KOGI	67128432949
3	DIRCÉIA MARIA PRADO MARCOS	29201276915

DISCIPLINA SÉRIES INICIAIS ESPECÍFICA 1ª SÉRIE - PROFESSOR (A) ALFABETIZADOR (A)

	Inscrito	CPF
1	SÔNIA APARECIDA QUADROS WAGNER	63849925900
2	LUCIMARA FERREIRA WIPPICH	63727820900
3	CLEIDE DE FATIMA JONKO BUENO	70302820949
4	JANINE RIBAS RISKE	54227518920
5	CLAUDIA SIMONE BECHEL	83448950904
6	ROSIMARI RODECZ DE LIMA	04087896978
7	LUCIMAR MARKO	58273883949
8	MARCIANE APARECIDA KANZLER PADILHA KOMOCHENA	85552534972
9	ROSELIS APARECIDA PACHECO DE MIRANDA	48246310925
10	GRASIELLI IANCOSKI	03653962900
11	DIONICE DE FÁTIMA PEREIRA BURGARDT	72977710906
12	ZILDA NOVAK MACIEL	63759136915
13	ZEILA KOHLER RIBAS	70178607991
14	MARIA DA CONCEIÇÃO SCHPANSKI	44418612904
15	ERLI FINTA	69199000920
16	MARA RUBIA FERREIRA DO VALE SELENKO	63724707991
17	ROSILENE DOS SANTOS COLLODEL	75378531934
18	CLAIR DE FÁTIMA FALKIEVECZ	55179630991
19	SANDRA MARIA DOS SANTOS HEIDEN	01569089990
20	LAURECI APARECIDA ANTUNES ADUR	64234142972
21	ADRIANA ERHARDT ZSCHAP	63266423968
22	MIRNA KARPAVICIUS	58975853934
23	NEUSELI APARECIDA NOGATH DOBRYCHTOP	71288708904
24	RENATA CRISTINA FERNANDES KASCHUK	93694458972



25	CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI	03715962976
26	ELIETE TEREZINHA PFLEGER LISCOSKI	58640118949
27	JEONECE TEREZINHA DOMBROVSKI KRAUS	61929727968
28	LUCIANA MALINOSKI ERHARDT	65229487968
29	VIVIANE SUCHARA RADKE GLUCZKOWSKI	68455801972
30	DIRCEU SOARES	72221666968
31	ROSE MARY KARPAVICIUS	58975799972
32	ELENICE DE FÁTIMA DA SILVA GRUBER NISPONGINSKI	61903868904
33	MARIA ELIANI PEREIRA	83170227904
34	SANDRA APARECIDA DA SILVEIRA	02664827910
35	LUCIMARA CARLOS DE MARIA MACIEL	94683638991
36	MAUDE RAQUEL GASPERIN PORTA	44322445004
37	ROSANE WUNSCH	92048994920
38	ELIANE KARVAT VIEIRA	72796081915
39	IVONE GONÇALVES DE LIMA OLIVEIRA	802558419
40	CLARISSE ANDREIA SUCHEKE FIGURA	98812637949
41	ROSANE GRACHESKI DA ROCHA	80254500900
42	ADINEIA ALBIGAUS	84269642904
43	MARIA DE LOURDES DE LIMA PEREIRA	83853650973
44	ELISAMAR ROCHA PEREIRA DE ALMEIDA	855532129
45	REJANE ENNES	81710933968
46	SUELI DE FATIMA SILVA	00637100999
47	ZORA IONARA GRANEMAN FERNANDES KICHILESKI	84268980920
48	MÁRCIA BROZOSKI ULTHES	28068990981
49	RENATA OSTETTO GERALDI	991233989
50	ALCIONE APARECIDA ARTNER	00527094935
51	ELIS SARITA ANTONOVICZ	80255515987
52	SILVIA WIECZORKIEWICZ	00446995908
53	HILDA ULTHES HEUKO	02289653900
54	SILVANA HELENA FERNANDES DE RAMOS	00360559999
55	MARIA ANGELITA DE LIMA HAENSCH GONÇALVES DO ROSÁRI	80324444915
56	SIMONE RAMOS DOS SANTOS BUENO DE OLIVEIRA	68452667949
57	ELOA STEKLAIN	03701244995
58	EVA ELIANA GENRA	00611951975
59	GENY LEFFEL FONTES	00063778904
60	ÉDINA JOSIANE DE AUGUSTINHO WENDT	53336500982
61	CRISTINA FERREIRA SCHONTON	78202558972
62	ELOIDA PORTA PEREIRA	00349848955
63	LUCIANE SOARES WALTER	05391573920
64	CATARINA RUTHES PINTO THEODOROVITZ	85206024953
65	PATRICIA RAQUEL MUCHINSKI	04232559598
66	NADIR CORREIA PADILHA DE LIMA	71304452972
67	ILDA VIELEVSKI	671044799-5
68	KARINLIZ KRAUS DAMASO DA SILVEIRA	03176343990
69	MARILEI ALVES	63850257991
70	MARLENE KOSTULSKI NIEZELSKI	61422509915
71	IOLANDA MULLER	83170049968
72	MARLI APARECIDA SANTOS	64234070963
73	JOSIANE ARTNER FIGURA	07294006970
74	ALSIONE KACHIMARECK CARLOS DE MARIA	03797247907
75	SAILA REGINA SORG	78051568915

76	MARIA GORETI ADUR	90258355972
77	SIOMARA VOIGT MACHADO	67091075900
78	ANA PAULA BLANCK RAABE	00422692964
79	ELIZETE APARECIDA DE LIMA	02180184956
80	CLAUDIA REGINA VIEIRA	016653479
81	KELIN ROSIANE CORNELSEN	04126196951
82	MICHELE CRISTINA WOSIACK	03691270999
83	DIRCE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS	57892431934
84	ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA	94846146987
85	ANDRÉA NIEDZIELSKI	00337916942
86	MARIA CRISTIANE DOS SANTOS	92051367949
87	MARCELANE MUNHOZ	93694334904
88	JOCIANE APARECIDA KOVALSKI	03848031990
89	EVELIN HEIDEN	00862567939
90	ELISANE TEIXEIRA PIECHONTCOSKI	00381065901
91	ROSEMARI SUBTIL SASSO ANTUNES	98817531987
92	DENISE ANTUNES DE OLIVEIRA	02826230948
93	ROSANE TEREZINHA DEMSKI GIMENEZ	902070099
94	ADRIANA BUENO DE OLIVEIRA ERHARDT	00366981994
95	PAOLA TREVISANI	052859559-8
96	ANA PAULA ROCHA	06237545921
97	DENILDA APARECIDA ALVES CORREA	00437515982
98	JOSEANE MARCELA GRAF	05755580910
99	DENILDA APARECIDA CORREA	05461799914
100	DIRCÉIA MARIA PRADO MARCOS	29201276915
101	LUCIA MARIA WOSIAK	39951650953
102	CARMEN LUZIA KUCARZ	79175678934
103	FRANCIELLE BELUK	00933904916
104	KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES	04512204986
105	MICHELE APARECIDA LEITE	05451038945
106	GRAZIELA FEGER MELLO	04145093909
107	ARCILENE CLARICE BIGAS	05503451910
108	ROSEMERI LEMOS LESSA	01783715995
109	JOSIANE GREIM DE MELO	00436756978
110	LUCIANE CHRISSOSTOMO SELEME	937756
111	ANDREA ISABEL STEKLAIN	94836868904
112	JOSIANE DE FÁTIMA BUENO FERREIRA	07068779930
113	ALINE WENDT	05473928935
114	MABEL VESARO	90257219900
115	JAQUELINE MARIA PERTILE AUMONDI	02547248921
116	ADRIANA FREITAS DOS SANTOS	024098139-1
117	DEYSI MARIA MARQUES DOS SANTOS	07221194963
118	JENIFER CRISTINA MIGUEL	05743322945
119	SIOMARA WEINFURTER SABATKE	00457793929
120	DAMARIS DE FATIMA SOARES	06179956995
121	SIRLENE APARECIDA JANISZEWSKI DESOBUZA	00063613905
122	NEIDE MARIA BUBNIAK	81710119934
123	KARLA HAUERBACH	05910116975
124	PÂMELA KÉROLINE MATHIAS	07144262923
125	SILVANA MARA MARQUES DE LIMA	04709590966
126	MARIELI ENGEL	07113581927

DISCIPLINA SÉRIES INICIAIS: 2ª A 4ª SÉRIE



	Inscrito	CPF
1	CLARICE DE FATIMA RODRIGUES SIEMS	47919221900
2	CIUMARA CORREA DOS SANTOS	55656080900
3	JUSSARA KUCHLER DE FARIA	71449019900
4	SHIRLEY APARECIDA CONTREK	00438843932
5	ENILCEA MARIA KELCZESKI RIBEIRO	01954496907
6	LUCIMARA FERREIRA WIPPICH	63727820900
7	ROSI TEREZINHA RISKE PRUST	58666281987
8	CLEIDE DE FATIMA JONKO BUENO	0302820949
9	JANINE RIBAS RISKE	54227518920
10	ZELIA MARIA COTARSKI DE OLIVEIRA	79176364968
11	CLAUDIA SIMONE BECHEL	83448950904
12	ROSIMARI RODECZ DE LIMA	04087896978
13	REGIANE PAULO	93694563920
14	LUCIMAR MARKO	58273883949
15	VANESSA GISELI TREML	42147298972
16	MARCIANE APARECIDA KANZLER PADILHA KOMOCHENA	85552534972
17	ROSELI APARECIDA DE ALMEIDA BORGES	84572973920
18	TEREZA DOBROCHINSKI BUDANT	90200688693
19	GIOVANA DE LIMA	62350609987
20	ROSELIS APARECIDA PACHECO DE MIRANDA	48246310925
21	BEATRIZ PRUST DA CRUZ	52880117968
22	MARIA LUCIA PRUST OLESCOWICZ	57543003953
23	KARINA HELENA FERREIRA JACOBOWSKI	94836620953
24	SUZANI BRANDL GUDAS	89460000
25	DIONICE DE FÁTIMA PEREIRA BURGARDT	72977710906
26	FRANCISCA CARLIM	73028266920
27	ZILDA NOVAK MACIEL	63759136915
28	ZEILA KOHLER RIBAS	70178607991
29	MARA RUBIA FERREIRA DO VALE SELENKO	63724707991
30	ROSILENE DOS SANTOS COLLODEL	75378531934
31	NAIR MACIEL CUJA	96079622904
32	NEUSI APARECIDA PAULUK KIESKI	66598583934
33	CLAIR DE FÁTIMA FALKIEVECZ	55179630991
34	SANDRA MARIA DOS SANTOS HEIDEN	01569089990
35	SALETE SOARES DE LIMA KALEMKA	60714905968
36	LUCIANE APARECIDA DE SOUZA PINTO NEUDORF	83855203920
37	LAURECI APARECIDA ANTUNES ADUR	64234142972
38	JANETE NUNES STEILEIN	99912520963
39	ADRIANA ERHARDT ZSCHAP	63266423968
40	IVONE WAGNER WOLKAN CORREIA	63265966968
41	MIRNA KARPAVICIUS	58975853934
42	ALESSANDRA HELENA MARKO LANKE	99051311915
43	MARIA ZENAIDE PRUSSAKI	64251454987
44	NEUSELI APARECIDA NOGATH DOBRYCHTOP	71288708904
45	RENATA CRISTINA FERNANDES KASCHUK	93694458972
46	CLEUSA ADRIANA LESCOVITZ DA SILVA	80256155968
47	MARCIA BERNARDETE SUCHECKE	03622786957
48	SILVANA VOIGT	71303154900
49	ADRIANA BEATRIZ TYSZKA KOHLER	42145937900
50	JEONECE TEREZINHA DOMBROVSKI KRAUS	61929727968
51	LUCIANA MALINOSKI ERHARDT	65229487968

52	VIVIANE SUCHARA RADKE GLUCZKOWSKI	68455801972
53	DIRCEU SOARES	72221666968
54	JOSIANE KWIECIEN	68273592987
55	MILTON DE PAULA BUENO	43613446987
56	BEATRIZ MULLER PAZDA	87079860920
57	ROSANE APAECIDA DE SOUZA CALDAS	71730281915
58	MARCIA ANTONIA KRULL FINK	35868775104
59	DIRCE POKRYVIECKI HESSE	54227607949
60	MARISTELA BAIL DE FAVERI	77032870910
61	EDELMERI APARECIDA KOWALSKI	71731547907
62	CLEIDE REGINA MELECHENCO CUJA	73743801949
63	SIMONE DAMASO DA SILVEIRA	64234991953
64	GISELE APARECIDA BORNATTE PRUST	037466429
65	MARLI TEREZINHA SCHOLZ MARON FERNANDES	77033000987
66	MARLI TEREZA DRANKA	91834520959
67	ROSE MARY KARPAVICIUS	58975799972
68	VALDICEIA DOLIZETTI MUNHOZ NOERNBERG	80423035991
69	ANA ATAIZ MULLER STOKER	83853731953
70	MARILÚ DE FÁTIMA TACHESKI	77478797920
71	KELI CRISTINA GROTH SCHELBAUER	71290052972
72	MARIA ELIANI PEREIRA	83170227904
73	LUCIMARA CARLOS DE MARIA MACIEL	94683638991
74	MAUDE RAQUEL GASPERIN PORTA	44322445004
75	AGLACI SABATKE IURKIV	85553220904
76	ROSANE WUNSCH	92048994920
77	SALETE ALVES DE OLIVEIRA SCHIESSL	73744298949
78	ELIANE KARVAT VIEIRA	72796081915
79	IVONE GONÇALVES DE LIMA OLIVEIRA	802558419
80	SIOMARA NUNES CARLOS	87079089972
81	JANAINA MENDES	97025160997
82	REGIANE ARTNER GEVIESKI	00347371973
83	CLARISSE ANDREIA SUCHEKE FIGURA	98812637949
84	ROSEMARI APARECIDA DOS SANTOS GODOY	01897841990
85	JOSEFA SEBASTIANA CARDOSO MULLER	01818505916
86	ADINEIA ALBIGAUS	84269642904
87	SIDNEA FÁTIMA DE LIMA IURKIV	96079070944
88	MARIA DE LOURDES DE LIMA PEREIRA	83853650973
89	ELISAMAR ROCHA PEREIRA DE ALMEIDA	855532129
90	MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES	93796900968
91	REJANE ENNES	81710933968
92	MARCIA MARIA CONRADO JONKO	65237684904
93	MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA	00375850961
94	SUELI DE FATIMA SILVA	00637100999
95	ILDEFONSO PORTA	00335235921
96	MÁRCIA BROZOSKI ULTHES	28068990981
97	NEREIDA DE FATIMA SANT'ANA	79985238915
98	ALCIONE APARECIDA ARTNER	00527094935
99	JACINTA DE FATIMA FUCK	90208005900
100	ELIS SARITA ANTONOVICZ	80255515987
101	ROSANE TOMCZYK	02982638908
102	VANIA VALQUIRIA RODRIGUES FIDENCIO DA COSTA	98819917904
103	ZELINDA MAZOROVICZ DOMINGOS PINTO	00534883931
104	HILDA ULTHES HEUKO	02289653900

105	SILVANA HELENA FERNANDES DE RAMOS	00360559999
106	ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA FIGURA	79177735900
107	FABIANI APARECIDA HITNER PONIJALEKI	97567680963
108	MARIA ANGELITA DE LIMA HAENSCH GONÇALVES DO ROSÁRI	80324444915
109	MARILETE DE FÁTIMA PEREIRA CASTILHO	85553484987
110	SIMONE RAMOS DOS SANTOS BUENO DE OLIVEIRA	68452667949
111	ELOA STEKLAIN	03701244995
112	CLAIR TEREZINHA NOVACK MOTA	48451657915
113	GIZELE REGINA BECKERT	04332697901
114	EVA ELIANA GENRA	00611951975
115	BRONISIA GURZYNSKI ZAKALUZNE	80255400900
116	CRISTIANE SIOMARA PRUST MOKVA	96132965904
117	ÉDINA JOSIANE DE AUGUSTINHO WENDT	53336500982
118	CRISTINA FERREIRA SCHONTON	78202558972
119	MARI NEIDE ALEXANDRE	936946529
120	ELOIDA PORTA PEREIRA	00349848955
121	MARI SILVIA DE AGOSTINHO	68453604991
122	EVERALDO COLLODEL PORTA	42146828900
123	LARISSA DEL GOBO KRUGER BALUTA	00436746905
124	KATIA REGINA FINTA ZIPPERER	78202531934
125	ELIZETE ALVES CORREA	83171126915
126	MARILEI ALVES	63850257991
127	MARLENE KOSTULSKI NIEZELSKI	61422509915
128	MARIA EURLI JUNGLES HUDZINSKI	47673460963
129	ELIANE SUDOSKY OLIVEIRA	92050956991
130	ROSA DOS SANTOS VEIGA ITO	58289208987
131	ANDREA PINHEIRO DOS SANTOS FERREIRA	918347089
132	DANIELA SOARES FRAGOSO DE SOUZA E SILVA	004830259-7
133	ROSILDA VOLOSCHE FERREIRA PEREIRA	86391240949
134	GISELDA MARIA BARBOZA	98124188904
135	JOSIANE ARTNER FIGURA	07294006970
136	ROSENILDA HERZINGER	02502840902
137	VIVIANE RAMTHUM	02887994964
138	MARIEL HORSKY	03743828910
139	KIARA APARECIDA KRAUSS	87080249953
140	DILMA VIEIRA DOS SANTOS	00380225913
141	MARIA GORETI ADUR	90258355972
142	SIOMARA VOIGT MACHADO	67091075900
143	SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK	96078618920
144	LETICIA APARECIDA TINDADE OLESCOWICZ	96078740997
145	ANA PAULA BLANCK RAABE	00422692964
146	ELIZIANE SCHIESSL	02655211901
147	ADRIANA RODRIGUES FIGUEIRA	05100872993
148	CELINA POLAK CORREA DE OLIVEIRA	04043397941
149	LIZETE DIDEK	00661316939
150	ROSIANE ALVES RIBEIRO	04912538930
151	CRISTINA APARECIDA GEVIESKI	04085077996
152	RITA DE CASSIA PORTA GUDAS	00349846901
153	MICHELE CRISTINA WOSIACK	03691270999
154	DIRCE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS	57892431934
155	LUCIANE ROSELIS WOLFF KOGI	67128432949
156	MARCIA TEIXEIRA DA SILVA	83854681968

157	ANDRÉA NIEDZIELSKI	00337916942
158	CRISTIANA ROMAO PEREIRA	04938210908
159	ELIANE CRISTINA GRITENS	05499628912
160	MARIA CRISTIANE DOS SANTOS	92051367949
161	MARIA LETÍCIA GLINSKI PEIXER	79985300904
162	VERONI GAVASSO	901232399
163	ANA CRISTINA DA SILVEIRA	05392212956
164	CIRLEA MARIA BEGE	88984915904
165	JOCIMARA DE AGOSTINHO DRZEWIECKI	94838623968
166	ELISANE TEIXEIRA PIECHONTCOSKI	00381065901
167	DENISE ANTUNES DE OLIVEIRA	02826230948
168	CAMYLA KNÜPPEL	05774775950
169	ADRIANA BUENO DE OLIVEIRA ERHARDT	00366981994
170	JULIANO FREITAS	00756238978
171	PAOLA TREVISANI	052859559-8
172	JULIANA SZCZYGIEL	04210150983
173	DENILDA APARECIDA ALVES CORREA	00437515982
174	CLICEIDE ZOMER PENKAL	00994074930
175	MIRIAN PIRES DE OLIVEIRA OSTROSKY	00438603974
176	KARYNE DOS SANTOS	04103161990
177	MARIA HELENA ANDREICK RAUEN	84573015949
178	RAQUEL FRANCO DE OLIVEIRA	98124846987
179	VANESSA STASCOVIAN CHMILUK	04173766939
180	ANDRÉIA GUSMÃO NOGUEIRA	94844534904
181	ADELITA DE LIMA FRANCO	00485122901
182	DENILDA APARECIDA CORREA	05461799914
183	IDELCI KUIASKI SMEKATZ	03672183997
184	ALEXANDRA MARIA TORQUATO	04920338970
185	JOSIANE APARECIDA ARTNER	04085891910
186	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS	86678647904
187	LUCIA MARIA WOSIAK	39951650953
188	JANETE KRAUSS	68453876991
189	DAIANE KARINE WENDT	06581225924
190	TERESINHA APARECIDA LEMOS	75137704920
191	ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA	02398804984
192	MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA ZIEMANN	93797095953
193	ANA CLAUDIA ADUR	06632771912
194	ARCILENE CLARICE BIGAS	05503451910
195	MARIA ANGELICA BARBOSA	05393637900
196	MARISTELA MIRANDA GRESCHACHEN	02706748590
197	ELIZETE ENGEL DE CAMARGO	68294352934
198	JOSIANE GREIM DE MELO	00436756978
199	LUCIANE CHRISSOSTOMO SELEME	937756
200	SONIA MARIA SOARES PADILHA CRESTANI	01469845954
201	RAQUELY BUENO	00955128960
202	ANDREA ISABEL STEKLAIN	94836868904
203	NOEMIA DAS CHAGAS KOGLINSKI	94197105991
204	LUCINÉIA FERNANDES DOS SANTOS	61494020963
205	GERSON IVANISKI DOS SANTOS (GIOVANA)	00958933936
206	GIOVANA DE FÁTIMA GONÇALVES DE LIMA	04422211935
207	ROSANA DA SILVA	00339738901
208	VEREDIANE FRANCO DE OLIVEIRA	01011336936
209	ELIANE PECHIBILSKI	04917946905

210	ROSELI TEREZINHA LISBOA	69198004972
211	SIOMARA WEINFURTER SABATKE	00457793929
212	TEREZINHA APARECIDA GROSCOPP	90207394920
213	VILMA APARECIDA CORDEIRO BENTO MARIA	83170103920
214	MARILI PEREIRA DE MATOS	01013930916
215	ALINE DE SOUZA	08748065935
216	KARINE ADUR	04784186980
217	FABIANE BARBOSA	07404090938
218	PATRICIA ALEXANDRE	05233948966
219	JOCELI SCHUELLER	98590936953
220	GISELE MOREIRA	05979303928
221	MARIELI ENGEL	07113581927
222	IDALINA LORENA	90734351968

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo n.º FMS 41/2009

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2009

Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação da CLÍNICA MÉDICA H J LTDA (CNPJ: 76.839.588/0001-33), para:

Item 1 – Prestação de serviços de atendimento médico-psiquiátrico em recuperação de doentes mentais e dependentes químicos maiores de 18 (dezoito) anos, do Município de Canoinhas. Valor Mensal para locação de 06 (seis) leitos: R\$ 8.673,55 (oito mil seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos); Valor Total: R\$ 104.082,60 (cento e quatro mil oitenta e dois reais e sessenta centavos);

Item 2 – Prestação de serviços de atendimento médico-psiquiátrico em recuperação de doentes mentais e dependentes químicos adolescentes (12 a 18 anos), do Município de Canoinhas. Valor diário para locação de 03 (três) leitos: R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais); Valor total: R\$ 64.605,00 (sessenta e quatro mil seiscentos e cinco reais).
Valor total do contrato: R\$ 168.687,60 (cento e sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

Vigência do contrato: 01/01/2010 à 31/12/2010.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Lei N.º 0457

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º 0457 DE 18.12.2009

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 11 de 06/09/2006 do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo I.

CAPÍTULO II**Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2010 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2010-2013.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2010, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da lei orçamentária anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III**A Organização e Estrutura dos Orçamentos**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contrapresta-



ção direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 02 de 08 de agosto de 2007 e seus anexos e demais alterações.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais

§ 3º A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 4º A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 - transferência à consórcios públicos, será programada a fim de atender as despesas realizadas através de Consórcio Intermunicipal da AMAVI. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias

econômicas;

II - Demonstrativo da receita por categorias econômicas;

III - Demonstrativo da natureza da despesa por categorias econômicas;

IV - Programa de Trabalho de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo - demonstrativo de funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VI - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos;

VII - Quadro Demonstrativo da Despesa por órgãos e funções (QDD);

VIII - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita;

IX - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa - consolidado;

X - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos da alienação de ativos;

XI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos previstos para 2010;

XII - Demonstrativo de funções e subfunções de Governo.

Parágrafo único. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o inciso VII deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada órgão/unidade orçamentária.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção;

II - Quadro demonstrativo da Dívida Flutuante;

III - Quadro demonstrativo da Dívida Fundada;

IV - Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde;

V - Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino- MDE.

VI - Demonstrativo dos restos a pagar por Poder e Órgão;

VII - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2010 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos e Fundações Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora central ou nas respectivas unidades, e estas, por suas vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no inciso VII do artigo 7º desta Lei (QDD).

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para

2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente em documentos específicos ou através de seus balancetes mensais, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (artigo 12, § 3º da LRF).

Art. 12. Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (artigo 9º da LRF):

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I desta Lei.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo I desta Lei (artigo 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2010 poderão destinar recursos para a reserva de contingência, não superiores a 5% (cinco por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício (ART. 5º, III da LRF), e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários do orçamento fiscal.

§ 1º Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN nº 163/2001, Art 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo I desta Lei (artigo 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2010, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual (artigo 5º, § 5º da LRF).

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (artigos 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (artigo. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (artigo 8º, § único e artigo 50, I da LRF).

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2010, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (artigo. 4º, § 2º, V e artigo 14, I da LRF).

Art. 21. A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (artigo 70, parágrafo único da CF).

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de

Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (artigo 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do relatório sobre Projetos em Execução e Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no Anexo I desta Lei (artigo 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Art. 25. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 26. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (artigo 167, VI da CF).

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010 e constantes desta Lei. (artigo 167, I da CF).

Art. 28. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2010, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50%(cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (artigos 30,31 e 32 da LRF).

Art. 31. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica (artigo 32, I da LRF).

Art. 32. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei (artigo 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Despesas com Pessoal

Art. 33. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, renominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 34. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal forem inferiores a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 22, § único, V da LRF).

Art. 35. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (artigo 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

CAPÍTULO VII**Das Disposições sobre Alteração da Legislação Tributária**

Art. 37. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (artigo 14 da LRF).

Art. 38. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF (artigo 14, § 3º da LRF).

Art. 39. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (artigo 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII**Das Disposições Gerais**

Art. 40. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido em Lei, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2009.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41. Serão consideradas legais as atualizações de débitos pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 42. Os créditos especiais e extraordinários, abertos no último exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 43. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2010.

Art. 44. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 18 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO I

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

V - Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

VI - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

VII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2010;

IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público; e

X - Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações.

XI - Anexo de Riscos Fiscais.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo I - Metas Anuais**

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 1/1

Data: 21/12/2009

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	7.851.351,64	7.851.351,64	----	7.646.771,64	7.646.771,64	----	7.732.938,35	7.732.938,35	----
Receitas Primárias (I)	7.758.101,64	7.758.101,64	----	7.636.021,64	7.636.021,64	----	7.644.688,35	7.644.688,35	----
Despesa Total	7.851.351,64	7.851.351,64	----	7.143.021,64	7.143.021,64	----	7.199.188,35	7.199.188,35	----
Despesas Primárias (II)	7.771.351,64	7.771.351,64	----	7.115.021,64	7.115.021,64	----	7.193.188,35	7.193.188,35	----
Resultado Primário (III) = (I-II)	(13.250,00)	(13.250,00)	----	521.000,00	521.000,00	----	451.500,00	451.500,00	----
Resultado Nominal	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADOPágina: 1/1
Data: 21/12/2009

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2008 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2008 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	7.989.511,88	----	7.955.487,07	----	(34.024,81)	(0,426)
Receitas Primárias (I)	7.978.865,00	----	7.725.037,09	----	(253.827,91)	(3,181)
Despesa Total	8.289.511,88	----	8.217.652,51	----	(71.859,37)	(0,867)
Despesas Primárias (II)	8.268.011,88	----	8.217.652,51	----	(50.359,37)	(0,609)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(289.146,88)	----	(492.615,42)	----	(203.468,54)	70,369
Resultado Nominal	0,00	----	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	----	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	----	0,00	0,000	0,00	0,000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/1
 Data: 21/12/2009

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	8.144.891,88	7.989.511,88	(1,910)	7.821.700,00	(2,100)	7.851.351,64	0,380	7.646.771,64	(2,610)	7.732.938,35	1,130
Receitas Primárias (I)	7.834.244,99	7.978.865,00	1,850	7.790.110,96	(2,370)	7.758.101,64	(0,410)	7.636.021,64	(1,570)	7.644.888,35	0,110
Despesa Total	8.078.891,88	8.289.511,88	2,610	7.821.700,00	(5,640)	7.851.351,64	0,380	7.143.021,64	(9,020)	7.199.188,35	0,790
Despesas Primárias (II)	8.052.691,88	8.268.011,88	2,670	7.796.000,00	(5,710)	7.771.351,64	(0,320)	7.115.021,64	(8,450)	7.193.188,35	1,100
Resultado Primário (III) = (I-II)	(218.446,89)	(289.146,88)	32,360	(5.889,04)	(97,960)	(13.250,00)	124,990	521.000,00	(4.032,080)	451.500,00	(13,340)
Resultado Nominal	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00	----	0,00	----	0,00	----
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00	----	0,00	----	0,00	----
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00	----	0,00	----	0,00	----

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	8.144.891,88	7.989.511,88	(1,910)	7.821.700,00	(2,100)	7.851.351,64	0,380	7.646.771,64	(2,610)	7.732.938,35	1,130
Receitas Primárias (I)	7.834.244,99	7.978.865,00	1,850	7.790.110,96	(2,370)	7.758.101,64	(0,410)	7.636.021,64	(1,570)	7.644.888,35	0,110
Despesa Total	8.078.891,88	8.289.511,88	2,610	7.821.700,00	(5,640)	7.851.351,64	0,380	7.143.021,64	(9,020)	7.199.188,35	0,790
Despesas Primárias (II)	8.052.691,88	8.268.011,88	2,340	7.796.000,00	(5,710)	7.771.351,64	(0,320)	7.115.021,64	(8,450)	7.193.188,35	1,100
Resultado Primário (III) = (I-II)	(218.446,89)	(289.146,88)	32,360	(5.889,04)	(97,960)	(13.250,00)	124,990	521.000,00	(4.032,080)	451.500,00	(13,340)
Resultado Nominal	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00	0,000	0,00	----	0,00	----
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00	0,000	0,00	----	0,00	----
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	----



Página: 1/3
Data: 21/12/2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 Receitas	7.614.014,14	7.409.434,14	7.495.600,85
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	7.521.514,14	7.399.434,14	7.408.100,85
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	463.750,00	439.750,00	454.750,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	136.000,00	136.000,00	136.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00.00 Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	113.000,00	113.000,00	113.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	85.000,00	85.000,00	85.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00.00 Redutor 20% Desconto IPTU	(2.000,00)	(2.000,00)	(2.000,00)
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00.00 Imposto s/ a Produção e a Circulação	23.000,00	23.000,00	23.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00.00 Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	25.000,00	25.000,00	25.000,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00.00 Dedução de Outros Tributos ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	(2.000,00)
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00 TAXAS	213.250,00	193.250,00	206.250,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00 Tx p/ Exercício do Poder de Policia	111.250,00	103.250,00	108.250,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00.00.00 Tx de Serviços Administrativos	46.250,00	46.250,00	46.250,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00.00.00 Tx de Licença para Execução de Obras	65.000,00	57.000,00	62.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00.00 Tx pela Prestacao de Servicos	102.000,00	90.000,00	98.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	102.000,00	90.000,00	98.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00.00.00 CONTRIBUICAO DE MELHORIA	114.500,00	110.500,00	112.500,00
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00.00.00 Contrib Melhoria Expans Rede Iluminação Púb Cidade	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	33.000,00	29.000,00	31.000,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00.00.00 Outras Contrib de Melhoria	61.500,00	61.500,00	61.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	91.862,50	84.862,50	88.862,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	100,00	100,00	100,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Outras Rec. Patrimoniais	91.762,50	84.762,50	88.762,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.903.606,64	6.812.526,64	6.802.193,35
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.903.606,64	6.812.526,64	6.802.193,35
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00.00 Transf. da União	4.182.295,77	3.973.138,27	4.295.242,45
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00.00.00 Participação na Rec. da União	3.547.399,93	3.352.992,43	3.448.346,61
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	3.820.719,93	3.626.312,43	3.721.666,61
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	(302.500,00)	(302.500,00)	(302.500,00)
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	225,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	(45,00)	(45,00)	(45,00)
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	36.250,00	36.250,00	36.250,00
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00.00.00 Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Ex	(7.250,00)	(7.250,00)	(7.250,00)
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	38.000,00	38.000,00	38.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00.00.00 Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004	13.000,00	13.000,00	13.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	12.500,00	12.500,00	12.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDT	173.500,00	173.500,00	173.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00.00.00 Transf. do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	7.500,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00.00.00 Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	50.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00.00.00 Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	75.000,00	75.000,00	75.000,00
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00.00.00 Recursos do PAC	41.000,00	41.000,00	41.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	37.500,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00.00.00 Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	(4.604,16)	(4.604,16)	(4.604,16)
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00.00.00 Outras Transferencias da Uniao	378.000,00	363.250,00	590.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	2.321.310,87	2.439.388,37	2.106.950,90
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00.00.00 Participação na Rec. dos Estados	1.643.727,55	1.812.555,05	1.553.534,22
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00.00.00 Cota-Parte do ICMS	1.748.348,39	1.917.175,89	1.658.155,06
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00.00.00 Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	(214.416,66)	(214.416,66)	(214.416,66)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00.00.00 Cota-Parte do IPVA	95.000,00	95.000,00	95.000,00

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICM	(19.000,00)	(19.000,00)	(19.000,00)
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	3.795,82	3.795,82	3.795,82
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	677.583,32	626.833,32	553.416,68
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	75.000,00	75.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMEN	197.500,00	197.500,00	197.500,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTAD	400.083,32	349.333,32	275.916,68
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Recursos Salário Educação do Estado	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.295,00	62.295,00	62.295,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	26.000,00	26.000,00	26.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	26.000,00	26.000,00	26.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	26.000,00	26.000,00	26.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.000,00	5.000,00	5.000,00
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Receita Própria Dívida Ativa	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	26.295,00	26.295,00	26.295,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	26.295,00	26.295,00	26.295,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	92.500,00	10.000,00	87.500,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	75.000,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	75.000,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	75.000,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00	Operação de Crédito	75.000,00	0,00	75.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	17.500,00	10.000,00	12.500,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	10.000,00	12.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	17.500,00	10.000,00	12.500,00
Total entidade:		7.614.014,14	7.409.434,14	7.495.600,85
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	237.337,50	237.337,50	237.337,50
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	237.337,50	237.337,50	237.337,50
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	650,00	650,00	650,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	650,00	650,00	650,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	650,00	650,00	650,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	650,00	650,00	650,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saud	650,00	650,00	650,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	236.687,50	236.687,50	236.687,50
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	236.687,50	236.687,50	236.687,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	187.250,00	187.250,00	187.250,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	187.250,00	187.250,00	187.250,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	79.750,00	79.750,00	79.750,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	7.500,00	7.500,00	7.500,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DI	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DO SUS	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	49.437,50	49.437,50	49.437,50
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	49.437,50	49.437,50	49.437,50
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTAD	29.500,00	29.500,00	29.500,00
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	19.000,00	19.000,00	19.000,00
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilancia Sanitaria - Estado	937,50	937,50	937,50
Total entidade:		237.337,50	237.337,50	237.337,50
Total geral:		7.851.351,64	7.646.771,64	7.732.938,35



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/1
 Data: 21/12/2009

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2010	2011	2012
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	280.000,00	250.000,00	250.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	311.493,32	315.253,32	315.253,32
ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	47.500,00	72.500,00	47.500,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	400.000,00	348.000,00	326.000,00
EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.786.397,71	1.936.397,71	1.608.064,39
RESGATE DA CULTURA	37.500,00	67.500,00	37.500,00
ESPORTE É VIDA	112.499,98	112.499,98	137.500,01
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	335.250,00	279.250,00	181.750,00
ATENÇÃO A CRIANÇA	80.000,00	80.000,00	80.000,00
CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	130.250,00	125.750,00	161.250,00
PROTEÇÃO AMBIENTAL	23.750,00	23.750,00	83.750,00
ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	167.500,00	167.500,00	167.500,00
ESTRADAS VICINAIS	1.846.250,00	1.148.000,00	1.499.500,00
URBANISMO	300.250,00	167.250,00	345.250,00
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	125.000,00	125.000,00	125.000,00
MELHOR IDADE	37.500,00	2.500,00	2.500,00
APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA	46.250,00	46.250,00	66.250,00
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	52.500,00	52.500,00	52.500,00
APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	6.000,00	15.000,00	25.000,00
APOIO E FOMENTO A APICULTURA	14.500,00	32.500,00	14.500,00
APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	4.500,00	16.500,00	28.500,00
HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	14.500,00	14.500,00	14.500,00
PAMEC	82.500,00	82.500,00	82.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Total da entidade:	6.301.891,01	5.540.901,01	5.712.067,72
2 - CAMARA DE VEREADORES			
PROCESSO LEGISLATIVO	420.000,00	455.000,00	425.000,00
Total da entidade:	420.000,00	455.000,00	425.000,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
SAÚDE PARA TODOS	1.129.460,63	1.147.120,63	1.062.120,63
Total da entidade:	1.129.460,63	1.147.120,63	1.062.120,63
Total geral:	7.851.351,64	7.143.021,64	7.199.188,35



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 1/1
 Data: 21/12/2009

Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	7.834.891,88	7.979.511,88	7.791.700,00	7.758.851,64	7.636.771,64	7.645.438,35
Receita Tributária	197.271,50	161.271,50	200.865,60	463.750,00	439.750,00	454.750,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	896,89	896,88	1.964,04	92.512,50	85.512,50	89.512,50
Aplicações Financeiras (II)	646,89	646,88	1.589,04	750,00	750,00	750,00
Outras Receitas Patrimoniais	250,00	250,00	375,00	91.762,50	84.762,50	88.762,50
Transferências Correntes	7.635.339,39	8.496.719,40	7.560.736,26	7.140.294,14	7.049.214,14	7.038.880,85
Demais Receitas Correntes	32.000,00	32.000,00	35.500,00	63.295,00	63.295,00	63.295,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	7.834.244,99	7.978.865,00	7.790.110,96	7.758.101,64	7.636.021,64	7.644.688,35
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	310.000,00	10.000,00	30.000,00	92.500,00	10.000,00	87.500,00
Operações de Crédito (V)	300.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	10.000,00	10.000,00	30.000,00	17.500,00	10.000,00	12.500,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	7.834.244,99	7.978.865,00	7.790.110,96	7.758.101,64	7.636.021,64	7.644.688,35
DESPESAS CORRENTES (X)	3.255.641,88	4.396.761,88	5.976.851,33	6.146.167,49	5.449.837,49	5.544.837,51
Pessoal e Encargos Sociais	918.521,88	1.321.600,76	1.736.963,97	2.139.230,63	2.139.230,63	2.139.230,63
Juros e Encargos da Dívida (XI)	6.200,00	8.000,00	5.700,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Outras Despesas Correntes	2.330.920,00	3.067.161,12	4.234.187,36	4.001.936,86	3.305.606,86	3.400.606,88
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	3.249.441,88	4.388.761,88	5.971.151,33	6.141.167,49	5.444.837,49	5.539.837,51
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	4.823.250,00	3.892.750,00	1.844.848,67	1.645.184,15	1.633.184,15	1.594.350,84
Investimentos	4.803.250,00	3.879.250,00	1.824.848,67	1.570.184,15	1.610.184,15	1.593.350,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	20.000,00	13.500,00	20.000,00	75.000,00	23.000,00	1.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	4.803.250,00	3.879.250,00	1.824.848,67	1.570.184,15	1.610.184,15	1.593.350,84
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	8.052.691,88	8.268.011,88	7.796.000,00	7.771.351,64	7.115.021,64	7.193.188,35
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(218.446,89)	(289.146,88)	(5.889,04)	(13.250,00)	521.000,00	451.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADOPágina: 1/1
Data: 21/12/2009

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2007 (b)	2008 (c)	2009 (d)	2010 (e)	2011 (f)	2012 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

*: Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2007 no valor de R\$ 0,00.

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2010

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 1/2
Data: 21/12/2009

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0000 - Recursos Ordinários	51.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	420.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00	13 - RESGATE DA CULTURA	10.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0000 - Recursos Ordinários	12.000,00	15 - ESPORTE É VIDA	95.833,32
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de C	0.1.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	233.500,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Tx de Serviços Administ	0.1.0000 - Recursos Ordinários	46.250,00	21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	62.500,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Tx de Licença para Exec	0.1.0000 - Recursos Ordinários	65.000,00	23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	124.750,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas de Prestaç	0.1.0000 - Recursos Ordinários	102.000,00	25 - PROTEÇÃO AMBIENTAL	23.750,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentação	0.1.0000 - Recursos Ordinários	33.000,00	27 - ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	165.000,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00 - Outras Contrib de Melho	0.1.0000 - Recursos Ordinários	61.500,00	29 - ESTRADAS VICINAIS	1.537.500,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Rec. Patrimoniais	0.1.0000 - Recursos Ordinários	91.762,50	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	280.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0000 - Recursos Ordinários	2.301.988,32	31 - URBANISMO	176.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0000 - Recursos Ordinários	135,00	33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	5.000,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estac	0.1.0000 - Recursos Ordinários	21.750,00	35 - MELHOR IDADE	9.500,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Esf	0.1.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	37 - APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCI	45.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Transferencia Financeira	0.1.0000 - Recursos Ordinários	13.000,00	39 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	47.500,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0000 - Recursos Ordinários	22.500,00	41 - APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	5.500,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	1.050.000,00	43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA	14.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0000 - Recursos Ordinários	57.000,00	45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	4.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib. di	0.1.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	14.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	0.1.0000 - Recursos Ordinários	3.795,82	49 - PAMEC	65.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0000 - Recursos Ordinários	15.600,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	308.993,32
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Indenizações	0.1.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00	7 - ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	42.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	9 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	400.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	26.295,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-1.200,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-1.200,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-600,00		
Subtotal:		4.056.576,64	Subtotal:	4.150.326,64
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	21.250,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	927.131,05
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	2.500,00	13 - RESGATE DA CULTURA	25.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	5.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de C	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	6.250,00	Subtotal:	952.131,05
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	947.578,33		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	56,25		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estac	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	9.062,50		
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00 - Recursos do PAC	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	41.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	9.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	427.624,79		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	23.750,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	6.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	1.250,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-500,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-500,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-302.500,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-45,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-7.250,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Dedução de Receita Fon	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-4.604,16		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução de Receita p/F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-214.416,66		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-19.000,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-250,00		
Subtotal:		952.131,05		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	12.750,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	892.773,13
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	1.500,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	3.000,00	Subtotal:	892.773,13
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de C	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	3.750,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	650,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	571.153,28		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	33,75		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estac	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	5.437,50		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	5.625,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	270.723,60		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	14.250,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	3.900,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	750,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	-300,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	-300,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	-150,00		
Subtotal:		892.773,13		
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00 - Contrib Melhoria Expans	0.1.0017 - Contribuição para o Custeio dos Ser	20.000,00	31 - URBANISMO	20.000,00
Subtotal:		20.000,00	Subtotal:	20.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	60,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	240.060,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	240.000,00		
Subtotal:		240.060,00	Subtotal:	240.060,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	40,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	160.040,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	160.000,00		
Subtotal:		160.040,00	Subtotal:	160.040,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSPOI	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educ	75.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	75.000,00
Subtotal:		75.000,00	Subtotal:	75.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2010

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 2/2
Data: 21/12/2009

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	378.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	241.666,66
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE R	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	197.500,00	13 - RESGATE DA CULTURA	2.500,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	429.583,32	15 - ESPORTE É VIDA	16.666,66
	Subtotal:	1.005.083,32	17 - SAÚDE PARA TODOS	29.500,00
			19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	101.750,00
			21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00
			23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	5.500,00
			25 - PROTEÇÃO AMBIENTAL	0,00
			27 - ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	2.500,00
			29 - ESTRADAS VICINAIS	221.250,00
			31 - URBANISMO	103.750,00
			33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	120.000,00
			35 - MELHOR IDADE	28.000,00
			37 - APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCI	1.250,00
			39 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	5.000,00
			41 - APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	500,00
			43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA	500,00
			45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	500,00
			47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	500,00
			49 - PAMEC	17.500,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.500,00
			7 - ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	5.000,00
			Subtotal:	911.333,32
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0052 - Outras Transferências de Recursos	12.500,00	21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	12.500,00
	Subtotal:	12.500,00	Subtotal:	12.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transf. do Salário-Educa	0.1.0058 - Salário Educação	7.500,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	12.500,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Recursos Salário Educaç	0.1.0058 - Salário Educação	5.000,00	Subtotal:	12.500,00
	Subtotal:	12.500,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação I	50.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	50.000,00
	Subtotal:	50.000,00	Subtotal:	50.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Trar	75.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	75.000,00
	Subtotal:	75.000,00	Subtotal:	75.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	0.1.0064 - Atenção Básica	79.750,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	163.750,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	0.1.0064 - Atenção Básica	30.000,00	Subtotal:	163.750,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEN	0.1.0064 - Atenção Básica	5.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	0.1.0064 - Atenção Básica	30.000,00		
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00 - Recursos do Programa S	0.1.0064 - Atenção Básica	19.000,00		
	Subtotal:	163.750,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANCI	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	5.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	5.937,50
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00 - Recursos Vigilancia Sani	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	937,50	Subtotal:	5.937,50
	Subtotal:	5.937,50		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARMA	0.1.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	7.500,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	7.500,00
	Subtotal:	7.500,00	Subtotal:	7.500,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - DEMAIS TRANSFERN	0.1.0071 - Outros Recursos do Fundo Nacional	30.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	30.000,00
	Subtotal:	30.000,00	Subtotal:	30.000,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00 - Operação de Crédito	0.1.0083 - Operações de Credito Internas - Out	75.000,00	29 - ESTRADAS VICINAIS	75.000,00
	Subtotal:	75.000,00	Subtotal:	75.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alien. de Outros Bens M	0.1.0089 - Alienação de Bens Destinados a Out	17.500,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	17.500,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	0,00
			29 - ESTRADAS VICINAIS	12.500,00
			Subtotal:	17.500,00
Total geral:		7.851.351,64		7.851.351,64



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 1/6
Data: 21/12/2009

Identificação dos Projetos	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2010	Orçamento em 2010			
Entidade: 2 CAMARA DE VEREADORES	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	15,00	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00
Meta financeira	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
1.003 - CONSTRUCAO/AMPLIACAO DA SEDE PROPRIA	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.970.000,00	0,00	0,00	1.970.000,00	0,00	1.970.000,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Unidade: 02.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.004 - AQUISICAO DE VEICULO PARA O GABINETE DO PREFEITO	VEICULO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
1.005 - REFORMA E AMPLIACAO	REFORMA E AMPLIACAO (M2)					
Meta física	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00
Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00
Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	185.000,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	185.000,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00
7 - ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA						
1.007 - AMPLIACAO E MELHORIA DOS SERVICOS INFORMATIZADOS	EQUIP/SERVICOS (UN)					
Meta física	25,00	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00
Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
1.008 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00
Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
1.009 - AQUISICAO DE VEICULO	VEICULO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	1.535.000,00	0,00	0,00	1.535.000,00	0,00	1.535.000,00
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	1.325.000,00	0,00	0,00	1.325.000,00	0,00	1.325.000,00
11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.019 - AQUISICAO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR.	VEICULO (UN)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
Meta financeira	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
1.018 - AQUISICAO E MANUTENCAO DE VEICULO EDUCACAO.	VEICULO (UN)					
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	95.000,00
1.012 - CONSTRUCAO DE PREDIO PARA CRECHE E ED. INFANTIL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
1.014 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DOS CENTROS ESPORTIVOS PREDIO (UN)						
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
1.010 - AQUISICAO E MANUTENCAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)					
Meta física	55,00	0,00	0,00	55,00	0,00	55,00
Meta financeira	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
1.013 - CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO REDE DE ENSINO FUNDAME PREDIO (UN)						
Meta física	6,00	0,00	0,00	6,00	0,00	6,00
Meta financeira	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
1.016 - IMPLANTACAO DE HORTAS ESCOLARES	HORTA (UN)					
Meta física	6,00	0,00	0,00	6,00	0,00	6,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 2/6
Data: 21/12/2009

Identificação dos Projetos	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2010	Orçamento em 2010			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.970.000,00	0,00	0,00	1.970.000,00	0,00	1.970.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	1.535.000,00	0,00	0,00	1.535.000,00	0,00	1.535.000,00
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	1.325.000,00	0,00	0,00	1.325.000,00	0,00	1.325.000,00
11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.017 - AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS.	IMOVEIS (M2)					
Meta física	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00
Meta financeira	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Unidade: 05.02 DIVISÃO DE CULTURA	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
13 - RESGATE DA CULTURA						
1.020 - INCENTIVO A CRIAÇÃO DE GRUPOS CULTURAIS	GRUPOS (UN)					
Meta física	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
1.021 - IMPLANTAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL	MUSEU (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
15 - ESPORTE É VIDA						
1.022 - CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS ESF CONST/REFORMA (UN)						
Meta física	6,00	0,00	0,00	6,00	0,00	6,00
Meta financeira	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	215.000,00	0,00	0,00	215.000,00	0,00	215.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAÚDE	215.000,00	0,00	0,00	215.000,00	0,00	215.000,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	215.000,00	0,00	0,00	215.000,00	0,00	215.000,00
17 - SAÚDE PARA TODOS						
1.023 - AQUISIÇÃO DE MOVÉIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVÉIS (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	0,00	16,00
Meta financeira	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
1.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	VEÍCULO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.378.000,00	0,00	0,00	1.378.000,00	0,00	1.378.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	275.000,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00	275.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.025 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	VEÍCULO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Unidade: 09.02 DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.026 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS (UN)					
Meta física	30,00	0,00	0,00	30,00	0,00	30,00
Meta financeira	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.027 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.	EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
21 - ATENÇÃO À CRIANÇA						
1.028 - AQUISIÇÃO DE MOVÉIS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO À CRIANÇA	EQUIP/MOVÉIS (UN)					
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	118.000,00	0,00	0,00	118.000,00	0,00	118.000,00
Unidade: 10.01 DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	118.000,00	0,00	0,00	118.000,00	0,00	118.000,00
23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO						
1.029 - ABERTURA DE TRILHAS ECOLÓGICAS	TRILHA (UN)					
Meta física	5,00	0,00	0,00	5,00	0,00	5,00
Meta financeira	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 3/6
Data: 21/12/2009

Identificação dos Projetos	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2010	Orçamento em 2010			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.378.000,00	0,00	0,00	1.378.000,00	0,00	1.378.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	118.000,00	0,00	0,00	118.000,00	0,00	118.000,00
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE	118.000,00	0,00	0,00	118.000,00	0,00	118.000,00
23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO						
1.030 - CRIACAO DE OFICINAS DE ARTESANATO	OFICINA (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00
Meta financeira	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
1.031 - INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00
Meta financeira	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
1.032 - ARBORIZACAO DE VIAS PUBLICAS	ARVORES (UN)					
Meta física	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
Meta financeira	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
1.033 - CRIACAO DE MAPAS E SINALIZACAO DOS PONTOS TURISTICOS.	MAPAS (UN)					
Meta física	5,00	0,00	0,00	5,00	0,00	5,00
Meta financeira	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
1.034 - AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)					
Meta física	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00
Meta financeira	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
25 - PROTEÇÃO AMBIENTAL						
1.035 - PERFURACAO DE POCOS ARTESIANOS	POCOS (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	935.000,00	0,00	0,00	935.000,00	0,00	935.000,00
Unidade: 08.01 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	190.000,00
29 - ESTRADAS VICINAIS						
1.038 - CONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS	PONTE (UN)					
Meta física	44,00	0,00	0,00	44,00	0,00	44,00
Meta financeira	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	190.000,00
Unidade: 08.02 DIVISÃO DO D.M.E.R.	495.000,00	0,00	0,00	495.000,00	0,00	495.000,00
29 - ESTRADAS VICINAIS						
1.039 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS, COM PAVIMENTACAO E AJAR	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00
Meta financeira	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
1.040 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
Meta financeira	295.000,00	0,00	0,00	295.000,00	0,00	295.000,00
Unidade: 08.01 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
31 - URBANISMO						
1.042 - CONSTRUCAO DE PORTAL	PORTAL (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
1.043 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00
Meta financeira	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
1.044 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS	IMOVEIS (M2)					
Meta física	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Unidade: 02.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.048 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.047 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIACAO (UN)					
Meta física	5,00	0,00	0,00	5,00	0,00	5,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 4/6
Data: 21/12/2009

Identificação dos Projetos	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2010	Orçamento em 2010			
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
17 - SAÚDE PARA TODOS						
1.095 - AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS - SAÚDE	AQUISIÇÃO (M2)					
Meta física	450,00	0,00	0,00	450,00	0,00	450,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
1.096 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAÚDE	AMPLIAÇÃO (M2)					
Meta física	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	2.823.000,00	0,00	0,00	2.823.000,00	0,00	2.823.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
9 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						
1.097 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ADMINISTRAÇÃO FINANC	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Unidade: 10.01 DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO						
1.050 - CONSTRUÇÃO DE VIVEIRO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
1.094 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - TURISMO	AQUISIÇÃO (M2)					
Meta física	450,00	0,00	0,00	450,00	0,00	450,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Unidade: 09.02 DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.098 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - DESENVOLVIMENTO SC	AQUISIÇÃO (M2)					
Meta física	450,00	0,00	0,00	450,00	0,00	450,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	74.000,00	0,00	0,00	74.000,00	0,00	74.000,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	74.000,00	0,00	0,00	74.000,00	0,00	74.000,00
43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA						
1.079 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE MEL E SUBPRC	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Meta financeira	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
1.080 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE MEL	IMPLANTACAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
1.081 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BENEFICIAMENTO DE MEL E S	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
1.082 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO - AF	IMPLANTACAO (UN)					
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	220.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	220.000,00
21 - ATENÇÃO A CRIANÇA						
1.049 - CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO/LOCAÇÃO DE UM IMOVEL	CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO/LOCAÇÃO DE IMOVEL (M2)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
1.092 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - ATENÇÃO A CRIANÇA	AQUISIÇÃO (M2)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	414.000,00	0,00	0,00	414.000,00	0,00	414.000,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	414.000,00	0,00	0,00	414.000,00	0,00	414.000,00
49 - PAMEC						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 5/6
Data: 21/12/2009

Identificação dos Projetos	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2010	Orçamento em 2010			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	2.823.000,00	0,00	0,00	2.823.000,00	0,00	2.823.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	414.000,00	0,00	0,00	414.000,00	0,00	414.000,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	414.000,00	0,00	0,00	414.000,00	0,00	414.000,00
37 - APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA						
1.067 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ORDENHA , REFRIGERAÇÃO E BE AQUISIÇÃO (UN)						
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	0,00	38.000,00
1.069 - INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE LEITE AQUISIÇÃO (UN)						
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
1.070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO IMPLANTACAO (UN)						
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
41 - APOIO E FOMENTO A PSICULTURA						
1.074 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO E BENEFICIAMENT AQUISIÇÃO (UN)						
Meta física	30,00	0,00	0,00	30,00	0,00	30,00
Meta financeira	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
1.075 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PEIXES - PSICL IMPLANTACAO (UN)						
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
1.078 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO - PS IMPLANTACAO (UN)						
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA						
1.086 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO - FR IMPLANTACAO (UN)						
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES						
1.088 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA AQUISIÇÃO (UN)						
Meta física	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
Meta financeira	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	1.890.000,00	0,00	0,00	1.890.000,00	0,00	1.890.000,00
Unidade: 08.02 DIVISÃO DO D.M.E.R.	1.070.000,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00	1.070.000,00
29 - ESTRADAS VICINAIS						
1.051 - ABERTURA E PAVIMENTAÇÃO DE SERRAS ABERT/PAVIMENTACAO (M2)						
Meta física	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Meta financeira	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
1.052 - PROJETO SERRA VALE PROJETO (UN)						
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
1.053 - AQUISIÇÃO DE BRITADOR AQUISIÇÃO (UN)						
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
1.055 - SINALIZAÇÃO VIÁRIA SINALIZAÇÃO (UN)						
Meta física	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
Meta financeira	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
1.099 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - ESTRADAS VICINAIS AQUISIÇÃO (M2)						
Meta física	450,00	0,00	0,00	450,00	0,00	450,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Unidade: 08.01 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	820.000,00	0,00	0,00	820.000,00	0,00	820.000,00
31 - URBANISMO						
1.059 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONSTRUCAO (M2)						
Meta física	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Meta financeira	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00
1.054 - CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO CONSTRUCAO (M2)						
Meta física	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Meta financeira	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00
1.057 - CONSTRUÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL CONSTRUCAO (UN)						
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 6/6
Data: 21/12/2009

Identificação dos Projetos	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2010	Orçamento em 2010			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	2.823.000,00	0,00	0,00	2.823.000,00	0,00	2.823.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	1.890.000,00	0,00	0,00	1.890.000,00	0,00	1.890.000,00
Unidade: 08.01 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	820.000,00	0,00	0,00	820.000,00	0,00	820.000,00
31 - URBANISMO						
1.058 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
1.060 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS E SERRAS	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA (KM)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
Meta financeira	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	145.000,00	0,00	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	145.000,00	0,00	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
35 - MELHOR IDADE						
1.061 - AQUISIÇÃO DE ONIBUS	AQUISIÇÃO DE ONIBUS (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
1.062 - IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA	IMPLANTACAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
1.063 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS - MELHOR IDADE	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Meta financeira	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total geral:	6.616.000,00	0,00	0,00	6.616.000,00	0,00	6.616.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 1/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	02.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE		730.000,00	0,00	0,00	730.000,00	280.000,00	0,00	730.000,00
Unidade:	02.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE		730.000,00	0,00	0,00	730.000,00	280.000,00	0,00	730.000,00
3 GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR									
1.004	AQUISICAO DE VEICULO PARA O GABINETE DO PREFEITO	VEICULO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
1.048	AQUISICÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)							
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	20,000	0,000	20,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	0,00	30.000,00
2.002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	222.500,00	0,00	650.000,00
Órgão:	03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.240.000,00	0,00	0,00	1.240.000,00	311.493,32	0,00	1.240.000,00
Unidade:	03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.240.000,00	0,00	0,00	1.240.000,00	311.493,32	0,00	1.240.000,00
5 ADMINISTRAÇÃO GERAL									
1.005	REFORMA E AMPLIACAO	REFORMA E AMPLIACAO (M2)							
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	0,000	0,000	200,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		40,000	0,000	0,000	40,000	8,000	0,000	40,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
2.003	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJ	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	276.493,32	0,00	1.000.000,00
2.081	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO GERAL	CURSOS (HR)							
	Meta física		1.000,000	0,000	0,000	1.000,000	250,000	0,000	1.000,000
	Meta financeira		40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00
Órgão:	04.00 SECRETARIA DA FAZENDA		1.615.000,00	0,00	0,00	1.615.000,00	447.500,00	0,00	1.615.000,00
Unidade:	04.04 SECRETARIA DA FAZENDA		1.615.000,00	0,00	0,00	1.615.000,00	447.500,00	0,00	1.615.000,00
7 ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA									
1.007	AMPLIACAO E MELHORIA DOS SERVICOS INFORMATIZADOS	EQUIP/SERVICOS (UN)							
	Meta física		25,000	0,000	0,000	25,000	5,000	0,000	25,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00
1.008	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	2,000	0,000	20,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 2/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DA FAZENDA	1.615.000,00	0,00	0,00	1.615.000,00	447.500,00	0,00	1.615.000,00
Unidade:	04.04	SECRETARIA DA FAZENDA	1.615.000,00	0,00	0,00	1.615.000,00	447.500,00	0,00	1.615.000,00
7 ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA									
1.009	AQUISIÇÃO DE VEICULO	VEICULO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
2.004	TREINAMENTO DE PESSOAL	SERVIDOR (UN)							
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	0,00	30.000,00
9 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA									
1.097	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ADMINISTRAÇÃO F AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	0,00	30.000,00
2.005	MANUTENCAO/PESSOAL GERENCIAMENTO E CONTROLE DA SE FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	300.000,00	0,00	1.000.000,00
2.006	PROCESSAMENTO DE DIVIDAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	PROCESSAMENTO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
2.007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	CONTRIBUICAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
2.008	CONTRIBUICAO AO PASEP	CONTRIBUICAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	37.500,00	0,00	150.000,00
2.080	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	CURSOS (HR)							
	Meta física		100,000	0,000	0,000	100,000	25,000	0,000	100,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	7.845.000,00	0,00	0,00	7.845.000,00	1.936.397,69	0,00	7.845.000,00
Unidade:	05.01	DIVISÃO DE ENSINO	7.175.000,00	0,00	0,00	7.175.000,00	1.786.397,71	0,00	7.175.000,00
11 EDUCAÇÃO PARA TODOS									
1.010	AQUISIÇÃO E MANUTENCAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)							
	Meta física		55,000	0,000	0,000	55,000	13,000	0,000	55,000
	Meta financeira		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 3/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 05.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		7.845.000,00	0,00	0,00	7.845.000,00	1.936.397,69	0,00	7.845.000,00
Unidade: 05.01	DIVISÃO DE ENSINO		7.175.000,00	0,00	0,00	7.175.000,00	1.786.397,71	0,00	7.175.000,00
11 EDUCAÇÃO PARA TODOS									
1.012	CONSTRUCAO DE PREDIO PARA CRECHE E ED. INFANTIL	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1.013	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO REDE DE ENSINO FUN PREDIO (UN)								
	Meta física		6,000	0,000	0,000	6,000	2,000	0,000	6,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	66.666,66	0,00	200.000,00
1.014	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DOS CENTROS ESPOR PREDIO (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	2,000	0,000	10,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
1.016	IMPLANTACAO DE HORTAS ESCOLARES	HORTA (UN)							
	Meta física		6,000	0,000	0,000	6,000	3,000	0,000	6,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	10.000,00	0,00	20.000,00
1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (M2)							
	Meta física		500,000	0,000	0,000	500,000	0,000	0,000	500,000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
1.018	AQUISICAO E MANUTENCAO DE VEICULO EDUCACAO.	VEICULO (UN)							
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	2,000	0,000	10,000
	Meta financeira		95.000,00	0,00	0,00	95.000,00	23.750,00	0,00	95.000,00
1.019	AQUISICAO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR.	VEICULO (UN)							
	Meta física		2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
	Meta financeira		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	125.000,00	0,00	250.000,00
1.047	REFORMA, APMLIAÇÃO E MELHORIAS NOS PARQUES INFANTIREFORMA E AMPLIACAO (UN)								
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	1,000	0,000	5,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
2.009	FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES	SERVIDOR (HR)							
	Meta física		640,000	0,000	0,000	640,000	160,000	0,000	640,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	26.000,00	0,00	100.000,00
2.010	DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO	MATERIAL (ANO)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	54.000,00	0,00	220.000,00
2.011	REESTRUTURACAO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTERIO PLANO DE CARREIRA (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	10,000	0,000	10,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
2.012	CURSOS DE INFORMATICA	CURSOS (ANO)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 4/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		7.845.000,00	0,00	0,00	7.845.000,00	1.936.397,69	0,00	7.845.000,00
Unidade:	05.01 DIVISÃO DE ENSINO		7.175.000,00	0,00	0,00	7.175.000,00	1.786.397,71	0,00	7.175.000,00
11 EDUCAÇÃO PARA TODOS									
2.013	DISTRIBUICAO DE MATERIAL ESCOLAR	ANO (DIS)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	45.000,00	0,00	180.000,00
2.014	MANUTENCAO DO PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
2.015	MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00	300.000,00	0,00	1.200.000,00
2.016	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	690.981,05	0,00	3.000.000,00
2.017	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		560.000,00	0,00	0,00	560.000,00	140.000,00	0,00	560.000,00
2.049	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES	DISTRIBUICAO (UN)							
	Meta física		1.400,000	0,000	0,000	1.400,000	1.400,000	0,000	1.400,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00
Unidade:	05.02 DIVISÃO DE CULTURA		170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	37.500,00	0,00	170.000,00
13 RESGATE DA CULTURA									
1.020	INCENTIVO A CRIACAO DE GRUPOS CULTIRAIS	GRUPOS (UN)							
	Meta física		3,000	0,000	0,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	10.000,00	0,00	30.000,00
1.021	IMPLANTACAO DO MUSEU MUNICIPAL	MUSEU (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
2.018	REALIZACAO DE EVENTOS	EVENTOS (UN)							
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00
2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	17.500,00	0,00	70.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 5/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		7.845.000,00	0,00	0,00	7.845.000,00	1.936.397,69	0,00	7.845.000,00
Unidade:	05.03 DIVISÃO DE ESPORTES		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	112.499,98	0,00	500.000,00
15 ESPORTE É VIDA									
1.022	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRA CONST/REFORMA (UN)								
	Meta física		6,000	0,000	0,000	6,000	1,000	0,000	6,000
	Meta financeira		150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	24.999,98	0,00	150.000,00
2.020	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	87.500,00	0,00	350.000,00
Órgão:	07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
Unidade:	07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
27 ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS									
2.041	CELEBRAÇÃO DE CONVENIOS	CONVENIOS (UN)							
	Meta física		12,000	0,000	0,000	12,000	3,000	0,000	12,000
	Meta financeira		120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00
2.058	ASSISTENCIA AGRONOMICA E VETERINARIA	ASSISTENCIA (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00
2.060	REALIZAÇÃO DA EXPOFEIRA DOS PRODUTOS LOCAIS E FESTA EVENTOS (UN)								
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
2.061	REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	CURSOS (UN)							
	Meta física		15,000	0,000	0,000	15,000	4,000	0,000	15,000
	Meta financeira		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	1.250,00	0,00	5.000,00
2.062	REALIZAÇÃO DE DIAS DE CAMPO	EVENTOS (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	1.250,00	0,00	5.000,00
2.063	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA, COM VEÍCULOS PA MANUTENÇÃO/PESSOAL/EQUIPAMENTOS (M2)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		430.000,00	0,00	0,00	430.000,00	107.500,00	0,00	430.000,00
2.078	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO - AGRICULTURA	CURSOS (HR)							
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 6/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
Unidade:	07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
37	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA								
1.067	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ORDENHA , REFRIGERAÇÃO(AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		10.000	0,000	0,000	10.000	2.000	0,000	10.000
	Meta financeira		38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	9.500,00	0,00	38.000,00
1.069	INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE LEITE AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		1.000	0,000	0,000	1.000	0,000	0,000	1.000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.070	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO IMPLANTACAO (UN)								
	Meta física		10.000	0,000	0,000	10.000	2.000	0,000	10.000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	0,00	30.000,00
2.083	AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRICOLAS PARA IMPLANTAÇÃO DE I AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		1.000,000	0,000	0,000	1.000,000	250,000	0,000	1.000,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
2.084	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL MANUT/PESSOAL (Mês)								
	Meta física		1.500,000	0,000	0,000	1.500,000	375,000	0,000	1.500,000
	Meta financeira		62.000,00	0,00	0,00	62.000,00	15.500,00	0,00	62.000,00
2.085	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIP. PARA IMPLANTAÇÃO DE SI AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		500,000	0,000	0,000	500,000	125,000	0,000	500,000
	Meta financeira		45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	11.250,00	0,00	45.000,00
39	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA								
2.067	INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E A INCENTIVO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	32.500,00	0,00	130.000,00
2.068	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREEI LOCAÇÃO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
2.069	INCENTIVO A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE PROD INCENTIVO (UN)								
	Meta física		12,000	0,000	0,000	12,000	3,000	0,000	12,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
2.070	SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS I SUBVENÇÃO SOCIAL (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 7/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 07.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
Unidade: 07.01	DIVISÃO DE AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
41 APOIO E FOMENTO A PSICULTURA									
1.074	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO E BENEFÍCI# AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		30,000	0,000	0,000	30,000	7,000	0,000	30,000
	Meta financeira		14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	3.500,00	0,00	14.000,00
1.075	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PEIXES - IMPLANTACAO (UN)								
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.078	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO IMPLANTACAO (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	0,000	0,000	10,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
2.071	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PEIXES E DERIVADOS INCENTIVO (UN)								
	Meta física		400,000	0,000	0,000	400,000	100,000	0,000	400,000
	Meta financeira		2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	500,00	0,00	2.000,00
2.086	AQUISIÇÃO DE ALEVINOS - PSICULTURA AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		30.000,000	0,000	0,000	30.000,000	7.500,000	0,000	30.000,000
	Meta financeira		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	1.000,00	0,00	4.000,00
2.087	AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A PSICULTURA AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		1.000,000	0,000	0,000	1.000,000	250,000	0,000	1.000,000
	Meta financeira		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	1.000,00	0,00	4.000,00
43 APOIO E FOMENTO A APICULTURA									
1.079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE MEL E S# AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		100,000	0,000	0,000	100,000	25,000	0,000	100,000
	Meta financeira		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	4.500,00	0,00	18.000,00
1.080	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE MEL IMPLANTACAO (UN)								
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
1.081	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BENEFICIAMENTO DE ME# AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	2,000	0,000	10,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
1.082	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO IMPLANTACAO (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	2,000	0,000	10,000
	Meta financeira		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	4.500,00	0,00	18.000,00
2.072	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS APICOLAS INCENTIVO (UN)								
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	500,00	0,00	2.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 8/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
Unidade:	07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA		1.691.000,00	0,00	0,00	1.691.000,00	388.250,00	0,00	1.691.000,00
45 APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA									
1.086	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO IMPLANTACAO (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	0,000	0,000	10,000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
2.073	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E INCENTIVO (UN)								
	Meta física		400,000	0,000	0,000	400,000	100,000	0,000	400,000
	Meta financeira		2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	500,00	0,00	2.000,00
2.088	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INSUMOS E MUDAS - FRUTICUI AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		2.000,000	0,000	0,000	2.000,000	500,000	0,000	2.000,000
	Meta financeira		16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	4.000,00	0,00	16.000,00
47 HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES									
1.088	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		400,000	0,000	0,000	400,000	100,000	0,000	400,000
	Meta financeira		32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	8.000,00	0,00	32.000,00
2.090	AQUISIÇÃO DE INSUMOS, MUDAS DE HORTALIÇAS E DE PLANT AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		400.000,000	0,000	0,000	400.000,000	100.000,000	0,000	400.000,000
	Meta financeira		26.000,00	0,00	0,00	26.000,00	6.500,00	0,00	26.000,00
49 PAMEC									
1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS E AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		10,000	0,000	0,000	10,000	3,000	0,000	10,000
	Meta financeira		180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	45.000,00	0,00	180.000,00
2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS E MANUT/CONSERVACAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
2.075	CONSTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E CONTRATAÇÃO (HR)								
	Meta física		700,000	0,000	0,000	700,000	175,000	0,000	700,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
Órgão:	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		9.020.000,00	0,00	0,00	9.020.000,00	2.271.500,00	0,00	9.020.000,00
Unidade:	08.01 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS		1.755.000,00	0,00	0,00	1.755.000,00	472.750,00	0,00	1.755.000,00
29 ESTRADAS VICINAIS									
1.038	CONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS	PONTE (UN)							
	Meta física		44,000	0,000	0,000	44,000	11,000	0,000	44,000
	Meta financeira		190.000,00	0,00	0,00	190.000,00	47.500,00	0,00	190.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 9/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 08.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		9.020.000,00	0,00	0,00	9.020.000,00	2.271.500,00	0,00	9.020.000,00
Unidade: 08.01	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS		1.755.000,00	0,00	0,00	1.755.000,00	472.750,00	0,00	1.755.000,00
31 URBANISMO									
1.042	CONSTRUCAO DE PORTAL	PORTAL (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1.043	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)							
	Meta física		3,000	0,000	0,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	85.000,00	0,00	150.000,00
1.044	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS	IMOVEIS (M2)							
	Meta física		5.000,000	0,000	0,000	5.000,000	1.000,000	0,000	5.000,000
	Meta financeira		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	14.000,00	0,00	70.000,00
1.054	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	CONSTRUCAO (M2)							
	Meta física		2.000,000	0,000	0,000	2.000,000	500,000	0,000	2.000,000
	Meta financeira		110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	27.500,00	0,00	110.000,00
1.057	CONSTRUÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
1.058	CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
1.059	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)							
	Meta física		1.000,000	0,000	0,000	1.000,000	0,000	0,000	1.000,000
	Meta financeira		110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
2.043	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE RUAS	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (KM)							
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	1,250	0,000	5,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
2.044	MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO F	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00
2.045	MANUTENCAO/PESSOAL	MANUT/PESSOAL (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	62.500,00	0,00	250.000,00
2.065	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO NO CEN'	IMPLANTACAO (M2)							
	Meta física		2.000,000	0,000	0,000	2.000,000	500,000	0,000	2.000,000
	Meta financeira		65.000,00	0,00	0,00	65.000,00	16.250,00	0,00	65.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 10/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão:	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		9.020.000,00	0,00	0,00	9.020.000,00	2.271.500,00	0,00	9.020.000,00
Unidade:	08.01 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS		1.755.000,00	0,00	0,00	1.755.000,00	472.750,00	0,00	1.755.000,00
33	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA								
1.060	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS E SERRAS	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA (KM)							
	Meta física		2,000	0,000	0,000	2,000	0,500	0,000	2,000
	Meta financeira		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	125.000,00	0,00	500.000,00
Unidade:	08.02 DIVISÃO DO D.M.E.R.		7.265.000,00	0,00	0,00	7.265.000,00	1.798.750,00	0,00	7.265.000,00
29	ESTRADAS VICINAIS								
1.039	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS, COM PAVIMENTACAO E PRACAS/JARDINS (UN)								
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
1.040	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
	Meta financeira		295.000,00	0,00	0,00	295.000,00	147.500,00	0,00	295.000,00
1.051	ABERTURA E PAVIMENTAÇÃO DE SERRAS	ABERT/PAVIMENTACAO (M2)							
	Meta física		2.000,000	0,000	0,000	2.000,000	500,000	0,000	2.000,000
	Meta financeira		600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	150.000,00	0,00	600.000,00
1.052	PROJETO SERRA VALE	PROJETO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
1.053	AQUISIÇÃO DE BRITADOR	AQUISIÇÃO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
1.055	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	SINALIZAÇÃO (UN)							
	Meta física		50,000	0,000	0,000	50,000	12,000	0,000	50,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
1.099	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - ESTRADAS VICIN/ AQUISIÇÃO (M2)								
	Meta física		450,000	0,000	0,000	450,000	0,000	0,000	450,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
2.042	MANUTENCAO DAS ESTRADAS VICINAIS - TRANSPORTES	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		4.700.000,00	0,00	0,00	4.700.000,00	630.000,00	0,00	4.700.000,00
2.092	MANUTENÇÃO/PESSOAL - ESTRADAS VICINAIS	MANUT/PESSOAL (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	808.750,00	0,00	1.000.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 11/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 09.00	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.688.000,00	0,00	0,00	1.688.000,00	452.750,00	0,00	1.688.000,00
Unidade: 09.01	DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.308.000,00	0,00	0,00	1.308.000,00	323.250,00	0,00	1.308.000,00
19 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
1.025	AQUISICAO DE VEICULO	VEICULO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
1.027	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.	EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
2.027	AUXILIO A PESSOAS DE BAIXA RENDA	AUXILIOS (UN)							
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00
2.028	MANUTENCAO/PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMEN	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		413.000,00	0,00	0,00	413.000,00	103.250,00	0,00	413.000,00
2.029	CRIACAO DE GRUPOS DE MAES, IDOSOS E JOVENS	GRUPOS (UN)							
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	2,000	0,000	5,000
	Meta financeira		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	3.000,00	0,00	12.000,00
2.051	REALIZAÇÃO DE CONFERENCIA	EVENTOS (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00
2.052	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA !	IMPLANTACAO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta financeira		75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	75.000,00	0,00	75.000,00
2.053	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS	IMPLANTACAO (UN)							
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	1,000	0,000	5,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
2.082	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CURSOS (HR)							
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
21 ATENÇÃO A CRIANÇA									
1.049	CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO/LOCAÇÃO DE UM IMOVEL	CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO/LOCAÇÃO DE IMOVEL (M2)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
1.092	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - ATENÇÃO A CRIAI	AQUISIÇÃO (M2)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 12/15

Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			1.688.000,00	0,00	0,00	1.688.000,00	452.750,00	0,00	1.688.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL			1.308.000,00	0,00	0,00	1.308.000,00	323.250,00	0,00	1.308.000,00
21 ATENÇÃO A CRIANÇA									
2.030 MANUTENCAO/ PESSOAL DO PROG. DE ERRADICACAO DO TRA FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)									
	Meta física		48.000	0,000	0,000	48.000	12.000	0,000	48.000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
35 MELHOR IDADE									
1.061 AQUISIÇÃO DE ONIBUS AQUISIÇÃO DE ONIBUS (UN)									
	Meta física		1.000	0,000	0,000	1.000	0,000	0,000	1.000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1.062 IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA IMPLANTACAO (UN)									
	Meta física		1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
	Meta financeira		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00
1.063 AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS - MELHOR IDADE AQUISIÇÃO (UN)									
	Meta física		10.000	0,000	0,000	10.000	2.000	0,000	10.000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
Unidade: 09.02 DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL			260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	99.500,00	0,00	260.000,00
19 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
1.026 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES CASAS (UN)									
	Meta física		30.000	0,000	0,000	30.000	10.000	0,000	30.000
	Meta financeira		210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	69.500,00	0,00	210.000,00
1.098 AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - DESENVOLVIMEN AQUISIÇÃO (M2)									
	Meta física		450.000	0,000	0,000	450.000	0,000	0,000	450.000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
2.054 IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI/ IMPLANTACAO (UN)									
	Meta física		1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00
21 ATENÇÃO A CRIANÇA									
1.028 AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO A CRIAN/ EQUIP/MOVEIS (UN)									
	Meta física		10.000	0,000	0,000	10.000	2.000	0,000	10.000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
2.055 IMPLANTAR E IMPLEMENTAR POLITICAS QUE ASSEGUREM O F/ IMPLANTACAO (UN)									
	Meta física		20.000	0,000	0,000	20.000	5.000	0,000	20.000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 13/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 10.00	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		703.000,00	0,00	0,00	703.000,00	154.000,00	0,00	703.000,00
Unidade: 10.01	DIVISAO DO MEIO AMBIENTE		703.000,00	0,00	0,00	703.000,00	154.000,00	0,00	703.000,00
23 CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO									
1.029	ABERTURA DE TRILHAS ECOLOGICAS	TRILHA (UN)							
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	1,000	0,000	5,000
	Meta financeira		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	1.250,00	0,00	5.000,00
1.030	CRIACAO DE OFICINAS DE ARTESANATO	OFICINA (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	1.000,00	0,00	4.000,00
1.031	INCENTIVO A EMPREENHIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
1.032	ARBORIZACAO DE VIAS PUBLICAS	ARVORES (UN)							
	Meta física		4.000,000	0,000	0,000	4.000,000	1.000,000	0,000	4.000,000
	Meta financeira		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	3.000,00	0,00	12.000,00
1.033	CRIACAO DE MAPAS E SINALIZACAO DOS PONTOS TURISTICOS E MAPAS (UN)								
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	1,000	0,000	5,000
	Meta financeira		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	3.000,00	0,00	12.000,00
1.034	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)							
	Meta física		3,000	0,000	0,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	4.500,00	0,00	15.000,00
1.050	CONSTRUÇÃO DE VIVEIRO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.094	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - TURISMO	AQUISIÇÃO (M2)							
	Meta física		450,000	0,000	0,000	450,000	0,000	0,000	450,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
2.031	MANUTENCAO/PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		360.000,00	0,00	0,00	360.000,00	90.000,00	0,00	360.000,00
2.056	IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BASICO NAS RESIDENCIAS	IMPLANTACAO (UN)							
	Meta física		300,000	0,000	0,000	300,000	75,000	0,000	300,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
2.057	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL NAS INCENTIVO (UN)								
	Meta física		300,000	0,000	0,000	300,000	75,000	0,000	300,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 14/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		24.772.000,00	0,00	0,00	24.772.000,00	6.301.891,01	0,00	24.772.000,00
Órgão: 10.00	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		703.000,00	0,00	0,00	703.000,00	154.000,00	0,00	703.000,00
Unidade: 10.01	DIVISAO DO MEIO AMBIENTE		703.000,00	0,00	0,00	703.000,00	154.000,00	0,00	703.000,00
25 PROTEÇÃO AMBIENTAL									
1.035	PERFURACAO DE POCOS ARTESIANOS	POCOS (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
2.032	FISCALIZACAO SANITARIA NAS RESIDENCIAS	FOSSAS SEPTICAS (UN)							
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
	Meta financeira		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
2.033	PROTECAO DE FONTES DE AGUA E RECUPERACAO DAS NACEFONTES (UN)								
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	40,000	0,000	200,000
	Meta financeira		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.500,00	0,00	10.000,00
2.034	COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE LIXO RURAL	COLETA/LIXO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	8.750,00	0,00	35.000,00
Órgão: 90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
Unidade: 90.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA									
2.094	RESERVA DE CONTINGENCIA	Funcionamento e Manutenção (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	48,000	0,000	48,000
	Meta financeira		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
Entidade: 2	CAMARA DE VEREADORES		1.920.000,00	0,00	0,00	1.920.000,00	420.000,00	0,00	1.920.000,00
Órgão: 01.00	CAMARA DE VEREADORES		1.920.000,00	0,00	0,00	1.920.000,00	420.000,00	0,00	1.920.000,00
Unidade: 01.01	CAMARA DE VEREADORES		1.920.000,00	0,00	0,00	1.920.000,00	420.000,00	0,00	1.920.000,00
1 PROCESSO LEGISLATIVO									
1.001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		15,000	0,000	0,000	15,000	5,000	0,000	15,000
	Meta financeira		40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00
1.003	CONSTRUCAO/AMPLIACAO DA SEDE PROPRIA	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	0,00	100.000,00
2.001	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADOR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.780.000,00	0,00	0,00	1.780.000,00	390.000,00	0,00	1.780.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 08/10/2009 (A)

Página: 15/15
Data: 21/12/2009

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2010-2013	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2010	LOA 2010	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		4.497.000,00	0,00	0,00	4.497.000,00	1.129.460,63	0,00	4.497.000,00
Órgão:	06.00 SECRETARIA DA SAUDE		4.497.000,00	0,00	0,00	4.497.000,00	1.129.460,63	0,00	4.497.000,00
Unidade:	06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE		4.497.000,00	0,00	0,00	4.497.000,00	1.129.460,63	0,00	4.497.000,00
17 SAÚDE PARA TODOS									
1.023	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	EQUIP/MOVEIS (UN)							
	Meta física		16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
	Meta financeira		130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	32.500,00	0,00	130.000,00
1.024	AQUISICAO DE VEICULO	VEICULO (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
1.095	AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS - SAÚDE	AQUISIÇÃO (M2)							
	Meta física		450,000	0,000	0,000	450,000	0,000	0,000	450,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.096	AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAÚDE	AMPLIAÇÃO (M2)							
	Meta física		100,000	0,000	0,000	100,000	100,000	0,000	100,000
	Meta financeira		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	70.000,00
2.021	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		2.300.000,00	0,00	0,00	2.300.000,00	570.460,63	0,00	2.300.000,00
2.022	ATENDIMENTO GINECOLOGICO	ATEND/GINECO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
2.023	IMPLANTACAO DE METODOS CONTRACEPTIVOS.	MET.CONTRACEPTIVOS (UN)							
	Meta física		725,000	0,000	0,000	725,000	182,000	0,000	725,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00
2.024	MANUTENCAO/PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	22.968,75	0,00	80.000,00
2.025	MANUTENCAO/ PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	5.968,75	0,00	12.000,00
2.026	EXECUCAO E MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.300.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00	302.562,50	0,00	1.300.000,00
2.050	INCENTIVO AO CULTIVO E UTILIZAÇÃO DE ERVAS MEDICINAIS	INCENTIVO (UN)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
Total geral:			31.189.000,00	0,00	0,00	31.189.000,00	7.851.351,64	0,00	31.189.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Página: 1/1
Data: 21/12/2009

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1 - Caso ocorra no Município de Chapadão do Lageado, no exercício de 2010, algum fato que gere decretação de situação de emergência ou calamidade pública por interperies da natureza, não sendo possível sua previsão.	60.000,00	Os recursos previstos serão utilizados para pagamento de despesas referente aos eventos citados, não passíveis de previsão antecipada.	60.000,00
Total	60.000,00	Total	60.000,00



Lei Nº 0458

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º 0458 DE 18.12.2009

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****Capítulo Único**

Art.1º O Orçamento Fiscal do Município de Chapadão do Lageado, para o exercício financeiro de 2010, referente aos Poderes do Município e ao Fundo Municipal de Saúde, será instituído na forma desta Lei.

Título II**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE**

Art.2º A receita total é estimada, no mesmo valor da despesa total, em R\$ 7.851,351, 64 (sete milhões oitocentos e cinquenta e um mil reais, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

Capítulo I**DA ESTIMATIVA DA RECEITA****Seção Única**

Art.3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas no anexo integrante desta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1-RECEITAS CORRENTES	R\$ 7.521.514,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 463.750,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 91.862,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 6.903.606,64
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 62.295,00

2-RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 92.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 75.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 17.500,00

RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS, (excluídas as Transferências do Tesouro do Município)

3 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 237.337,50
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 650,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 236.687,50

TOTAL R\$ 7.851.351,64

Capítulo II**DA FIXAÇÃO DA DESPESA****Seção I****DA DESPESA TOTAL**

Art.4º A despesa total do orçamento fiscal, no mesmo valor da receita, é fixado em R\$ 7.851,351,64 (sete milhões oitocentos e cinquenta e um mil reais, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

Seção II**DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS**

Art.5º A despesa fixada a conta de recursos previstos neste título, observada a programação constante do Anexo IV, apresenta por órgão, o seguinte desdobramento:

**Distribuição por Órgãos
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 420.000,00
Gabinete do Prefeito	R\$ 280.000,00
Secretarias:	
Administração e Planejamento	R\$ 311.493,32
Fazenda	R\$ 447.500,00
Educação, Cultura e Esportes	R\$ 1.936.397,69
Transportes, Obras e Serviços Urbanos	R\$ 2.271.500,00
Agricultura, Indústria e Comércio	R\$ 388.250,00
Meio Ambiente e Turismo	R\$ 154.000,00
Desenvolvimento Social	
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$ 30.000,00
- Fundo Municipal da Assistência Social	R\$ 323.250,00
- Fundo da Habitação e Interesse Social	R\$ 99.500,00
Reserva de Contingência	R\$ 60.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

Fundo Municipal de Saúde..... R\$ 1.129.460,63

TOTAL GERAL..... R\$ 7.851.351,64

Capítulo III**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS**

Art.6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares, com a finalidade de atender insuficiência de dotações orçamentárias, até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do orçamento, observado o disposto art.43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares à conta de operações de crédito, até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência, no limite de 50 % (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

IV – abrir crédito suplementar por conta do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art.43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64.

V – reduzir, total ou parcialmente, os saldos de dotações consignadas e não comprometidas nos últimos três meses do exercício financeiro de 2010, para suplementar, exclusivamente, despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Ficam excluídos do limite a que se referem o Inciso I do caput deste artigo:

- a) – despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, serviços da dívida e débitos de precatórios judiciais;
- b) – despesas programadas à conta de receita vinculada;
- c) – despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive de fundos.
- d) o remanejamento, transferência ou transposição de recursos orçamentários dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial ou da mesma categoria de programação.

Capítulo IV**DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art.7º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - contratar operações de crédito, por antecipação de receita (AROS), até o limite definido pelo Banco Central.



II - contratar operações de créditos internas, até o limite da capacidade de endividamento do município, nos termos estabelecidos em Resolução do Senado Federal, para atender despesas de capital.

Art.8º O Poder Executivo poderá oferecer em garantia dos empréstimos contraídos, nos termos desta Lei, o produto da arrecadação de quaisquer receitas do orçamento, inclusive quota-parte dos fundos federal e estadual.

Título III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.9º O Chefe do Executivo fica autorizado a delegar competência a órgão central de Fazenda, para movimentar dotações entre elementos de despesa de um mesmo projeto, atividade ou operação especial, desde que não implique em aumento ou diminuição dos recursos consignados.

Art.10. Para os efeitos desta Lei, consideram-se próprios dos Fundos, com escrituração contábil exclusiva e individualizada e sujeitos a prestação de contas ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas do Estado, os recursos ou créditos relativos a programas de trabalho que, por legislação específica, deles sejam objeto, a eles sejam destinados ou que por eles sejam gerenciados.

Art.11. O Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar Nº101, no prazo de trinta dias da data de aprovação desta Lei, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, de forma a ajustar as despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas.

Parágrafo único. Os recursos vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso, e a despesa realizada mediante o efetivo ingresso dos recursos.

Art.12. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios de interesse público com entes ou órgãos das esferas Municipal, Estadual e Federal na vigência desta Lei.

Parágrafo único. Nos Convênios em que for parte interessada, o Fundo Municipal de Saúde, atuará naqueles instrumentos como parte interveniente.

Art.13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Art.14. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 18 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXOS LOA/2010

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

II - Demonstrativo da receita por categorias econômicas;

III – Demonstrativo da natureza da despesa por categorias econômicas;

IV - Programa de Trabalho de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo - demonstrativo de funções, sub -funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VI - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos;

VII – Quadro Demonstrativo da Despesa por órgãos e funções (QDD);

VIII – Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita;

IX – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa – consolidado;

X - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos da alienação de ativos;

XI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos previstos para 2010;

XII – Demonstrativo de funções e subfunções de Governo.

ANEXOS MENSAGEM LOA/2010

I – Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção;

II – Quadro demonstrativo da Dívida Flutuante;

III - Quadro demonstrativo da Dívida Fundada;

IV – Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde;

V - Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino- MDE.

VI – Demonstrativo dos restos a pagar por Poder e Órgão;

VII – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/1
 Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	7.758.851,64	DESPESAS CORRENTES	6.146.167,49		
RECEITA TRIBUTARIA	463.750,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.139.230,63		
RECEITA PATRIMONIAL	92.512,50	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.140.294,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.001.936,86		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.295,00				
		Superavit	1.612.684,15		
Total	7.758.851,64	Total	7.758.851,64		
Superavit do orçamento corrente	1.612.684,15				
RECEITAS DE CAPITAL	92.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.645.184,15		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	75.000,00	INVESTIMENTOS	1.570.184,15		
ALIENAÇÃO DE BENS	17.500,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	75.000,00		
		Superavit	60.000,00		
Total	1.705.184,15	Total	1.705.184,15		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	7.758.851,64	98,82 %	DESPESAS CORRENTES	6.146.167,49	78,28 %
RECEITAS DE CAPITAL	92.500,00	1,18 %	DESPESAS DE CAPITAL	1.645.184,15	20,95 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	0,76 %
Total	7.851.351,64	100,00 %	Total	7.851.351,64	100,00 %



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADOPágina: 1/1
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.146.167,49
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.139.230,63	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		3.065,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.136.165,63	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		5.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.001.936,86	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		61.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		14.460,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.925.976,86	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.645.184,15
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.570.184,15	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.580,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.564.604,15	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		75.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		75.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
Total das despesas:				7.851.351,64
Total geral:				7.851.351,64



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADOPágina: 1/1
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.146.167,49
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.139.230,63	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		3.065,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.136.165,63	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		5.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.001.936,86	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		61.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		14.460,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.925.976,86	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.645.184,15
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.570.184,15	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.580,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.564.604,15	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		75.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		75.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
Total das despesas:				7.851.351,64
Total geral:				7.851.351,64



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE	57.500,00	222.500,00	0,00	280.000,00
Unidade: 02.02	GABINETE DO PREFEITO E VICE	57.500,00	222.500,00	0,00	280.000,00
04	Administração	57.500,00	222.500,00		280.000,00
04.122	Administração Geral	57.500,00	222.500,00		280.000,00
04.122.3	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	57.500,00	222.500,00		280.000,00
04.122.3 .1.004	AQUISICAO DE VEICULO PARA O GABINETE DO PREFEITO	50.000,00			50.000,00
04.122.3 .1.048	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	7.500,00			7.500,00
04.122.3 .2.002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE		222.500,00		222.500,00
Órgão: 03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	25.000,00	286.493,32	0,00	311.493,32
Unidade: 03.03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	25.000,00	286.493,32	0,00	311.493,32
04	Administração	25.000,00	286.493,32		311.493,32
04.122	Administração Geral	25.000,00	286.493,32		311.493,32
04.122.5	ADMINISTRAÇÃO GERAL	25.000,00	286.493,32		311.493,32
04.122.5 .1.006	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	25.000,00			25.000,00
04.122.5 .2.003	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		276.493,32		276.493,32
04.122.5 .2.081	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO GERAL		10.000,00		10.000,00
Órgão: 04.00	SECRETARIA DA FAZENDA	47.500,00	400.000,00	0,00	1.739.623,13
Unidade: 04.04	SECRETARIA DA FAZENDA	47.500,00	400.000,00	0,00	1.739.623,13
04	Administração	47.500,00	400.000,00		447.500,00
04.122	Administração Geral	40.000,00	7.500,00		47.500,00
04.122.7	ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	40.000,00	7.500,00		47.500,00
04.122.7 .1.007	AMPLIACAO E MELHORIA DOS SERVICOS INFORMATIZADOS	20.000,00			20.000,00
04.122.7 .1.008	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	20.000,00			20.000,00
04.122.7 .2.004	TREINAMENTO DE PESSOAL		7.500,00		7.500,00
04.123	Administração Financeira	7.500,00	392.500,00		400.000,00
04.123.9	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.500,00	392.500,00		400.000,00
04.123.9 .1.097	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.500,00			7.500,00
04.123.9 .2.005	MANUTENCAO/PESSOAL GERENCIAMENTO E CONTROLE DA SECRETARIA		300.000,00		300.000,00
04.123.9 .2.006	PROCESSAMENTO DE DIVIDAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		2.500,00		2.500,00
04.123.9 .2.007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS		50.000,00		50.000,00
04.123.9 .2.008	CONTRIBUICAO AO PASEP		37.500,00		37.500,00
04.123.9 .2.080	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2.500,00		2.500,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 04.00	SECRETARIA DA FAZENDA	47.500,00	400.000,00	0,00	1.739.623,13
Unidade: 04.04	SECRETARIA DA FAZENDA	47.500,00	400.000,00	0,00	1.739.623,13
					1.292.123,13
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERENCIA CAMARA				400.000,00
	TRANSFERENCIA FUNDO DE SAUDE				892.123,13
Órgão: 05.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	415.416,64	1.520.981,05	0,00	1.936.397,69
Unidade: 05.01	DIVISÃO DE ENSINO	380.416,66	1.405.981,05	0,00	1.786.397,71
12	Educação	380.416,66	1.405.981,05		1.786.397,71
12.361	Ensino Fundamental	375.416,66	1.265.981,05		1.641.397,71
12.361.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	375.416,66	1.265.981,05		1.641.397,71
12.361.11 .1.010	AQUISICAO E MANUTENCAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	100.000,00			100.000,00
12.361.11 .1.013	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	66.666,66			66.666,66
12.361.11 .1.014	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DOS CENTROS ESPORTIVOS E CULT.	50.000,00			50.000,00
12.361.11 .1.016	IMPLANTACAO DE HORTAS ESCOLARES	10.000,00			10.000,00
12.361.11 .1.018	AQUISICAO E MANUTENCAO DE VEICULO EDUCACAO.	23.750,00			23.750,00
12.361.11 .1.019	AQUISICAO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR.	125.000,00			125.000,00
12.361.11 .2.009	FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES		26.000,00		26.000,00
12.361.11 .2.010	DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO		54.000,00		54.000,00
12.361.11 .2.011	REESTRUTURACAO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTERIO		10.000,00		10.000,00
12.361.11 .2.012	CURSOS DE INFORMATICA		20.000,00		20.000,00
12.361.11 .2.013	DISTRIBUICAO DE MATERIAL ESCOLAR		45.000,00		45.000,00
12.361.11 .2.014	MANUTENCAO DO PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR		100.000,00		100.000,00
12.361.11 .2.015	MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR		300.000,00		300.000,00
12.361.11 .2.016	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL		690.981,05		690.981,05
12.361.11 .2.049	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES		20.000,00		20.000,00
12.365	Educação Infantil	5.000,00	140.000,00		145.000,00
12.365.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.000,00	140.000,00		145.000,00
12.365.11 .1.047	REFORMA, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NOS PARQUES INFANTIS	5.000,00			5.000,00
12.365.11 .2.017	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL		140.000,00		140.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 05.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	415.416,64	1.520.981,05	0,00	1.936.397,69
Unidade: 05.02	DIVISÃO DE CULTURA	10.000,00	27.500,00	0,00	37.500,00
13	Cultura	10.000,00	27.500,00		37.500,00
13.392	Difusão Cultural	10.000,00	27.500,00		37.500,00
13.392.13	RESGATE DA CULTURA	10.000,00	27.500,00		37.500,00
13.392.13 .1.020	INCENTIVO A CRIAÇÃO DE GRUPOS CULTURAIS	10.000,00			10.000,00
13.392.13 .2.018	REALIZAÇÃO DE EVENTOS		10.000,00		10.000,00
13.392.13 .2.019	MANUTENÇÃO / PESSOAL		17.500,00		17.500,00
Unidade: 05.03	DIVISÃO DE ESPORTES	24.999,98	87.500,00	0,00	112.499,98
27	Desporto e Lazer	24.999,98	87.500,00		112.499,98
27.812	Desporto Comunitário	24.999,98	87.500,00		112.499,98
27.812.15	ESPORTE E VIDA	24.999,98	87.500,00		112.499,98
27.812.15 .1.022	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS ESPORTIVAS E ESTÁDIO MUN	24.999,98			24.999,98
27.812.15 .2.020	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES		87.500,00		87.500,00
Órgão: 07.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA	87.500,00	300.750,00	0,00	388.250,00
Unidade: 07.01	DIVISÃO DE AGRICULTURA	87.500,00	300.750,00	0,00	388.250,00
11	Trabalho		52.500,00		52.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho		52.500,00		52.500,00
11.334.39	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		52.500,00		52.500,00
11.334.39 .2.067	INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E AOS JÁ EXISTENTES - EMPREGO		32.500,00		32.500,00
11.334.39 .2.068	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS - EMPREGO E REND		12.500,00		12.500,00
11.334.39 .2.069	INCENTIVO A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE PRODUTORES RURAIS, COMERCIANT		2.500,00		2.500,00
11.334.39 .2.070	SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO - EMPREGO E REI		5.000,00		5.000,00
20	Agricultura	87.500,00	248.250,00		335.750,00
20.602	Promoção da Produção Animal	14.000,00	500,00		14.500,00
20.602.43	APOIO E FOMENTO A APICULTURA	14.000,00	500,00		14.500,00
20.602.43 .1.079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE MEL E SUBPRODUTOS - APICULTURA	4.500,00			4.500,00
20.602.43 .1.081	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BENEFICIAMENTO DE MEL E SUBPRODUTOS	5.000,00			5.000,00
20.602.43 .1.082	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO - APICULTURA	4.500,00			4.500,00
20.602.43 .2.072	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS APÍCOLAS		500,00		500,00
20.606	Extensão Rural	73.500,00	247.750,00		321.250,00
20.606.27	ASSISTÊNCIA AOS PRODUTORES RURAIS		167.500,00		167.500,00
20.606.27 .2.041	CELEBRAÇÃO DE CONVENIOS		30.000,00		30.000,00
20.606.27 .2.058	ASSISTÊNCIA AGRONÔMICA E VETERINÁRIA		10.000,00		10.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 07.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA	87.500,00	300.750,00	0,00	388.250,00
Unidade: 07.01	DIVISÃO DE AGRICULTURA	87.500,00	300.750,00	0,00	388.250,00
20	Agricultura	87.500,00	248.250,00		335.750,00
20.606	Extensão Rural	73.500,00	247.750,00		321.250,00
20.606.27	ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS		167.500,00		167.500,00
20.606.27 .2.060	REALIZAÇÃO DA EXPOFEIRA DOS PRODUTOS LOCAIS E FESTA DO COLONO		12.500,00		12.500,00
20.606.27 .2.061	REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES		1.250,00		1.250,00
20.606.27 .2.062	REALIZAÇÃO DE DIAS DE CAMPO		1.250,00		1.250,00
20.606.27 .2.063	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SERCRETARIA, COM VEÍCULOS PARA ASSISTENCIA TECNICA		107.500,00		107.500,00
20.606.27 .2.078	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO - AGRICULTURA		5.000,00		5.000,00
20.606.37	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA	17.000,00	29.250,00		46.250,00
20.606.37 .1.067	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ORDENHA , REFRIGERAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO LEITE	9.500,00			9.500,00
20.606.37 .1.070	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE PRODUÇÃO	7.500,00			7.500,00
20.606.37 .2.083	AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRICOLAS PARA IMPLANTAÇÃO DE PASTAGENS - ATIV. LEITEIRA E E		2.500,00		2.500,00
20.606.37 .2.084	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL		15.500,00		15.500,00
20.606.37 .2.085	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIP. PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ROTATIVO DE PASTAGEI		11.250,00		11.250,00
20.606.41	APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	3.500,00	2.500,00		6.000,00
20.606.41 .1.074	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE PEIXES - PSICULTUF	3.500,00			3.500,00
20.606.41 .2.071	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PEIXES E DERIVADOS		500,00		500,00
20.606.41 .2.086	AQUISIÇÃO DE ALEVINOS - PSICULTURA		1.000,00		1.000,00
20.606.41 .2.087	AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A PSICULTURA		1.000,00		1.000,00
20.606.45	APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA		4.500,00		4.500,00
20.606.45 .2.073	INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DA PRODUÇÃO FRUTIFERA		500,00		500,00
20.606.45 .2.088	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INSUMOS E MUDAS - FRUTICULTURA		4.000,00		4.000,00
20.606.47	HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	8.000,00	6.500,00		14.500,00
20.606.47 .1.088	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE VIVEIROS	8.000,00			8.000,00
20.606.47 .2.090	AQUISIÇÃO DE INSUMOS, MUDAS DE HORTALIÇAS E DE PLANTAS MEDICINAIS - HORTAS		6.500,00		6.500,00
20.606.49	PAMEC	45.000,00	37.500,00		82.500,00
20.606.49 .1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E VEICULOS DE TRAN:	45.000,00			45.000,00
20.606.49 .2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E VEÍCULOS DE TR		12.500,00		12.500,00
20.606.49 .2.075	CONSTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOLAS E		25.000,00		25.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 08.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	709.000,00	1.562.500,00	0,00	2.271.500,00
Unidade: 08.01	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	349.000,00	123.750,00	0,00	472.750,00
15	Urbanismo	301.500,00	123.750,00		425.250,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	301.500,00	16.250,00		317.750,00
15.451.31	URBANISMO	176.500,00	16.250,00		192.750,00
15.451.31 .1.043	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	85.000,00			85.000,00
15.451.31 .1.044	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS	14.000,00			14.000,00
15.451.31 .1.054	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	27.500,00			27.500,00
15.451.31 .1.057	CONSTRUÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL	50.000,00			50.000,00
15.451.31 .2.065	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO NO CENTRO DA CIDADE		16.250,00		16.250,00
15.451.33	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	125.000,00			125.000,00
15.451.33 .1.060	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS E SERRAS	125.000,00			125.000,00
15.452	Serviços Urbanos		107.500,00		107.500,00
15.452.31	URBANISMO		107.500,00		107.500,00
15.452.31 .2.043	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE RUAS		25.000,00		25.000,00
15.452.31 .2.044	MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA		20.000,00		20.000,00
15.452.31 .2.045	MANUTENCAO/PESSOAL		62.500,00		62.500,00
26	Transporte	47.500,00			47.500,00
26.782	Transporte Rodoviário	47.500,00			47.500,00
26.782.29	ESTRADAS VICINAIS	47.500,00			47.500,00
26.782.29 .1.038	CONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS	47.500,00			47.500,00
Unidade: 08.02	DIVISÃO DO D.M.E.R.	360.000,00	1.438.750,00	0,00	1.798.750,00
15	Urbanismo	162.500,00	808.750,00		971.250,00
15.452	Serviços Urbanos	162.500,00	808.750,00		971.250,00
15.452.29	ESTRADAS VICINAIS	162.500,00	808.750,00		971.250,00
15.452.29 .1.051	ABERTURA E PAVIMENTAÇÃO DE SERRAS	150.000,00			150.000,00
15.452.29 .1.055	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	12.500,00			12.500,00
15.452.29 .2.092	MANUTENÇÃO/PESSOAL - ESTRADAS VICINAIS		808.750,00		808.750,00
26	Transporte	197.500,00	630.000,00		827.500,00
26.782	Transporte Rodoviário	197.500,00	630.000,00		827.500,00
26.782.29	ESTRADAS VICINAIS	197.500,00	630.000,00		827.500,00
26.782.29 .1.039	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS, COM PAVIMENTACAO E AJARDINAMENTO.	50.000,00			50.000,00
26.782.29 .1.040	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	147.500,00			147.500,00
26.782.29 .2.042	MANUTENCAO DAS ESTRADAS VICINAIS - TRANSPORTES		630.000,00		630.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 09.00	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	117.000,00	335.750,00	0,00	452.750,00
Unidade: 09.01	DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	42.500,00	280.750,00	0,00	323.250,00
08	Assistência Social	42.500,00	280.750,00		323.250,00
08.241	Assistência ao Idoso	37.500,00			37.500,00
08.241.35	MELHOR IDADE	37.500,00			37.500,00
08.241.35 .1.062	IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA	35.000,00			35.000,00
08.241.35 .1.063	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS - MELHOR IDADE	2.500,00			2.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		50.000,00		50.000,00
08.243.21	ATENÇÃO A CRIANÇA		50.000,00		50.000,00
08.243.21 .2.030	MANUTENCAO/ PESSOAL DO PROG. DE ERRADICACAO DO TRAB.INFANTIL		50.000,00		50.000,00
08.244	Assistência Comunitária	5.000,00	230.750,00		235.750,00
08.244.19	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5.000,00	230.750,00		235.750,00
08.244.19 .1.027	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.	5.000,00			5.000,00
08.244.19 .2.027	AUXILIO A PESSOAS DE BAIXA RENDA		20.000,00		20.000,00
08.244.19 .2.028	MANUTENCAO/PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		103.250,00		103.250,00
08.244.19 .2.029	CRIACAO DE GRUPOS DE MAES, IDOSOS E JOVENS		3.000,00		3.000,00
08.244.19 .2.051	REALIZAÇÃO DE CONFERENCIA		2.000,00		2.000,00
08.244.19 .2.052	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS		75.000,00		75.000,00
08.244.19 .2.053	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS		25.000,00		25.000,00
08.244.19 .2.082	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL		2.500,00		2.500,00
Unidade: 09.02	DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	69.500,00	30.000,00	0,00	99.500,00
08	Assistência Social	69.500,00	30.000,00		99.500,00
08.244	Assistência Comunitária	69.500,00	30.000,00		99.500,00
08.244.19	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	69.500,00	30.000,00		99.500,00
08.244.19 .1.026	CONSTRUCAO DE CASAS POPULARES	69.500,00			69.500,00
08.244.19 .2.054	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		30.000,00		30.000,00
Unidade: 09.03	DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	5.000,00	25.000,00	0,00	30.000,00
08	Assistência Social	5.000,00	25.000,00		30.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	25.000,00		30.000,00
08.243.21	ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00	25.000,00		30.000,00
08.243.21 .1.028	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00			5.000,00
08.243.21 .2.055	IMPLANTAR E IMPLEMENTAR POLITICAS QUE ASSEGUREM O FUNCIONAMENTO DO ECA		25.000,00		25.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.474.166,64	4.827.724,37	0,00	7.594.014,14
Órgão: 10.00	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	15.250,00	138.750,00	0,00	154.000,00
Unidade: 10.01	DIVISAO DO MEIO AMBIENTE	15.250,00	138.750,00	0,00	154.000,00
18	Gestão Ambiental	15.250,00	138.750,00		154.000,00
18.511	Saneamento Básico Rural		15.000,00		15.000,00
18.511.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		15.000,00		15.000,00
18.511.25 .2.032	FISCALIZACAO SANITARIA NAS RESIDENCIAS		12.500,00		12.500,00
18.511.25 .2.033	PROTECAO DE FONTES DE AGUA E RECUPERACAO DAS NACENTES.		2.500,00		2.500,00
18.512	Saneamento Básico Urbano		8.750,00		8.750,00
18.512.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		8.750,00		8.750,00
18.512.25 .2.034	COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE LIXO RURAL		8.750,00		8.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		25.000,00		25.000,00
18.541.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		25.000,00		25.000,00
18.541.23 .2.056	IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BASICO NAS RESIDENCIAS		12.500,00		12.500,00
18.541.23 .2.057	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL NAS PROPRIEDADES		12.500,00		12.500,00
18.542	Controle Ambiental	15.250,00			15.250,00
18.542.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	15.250,00			15.250,00
18.542.23 .1.029	ABERTURA DE TRILHAS ECOLOGICAS	1.250,00			1.250,00
18.542.23 .1.030	CRIACAO DE OFICINAS DE ARTESANATO	1.000,00			1.000,00
18.542.23 .1.031	INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	2.500,00			2.500,00
18.542.23 .1.032	ARBORIZACAO DE VIAS PUBLICAS	3.000,00			3.000,00
18.542.23 .1.033	CRIACAO DE MAPAS E SINALIZACAO DOS PONTOS TURISTICOS.	3.000,00			3.000,00
18.542.23 .1.034	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	4.500,00			4.500,00
18.695	Turismo		90.000,00		90.000,00
18.695.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		90.000,00		90.000,00
18.695.23 .2.031	MANUTENCAO/PESSOAL		90.000,00		90.000,00
Órgão: 90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Unidade: 90.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
99	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
99.999.99 .2.094	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/8
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2	CAMARA DE VEREADORES	30.000,00	390.000,00	0,00	420.000,00
Órgão: 01.00	CAMARA DE VEREADORES	30.000,00	390.000,00	0,00	420.000,00
Unidade: 01.01	CAMARA DE VEREADORES	30.000,00	390.000,00	0,00	420.000,00
01	Legislativa	30.000,00	390.000,00		420.000,00
01.031	Ação Legislativa	30.000,00	390.000,00		420.000,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	30.000,00	390.000,00		420.000,00
01.031.1 .1.001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	10.000,00			10.000,00
01.031.1 .1.003	CONSTRUCAO/AMPLIACAO DA SEDE PROPRIA	20.000,00			20.000,00
01.031.1 .2.001	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADORES		390.000,00		390.000,00
Entidade: 3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	102.500,00	1.026.960,63	0,00	1.129.460,63
Órgão: 06.00	SECRETARIA DA SAUDE	102.500,00	1.026.960,63	0,00	1.129.460,63
Unidade: 06.01	DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	102.500,00	1.026.960,63	0,00	1.129.460,63
10	Saúde	102.500,00	1.026.960,63		1.129.460,63
10.301	Atenção Básica	102.500,00	998.023,13		1.100.523,13
10.301.17	SAÚDE PARA TODOS	102.500,00	998.023,13		1.100.523,13
10.301.17 .1.023	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	32.500,00			32.500,00
10.301.17 .1.096	AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAÚDE	70.000,00			70.000,00
10.301.17 .2.021	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		570.460,63		570.460,63
10.301.17 .2.022	ATENDIMENTO GINECOLOGICO		100.000,00		100.000,00
10.301.17 .2.023	IMPLANTACAO DE METODOS CONTRACEPTIVOS.		20.000,00		20.000,00
10.301.17 .2.026	EXECUCAO E MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA		302.562,50		302.562,50
10.301.17 .2.050	INCENTIVO AO CULTIVO E UTILIZAÇÃO DE ERVAS MEDICINAIS		5.000,00		5.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		22.968,75		22.968,75
10.304.17	SAÚDE PARA TODOS		22.968,75		22.968,75
10.304.17 .2.024	MANUTENCAO/PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA.		22.968,75		22.968,75
10.305	Vigilância Epidemiológica		5.968,75		5.968,75
10.305.17	SAÚDE PARA TODOS		5.968,75		5.968,75
10.305.17 .2.025	MANUTENCAO/ PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.		5.968,75		5.968,75
Total geral:					9.143.474,77



Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	30.000,00	390.000,00		420.000,00
01.031	Ação Legislativa	30.000,00	390.000,00		420.000,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	30.000,00	390.000,00		420.000,00
04	Administração	130.000,00	908.993,32		1.038.993,32
04.122	Administração Geral	122.500,00	516.493,32		638.993,32
04.122.3	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	57.500,00	222.500,00		280.000,00
04.122.5	ADMINISTRAÇÃO GERAL	25.000,00	286.493,32		311.493,32
04.122.7	ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	40.000,00	7.500,00		47.500,00
04.123	Administração Financeira	7.500,00	392.500,00		400.000,00
04.123.9	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.500,00	392.500,00		400.000,00
08	Assistência Social	117.000,00	335.750,00		452.750,00
08.241	Assistência ao Idoso	37.500,00			37.500,00
08.241.35	MELHOR IDADE	37.500,00			37.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	75.000,00		80.000,00
08.243.21	ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00	75.000,00		80.000,00
08.244	Assistência Comunitária	74.500,00	260.750,00		335.250,00
08.244.19	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	74.500,00	260.750,00		335.250,00
10	Saúde	102.500,00	1.026.960,63		1.129.460,63
10.301	Atenção Básica	102.500,00	998.023,13		1.100.523,13
10.301.17	SAÚDE PARA TODOS	102.500,00	998.023,13		1.100.523,13
10.304	Vigilância Sanitária		22.968,75		22.968,75
10.304.17	SAÚDE PARA TODOS		22.968,75		22.968,75
10.305	Vigilância Epidemiológica		5.968,75		5.968,75
10.305.17	SAÚDE PARA TODOS		5.968,75		5.968,75
11	Trabalho		52.500,00		52.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho		52.500,00		52.500,00
11.334.39	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		52.500,00		52.500,00
12	Educação	380.416,66	1.405.981,05		1.786.397,71
12.361	Ensino Fundamental	375.416,66	1.265.981,05		1.641.397,71
12.361.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	375.416,66	1.265.981,05		1.641.397,71
12.365	Educação Infantil	5.000,00	140.000,00		145.000,00
12.365.11	EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.000,00	140.000,00		145.000,00



Estado de Santa Catarina

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13	Cultura	10.000,00	27.500,00		37.500,00
13.392	Difusão Cultural	10.000,00	27.500,00		37.500,00
13.392.13	RESGATE DA CULTURA	10.000,00	27.500,00		37.500,00
15	Urbanismo	464.000,00	932.500,00		1.396.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	301.500,00	16.250,00		317.750,00
15.451.31	URBANISMO	176.500,00	16.250,00		192.750,00
15.451.33	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	125.000,00			125.000,00
15.452	Serviços Urbanos	162.500,00	916.250,00		1.078.750,00
15.452.29	ESTRADAS VICINAIS	162.500,00	808.750,00		971.250,00
15.452.31	URBANISMO		107.500,00		107.500,00
18	Gestão Ambiental	15.250,00	138.750,00		154.000,00
18.511	Saneamento Básico Rural		15.000,00		15.000,00
18.511.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		15.000,00		15.000,00
18.512	Saneamento Básico Urbano		8.750,00		8.750,00
18.512.25	PROTEÇÃO AMBIENTAL		8.750,00		8.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		25.000,00		25.000,00
18.541.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		25.000,00		25.000,00
18.542	Controle Ambiental	15.250,00			15.250,00
18.542.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	15.250,00			15.250,00
18.695	Turismo		90.000,00		90.000,00
18.695.23	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO		90.000,00		90.000,00
20	Agricultura	87.500,00	248.250,00		335.750,00
20.602	Promoção da Produção Animal	14.000,00	500,00		14.500,00
20.602.43	APOIO E FOMENTO A APICULTURA	14.000,00	500,00		14.500,00
20.606	Extensão Rural	73.500,00	247.750,00		321.250,00
20.606.27	ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS		167.500,00		167.500,00
20.606.37	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA	17.000,00	29.250,00		46.250,00
20.606.41	APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	3.500,00	2.500,00		6.000,00
20.606.45	APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA		4.500,00		4.500,00
20.606.47	HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	8.000,00	6.500,00		14.500,00
20.606.49	PAMEC	45.000,00	37.500,00		82.500,00
26	Transporte	245.000,00	630.000,00		875.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	245.000,00	630.000,00		875.000,00
26.782.29	ESTRADAS VICINAIS	245.000,00	630.000,00		875.000,00



Estado de Santa Catarina

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer	24.999,98	87.500,00		112.499,98
27.812	Desporto Comunitário	24.999,98	87.500,00		112.499,98
27.812.15	ESPORTE É VIDA	24.999,98	87.500,00		112.499,98
99	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
Total:		1.606.666,64	6.244.685,00	0,00	7.851.351,64
Total geral:		1.606.666,64	6.244.685,00	0,00	7.851.351,64



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	420.000,00		420.000,00
01.031	Ação Legislativa	420.000,00		420.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	420.000,00		420.000,00
04	Administração	1.031.493,32	7.500,00	1.038.993,32
04.122	Administração Geral	631.493,32	7.500,00	638.993,32
04.122.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	280.000,00		280.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	308.993,32	2.500,00	311.493,32
04.122.0007	ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	42.500,00	5.000,00	47.500,00
04.123	Administração Financeira	400.000,00		400.000,00
04.123.0009	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	400.000,00		400.000,00
08	Assistência Social	305.500,00	147.250,00	452.750,00
08.241	Assistência ao Idoso	9.500,00	28.000,00	37.500,00
08.241.0035	MELHOR IDADE	9.500,00	28.000,00	37.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	62.500,00	17.500,00	80.000,00
08.243.0021	ATENÇÃO A CRIANÇA	62.500,00	17.500,00	80.000,00
08.244	Assistência Comunitária	233.500,00	101.750,00	335.250,00
08.244.0019	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	233.500,00	101.750,00	335.250,00
10	Saúde	922.773,13	206.687,50	1.129.460,63
10.301	Atenção Básica	902.023,13	198.500,00	1.100.523,13
10.301.0017	SAÚDE PARA TODOS	902.023,13	198.500,00	1.100.523,13
10.304	Vigilância Sanitária	18.750,00	4.218,75	22.968,75
10.304.0017	SAÚDE PARA TODOS	18.750,00	4.218,75	22.968,75
10.305	Vigilância Epidemiológica	2.000,00	3.968,75	5.968,75
10.305.0017	SAÚDE PARA TODOS	2.000,00	3.968,75	5.968,75
11	Trabalho	47.500,00	5.000,00	52.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho	47.500,00	5.000,00	52.500,00
11.334.0039	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	47.500,00	5.000,00	52.500,00
12	Educação	1.344.731,05	441.666,66	1.786.397,71
12.361	Ensino Fundamental	1.235.981,05	405.416,66	1.641.397,71
12.361.0011	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.235.981,05	405.416,66	1.641.397,71
12.365	Educação Infantil	108.750,00	36.250,00	145.000,00
12.365.0011	EDUCAÇÃO PARA TODOS	108.750,00	36.250,00	145.000,00
13	Cultura	35.000,00	2.500,00	37.500,00
13.392	Difusão Cultural	35.000,00	2.500,00	37.500,00
13.392.0013	RESGATE DA CULTURA	35.000,00	2.500,00	37.500,00



Estado de Santa Catarina

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	1.022.750,00	373.750,00	1.396.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	94.000,00	223.750,00	317.750,00
15.451.0031	URBANISMO	89.000,00	103.750,00	192.750,00
15.451.0033	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	5.000,00	120.000,00	125.000,00
15.452	Serviços Urbanos	928.750,00	150.000,00	1.078.750,00
15.452.0029	ESTRADAS VICINAIS	821.250,00	150.000,00	971.250,00
15.452.0031	URBANISMO	107.500,00		107.500,00
18	Gestão Ambiental	148.500,00	5.500,00	154.000,00
18.511	Saneamento Básico Rural	15.000,00		15.000,00
18.511.0025	PROTEÇÃO AMBIENTAL	15.000,00		15.000,00
18.512	Saneamento Básico Urbano	8.750,00		8.750,00
18.512.0025	PROTEÇÃO AMBIENTAL	8.750,00		8.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	24.000,00	1.000,00	25.000,00
18.541.0023	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	24.000,00	1.000,00	25.000,00
18.542	Controle Ambiental	10.750,00	4.500,00	15.250,00
18.542.0023	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	10.750,00	4.500,00	15.250,00
18.695	Turismo	90.000,00		90.000,00
18.695.0023	CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	90.000,00		90.000,00
20	Agricultura	312.500,00	23.250,00	335.750,00
20.602	Promoção da Produção Animal	14.000,00	500,00	14.500,00
20.602.0043	APOIO E FOMENTO A APICULTURA	14.000,00	500,00	14.500,00
20.606	Extensão Rural	298.500,00	22.750,00	321.250,00
20.606.0027	ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	165.000,00	2.500,00	167.500,00
20.606.0037	APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCULTURA	45.000,00	1.250,00	46.250,00
20.606.0041	APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	5.500,00	500,00	6.000,00
20.606.0045	APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	4.000,00	500,00	4.500,00
20.606.0047	HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	14.000,00	500,00	14.500,00
20.606.0049	PAMEC	65.000,00	17.500,00	82.500,00
26	Transporte	728.750,00	146.250,00	875.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	728.750,00	146.250,00	875.000,00
26.782.0029	ESTRADAS VICINAIS	728.750,00	146.250,00	875.000,00
27	Desporto e Lazer	95.833,32	16.666,66	112.499,98
27.812	Desporto Comunitário	95.833,32	16.666,66	112.499,98
27.812.0015	ESPORTE É VIDA	95.833,32	16.666,66	112.499,98



Estado de Santa Catarina

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			60.000,00
99.999	Reserva de Contingência			60.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA			60.000,00
Total:		6.475.330,82	1.376.020,82	7.851.351,64
Total geral:		6.475.330,82	1.376.020,82	7.851.351,64



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	311.493,32	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	447.500,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	1.038.993,32	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.786.397,71
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	452.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	452.750,00	0,00	0,00	52.500,00	1.786.397,71



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	1.396.500,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.000,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	37.500,00	0,00	1.396.500,00	0,00	0,00	154.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	335.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	335.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.493,32
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.500,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	112.499,98	0,00	0,00	1.936.397,69
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.250,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	2.271.500,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	452.750,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.000,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Total:		0,00	875.000,00	112.499,98	0,00	60.000,00	6.301.891,01



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/15

Data: 21/12/2009

Entidade: 2 - CAMARA DE VEREADORES

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	1.129.460,63	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	1.129.460,63	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/15
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129.460,63
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129.460,63
	Total geral:						7.851.351,64



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/7
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.0.0.0.0.00.00.00.00	Receitas	6.673.967,63	7.062.338,65	7.955.487,07	7.821.700,00	7.614.014,14
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.265.514,50	7.572.523,37	7.558.270,07	7.791.700,00	7.521.514,14
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	298.262,03	230.540,09	184.603,77	200.865,60	463.750,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	279.740,33	218.768,40	164.712,03	173.687,50	136.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	106.998,92	118.218,00	102.391,03	127.437,50	113.000,00
4.1.1.1.2.01.00.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural	1.354,60	406,98	0,00	187,50	0,00
4.1.1.1.2.01.01.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural 60%	765,84	137,40	0,00	112,50	0,00
4.1.1.1.2.01.02.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural 25%	328,66	57,24	0,00	46,88	0,00
4.1.1.1.2.01.03.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural 15%	260,10	212,34	0,00	28,12	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	31.076,01	28.286,37	25.242,63	53.000,00	83.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU	0,00	0,00	0,00	-12.000,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.01.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60%	18.645,59	16.971,76	15.145,51	39.000,00	51.000,00
4.1.1.1.2.02.00.02.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25%	7.768,99	7.071,50	6.310,61	16.250,00	21.250,00
4.1.1.1.2.02.00.03.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15%	4.661,43	4.243,11	3.786,51	9.750,00	12.750,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.200,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	-500,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	-300,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	38.447,31	61.836,06	55.712,51	48.000,00	10.000,00
4.1.1.1.2.04.01.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 60%	23.073,84	37.101,11	33.426,80	28.800,00	6.000,00
4.1.1.1.2.04.02.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 25%	9.608,07	15.458,39	13.927,62	12.000,00	2.500,00
4.1.1.1.2.04.03.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza 15%	5.765,40	9.276,56	8.358,09	7.200,00	1.500,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	36.121,00	27.688,59	21.435,89	26.250,00	20.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 60%	21.567,47	16.613,08	12.861,43	15.750,00	12.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 25%	9.030,22	6.922,05	5.358,84	6.562,50	5.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir 15%	5.523,31	4.153,46	3.215,62	3.937,50	3.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	172.741,41	100.550,40	62.321,00	46.250,00	23.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	172.741,41	100.550,40	62.321,00	46.250,00	23.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	103.656,61	60.329,60	37.242,88	31.500,00	15.000,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 60%	0,00	0,00	0,00	-6.250,00	-1.200,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25%	43.169,71	25.136,34	15.517,23	13.125,00	6.250,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	-500,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	25.915,09	15.084,46	9.560,89	7.875,00	3.750,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00	Dedução de Outros Tributos ISS 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	-300,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	4.029,55	5.716,85	4.989,78	6.830,71	213.250,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	304,21	3.613,78	4.989,78	3.455,71	111.250,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00	Tx de Serviços Administrativos	132,86	3.524,04	4.989,78	2.393,21	46.250,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	171,35	89,74	0,00	1.062,50	65.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	3.725,34	2.103,07	0,00	3.375,00	102.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	3.725,34	2.103,07	0,00	3.375,00	102.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	14.492,15	6.054,84	14.901,96	20.347,39	114.500,00
4.1.1.3.0.02.00.00.00	Contrib Melhoria Expans Rede Iluminação Púb Cidade	14.145,40	6.054,84	14.901,96	19.597,39	20.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	346,75	0,00	0,00	750,00	33.000,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00	Outras Contrib de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/7
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.845,17	29.701,18	27.454,98	1.964,04	91.862,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	11.572,73	29.701,18	26.549,98	1.589,04	100,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	11.572,73	29.701,18	26.549,98	1.589,04	100,00
4.1.3.2.5.00.02.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	0,00	29.698,58	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	2,60	16.185,75	1.589,04	100,00
4.1.3.2.5.01.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- Royalties	0,00	0,00	0,00	953,42	0,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	0,00	0,00	0,00	397,26	100,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- Fundo Saude	0,00	2,60	0,00	238,36	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	16.185,75	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	10.364,23	0,00	0,00
4.1.3.2.5.03.00.00.00	Aplicação Financeira	11.572,73	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.3.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	905,00	0,00	0,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais	1.272,44	0,00	0,00	375,00	91.762,50
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Servicos	1.784,69	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.930.994,64	7.302.023,38	7.313.950,79	7.560.736,26	6.903.606,64
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.858.027,98	7.302.023,38	7.313.950,79	7.560.736,26	6.903.606,64
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	3.097.484,78	3.634.615,74	3.692.234,02	3.600.312,49	4.182.295,77
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	2.763.794,82	3.244.596,71	3.284.765,43	2.981.250,00	3.547.399,93
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	2.723.373,56	3.209.308,42	3.282.144,85	2.940.000,00	3.518.219,93
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	-302.500,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 60%	1.634.024,26	1.925.584,91	2.379.944,93	2.867.500,00	2.301.988,32
9.1.7.2.1.01.02.01.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 60%	0,00	0,00	-420.387,19	-456.000,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 25%	680.843,26	802.326,96	1.001.778,23	555.000,00	947.578,33
9.1.7.2.1.01.02.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 25%	0,00	0,00	-175.161,32	-190.000,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios 15%	408.506,04	481.396,55	601.067,29	277.500,00	571.153,28
9.1.7.2.1.01.02.03.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 15%	0,00	0,00	-105.097,09	-114.000,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	0,00	2.620,58	0,00	180,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	-45,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 60%	0,00	0,00	1.836,77	0,00	135,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR 60%	0,00	0,00	-264,40	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 25%	0,00	0,00	765,29	0,00	56,25
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR 25%	0,00	0,00	-110,15	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 15%	0,00	0,00	459,24	0,00	33,75
9.1.7.2.1.01.05.03.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR 15%	0,00	0,00	-66,17	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	40.421,26	35.288,29	0,00	41.250,00	29.000,00
9.1.7.2.1.01.12.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.250,00
4.1.7.2.1.01.12.01.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.60%	22.994,71	21.172,86	0,00	24.750,00	21.750,00
4.1.7.2.1.01.12.02.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.25%	10.068,17	8.821,98	0,00	10.312,50	9.062,50
4.1.7.2.1.01.12.03.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.15%	7.358,38	5.293,45	0,00	6.187,50	5.437,50
4.1.7.2.1.09.00.00.00	Outras Transf. da União	14.833,31	13.743,49	10.699,08	158.437,49	0,00
4.1.7.2.1.09.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	14.833,31	13.743,49	10.699,08	47.812,49	0,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei n° 4.320/64)

Página: 3/7
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.1.09.01.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 60%	9.336,17	8.246,07	7.909,35	33.750,00	0,00
9.1.7.2.1.09.01.01.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	0,00	0,00	-1.489,86	-5.062,51	0,00
4.1.7.2.1.09.01.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 25%	3.435,67	3.435,85	3.295,52	14.062,50	0,00
9.1.7.2.1.09.01.02.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 25%	0,00	0,00	-620,77	-2.109,38	0,00
4.1.7.2.1.09.01.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 15%	2.061,47	2.061,57	1.977,38	8.437,50	0,00
9.1.7.2.1.09.01.03.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 15%	0,00	0,00	-372,54	-1.265,62	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	0,00	0,00	0,00	110.625,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.01.00.00	Outras Transf. da União	0,00	0,00	0,00	66.375,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.02.00.00	Outras Transf. da União	0,00	0,00	0,00	27.656,25	0,00
4.1.7.2.1.09.99.03.00.00	Outras Transf. da União	0,00	0,00	0,00	16.593,75	0,00
4.1.7.2.1.10.00.00.00.00	Transferencias de Convenios com a UNIAO	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	40.807,42	85.724,78	73.952,97	57.000,00	38.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	13.103,93	56.098,30	48.173,94	37.500,00	25.000,00
4.1.7.2.1.22.70.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 60%	7.862,39	32.006,48	20.988,28	22.500,00	0,00
4.1.7.2.1.22.70.02.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 25%	3.275,97	13.336,01	8.745,10	9.375,00	0,00
4.1.7.2.1.22.70.03.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 15%	1.965,57	10.755,81	18.440,56	5.625,00	0,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004	27.703,49	29.626,48	25.779,03	19.500,00	13.000,00
4.1.7.2.1.22.90.01.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004 60%	16.622,09	16.808,38	15.467,42	11.700,00	0,00
4.1.7.2.1.22.90.02.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004 25%	6.925,87	7.003,50	6.444,75	4.875,00	0,00
4.1.7.2.1.22.90.03.00.00	Transferencia Financeira CEX-MP 193/2004 15%	4.155,53	5.814,60	3.866,86	2.925,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	133.830,66	149.157,96	170.836,60	264.625,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	59.400,00	68.777,57	66.000,00	140.362,50	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	3.986,58	0,00	0,00	5.760,00	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	37.186,37	34.943,75	39.440,49	48.750,00	0,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENC	7.051,75	10.912,64	14.380,44	1.179,00	0,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	105,96	0,00	0,00	2.250,00	0,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	26.100,00	34.524,00	51.015,67	29.333,50	0,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DO SUS	0,00	0,00	0,00	36.990,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	46.654,23	32.138,08	30.312,58	15.000,00	12.500,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	46.654,23	0,00	30.312,58	15.000,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferencias de Recursos FNAS - PBT	0,00	16.803,08	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferencias de Recursos FNAS - BOLSA PETI	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - PETI BOLSA FAMILIA	0,00	4.625,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf de Recursos FNAS-PETI JORNADA AMPLIADA	0,00	10.460,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	97.564,34	109.254,72	121.667,36	116.500,00	173.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	33.480,37	53.212,45	62.648,25	12.500,00	7.500,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	0,00	0,00	504,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	27.747,20	29.172,00	28.164,40	35.000,00	50.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	36.336,77	26.870,27	30.350,71	45.000,00	75.000,00
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Recursos do PAC	0,00	0,00	0,00	24.000,00	41.000,00
4.1.7.2.1.35.05.01.00.00	Recursos do PAC	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	32.895,84
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.604,16

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei n° 4.320/64)

Página: 4/7

Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	9.375,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	5.625,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	378.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.386.665,70	3.162.713,68	3.007.221,82	2.967.923,77	2.321.310,87
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	1.227.056,57	1.435.924,47	1.400.072,51	1.415.721,00	1.643.727,55
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.169.850,20	1.341.589,41	1.288.729,31	1.320.000,00	1.533.931,73
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	-214.416,66
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	701.910,25	804.953,40	951.243,08	990.000,00	1.050.000,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	0,00	0,00	-173.635,26	-147.180,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	292.462,38	335.397,17	388.926,37	412.500,00	427.624,79
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	0,00	0,00	-72.347,90	-106.425,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	175.477,57	201.238,84	237.952,30	247.500,00	270.723,60
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 15%	0,00	0,00	-43.409,28	-76.395,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	47.762,63	64.192,52	54.211,12	74.346,00	76.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	28.657,86	38.515,31	37.381,68	44.607,60	57.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Rec. p/ Formação Fundeb - IPVA 60%	0,00	0,00	-4.855,06	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	11.940,44	16.047,95	15.575,58	18.586,50	23.750,00
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Rec. p/ Formação Fundeb - IPVA 25%	0,00	0,00	-2.022,78	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	7.164,33	9.629,26	9.346,12	11.151,90	14.250,00
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Rec. p/ Formação Fundeb - IPVA 15%	0,00	0,00	-1.214,42	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	0,00	0,00	28.672,03	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Rec.p/Formação FUNDEF - IPI Exp. 60%	0,00	0,00	-4.614,20	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	0,00	0,00	11.946,64	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Rec.p/Formação FUNDEF - IPI Exp. 25%	0,00	0,00	-1.922,51	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15%	0,00	0,00	7.168,28	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Dedução de Rec.p/Formação FUNDEF - IPI Exp. 15%	0,00	0,00	-1.153,77	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	9.443,74	30.142,54	17.035,61	19.500,00	30.000,00
4.1.7.2.2.01.13.01.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ 60%	5.666,25	18.085,50	3.031,17	11.700,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.02.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ 25%	2.360,93	7.535,62	1.262,99	4.875,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.03.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ 15%	1.416,56	4.521,42	12.741,45	2.925,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	0,00	0,00	1.875,00	3.795,82
4.1.7.2.2.01.99.01.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados 60%	0,00	0,00	0,00	1.125,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.02.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados 25%	0,00	0,00	0,00	468,75	0,00
4.1.7.2.2.01.99.03.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados 15%	0,00	0,00	0,00	281,25	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	2.159.609,13	1.726.789,21	1.607.149,31	1.552.202,77	677.583,32
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	36.764,48	62.106,16	86.533,00	75.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACAO	2.093.802,71	1.606.197,29	1.265.176,77	0,00	197.500,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf Recursos Farmacia Basica Estado	0,00	39.785,76	130.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	0,00	0,00	46.750,20	1.443.723,67	400.083,32
4.1.7.2.2.99.07.01.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	0,00	0,00	46.750,20	1.443.723,67	0,00
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	17.000,00	18.700,00	28.689,34	24.750,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei n° 4.320/64)

Página: 5/7
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.2.99.08.01.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	17.000,00	18.700,00	28.689,34	24.750,00	0,00
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilância Sanitaria - Estado	0,00	0,00	0,00	1.229,10	0,00
4.1.7.2.2.99.09.01.00.00	Recursos Vigilância Sanitaria - Estado	0,00	0,00	0,00	1.229,10	0,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Recursos Salário Educação do Estado	12.041,94	0,00	0,00	7.500,00	5.000,00
4.1.7.2.2.99.11.00.00.00	Transferencia Recursos Est. Infra Estrutura	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	373.877,50	504.693,96	614.494,95	992.500,00	400.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	373.877,50	504.693,96	614.494,95	472.500,00	400.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	173.281,13	236.183,43	368.696,72	283.500,00	240.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 25%	74.003,52	98.409,70	153.623,57	118.125,00	160.000,00
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 15%	126.592,85	170.100,83	92.174,66	70.875,00	0,00
4.1.7.2.4.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEF	0,00	0,00	0,00	520.000,00	0,00
4.1.7.2.4.02.01.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEF	0,00	0,00	0,00	324.012,00	0,00
4.1.7.2.4.02.02.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEF	0,00	0,00	0,00	195.988,00	0,00
4.1.7.6.2.05.00.00.00.00	TRANSFERENCIA CONVENIO PAVIMENTACAO AV 29 NOVE	59.966,66	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.06.00.00.00.00	TRANSFERENCIA CONVENIO MALHA VIARIA	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.627,97	10.258,72	32.260,53	28.134,10	62.295,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	4.485,29	3.578,34	18.874,09	1.500,00	26.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	271,63	1.500,00	26.000,00
4.1.9.1.1.01.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora do Imp s/ a Importação	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
4.1.9.1.1.01.01.00.00.00	Rec. Multas/Juros de Mora do Imp s/ a Importação	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	0,00	263,38	0,00	26.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 60%	0,00	0,00	157,96	0,00	15.600,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 25%	0,00	0,00	65,83	0,00	6.500,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 15%	0,00	0,00	39,59	0,00	3.900,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	8,25	0,00	0,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.049,02	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	436,27	3.578,34	18.602,46	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.504,85	6.443,73	1.374,65	9.000,00	6.000,00
4.1.9.2.0.01.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 60%	7.926,93	3.866,22	824,78	5.400,00	0,00
4.1.9.2.0.02.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 25%	361,20	1.610,92	343,66	2.250,00	0,00
4.1.9.2.0.03.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 15%	216,72	966,59	206,21	1.350,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	7.441,38	236,65	1.183,99	17.634,10	4.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	7.441,38	236,65	1.183,99	17.634,10	4.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	7.441,38	236,65	1.183,99	17.634,10	4.000,00
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	-7.365,90	0,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	4.464,93	141,99	710,38	15.000,00	3.000,00
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	-600,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25%	1.860,29	59,16	295,95	6.250,00	1.250,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	-250,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	1.116,16	35,50	177,66	3.750,00	750,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dedução Receita Própria Divida Ativa 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	-150,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/7
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.196,45	0,00	10.827,80	0,00	26.295,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.196,45	0,00	10.827,80	0,00	26.295,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	415,00	254.483,33	397.217,00	30.000,00	92.500,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	200.649,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	200.649,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	200.649,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	200.649,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	415,00	6.500,00	3.251,00	30.000,00	17.500,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	6.500,00	3.251,00	30.000,00	17.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	0,00	6.500,00	3.251,00	30.000,00	17.500,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	0,00	6.500,00	3.251,00	30.000,00	0,00
4.2.2.2.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	415,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.01.00.00.00	Transf. conv. União Calc. Rua Bernardo Hilleinshe	0,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.02.00.00.00	Transf. Recursos Convenio Uniao - Pocos Artesianos	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Transf.Conv.União Pavimentação Avenida 29 Novembro	0,00	0,00	97.500,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Transf.Conv.União Const.Unid.Prod.Transf.Alimentos	0,00	0,00	45.817,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.98.00.00.00.00	TRANSF CONV AQUIS EQUIP POSTO SAUDE	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	RECURSO TRANSF CONV PAV AV 29 NOVEMBRO	0,00	119.983,33	0,00	0,00	0,00
9.9.1.1.2.02.00.00.00.00	Redutor 20% Desconto IPTU	-2.731,99	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 60%	-241.801,52	-316.538,23	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 25%	-100.750,49	-131.890,83	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM 15%	-60.450,36	-79.134,91	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Exp.	-5.798,45	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.01.00.00	Dedução de Receita p/Form do FUNDEF- IPI Exp. 60%	0,00	-3.397,66	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.02.00.00	Dedução de Receita p/Form do FUNDEF- IPI Exp. 25%	0,00	-1.415,63	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.12.03.00.00	Dedução de Receita p/Form do FUNDEF- IPI Exp. 25%	0,00	-849,68	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.01.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 60%	-1.465,75	-1.372,94	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.02.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 25%	-474,42	-572,06	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.03.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 15%	-284,67	-343,24	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 60%	-105.285,96	-132.409,66	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	-43.869,00	-55.170,56	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 15%	-26.321,62	-33.102,84	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS 25%	0,00	-8.469,81	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.11.00.00.00	Devolucao de Convenio Recuperacao da Malha Viaria	-150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.09.11.00.00.00	Devolucao Recursos de Convenio com o Estado	-2.577,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		6.673.967,63	7.062.338,65	7.955.487,07	7.821.700,00	7.614.014,14
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	237.337,50
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	237.337,50
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/7
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	236.687,50
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	236.687,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	0,00	0,00	0,00	0,00	187.250,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	187.250,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	79.750,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENC	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	49.437,50
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	49.437,50
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	29.500,00
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilancia Sanitaria - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	937,50
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	0,00	237.337,50
Total geral:		6.673.967,63	7.062.338,65	7.955.487,07	7.821.700,00	7.851.351,64



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 1/1
Data: 21/12/2009

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2006	2007	2008	2009	2010
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.168.197,85	4.966.698,48	6.015.387,52	5.979.851,33	6.146.167,49
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.643.578,81	1.705.356,96	2.375.677,65	1.729.963,97	2.139.230,63
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.065,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.643.578,81	1.705.356,96	2.375.677,65	1.729.963,97	2.136.165,63
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.525,06	0,00	0,00	5.700,00	5.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.525,06	0,00	0,00	5.700,00	5.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.517.093,98	3.261.341,52	3.639.709,87	4.244.187,36	4.001.936,86
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	88.154,53	112.070,75	46.792,24	150.000,00	61.500,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	0,00	14.460,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.428.939,45	3.149.270,77	3.592.917,63	4.094.187,36	3.925.976,86
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.431.452,18	1.855.722,24	2.202.264,99	1.841.848,67	1.645.184,15
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.335.444,03	1.855.722,24	2.202.264,99	1.821.848,67	1.570.184,15
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.335.444,03	1.855.722,24	2.202.264,99	1.821.848,67	1.564.604,15
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	96.008,15	0,00	0,00	20.000,00	75.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	96.008,15	0,00	0,00	20.000,00	75.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Total geral:		6.599.650,03	6.822.420,72	8.217.652,51	7.821.700,00	7.851.351,64



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/1
 Data: 21/12/2009

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2008 (a)	2007 (d)	2006
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	415,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	415,00
TOTAL	0,00	0,00	415,00
DESPESAS EMPENHADAS	2008 (b)	2007 (e)	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
SALDO FINANCEIRO	415,00	415,00	415,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2010

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 1/2
Data: 21/12/2009

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0000 - Recursos Ordinários	51.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	420.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00	13 - RESGATE DA CULTURA	10.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0000 - Recursos Ordinários	12.000,00	15 - ESPORTE É VIDA	95.833,32
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de C	0.1.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	233.500,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Tx de Serviços Administ	0.1.0000 - Recursos Ordinários	46.250,00	21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	62.500,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Tx de Licença para Exec	0.1.0000 - Recursos Ordinários	65.000,00	23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	124.750,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas de Prestaç	0.1.0000 - Recursos Ordinários	102.000,00	25 - PROTEÇÃO AMBIENTAL	23.750,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentação	0.1.0000 - Recursos Ordinários	33.000,00	27 - ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	165.000,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00 - Outras Contrib de Melho	0.1.0000 - Recursos Ordinários	61.500,00	29 - ESTRADAS VICINAIS	1.537.500,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Rec. Patrimoniais	0.1.0000 - Recursos Ordinários	91.762,50	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	280.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0000 - Recursos Ordinários	2.301.988,32	31 - URBANISMO	176.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0000 - Recursos Ordinários	135,00	33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	5.000,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estac	0.1.0000 - Recursos Ordinários	21.750,00	35 - MELHOR IDADE	9.500,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Esf	0.1.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	37 - APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCI	45.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Transferencia Financeira	0.1.0000 - Recursos Ordinários	13.000,00	39 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	47.500,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0000 - Recursos Ordinários	22.500,00	41 - APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	5.500,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	1.050.000,00	43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA	14.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0000 - Recursos Ordinários	57.000,00	45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	4.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib. di	0.1.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	14.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	0.1.0000 - Recursos Ordinários	3.795,82	49 - PAMEC	65.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0000 - Recursos Ordinários	15.600,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	308.993,32
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Indenizações	0.1.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00	7 - ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	42.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	9 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	400.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	26.295,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-1.200,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-1.200,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0000 - Recursos Ordinários	-600,00		
Subtotal:		4.056.576,64	Subtotal:	4.150.326,64
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	21.250,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	927.131,05
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	2.500,00	13 - RESGATE DA CULTURA	25.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	5.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de C	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	6.250,00	Subtotal:	952.131,05
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	947.578,33		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	56,25		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estac	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	9.062,50		
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00 - Recursos do PAC	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	41.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	9.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	427.624,79		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	23.750,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	6.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	1.250,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-500,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-500,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-302.500,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-45,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-7.250,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Dedução de Receita Fon	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-4.604,16		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução de Receita p/F	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-214.416,66		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita p/Fc	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-19.000,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transferênci	-250,00		
Subtotal:		952.131,05		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade F	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	12.750,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	892.773,13
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Prov	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	1.500,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter V	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	3.000,00	Subtotal:	892.773,13
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto s/ Serviços de C	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	3.750,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	650,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	571.153,28		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a F	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	33,75		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Estac	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	5.437,50		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	5.625,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	270.723,60		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	14.250,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	3.900,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	750,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Redutor 20% Desconto II	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	-300,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Dedução de Outros Tribu	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	-300,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dedução Receita Própria	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferênci	-150,00		
Subtotal:		892.773,13		
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00 - Contrib Melhoria Expans	0.1.0017 - Contribuição para o Custeio dos Ser	20.000,00	31 - URBANISMO	20.000,00
Subtotal:		20.000,00	Subtotal:	20.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	60,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	240.060,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	240.000,00		
Subtotal:		240.060,00	Subtotal:	240.060,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	40,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	160.040,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	160.000,00		
Subtotal:		160.040,00	Subtotal:	160.040,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSPOI	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educ	75.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	75.000,00
Subtotal:		75.000,00	Subtotal:	75.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2010

Seleção: Alteração em 01/01/2010 (C)

Página: 2/2

Data: 21/12/2009

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferencias de	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	378.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	241.666,66
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE R	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	197.500,00	13 - RESGATE DA CULTURA	2.500,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outrc	429.583,32	15 - ESPORTE É VIDA	16.666,66
	Subtotal:	1.005.083,32	17 - SAÚDE PARA TODOS	29.500,00
			19 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	101.750,00
			21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	5.000,00
			23 - CHAPADÃO DO LAGEADO TURÍSTICO	5.500,00
			25 - PROTEÇÃO AMBIENTAL	0,00
			27 - ASSISTENCIA AOS PRODUTORES RURAIS	2.500,00
			29 - ESTRADAS VICINAIS	221.250,00
			31 - URBANISMO	103.750,00
			33 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	120.000,00
			35 - MELHOR IDADE	28.000,00
			37 - APOIO E FOMENTO A ATIVIDADE LEITEIRA E BOVINOCI	1.250,00
			39 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	5.000,00
			41 - APOIO E FOMENTO A PSICULTURA	500,00
			43 - APOIO E FOMENTO A APICULTURA	500,00
			45 - APOIO E FOMENTO A FRUTICULTURA	500,00
			47 - HORTAS FAMILIARES, COMUNITÁRIAS E ESCOLARES	500,00
			49 - PAMEC	17.500,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.500,00
			7 - ORGANIZAÇÃO MODERNA E ADMINISTRATIVA	5.000,00
			Subtotal:	911.333,32
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do F	0.1.0052 - Outras Transferências de Recursos	12.500,00	21 - ATENÇÃO A CRIANÇA	12.500,00
	Subtotal:	12.500,00	Subtotal:	12.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transf. do Salário-Educa	0.1.0058 - Salário Educação	7.500,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	12.500,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Recursos Salário Educaç	0.1.0058 - Salário Educação	5.000,00		
	Subtotal:	12.500,00	Subtotal:	12.500,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação I	50.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	50.000,00
	Subtotal:	50.000,00	Subtotal:	50.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Trar	75.000,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	75.000,00
	Subtotal:	75.000,00	Subtotal:	75.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	0.1.0064 - Atenção Básica	79.750,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	163.750,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	0.1.0064 - Atenção Básica	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEN	0.1.0064 - Atenção Básica	5.000,00	Subtotal:	163.750,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	0.1.0064 - Atenção Básica	30.000,00		
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00 - Recursos do Programa S	0.1.0064 - Atenção Básica	19.000,00		
	Subtotal:	163.750,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANCI	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	5.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	5.937,50
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00 - Recursos Vigilancia Sani	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	937,50	Subtotal:	5.937,50
	Subtotal:	5.937,50		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARMA	0.1.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	7.500,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	7.500,00
	Subtotal:	7.500,00	Subtotal:	7.500,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - DEMAIS TRANSFERN	0.1.0071 - Outros Recursos do Fundo Nacional	30.000,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	30.000,00
	Subtotal:	30.000,00	Subtotal:	30.000,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00 - Operação de Crédito	0.1.0083 - Operações de Credito Internas - Out	75.000,00	29 - ESTRADAS VICINAIS	75.000,00
	Subtotal:	75.000,00	Subtotal:	75.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alien. de Outros Bens M	0.1.0089 - Alienação de Bens Destinados a Out	17.500,00	11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	17.500,00	17 - SAÚDE PARA TODOS	0,00
			29 - ESTRADAS VICINAIS	12.500,00
			Subtotal:	17.500,00
Total geral:		7.851.351,64		7.851.351,64

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADOPágina: 1/1
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
11 Trabalho	334 Fomento ao Trabalho
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
18 Gestão Ambiental	511 Saneamento Básico Rural
	512 Saneamento Básico Urbano
	541 Preservação e Conservação Ambiental
	542 Controle Ambiental
	695 Turismo
20 Agricultura	602 Promoção da Produção Animal
	606 Extensão Rural
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência



Decreto N° 076/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 076/2009

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTICOES PUBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC."

- Considerando as comemorações natalinas e de final de ano próximo vindouro, e,

- Considerando principalmente a economia do erário publico,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

D E C R E T A:

Art. 1º Será considerado facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, nos dias 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2009 e de 04 à 08 de janeiro de 2010.

Art. 2º Os serviços considerados de natureza essencial, emergencial e inadiáveis, serão mantidos em todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado - SC, especialmente na área da Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 21.12.2009.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Municipio de Chapadão do Lageado, 17 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 078/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 078/2009

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 5º, alínea c, da Lei nº 0406 de 17.12.2009,

D E C R E T A:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 80 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), fica aberto um crédito adicional suplementar na seguinte dotação do Orçamento vigente:

09– Secretaria de Desenvolvimento Social

01- Secretaria de Desenvolvimento Social

08 – Assistência Social

19– Desenvolvimento Social

244 – Assistência Comunitária

80– Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas

2028 – Manutenção/Pessoal da Secretaria de Desenv. Social...R\$ 12.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Corupá

Prefeitura Municipal

Aviso de Anulação de Licitação - TP 008/09

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2009

TOMADA DE PREÇOS 008/09

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COMUNITÁRIA entre os lindeiros dos imóveis e o Município de Corupá, conforme Lei Complementar Municipal nº 007/2009, da Rua João Bankhardt, Rua 145 – Sem Denominação e embocamentos, Bairro João Tozini, com extensão de 397,00 m, Área de 3.199,75 m2 e Largura de 8,00 m, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativos anexos.

O Município de Corupá (SC), através de Ata de Anulação proveniente da Comissão Permanente de Licitações comunica a ANULAÇÃO da licitação acima referenciada, nos termos do Artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

Corupá (SC), 17 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Erval Velho

Prefeitura Municipal

Decreto 1371/2009

DECRETO 1371, DE 14 DE DEZEMBRO 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1172, de 29 de dezembro de 2008, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 3.258,40 (três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. 2.008 – PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR

32 - 339000.00.00.0013 – Aplicações Diretas R\$ 3.258,40

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta do provável excesso de arrecadação, na FONTE DE RECURSO – 01.0013 – TRANSFERÊNCIA REC. FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCAÇÃO – FNDE – PNAE, no valor de R\$ 3.258,40, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1372/2009

DECRETO 1372, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1172, de 29 de dezembro de 2008, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. 2.011 – MANUTENÇÃO GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

39 - 319000.00.00.0008 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

38 - 319000.00.00.0007 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 15.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na FONTE DE RECURSO – 0008 – RECURSOS DO FUNDEB 40% no valor de R\$ 8.000,00 e 0007 – RECURSOS DO FUNDEB 60% no valor de R\$ 7.000,00, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 2258/2009

PORTARIA 2258, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas conferidas no inciso XXVI do artigo 85, mais o previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 115, todos da Lei Orgânica do Município; combinado com a Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 2001 e 0937/2001 de 27 de abril de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora abaixo mencionada, contratada em caráter temporário para o cargo de Professor ACT, tendo em vista o término do ano letivo.

Nome	Cargo	Portaria Nomeação	Data da Exoneração
Laura Taíza Vettori	Professor-ACT	2147	31/12/2009

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 17 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de edital de pregão 030/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 057/2009

Edital de Pregão nº 030/2009

Objeto: Contratação de serviços de Transporte Escolar para os alunos do Município de Erval Velho para o exercício 2010. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 11/01/2010, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Forquilha

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 109/PMF/2009.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo, a aquisição de medicamentos para uso emergencial constantes do GUIA DE FARMÁCIA, necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas carentes do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2010.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de janeiro de 2010 às 15:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 12:00 as 18:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 21 de dezembro de 2009.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Garopaba

Prefeitura Municipal

Decreto N.º 156/2009

DECRETO N.º 156, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 64.800,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.274 de 04/12/2008 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	64.800,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	64.800,00
3.1.90.0.2.14.000060 Aplicações Diretas	64.800,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), correrão por conta do Excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/12/2009, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

Gaspar

Prefeitura Municipal

Decreto nº 3.703/09

DECRETO Nº. 3.703 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS AO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

- Considerando que a área de terras doadas para a instalação de uma nova Agência da Previdência Social, que irá beneficiar a população gasparense, conforme autorizaram as Leis Municipais nº 3.123/09 e 3.150/09;

- Considerando que o INSS tem como finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

DECRETA:

Art. 1º Doa-se em favor do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, inscrito no CNPJ sob o nº 29.979.036/0001-40, a área de

terras que soma 2.405,48 m2, referente a matrícula nº 20.494.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto nº 3.711/09

DECRETO Nº. 3.711, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2009 E DESDOBRA A RECEITA RESPECTIVA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o artigo 14 da Lei Municipal nº 3.137 de 10 de setembro de 2009, e a Lei Municipal nº 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do Município de Gaspar para o exercício de 2010, conforme o que dispõe os anexos I e II, partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º A receita prevista para o exercício de 2010 fica desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, conforme o anexo III deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria SEMED Nº. 003/2009

PORTARIA INTERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SEMED Nº. 003/2009

DISPÕE SOBRE A ESCOLHA DE VAGAS E CARGA HORÁRIA DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 01/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 76, § 1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos abaixo elencados para que se apresentem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 453, Bairro Centro, no local e data especificados para a respectiva escolha de vagas e carga horária.

Nome	Cargo	Data	Horário
Peter Gianni Duarte	Zelador	19/01/2010	8h
Hermínio Nogueira	Zelador	19/01/2010	8h
Marcos Vinício Vansuita	Zelador	19/01/2010	8h
Antonio Russi	Zelador	19/01/2010	8h
Maria de Lourdes Mezomo Franzosi	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Nilma de Fátima Ferreira da Silva	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Cristina Jardim da Silva	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h



Sonia Maria Simon Schmitt	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Marlene Correa	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Maria Angélica da Cruz dos Santos	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Maria Dolores de Souza	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Lurdes Márcia Pereira	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Leopoldina Teresa dos Santos	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Alida Pinzegher	Merendeira / Servente	19/01/2010	8h
Edelmara Luzia Panata	Berçarista	19/01/2010	14h
Talita Matias Ventura	Berçarista	19/01/2010	14h
Daiana Berti	Berçarista	19/01/2010	14h
Cristiane Seide	Berçarista	19/01/2010	14h
Fabiane Kroenke Reinert	Berçarista	19/01/2010	14h
Denivia Kruger Fanka	Berçarista	19/01/2010	14h
Edileia Lais Franciozi	Berçarista	19/01/2010	14h
Elisabete Correa	Berçarista	19/01/2010	14h
Clemilda Gonçalves da Silva	Berçarista	19/01/2010	14h
Márcia Aparecida Machado	Berçarista	19/01/2010	14h
Munique Daniela Mitterstein da Costa	Berçarista	19/01/2010	14h
Neuza Maria da Cunha Pelenci	Berçarista	19/01/2010	14h
Solange Schmitt Coelho	Berçarista	19/01/2010	14h
Maria Juscineide Ramos Alves	Berçarista	19/01/2010	14h
Denise Martins	Berçarista	19/01/2010	14h
Juarez Rezende Araujo	Berçarista	19/01/2010	14h
Fátima Borges de Campos	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Gisele Juliana Hostim Russi	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Raquel Bernardes Corrêa	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Carolina Medeiros Machado	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Marisol da Pena Roza	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Grasiana Dalsochio	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Deise Pinto de Andrade	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Márcia de Assumpção Pontes	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Rosangela Santos Beloto	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Giovana Aparecida de Camargo Varela	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Fátima Cristina Torres	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Regiane Cristina Gonçalves Sulzbacher	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Graciele de Souza Colling	Professor de Ed. Infantil	19/01/2010	14h
Andréa Cordeiro Quintino	Professora de Artes	20/01/2010	8h
Anderson de Paula Pereira	Professor de Inglês	20/01/2010	8h

Simara Nicoletti	Professora de Inglês	20/01/2010	8h
Katilene Willms	Prof. Ensino Religioso	20/01/2010	8h
Iracema Pontes Correia	Prof. Ensino Religioso	20/01/2010	8h
Denílson da Rocha	Prof. Ensino Religioso	20/01/2010	8h
Taira Franciele Skerke	Professora de Português	20/01/2010	8h
Osvaldo Claudino dos Santos Neto	Prof. de Matemática	20/01/2010	8h
Carla Peres Souza	Prof. de Matemática	20/01/2010	8h
Tamilly Roedel	Professora de Ciências	20/01/2010	8h
Ana Elise Cardoso Inácio	Professora de História	20/01/2010	8h
Cleomar Schifter	Professor de Geografia	20/01/2010	8h
Valeria da Rosa Castanho Rohr	Supervisor Escolar	20/01/2010	8h
Zenir Pozzi Cunha	Supervisor Escolar	20/01/2010	8h
Ingrid Tremel Neumann	Orientador Escolar	20/01/2010	8h

Art. 2º Os candidatos dos cargos de Berçarista, Supervisor Escolar e Orientador Educacional que não comparecerem na data, horário e local estabelecidos, perderão o direito de escolha do local de trabalho (lotação).

Parágrafo único. Na falta dos candidatos aos cargos de Professor de Artes, Inglês, Ensino Religioso, Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e Educação Infantil, haverá a perda do direito de escolha do local de trabalho (lotação), bem como o da respectiva carga horária.

Art. 3º O início das atividades do ano letivo aos profissionais mencionados nesta Portaria se dará a partir do dia 1º de fevereiro de 2010.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.
NEIVALDO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Edital - Processo Seletivo de Estágio Não-Obrigatório EDITAL - 010/2009 PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O Município de Gaspar, de acordo com o artigo 10 da Lei no 1.779, de 17 de dezembro de 1997, com os complementos das Leis no 1.848 de 21 de outubro de 1998, no 1.875, de 23 de abril de 1999 e no 1.905, de 08 de julho de 1999, o Decreto nº. 898, de 10 de junho de 2005, Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e Pregão Presencial de 68/2009, resolve:

Tornar público a relação de oportunidades de estágios no PROCESSO SELETIVO, para estudantes de 2º grau (Ensino Médio) e de 3º grau (Curso Superior), conforme discriminado abaixo, para exercerem atividade junto ao Poder Público Municipal, em qualquer de seus órgãos, Autarquia ou Fundação por ele instituída:



1. Disposições Gerais:

1.1. A presente seleção destina-se ao preenchimento das vagas abaixo e à formação de cadastro de reserva visando o provimento de futuras vagas, que venham a ocorrer.

1.2. Local de estágio: Poder Público Municipal, em qualquer de seus órgãos, Autarquia ou Fundação por ele instituída.

1.3. Número de vagas:

1.3.1 O número de vagas estimadas para estagiários de nível superior e ensino médio são as seguintes:

Nível superior/ cursos	Número de Vagas	Nível médio	Número de Vagas
Enfermagem	3	Nível Médio	43
Administração	7		
Arquitetura	3		
Artes	3		
Ciências Contábeis	2		
Ciências da Computação	3		
Direito	16		
Economia	1		
Educação Física	7		
Engenharia Civil	3		
Engenharia Florestal	2		
Engenharia Química	2		
Engenharia Sanitarista	1		
Pedagogia	9		
Psicologia	4		
Publicidade/Propaganda	1		
Serviço Social	5		
Turismo	5		
Total	77	Total	43

1.3.2 Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência a percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, o não preenchimento das vagas destinadas serão preenchidas pelos demais candidatos, respeitada a ordem de classificação.

1.3.3 Serão preenchidas as vagas conforme a necessidade do município.

1.4 Requisito: Alunos regularmente matriculados no ensino médio e superior (conforme quadro de vagas).

1.4.1. O estudante que já tenha estagiado na Prefeitura de Gaspar, não poderá ser novamente contratado quando a contagem dos períodos mesmo que fracionados seja igual a 2 (dois) anos, salvo se o estágio anterior foi concernente a outro nível escolar.

1.4.2. Residir no município de Gaspar há pelo menos cinco (05) anos.

1.4.3. Não havendo interessados que atendam ao item 1.4.2 será autorizado o estágio de estudantes não residentes no Município de Gaspar.

1.4.4. Os estudantes de nível superior, desde que atendidas as demais exigências, poderão ser admitidos no Programa Bolsa de Estágio, caso estejam cursando, no mínimo, o 3º (terceiro) semestre/período do curso em que estiverem matriculados.

1.4.5. Os estudantes do ensino médio, estes deverão ter concluído 50% (cinquenta por cento) do curso no qual estiverem matriculados.

1.5 Jornada de estágio: O horário do estágio corresponderá ao expediente da área de atuação do estagio e compatibilizar-se-á com o horário do curso em que esteja matriculado, não podendo exceder a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

1.6. Remuneração:

1.6.1. Ensino Médio: R\$ 241,00 (duzentos e quarenta e um reais)

mensal.

1.6.2. Superior: R\$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais) mensal.

1.6.3. Os valores serão reajustados nos termos do parágrafo primeiro do artigo 293 do Código Tributário Municipal.

1.7. Auxílio-transporte: Os valores referentes ao Auxílio Transporte ficarão a cargo e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Gaspar, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e Fundação Municipal de Esportes - FME.

1.8. Duração do estágio: 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período a critério das partes envolvidas no Termo de Compromisso de Estágio, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

1.9. Data estimada para o início do estágio: no primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do respectivo contrato de estágio.

2. Inscrições:

Será realizada no Centro de Integração Estudantes, o cadastro/ inscrição dos alunos interessados, na rua Vereador Augusto Beduschi, 60, Centro, fone: 3332-1371 (anexo Associação Comercial e Industrial de Gaspar – ACIG), de 22/01/2010 a 10/02/2010, das 8:30 às 12:00 horas, e das 13:30 às 17:00 com os seguintes documentos:

2.1 Comprovante de matrícula, declaração de frequência da Universidade ou Estabelecimento do Ensino Médio

2.2 Histórico Escolar do último semestre concluído do curso fornecido pela Instituição de Ensino

2.3 No ato da inscrição o Portador da necessidade especial deverá apresentar declaração se necessitará de auxílio no dia da prova. (modelo ANEXO II)

2.4 Fotocópia do comprovante de conhecimentos em informática; (modelo de declaração – ANEXO I, ou cópia do certificado).

2.5 Comprovante de que reside no município de Gaspar há pelo menos cinco (05) anos. (A comprovação pode ser feita por contrato de locação de imóvel do pai ou do próprio candidato, conta de água ou luz, ou uma declaração, subscrita por uma autoridade pública ou por dois vizinhos, com o devido reconhecimento da firma);

2.6 Fotocópia da Identidade;

2.7 Fotocópia do C. P. F.; (Para quem ainda não possui C.P.F., favor providenciar junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal)

2.8 Obrigatoriamente o candidato deverá fornecer seu endereço eletrônico (e-mail).

2.9 As inscrições serão gratuitas.

3. Seleção:

3.1 O processo de seleção dar-se-á em 2 (duas) etapas:

1ª. Etapa:

3.1.1 NÍVEL SUPERIOR: o estudante de nível superior com maior número de semestres cursados.

3.1.2 NÍVEL MÉDIO: o estudante que estiver mais próximo de concluir o curso.

2ª. Etapa:

3.1.3 Entrevista pessoal no Poder Público Municipal, em qualquer de seus órgãos, Autarquia ou Fundação por ele instituída.

3.2 Os critérios de desempate serão:

3.2.1 Melhor média aritmética dos semestres concluídos, média feita pelo histórico escolar;

3.2.2 Persistindo o empate a situação sócio-econômica do candidato.

3.3 O resultado de cada etapa e o resultado final da seleção, serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios e no quadro de avisos do Centro de Integração de



Estudantes.

3.4 Os estudantes melhores classificados serão convocados pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios, para participar da entrevista pessoal, dependendo da necessidade do município. Em caso de não aprovação do candidato na entrevista será chamado o candidato subsequente no resultado da avaliação.

4. Convocação:

4.1. Os candidatos selecionados serão convocados: pelo endereço eletrônico (www.gaspar.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios, obedecendo-se à rigorosa ordem de classificação e o número de vagas existentes, podendo os demais aprovados serem convocados posteriormente, no decorrer do período de validade da Seleção e na medida em que se abrirem novas vagas.

4.1.1 Os candidatos que não comparecerem na data e horário informado no endereço eletrônico (www.gaspar.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios perderá a ordem de classificação.

4.2. Os candidatos convocados deverão comparecer ao Centro de Integração de Estudantes, no prazo de 01 (um) dia útil, contado do recebimento do instrumento de convocação, para retirar o encaminhamento de estágio.

4.3. As vagas escolhidas deverão ser compatíveis ao curso matriculado no ato da inscrição.

5. Recursos:

5.1. Os recursos a cada etapa de seleção serão aceitos até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação dos resultados, devendo ser encaminhados ao Centro de Integração de Estudantes, por escrito, e serão respondidas pelo responsável da respectiva etapa, no prazo de 48 horas.

6. Validade:

6.1. A presente seleção de estagiários tem validade para novas vagas de estágio que surgirem dentro do prazo de 06 (seis) meses a contar da data de divulgação do resultado final deste concurso seletivo, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

7. Divulgação do Edital:

7.1. O presente edital será amplamente divulgado pelo Centro de Integração de Estudantes nas instituições de ensino conveniadas, bem como na Internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

8. Disposição finais:

8.1 O presente processo seletivo será regulado pela lei Municipal Lei nº 1.779, de 17 de dezembro de 1997, com os complementos das Leis nº 1.848 de 21 de outubro de 1998, nº 1.875, de 23 de abril de 1999 e nº 1.905, de 08 de julho de 1999, o Decreto nº 898, de 10 de junho de 2005, Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, e os demais meios legais pertinentes admitidos.

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

EVANDRO ASSIS MÜLLER
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LOVÍDIO BERTOLDI
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

RENATO ZIMMERMANN
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes.

ANEXO I

Prefeitura Municipal de Gaspar

DECLARAÇÃO

Eu, (nome completo) _____,
RG _____, CPF _____,
residente e domiciliado na Rua _____ n.º _____,
Cidade _____, Estado _____,
Telefone _____, declaro para os devidos
fins que tenho conhecimento de informática.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Gaspar/SC, _____, _____, 20 ____.

Nome completo e legível

ANEXO II

Prefeitura Municipal de Gaspar

DECLARAÇÃO

Eu, (nome completo) _____,
RG _____, CPF _____,
residente e domiciliado na Rua _____ n.º _____,
Cidade _____, Estado _____,
Telefone _____, declaro para os devidos
fins que tenho necessidade especial de auxílio no dia da prova.

Tipo de necessidade:

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Gaspar/SC, _____, _____, 20 ____.

Nome completo e legível

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Lei nº 2.763/2009

LEI Nº 2763/2009

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, AS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, apresenta a Câmara Municipal de Vereadores, para devida análise, discussão e votação o seguinte projeto de lei.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com a Lei Orgânica do Município, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Herval d'Oeste para o exercício de 2010, compreendendo:



I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital;
II – a estrutura e a organização dos orçamentos;
III – as diretrizes para a elaboração, a execução dos orçamentos do Município e as suas alterações;
IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
V – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
VI – as disposições sobre a dívida pública municipal;
VII – as disposições gerais;

Art. 2º - A presente Lei, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias Gerais para o exercício de 2010, compreende os Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Art. 3º - No projeto de lei do Orçamento para o exercício 2010, os valores da receita serão estimados e os da despesa fixados, onde o Poder Executivo tomará medidas para sua correção e compatibilização de valores, até o limite previsto pela legislação em vigor, podendo para tanto, no decorrer do exercício, abrir Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, observada a autorização específica e os dispositivos da presente Lei.

Art. 4º - A Lei Orçamentária, bem como as suas alterações, não destinarão recursos para a execução de projetos e atividades típicas da Administração Estadual ou Federal, ressalvando-se aquelas autorizadas como cooperação técnica e financeira intergovernamental.

Art. 5º - A Lei Orçamentária incluirá os recursos correspondentes às Receitas e Despesas de todos os órgãos mantidos pelo Município.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, corroborados com a Lei Orgânica do Município, fica estabelecido que as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2010 são as especificadas no ANEXO I – Das Prioridades e Metas, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas. Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a Despesa orçada com a Receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 7º - As metas fiscais para o exercício financeiro de 2010 são as especificadas no ANEXO II – Das Metas Fiscais, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 9º - A Lei de Orçamento evidenciará em cada Unidade Gestora a Receita por rubrica e a Despesa por função, subfunção, programa e projeto/atividade, na forma dos seguintes Adendos:
I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias

Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções, programas e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
VI – Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções, conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);
VIII – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
IX – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X – Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portarias Interministeriais.

Art. 10 - O orçamento fiscal discriminará a despesa pela unidade orçamentária específica, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, dentro de cada projeto/atividade e de acordo com a origem e destinação dos recursos.

3.1 – Pessoal e Encargos Sociais;

3.2 – Juros e Encargos da Dívida;

3.3 – Outras Despesas Correntes;

4.4 – Investimentos;

4.5 – Inversões Financeiras; e,

4.6 – Amortização da Dívida.

Art. 11 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá informações sobre a execução orçamentária de exercícios anteriores e das previsões para os próximos exercícios.

Art. 12 – Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, através das suas Unidades, encaminharão ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 30 de setembro de 2009, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária a ser entregue até 31 de outubro de 2009.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. A elaboração do projeto de lei orçamentária terá como base às previsões da receita, que observarão as normas técnicas e legais, tais como, alterações da legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquela em que se referir, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Após a obtenção de previsão das receitas, serão fixadas as despesas de acordo com as programações constantes no Plano Plurianual – PPA e nesta Lei.



Art. 14 – O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alteração do Plano Plurianual 2010/2013, que tenham sido projetos de lei específicos.

Art. 15 – O Poder Legislativo terá como limites, de despesas correntes e de capital em 2010, até 6% (seis por cento) da receita oriunda de impostos a ser efetivamente arrecadada em 2009.

Art. 16 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 17 – Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária, salvo casos especiais;

III – incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 18 – Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Art. 19 – Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Art. 20 – Somente poderão ser incluídas na lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito devidamente aprovadas pelo Poder Legislativo, através de Lei específica.

Art. 21 – É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar, esportivas ou recreativas, de interesse comunitário e social;

II – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas regionais de saúde;

IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1º - O Poder Executivo somente poderá repassar recursos de que trata este artigo, mediante aprovação, pelo Poder Legislativo, de Lei específica;

§ 2º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de pleno funcionamento, emitida por duas autoridades locais comprovando o mandato de sua diretoria.

§ 3º - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 22 – A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em

montante equivalente a, no máximo, 6% (seis por cento) da receita corrente líquida prevista do orçamento fiscal com exceção a seguridade do Regime Próprio de Previdência Social, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 23 – Constituem passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos no ANEXO III – Dos Riscos Fiscais, que integra a presente Lei, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - Os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação do exercício corrente e do superávit financeiro do exercício de 2008.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 24 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceder o valor para dispensa de licitação fixada no inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25 – Durante a execução orçamentária de 2008, o Executivo Municipal, autorizado em Lei específica, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de Crédito Adicional Especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do ANEXO I desta Lei e alterações posteriores.

Art. 26 – A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2010, a 10% (dez por cento) da RCL apurada no Exercício de 2008.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27 – No exercício financeiro de 2010, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo, observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 28 – O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, realizar concurso público, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento do Município.

Art. 29 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores municipais, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF).

Art. 30 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da LRF:

I – eliminação das despesas com horas extras;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III – eliminação de vantagens concedidas aos servidores;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 31 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização”, elemento de despesa 3.1.90.34.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 32 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 – A Lei que concede ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Parágrafo único – O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.

Art. 34 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2010, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 36 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 37 – A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 – Ocorrendo Assistência Técnica e Cooperação Financeira pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá estruturar-se para:

I – até o exercício de 2010, elaborar o “Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior”, previsto no Art. 4º, I, § 4º, I da LRF.

Art. 39 – Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas do equilíbrio financeiro, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação de empenho.

Art. 40 – As receitas de capital derivadas da alienação de bens e

direitos que integram o patrimônio público, poderão ser aplicados para custeio de despesas da previdência social, conforme estabelece o Art. 44 da LRF.

Art. 41 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros de mora pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 42 – São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária. Parágrafo único – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 43 – O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento, deverá atender, no prazo máximo previsto na Lei Orgânica Municipal, prorrogável por igual período, desde que solicitado com antecedência ao vencimento deste, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, relativo a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 44 – Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de Dezembro de 2009, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Município;

III – pagamento de serviço da dívida; e,

IV – transferências ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 45 – As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 46 – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 47 – Nos termos do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, através de Decreto, efetuar suplementações por conta do Excesso de Arrecadação verificado no mês anterior e do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 48 – O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com os Governos Estadual e Federal, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal, para homologação e comprovação da transparência administrativa.

Art. 49 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval d’Oeste, SC, 17 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



Previsão de Evolução da Receita

	2009	2010	2011
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	18.551.000,00	19.478.550,00	20.452.477,50
IPTU	320.000,00	336.000,00	352.800,00
ISS	900.000,00	945.000,00	992.250,00
ITBI	250.000,00	262.500,00	275.625,00
Cota-Parte do FPM	8.700.000,00	9.135.000,00	9.591.750,00
Cota-Parte do ICMS	7.400.000,00	7.770.000,00	8.158.500,00
Cota-Parte do IPVA	900.000,00	945.000,00	992.250,00
Cota-Parte do ITR	6.000,00	6.300,00	6.615,00
Transf.da LC 87/1996	75.000,00	78.750,00	82.687,50
Outras Receitas Correntes	4.500.000,00	4.725.000,00	4.961.250,00
Receita Corrente Líquida	23.051.000,00	24.203.550,00	25.413.727,50
Outras Receitas e Convênios *	500.000,00	35.906.412,00	18.272.606,90
Total	23.551.000,00	60.109.962,00	43.686.334,40
*Expectativa da Administração			
Limite Despesas de Pessoal 54%	12.447.540,00	13.069.917,00	13.723.412,85
Limite Despesas de Pessoal 6%	1.383.060,00	1.452.213,00	1.524.823,65
15% Saúde	2.782.650,00	2.921.782,50	3.067.871,63
25% Educação	4.637.750,00	4.869.637,50	5.113.119,38

Lei nº 2.764/2009

LEI Nº 2764 /2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento do Município de Herval D'Oeste para o exercício de 2010 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 60.504.962,00 (Sessenta milhões, quinhentos e quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais), sendo R\$ 58.923.962,00(Cinquenta e oito milhões, novecentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta e dois reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 1.581.000,00(Um milhão e quinhentos e oitenta e um mil reais) do Orçamento da Seguridade Social – IPREVI.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 52.080.362,00(Cincoenta e dois milhões, oitenta mil e trezentos e sessenta e dois reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), em R\$ 46.720.262,00(Quarenta e seis milhões setecentos e vinte mil e duzentos e sessenta e dois reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 2.988.000,00 (Dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) as transferências financeiras ao Fundo Municipal de Saúde, em R\$ 31.400,00 (Trinta e um mil e quatrocentos re-

ais) as transferências Financeiras ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em R\$ 509.800,00(Quinhentos e nove mil e oitocentos reais) as transferências financeiras ao Fundo Municipal de Habitação e as transferências financeiras ao Fundo Municipal de Assistência Social em R\$ 930.900,00 (Novecentos e trinta mil e novecentos reais). O Orçamento para o exercício financeiro de 2010 do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna estima a Receita e Fixa a Despesa R\$ 8.967.000,00 (Oito milhões, novecentos e sessenta e sete mil reais).

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

FONTES DE RECEITA	EXERCÍCIO 2010
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL	VALOR
RECEITAS CORRENTES	29.787.620,20
RECEITA TRIBUTARIA	2.195.500,00
IMPOSTOS	1.261.500,00
TAXAS	834.000,00
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	50.000,00
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	50.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	192.500,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	20.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	172.500,00
RECEITA DE SERVICOS	101.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	20.563.808,20
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.181.700,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4.382.108,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.684.812,00
MULTAS E JUROS DE MORA	196.732,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.100,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	176.200,00
RECEITAS DIVERSAS	6.308.780,00
RECEITAS DE CAPITAL	22.292.741,80
OPERACOES DE CREDITO	0,00
ALIENACAO DE BENS	1.640.000,00
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	40.000,00
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	1.600.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	20.652.741,80
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	20.652.741,80
TOTAL	52.080.362,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	R\$	560.000,00
03	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	675.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	3.523.000,00
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	R\$	604.460,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	11.315.712,00



08	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	1.066.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$	27.388.466,00
10	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE	R\$	1.387.624,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
SUBTOTAL		R\$	46.720.262,00
01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	7.727.000,00
02	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$	70.000,00
03	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$	2.196.000,00
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	1.310.700,00
05	IPREVI – HO	R\$	1.581.000,00
06	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$	700.000,00
Sub Total – Fundos e Câmara		R\$	13.499.700,00
TOTAL GERAL		R\$	60.504.962,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	3.564.460,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	350.000,00
11	TRABALHO	R\$	866.000,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	9.437.962,00
13	CULTURA	R\$	728.750,00
15	URBANISMO	R\$	12.855.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	3.045.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	30.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	1.357.624,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	815.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	11.488.466,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	1.419.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	833.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
SOMA		R\$	46.720.262,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		R\$	5.360.100,00
TOTAL GERAL		R\$	52.080.362,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROJETO/ATIVIDADE

02.0201.04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	560.000,00
03.0301.04.122.0003.2003	Manutenção, Encargos e Atividades da Procuradoria	675.000,00
04.0401.04.122.0004.2004	Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo	1.725.000,00
04.0401.06.181.0005.2006	Manutenção de Convenio com a Policia Civil e Militar	150.000,00
04.0401.06.182.0005.2005	Manutenção de Convenio com o Corpo de Bombeiros	200.000,00
04.0401.11.331.0008.2008	Vale-Refeição aos Servidores Públicos Municipais	350.000,00
04.0402.11.331.0006.2007	Contribuição para Formação do PASEP	265.000,00
04.0402.28.843.0007.0001	Serviços da Divida Fundada Interna	833.000,00
05.0501.04.121.0009.2009	Manutenção, Encargos e Ativ. da Sec.Planej.e Coordn.	494.460,00

05.0501.04.121.0010.2010	Programa de Qualidade de Gestão na Administra	110.000,00
06.0601.12.243.0011.2012	Aquisição de Uniformes para Alunos do Ensino Infantil	30.000,00
06.0601.12.306.0011.2011	Alimentação para Educação Infantil	368.962,00
06.0601.12.331.0008.2008	Vale-Refeição aos Servidores Públicos Municipais	240.000,00
06.0601.12.365.0011.2013	Manutenção, Enc.e Ativ.da Educação Infantil	2.924.000,00
06.0601.12.365.0011.2014	Aquisição Brinquedos P/ Parques Equip.p/Novas	153.750,00
06.0601.12.365.0018.1002	Obras do Ensino Infantil	1.400.000,00
06.0602.12.306.0012.2015	Merenda Para Ensino Fundamental	150.000,00
06.0602.12.331.0008.2008	Vale-Refeição aos Servidores Públicos Municipais	170.000,00
06.0602.12.361.0012.2016	Manutenção e Encargos das Atividades do Ensino Fund.	3.403.750,00
06.0602.12.361.0018.1001	Construção, Reformas e Ampliação de Escolas	50.000,00
06.0602.12.362.0013.2017	Apoio Financeiro a Estudantes	2.500,00
06.0602.12.364.0013.2059	Apoio Financeiro a Estudantes	15.000,00
06.0602.12.367.0015.2019	Promoção do Atendimentos de Crianças com Nec.Espec	30.000,00
06.0603.12.392.0018.1004	Construção do Centro Artístico Cultural	500.000,00
06.0603.13.392.0016.2020	Resgate e Preservação da Cultura Local	728.750,00
06.0604.27.812.0017.2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes	349.000,00
06.0604.27.812.0018.1003	Compl.Const.Ref. Quadras e Ginásios Esp.Arquib.	800.000,00
07.0701.11.333.0019.2022	Incentivo a Geração de Emprego e Renda	110.000,00
07.0701.11.333.0019.2023	Man. Enc.e Ativ.do Departamento de Desenv.Eco	141.000,00
07.0701.23.695.0020.2024	Promoção do Turismo Sustentável	815.000,00
08.0801.26.782.0021.2025	Transito Seguro	320.000,00
08.0801.26.782.0021.2026	Manut.Enc.e Ativ.do Dep.de Transito e da JARI	172.000,00
08.0801.26.782.0022.2027	Manut.Enc. e Ativ.do Departamento de Obras	5.296.466,00
08.0802.15.451.0023.1005	Incremento da Gestão Urbana com Qualidade	11.655.000,00
08.0802.15.451.0024.1007	Construção e Manutenção da Infra-Estrutura Ur	250.000,00
08.0802.15.452.0025.2028	Manutenção e Expansão da Coleta de Lixo e Lim	950.000,00
08.0802.17.512.0026.1008	Saneamento Básico	3.045.000,00
08.0802.26.782.0024.1006	Abertura e Pavimentação de Ruas e Outras Obra	5.700.000,00
09.0901.18.543.0027.2029	Aquisição de Mudanças	30.000,00
09.0901.20.122.0028.2030	Manutenção, Enc. e Ativ. do Departamento de A	662.350,00
09.0901.20.511.0029.2031	Saneamento Básico Rural	132.624,00
09.0901.20.601.0028.1009	Aquisição de Equipamentos para Desenvolvimento	390.042,00
09.0901.20.661.0030.2032	Fortalecimento da Agricultura Familiar	70.254,00



09.0901.20.722.0029.1010	Apoio a Telefonia Rural	20.000,00
09.0901.20.752.0029.2055	Implantação e Manutenção do Prog.Micro Bacias	80.000,00
09.0901.20.752.0029.1011	Apoio a Eletrificação Rural	2.354,00
99.9999.99.999.9999.2999	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00
	TOTAL	46.720.262,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	18.277.246,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.796.876,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$ 30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 8.450.370,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	28.243.016,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 27.440.016,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$ 803.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
SOMA	R\$	46.720.262,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	5.360.100,00
TOTAL GERAL	R\$	52.080.362,00

DO ORÇAMENTO DO IPREVI

Art. 3º - O Orçamento do Instituto de Previdência – IPREVI – HO para o exercício de 2009 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 1.581.000,00 (Um milhão e quinhentos e oitenta e um mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Contribuições estimado para 2010, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.581.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	11.100,00
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	669.900,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	900.000,00
TOTAL	R\$	1.581.000,00

§ 2º - A Despesa do IPREVI-HO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

28	Previdência Social	R\$	1.431.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	150.000,00
TOTAL GERAL		R\$	1.581.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.211.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.060.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 151.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	220.000,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 220.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 150.000,00
TOTAL GERAL	R\$	1.581.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 4.739.000,00 (Quatro milhões, setecentos e trinta e nove mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.988.000,00 e fixa as

Despesas em R\$ 7.727.000,00 (Sete milhões, setecentos e vinte e sete mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	4.739.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	81.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	3.000,00
1.3 – Transferências Correntes	R\$	4.054.000,00
1.5 – Outras Receitas Correntes	R\$	601.000,00
1.6 – Operações de Crédito Interna	R\$	0
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRAS	R\$	2.988.000,00
TOTAL	R\$	7.727.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	R\$	7.717.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL		R\$	7.727.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	5.907.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 3.430.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 2.477.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.810.000,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 1.810.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00
TOTAL GERAL	R\$	7.727.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 38.600,00 (Trinta e oito mil e seiscentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 31.400,00 e fixa as Despesas em R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	38.600,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	1.100,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$	37.400,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$	100,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRAS	R\$	31.400,00
TOTAL	R\$	70.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:



I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	65.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	5.000,00
TOTAL GERAL		R\$	70.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		R\$	65.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	65.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	5.000,00
TOTAL GERAL		R\$	70.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 1.686.200,00 (Um milhão seiscentos e oitenta e seis mil e duzentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 509.800,00 e fixa as Despesas em R\$ 2.196.000,00 (Dois milhões cento e noventa e seis mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes Receitas de Capital na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	52.200,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	1.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	50.000,00
1.5 – Outras Receitas Correntes	R\$	1.200,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.634.000,00
2.1 – Alienação de Bens	R\$	15.000,00
2.2 – Amortização de Empréstimos	R\$	49.000,00
2.3 – Transferências de Capital	R\$	1.570.000,00
Transferências Financeiras	R\$	424.800,00
TOTAL	R\$	2.111.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16	HABITAÇÃO	R\$	1.895.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	155.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	126.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	20.000,00
TOTAL GERAL		R\$	2.196.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		R\$	376.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	6.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	370.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	1.715.000,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$	1.680.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$	120.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	20.000,00
TOTAL GERAL		R\$	2.196.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 379.800,00 (Trezentos e setenta e nove mil e oitocentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 930.900,00 e fixa as Despesas em R\$ 1.310.000,00 (Um milhão, trezentos e dez mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	379.800,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	16.100,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	2.000,00
1.3 – Transferências Correntes	R\$	360.700,00
1.4 – Outras Receitas Correntes	R\$	1.000,00
Transferências Financeiras	R\$	930.900,00
TOTAL	R\$	1.310.700,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	1.300.700,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL		R\$	1.310.700,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		R\$	1.153.200,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	836.640,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	316.560,00
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	147.500,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$	147.500,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL		R\$	1.310.700,00

Art. 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, tanto na administração direta e indireta (Fundos, IPREVI e SIMAE).

Art. 09 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, tanto na Administração Direta como nos Fundos e SIMAE.

Art. 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.



Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 14 - Durante o exercício de 2010 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 15 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a anular e suplementar dotações dentro de um mesmo elemento para outras fontes orçamentárias.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2010, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, 17 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Decreto nº 2.745/2009

DECRETO Nº 2.745/2009.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, os dias 24, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2009. Parágrafo único. O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes funcionará normalmente nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2009, e a Secretaria Municipal de Saúde também estará em funcionamento normal nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2009, porém com atendimento à população somente na Unidade Central de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Decreto nº 2.746/2009

DECRETO Nº 2.746/2009.

"ADOA ÍNDICE OFICIAL DE REAJUSTES PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado pelo Poder Executivo Municipal para o exercício de 2010, como índice oficial para reajuste dos tributos municipais, e também para todos os contratos, a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, com o percentual de 6,25% (Seis vírgula vinte e cinco por cento), calculados na média dos últimos doze meses.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 895/2009

PORTARIA Nº 895/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 21 de dezembro de 2009, os Servidores abaixo relacionados, contratados em caráter temporário, os quais exercem as funções do cargo de Professor, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Nº	Matrícula	Nome	Nº Portaria
01	3035	ADAO CEZAR DE OLIVEIRA	895/01/2009
02	2957	ALINE ALVES CABRAL	895/02/2009
03	2959	ANA RAQUEL MARCON	895/03/2009
04	2940	ANDREA RIEPE PIRES	895/04/2009
05	2950	ANDREIA APARECIDA SCALABRIN	895/05/2009
06	2947	BIBIANE BALDASSARI DAS NEVES	895/06/2009
07	3002	CAMILA HOFFELDER	895/07/2009
08	2944	CLOCI O. DALLA VECCHIA BAGGIO	895/08/2009
09	3036	CRISTIANE LIMA	895/09/2009
10	3059	CRISTIANE OLIVEIRA DICK	895/10/2009
11	2945	DANI FELIPE DE SOUZA PINTO	895/11/2009
12	2946	DANI FELIPE DE SOUZA PINTO	895/12/2009
13	2962	DENYSE CARLETTI	895/13/2009
14	2941	EDIVANI BIZOGNIN	895/14/2009
15	2966	EDNA MARIA FAGANELLO	895/15/2009
16	2937	EDNA SCALABRIN MARTINI	895/16/2009
17	3001	ELENARI AP. CASSUL DE MENEZEZ	895/17/2009
18	3053	ERICA RIBEIRO DE CAMPOS	895/18/2009



19	3004	ERICA RIBEIRO DE CAMPOS	895/19/2009
20	2935	FABIO LAZZARINI	895/20/2009
21	2986	FÁTIMA ZARTH	895/21/2009
22	2981	FRÂNCIA TALITA CYRINO RAMOS	895/22/2009
23	3046	FRANCIELI DE GODOY	895/23/2009
24	3052	GÉSSICA CASARIN	895/24/2009
25	2977	GIOVANE ALVES DE MOURA	895/25/2009
26	2992	GLACINIRA AP.RODRIGUES CORREA	895/26/2009
27	3008	HALINE FERRARI	895/27/2009
28	2978	IEDA SALETE VERGANI	895/28/2009
29	3033	IVO GUINDANI	895/29/2009
30	3064	JOSIANE GIUSTI	895/30/2009
31	2942	JULIANA SABOTKA TIEPO	895/31/2009
32	2936	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	895/32/2009
33	2932	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	895/33/2009
34	2996	JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATTO	895/34/2009
35	3005	KARINA FILIPINI	895/35/2009
36	3019	KARLA CRISTINA PARISSENTI	895/36/2009
37	2930	KARLA CRISTINA PARISSENTI	895/37/2009
38	2974	LARIANE ASSIS X. SANTOS DE CARVALHO	895/38/2009
39	2931	LEONICE APARECIDA B. LONGO	895/39/2009
40	2929	LICIANE DE FATIMA TELLES	895/40/2009
41	3056	LILIAN GREDCHEN MEYER	895/41/2009
42	2948	LUCIANE REZENDE	895/42/2009
43	2991	MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS	895/43/2009
44	3051	MARCOS ROBERTO RIGO	895/44/2009
45	2963	MARIA HELENA DAHMER OLIVO	895/45/2009
46	2964	MARIA HELENA DAHMER OLIVO	895/46/2009
47	3034	MARILENE DE LURDES ALVES	895/47/2009
48	2998	MONICA REGINA DE MATOS	895/48/2009
49	3050	NEUSA TEREZINHA FORTES	895/49/2009
50	2955	PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI	895/50/2009
51	2987	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS	895/51/2009
52	2934	RENAN SOUZA	895/52/2009
53	3038	RODRIGO VICENTE DA ROSA	895/53/2009
54	2975	ROSANGELA AP.GOULART RIBEIRO	895/54/2009
55	2933	ROSANGELA MARIA L. KIELING	895/55/2009
56	3039	ROSANGELA SCHVAIZERSKI DE OLIVEIRA	895/56/2009
57	2960	SANDRA KANGERSKI BOTTEGA	895/57/2009
58	2938	SANDRINE CRISTINA PIZONI	895/58/2009
59	2976	SIDNEI FERREIRA DE LIMA	895/59/2009
60	2958	SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	895/60/2009
61	3015	SIMONE APARECIDA BORSOI	895/61/2009
62	2970	SIMONE APARECIDA BORSOI	895/62/2009
63	3041	TALITA MIGUELÃO	895/63/2009
64	2956	VANDREIA SCHREIDER	895/64/2009

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 21 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 896/2009

PORTARIA Nº 896/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 21 de dezembro de 2009, os Servidores abaixo relacionados, contratados em caráter temporário, os quais exercem as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Nº	Matricula	Nome	Nº Portaria
01	2919	BERNARDETE MARIA SPIER	896/01/2009
02	3014	BRUNA TONET	896/02/2009
03	2916	CRISTIANE REGINA OLIVEIRA DACAS	896/03/2009
04	2913	DIVA ZARPELON TREVISOL	896/04/2009
05	3055	ELIANE APARECIDA LIRA	896/05/2009
06	2990	ELISA CARMEN RIBEIRO DOS SANTOS	896/06/2009
07	2910	FRANCIELLE GHIGGI	896/07/2009
08	2911	GISELI MARIA PAZ P. STOPASSOLA	896/08/2009
09	2923	JANICE GONÇALVES DA ROSA	896/09/2009
10	3054	MARIA INÊS MOROZINI	896/10/2009
11	3063	SIMONE AP. DO NASCIMENTO	896/11/2009
12	2921	TEREZINHA DA ROSA FELINI	896/12/2009

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 21 de dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 897/2009

PORTARIA Nº 897/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 165/2009, a qual contrata a Servidora ELIANE BONATTO DEMBINSKI ALVES (Matr. 2928), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 898/2009

PORTARIA Nº 898/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,



RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 226/2009, a qual contrata a Servidora ELIANE PAVIANI GAB (Matr. 2982), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

vHerval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 899/2009

PORTARIA Nº 899/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 360/2009, a qual contrata a Servidora FABIANE TAIS FORMIGUERI (Matr. 3026), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 900/2009

PORTARIA Nº 900/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 224/2009, a qual contrata a Servidora IEDA CRISTINA MARTINS (Matr. 2980), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 901/2009

PORTARIA Nº 901/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 269/2009, a qual contrata a Servidora ELIANE BONATTO DEMBINSKI ALVES (Matr. 3000), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 902/2009

PORTARIA Nº 902/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 223/2009, a qual contrata a Servidora JOSELIA ZAMBIAZZI (Matr. 2979), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 903/2009

PORTARIA Nº 903/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 261/2009, a qual contrata a Servidora LILIANE AP.VALDUGA KRUG (Matr. 2997), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 904/2009

PORTARIA Nº 904/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC),



no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 214/2009, a qual contrata a Servidora REJANE AP. SEVERGNINI KREMER (Matr. 2972), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 905/2009

PORTARIA Nº 905/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 708/2009, a qual contrata a Servidora ROSANGELA APARECIDA ROTERS (Matr. 3068), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 906/2009

PORTARIA Nº 906/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 310/2009, a qual contrata a Servidora SANDRA MARA PILATTI SERENA (Matr. 2961), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 907/2009

PORTARIA Nº 907/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 210/2009, a qual contrata a Servidora SOLANGE FIORIO BUCCO (Matr. 2967), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 908/2009

PORTARIA Nº 908/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 688/2009, a qual contrata o Servidor VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES (Matr. 3066), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 909/2009

PORTARIA Nº 909/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 242/2009, a qual contrata a Servidora ROSANGELA MARIA DALLA COSTA SILVA (Matr. 2983), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 1/A, 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal



Portaria N° 910/2009

PORTARIA N° 910/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria N° 794/2009, a qual contrata a Servidora ROSANGELA MARIA DALLA COSTA SILVA (Matr. 3075), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 1/A, 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar n° 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 911/2009

PORTARIA N° 911/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria N° 113/2009, a qual contrata a Servidora DIRCE MARIA GALDINO (Matr. 2909), em caráter temporário para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar n° 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 912/2009

PORTARIA N° 912/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria N° 135/2009, a qual contrata a Servidora EVA LORENA KRISHL (Matr. 2922), em caráter temporário para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar n° 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 913/2009

PORTARIA N° 913/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria N° 133/2009, a qual contrata a Servidora ELI SONETE ENGRACIA DE OLIVEIRA (Matr. 2920), em caráter temporário para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar n° 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 914/2009

PORTARIA N° 914/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria N° 131/2009, a qual contrata a Servidora LORACI PROVENCY (Matr. 2918), em caráter temporário para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar n° 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 915/2009

PORTARIA N° 915/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria N° 130/2009, a qual contrata a Servidora NADIR SILVA MAFRA (Matr. 2917), em caráter temporário para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar n° 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas



as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 916/2009

PORTARIA Nº 916/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 832/2009, a qual contrata a Servidora SUZANA APARECIDA NIKOSEIT (Matr. 3078), em caráter temporário para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Alteração de Data de Abertura Processo Licitatório

ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO.

Processo Licitatório nº 0115/2009

Concorrência Pública Internacional nº 0002/2009

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Objeto: Aquisição de um Conjunto de Ferramentas Hidráulicas para Salvamento e Resgate, destinados ao uso da 2ª Cia do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina sediado em Herval d'Oeste - SC.

Em razão da Publicação do Decreto nº 2745/2009, o qual institui Ponto Facultativo nas repartições públicas Municipais, fica alterada a data de entrega e abertura dos envelopes de documentação e proposta para o dia 05/01/2010 no mesmo horário e local.

Os demais itens permanecem inalterados

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

Prefeitura Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 25/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 125/2009

DISPENSAS Nº 25/2009

Objeto: Aquisição de 2 (duas) mesas de angelim sob medida para

uso do DETIM (Departamento de Tecnologia e Informática).

Empresa: CR Indústria e Comércio Ltda.

Valor Total: R\$ 2.800,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 31/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 137/2009

DISPENSAS Nº 31/2009

Objeto: Recuperação da Pavimentação com peças de paralelepípedo, da Avenida A-14, situada no Bairro de Itapirubá;

Empresa: Castelo Engenharia Ltda.

Valor Total: R\$ 6.360,00

Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Extrato de Publicação de Dispensa 35/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 1602009

DISPENSAS Nº 35/2009

Objeto: Aquisição de medalhas e troféus para evento esportivo "Imbituba Games", com participação dos alunos do Município.

Valor Total: R\$ 5.012,60

Empresa: Milton José Cavalli

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 36/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 162/2009

DISPENSAS Nº 36/2009

Objeto: Aquisição de material para surf nas escolas

Valor Total: R\$ 15.410,00

Empresa: Lídio Rodrigues Sobrinho ME.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Inexigibilidade 06/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 160/2009

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2009

Objeto: Aquisição de livros pedagógicos com os temas: Cidadania, Ecologia e Comportamento para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Valor Total: R\$ 177.210,00

Empresa: Editora Divulgação Cultural Ltda.

Fundamento: Artigo 25, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



Câmara de Vereadores

Ato da Presidência nº 51/09

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 51/09

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 44ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 21 de dezembro de 2009 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
43	PLC nº 156/09	04/05/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre o Serviço de Táxi no Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
53	PL nº 3.736/09	07/05/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Técnica entre o Município de Imbituba e o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
52	PLC nº 158/09	07/05/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Estabelece o instituto jurídico da readaptação de servidor público municipal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.806/09	21/09/09	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Proíbe a venda de bebidas alcoólicas perto de Escolas e Creches (Centros de Educação Infantil), e dá outras providências	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
112	PLC nº 164/09	23/10/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 3.444, de 29 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.824/09	11/11/09	Poder Legislativo	Thiago Machado	Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica, e cria ambientes de uso coletivo livres de tabaco.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.832/09	27/11/09	Poder Legislativo	Christiano Lopes de Oliveira e Zeli Pires	Declara de Utilidade Pública a APP Escola Reunida Ugero Pittigliani.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.835/09	04/12/09	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dá nova redação ao Artigo 5º da Lei nº 3.480/09 que Institui o "Programa Aprendiz no Legislativo".	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
135	PL nº 3.836/09	04/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre a realização de despesas com a instalação nas vias públicas municipais de Florescer Ecológicas Temáticas, em parceria com a Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
137	PL nº 3.837/09	07/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera Gratificação dos Conselheiros Tutelares e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
139	PL nº 3.838/09	09/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Executivo Municipal a firmar o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2008 firmado entre o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Saúde e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imbituba.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
140	PL nº 3.839/09	09/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro às entidades que nomina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
141	PL nº 3.840/09	09/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Atlético Cultural Juventus e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª



142	PL nº 3.841/09	17/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre Termo de Contrato de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Imbituba para manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, de conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações super-venientes.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
143	PL nº 3.842/09	17/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Colônia de Pescadores Z-13 para manutenção da "Creche Ângela Amin" e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
144	PL nº 3.843/09	17/12/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação a firmar Convênio com a Associação Casa Familiar do Mar e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PR nº 009/09	04/12/09	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Altera o Regimento Interno da Câmara Mirim de Imbituba.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	MOÇÃO Nº 15/09	09/12/09	Poder Legislativo	Luiz Cláudio C. De Souza	Moção de Congratulação à Empresa Serrana Engenharia Ltda.	Ordinário	Única	Única
	MOÇÃO Nº 16/09	16/12/09	Poder Legislativo	Jesiel Oliveira Antulino	Moção de Congratulação aos Policiais Militares e Cíveis, integrantes da Agência de Inteligência que atuam no município de Imbituba	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 69/09	09/11/09	Poder Legislativo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	REQUER ao Executivo Municipal a elaboração de um projeto técnico e financeiro para a pavimentação do final da Avenida Dr. João Rinsa, próximo à Indústria ICISA, Centro.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 72/09	09/11/09	Poder Legislativo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	REQUER ao Executivo Municipal a elaboração de um projeto técnico e financeiro para a pavimentação da Rua Bento Damázio, sentido do trilho, no Bairro Campo da Aviação, neste Município.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 73/09	09/11/09	Poder Legislativo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	REQUER ao Executivo Municipal a elaboração de um projeto técnico e financeiro para a pavimentação da Rua Pedro Carvalho, no Bairro Campo da Aviação, neste Município.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 76/09	09/12/09	Poder Legislativo	Dorlin Nunes Júnior	REQUER que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor José Roberto Martins, Prefeito Municipal de Imbituba, para que realize estudos técnicos, tendo em vista o regime jurídico ao qual se submetem os servidores públicos municipais e ou prestadas informações acerca do pagamento de insalubridade aos profissionais da área de saúde	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 78/09	14/12/09	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Requer à Câmara de Vereadores a formação de uma Comissão Especial para acompanhar a Primeira Etapa de Elaboração do Projeto da Ferrovia Litorânea entre Imbituba e Araquari (SC), e posteriormente a Segunda Etapa de Execução de Obras.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 79/09	14/12/09	Poder Legislativo	Luís Antônio Dutra	Requer ao Prefeito Municipal de Imbituba, Senhor José Roberto Martins, que solicite às Secretarias pertinentes, que realizem estudos, projetos, contatos, com os diversos Órgãos e Ministérios, visando requerer para Imbituba a concessão do ROYALTIES DO PETRÓLEO/PRESAL.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 17 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA
Vice-Presidente

ELÍSIO SGROTT
Primeiro-Secretário

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Segundo-Secretário



Iomerê

Prefeitura Municipal

Edital de Tomada de Preços 011/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 011/2009

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços nº 0011/2009 para serviços de Transporte Escolar. A abertura das propostas se dará no dia 07/01/2010 às 14:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 18 de dezembro de 2009.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis

Prefeitura Municipal

Lei Complementar Nº 044/2009

LEI COMPLEMENTAR N° 044/2009 de 16/12/2009.

"ALTERA VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica ampliada a quantidade de vagas estabelecidas no Anexo I da Lei Complementar n.º 07/2001 - Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta Municipal, nos Grupos I – Atividades de Nível Superior, II – Atividades de Nível Médio e III – Atividades de Nível Fundamental nos seguintes cargos:

Anexo I - Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal (Ampliação)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
I	01	Nutricionista	1.727,57	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
	01	Contador		

II	03	Agente	975,16	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.
	02	Assistente de Informática		Portador de Certificado de conclusão de Ensino Médio, Curso Técnico Profissionalizante Específico na área de atuação.
	04	Técnico de Enfermagem		Portador de Certificado de conclusão de Ensino Médio, Curso Técnico Profissionalizante Específico na área de atuação e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
III	04	Auxiliar de Serviços Gerais II	440,33 + Abono	Portador de Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental.

Art. 2º - Ficam criadas nos Grupos I – Atividades de Nível Superior e II – Atividades de Nível Médio os seguintes cargos:

Anexo I - Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal (Criação)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$) C H : 44 H / Sem	Habilitação
I	01	Farmacêutico	1.727,57	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior na área específica, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
	01	Optometrista		
	01	Assessor de Imprensa		Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior em Jornalismo, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
II	01	Desenhista/Projetista	666,05	Portador de Certificado de conclusão de Ensino Médio e curso em AUTOCAD, com no mínimo 32 horas.
		Técnico de Segurança do Trabalho		Portador de Certificado de curso de Ensino Médio, curso Técnico Profissionalizante Específico na área de atuação e Registro no Órgão Fiscalizador do exercício profissional.
	04	Motorista Socorrista	666,05	Portador de Certificado de conclusão de Ensino Médio, Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D".



Art. 3º - Ficam reduzidas no Grupo II – Atividades de Nível Médio as vagas do seguinte cargo:

Anexo I - Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal (Redução)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
II	04	Auxiliar de Enfermagem	805,94	Portador de Certificado de curso de Ensino Médio, curso Técnico Profissionalizante Específico na área de atuação e Registro no Órgão Fiscalizador do exercício profissional.

Art. 4º - Ficam extintas no Anexo I da mesma Lei Complementar nos Grupos I – Atividades de Nível Superior, II – Atividades de Nível Médio e III – Atividades de Nível Fundamental os seguintes cargos:

Anexo I - Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal (Extinção)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
I	01	Bibliotecário	1.727,57	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
II	01	Topógrafo	805,94	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Médio.
III	01	Pintor	454,91 + abono	Portador de Certificado de conclusão de 4ª série do Ensino Fundamental.

Art.5º - As vagas ampliadas e criadas por esta Lei serão preenchidas a medida da necessidade, conveniência e interesse público, além da disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

Art. 6º - Em razão das alterações de que trata esta Lei, o Anexo I da Lei Complementar n° 007/2001, passa a vigorar de acordo com a relação constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei.

Art. 7º - Em caso de necessidade para fins de otimização dos recursos, prestação dos serviços e atendimento das formalidades legais, poderá o Executivo Municipal instituir por Decreto, Quadro de Pessoal próprio para o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, desde que tal medida não implique na criação de novos cargos, além daqueles já previstos na Lei Complementar Municipal n° 007/2001 e seus anexos..

Art. 8º - Os recursos decorrentes da execução desta Lei serão oriundas do orçamento geral do Município de cada exercício

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 16 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 006/2009

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 07/2001

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
I	P*	V**	T***	Portador de certificado de conclusão de curso Superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
	2	-	2	
	1	-	1	
	2	2	4	
	1	-	1	
	1	1	2	
	-	1	1	
	1	2	3	
	-	1	1	
	1	-	1	
	-	1	1	
	-	3	3	
	2	-	2	
	1	1	2	
	2	-	2	
	-	1	1	
	1	1	2	
	-	1	1	
	2	-	2	
	-	1	1	Assessor de Imprensa
	-	1	1	Assessor de Imprensa

Médico Clínico Geral – 01 vaga

Médico Ginecologista/Obstetra – 01 vaga

Médico Pediatra – 01 vaga

** Carga Horária 22 h/sem.

Portador de certificado de conclusão de curso Superior em Jornalismo, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

Grupo	Quantidade			Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
	P*	V**	T***			
II	2	6	8	Técnico de Enfermagem	975,16	Portador de certificado de curso de Ensino Médio, Curso Técnico Profissi-onalizante Específico na área de atuação e Registro no Órgão Fiscalizador do exercício profissional.
	-	1	1	Técnico de contabilidade		
	-	1	1	Técnico de Segurança do Trabalho		
	12	4	16	Agente administrativo		Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.
	1	1	2	Fiscal de tributos	666,05	Portador de Certificado de conclusão de Ensino Médio, Curso Técnico Profissi-onalizante Específico na área de atuação.
	1	3	4	Assistente Informática		
	2	-	2	Agente sanitário		Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.
	1	-	1	Auxiliar de biblioteca		
	1	1	2	Auxiliar de laboratório		Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio e curso em AUTO-CAD, com no mínimo 32 horas.
	-	1	1	Desenhista/Projetista		Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio e CNH Categoria "D".
	-	4	4	Motorista Socorrista	805,94	Portador de certificado de curso de Ensino Médio, Curso Técnico Profissi-onalizante Específico na área de atuação e Registro no Órgão Fiscalizador.
	1	3	4	Auxiliar de enfermagem		
	-	2	2	Técnico agrícola		Portador de certificado de curso de Ensino Médio, Curso Técnico Profissi-onalizante Específico na área de atuação.
	3	6	9	Auxiliar administrativo	605,48	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.
	1	2	3	Auxiliar Serviços Sociais		
	8	3	11	Atendente de Creche		
	2	-	2	Atedente de Consultorio Dentário		
	1	-	1	Inseminador	550,43	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Grupo	Quantidade			Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
	P*	V**	T***			
III	6	-	6	Auxiliar de Manutenção	440,33 + Abono	Portador de certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental.
	25	4	29	Auxiliar de Serviços Gerais I		
	34	7	41	Auxiliar de Serviços Gerais II		
	1	2	3	Vigia		
	-	3	3	Auxiliar de Conservação de Vias Permanentes	454,91 + Abono	
	-	1	1	Borracheiro		
	1	-	1	Marteleteiro		
	1	-	1	Pedreiro		
	1	-	1	Almoxarife	605,48	
	1	1	2	Mecânico	805,94	
	1	3	4	Condutor de Balsa	666,05	Portador de certificado de conclusão da 4.ª série do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação.
	8	8	16	Motorista		
	2	1	3	Operador de draga (em extinção)		
	12	3	15	Operador de equipamentos		
Total	146	87	233			

* - Número de vagas providas

** - Número de vagas em aberto

*** - Número total de vagas

Carga horária: quarenta e quatro horas semanais para os três grupos, com exceção de médicos e odontólogos, cuja carga horária mensal é de 22 h/sem.

Lei Complementar N° 045/2009

LEI COMPLEMENTAR N° 045/2009 de 16/12/2009.

"ALTERA VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DA AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso III da Lei Orgânica do Município, submete a apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte,

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam criados no Anexo X da Lei Complementar n.º 007/2001 - Quadro de Pessoal Efetivo da Autarquia Hospital Municipal Bom Jesus, no Grupo I – Atividades de Nível Superior, os seguintes cargos:



Anexo X - Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus
(Criação)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
I	01	Contador	1.727,57	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
	04	Médico Plantonista		
	01	Tecnólogo em Radiologia		

Obs: Carga horária de 44 h/sem, com exceção do Médico Plantonista, cuja carga horária é de 22 h/sem.

Art. 2º - Ficam extintos no mesmo Anexo X da Lei Complementar 07/2001 no Grupo II –Atividades de Nível Médio os seguintes cargos:

Anexo I - Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus
(Extinção)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
II	01	Operador de Raios-X	904,10	Portador de certificado de conclusão de curso de nível médio.
	01	Atendente de Enfermagem	805,94	Portador de certificado de conclusão de curso de nível médio com registro no órgão fiscalizador.

Art. 3º - As vagas criadas por esta Lei serão preenchidas a medida da necessidade, conveniência e interesse público, além da disponibilidade financeira e orçamentária do Hospital Municipal Bom Jesus.

Art. 4º - Em razão das alterações de que trata esta Lei, o Anexo X da Lei Complementar n° 007/2001, passa a vigorar de acordo com a relação constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei.

Art. 5º - Os recursos decorrentes da execução desta Lei serão oriundas do orçamento geral do Hospital Municipal Bom Jesus de cada exercício.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 16 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 0072009

ANEXO X DA LEI COMPLEMENTAR N° 07/2001

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
I	P*	V**	T***	Portador de certificado de conclusão de Curso de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador.
	-	01	01	
	-	01	01	
	02	-	02	
	01	-	01	
	-	01	01	
	-	04	04	
	-	01	01	
			1.727,57	

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
II	P*	V**	T***	Portador de certificado de conclusão de curso de nível médio.
	01	03	04	
	-	01	01	Portador de certificado de conclusão de curso de nível médio com registro no órgão fiscalizador.
	03	05	08	
	02	01	03	Portador de certificado de conclusão de curso de nível médio.
			975,16	
			805,94	
			605,48	

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
III	P*	V**	T***	Portador de certificado de conclusão da 4ª série do ensino fundamental.
	02	06	08	
	02	-	02	
	02	-	02	Portador de certificado de conclusão da 4ª série do ensino fundamental e Carteira Nacional de Habilitação.
	-	02	02	
			440,33 + abono	
			666,05	
TOTAL GERAL	15	26	41	-

* - Número de vagas providas

** - Número de vagas em aberto

*** - Número total de vagas

Carga horária: quarenta e quatro horas semanais para os três grupos, com exceção de médico e médico plantonista, cuja vencimento inicial é para carga horária de 22 h/sem.

Lei nº 1465/2009

LEI Nº 1465 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a



todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.046 – Atenção da Criança de 0 a 6 anos		
3.3.90.30.00.00.00.00.0250	Material de Consumo	R\$ 20.000,00

T O T A L		R\$ 20.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.044 – Atenção a Pessoa Idosa		
3.3.90.30.00.00.00.00.0250	Material de Consumo	R\$ 20.000,00

T O T A L		R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Lei nº 1466/2009

LEI Nº 1466/2009.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI 1459/2009 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os valores incluídos no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2010, referentes às seguintes despesas:

Órgão 04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ: 2.031 – Manutenção de Ações de Serviços Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0251- Aplicações Diretas	R\$ 466.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0251-Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 26.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0251-Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 106.000,00

Art.3º- Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto nº 1984/2009

DECRETO Nº 1984/2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1465 de 17 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.046 – Atenção da Criança de 0 a 6 anos		
3.3.90.30.00.00.00.00.0250	Material de Consumo	R\$ 20.000,00

T O T A L		R\$ 20.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.044 – Atenção a Pessoa Idosa		
3.3.90.30.00.00.00.00.0250	Material de Consumo	R\$ 20.000,00

T O T A L		R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto nº 1985/2009

DECRETO Nº 1985/2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1399/08 de 29.12.2008,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais):

02 - PODER EXECUTIVO		
0201 - GABINETE DO PREFEITO		
2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.3.90.30.00.00.00.00.0100	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
0203 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração		
3.1.90.13.00.00.00.00.0100	Obrigações Patronais	R\$ 1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0100	Material de Consumo	R\$ 800,00



0205 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.007- Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.11.00.00.00.00.0193	Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 19.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0193	Obrigações Patronais	R\$ 7.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0194	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00.0193	Auxílio-Alimentação	R\$ 2.100,00
0205 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011- Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.13.00.00.00.00.0100	Obrigações Patronais	R\$ 4.200,00
3.3.90.46.00.00.00.00.0100	Auxílio-Alimentação	R\$ 1.000,00
0207 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.016 - Manutenção da Secretaria da Agricultura		
3.1.90.13.00.00.00.00.0100	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00
0209 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		
2.018 - Manutenção de ações e Serviços Urbanos		
3.1.90.13.00.00.00.00.0100	Obrigações Patronais	R\$ 2.400,00
2.020 - Manutenção do Transporte Todoviário		
3.1.90.13.00.00.00.00.0100	Obrigações Patronais	R\$ 800,00
4.6.90.71.00.00.00.00.0100	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 11.000,00
TOTAL		R\$ 52.800,00

Art. 2º - Para dar face aos créditos suplementares acima citados serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do ano anterior na fonte de recursos 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de dezembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Contrato N° 107/2009-PM

CONTRATO N.º 107/2009

1º Termo Aditivo ao Contrato de Ampliação de edificação do Abatedouro de Aves da Associação de Pequenos Agricultores Ecológicos e Orgânicos de Irineópolis nº 54/2009, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa J.B. Leandro Comércio de Tintas Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa J. B. Leandro Comércio de Tintas Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.079.981/0001-89, com sede a rua Caetano Costa, 1101, Centro, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor João Batista Leandro, portador do CPF

nº 292.852.679-04, RG nº 9/R-722.789-SSP-SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 08/2009, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 03/2009, pelas cláusulas a seguir expressas, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato n.º 53/2009, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2010, conforme solicitação através do ofício 1114/2009, do Sr. Mauricio Juraszek – Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa.

CLAUSULA SEGUNDA

De acordo com o Ofício nº 1114/2009, do Sr. Mauricio Juraszek – Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa, justifica que o Contrato está sendo executado de acordo com o cronograma físico, e a conclusão está prevista para o início do ano de 2010, devido ao atraso dos trabalhos por conta do alto índice pluviométrico apresentado na região no segundo semestre do corrente ano, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Wanderlei Lezan – Prefeito Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 54/2009.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 18 de dezembro de 2009.

Município de Irineópolis
WANDERLEI LEZAN
Contratante

J.B. Leandro Comércio de Tintas Ltda
JOÃO BATISTA LEANDRO
Contratada

Testemunhas:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Extrato Contrato 108/2009 - PM

CONTRATO N.º 108/2009

1º Termo Aditivo ao Contrato de instalação hidráulica e execução do poço artesiano do Abatedouro de Aves da Associação de Pequenos Agricultores Ecológicos e Orgânicos de Irineópolis nº 53/2009, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Água Azul Poços Artesianos Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Água Azul Poços Artesianos Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.983.713/0001-00, com sede a rua Abraão Brandalise, 176, Bairro Santa Teresa, na cidade de Videira, Estado de Santa



Catarina, CEP – 89.560-000, neste ato representado pelo Senhor Luciano Dal Pizzol, portador do CPF nº 933.500.829-04, RG nº 10/R-2.406.421-SSP-SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 08/2009, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 03/2009, pelas cláusulas a seguir expressas, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato n.º 53/2009, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2010, conforme solicitação através do ofício 1114/2009, do Sr. Mauricio Juraszek – Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa.

CLAUSULA SEGUNDA

De acordo com o Ofício nº 1114/2009, do Sr. Mauricio Juraszek – Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa, justifica que o Contrato está sendo executado de acordo com o cronograma físico, e a conclusão está prevista para o início do ano de 2010, devido ao atraso dos trabalhos por conta do alto índice pluviométrico apresentado na região no segundo semestre do corrente ano, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Wanderlei Lezan – Prefeito Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº 53/2009.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 18 de dezembro de 2009.

Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN

Contratante

Água Azul Poços Artesianos Ltda

LUCIANO DAL PIZZOL

Contratada

Testemunhas:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

CPF: 664.622.159-68

Mauricio Juraszek

CPF: 044.088.849-28

Luzerna

Prefeitura Municipal

Decreto 1168

DECRETO Nº 1168 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcialmente nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 04.0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 4.500,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 1.130,00

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 300,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração

Atividade - 06.0601.04.122.0007.2006-Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 4.600,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Cultura

Atividade - 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 600,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 09.0901.20.606.0052.2040 - Funcionamento, Contribuição e Manutenção da Secretaria de Agricultura

Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 14.050,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.26.782.0067.2059 - Abertura e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 1.200,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL ANULADO.....R\$ 36.380,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas as respectivas Atividades:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 04.0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 5.630,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 05.0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 300,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração
 Atividade-06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 4.600,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Cultura
 Atividade - 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 600,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 09.0901.20.606.0052.2040 - Funcionamento, Contribuição e Manutenção da Secretaria de Agricultura
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 14.050,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.26.782.0067.2059 - Abertura e Conservação das Estradas Vicinais
 Categoria Econômica - 3.190.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 11.200,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 36.380,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Decreto 1169

DECRETO Nº 1169 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2009".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.21, da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2008, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, na destinação 000000 - Sem destinação de recursos, criando a Modalidade de Aplicação, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2009, atribuído à Atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Destinação de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 44.000,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem detalhamento de recursos

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2008.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Pregão Presencial nº pml.0024/2009**EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: Contratação de seguros destinados à frota dos veículos da Prefeitura de Luzerna, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes em Processo Licitatório.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 05 de Janeiro de 2010.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 05 de Janeiro de 2010.

OBTENÇÃO DO EDITAL: No Setor de Licitações, sito à Avenida 16 de fevereiro, 151 - Luzerna/SC, de segunda a sexta-feira das 08h às 11h45min e 13h30min às 17h30min ou pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Pregão Presencial nº fms.015/2009**EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2009

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: Contratação de seguros destinados aos veículos Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes em Processo Licitatório.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 05 de janeiro de 2010.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 05 de janeiro de 2010.

OBTENÇÃO DO EDITAL: No Setor de Licitações, sito à Avenida 16 de fevereiro, 151 - Luzerna/SC, de segunda a sexta-feira das 08h às 11h45min e 13h30min às 17h30min.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato de Contrato Nº: pml.012.06 - Sétimo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.012.06 - Sétimo Termo Aditivo



CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e o prazo de vigência do Contrato pml.012.06, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2006 para 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente, também alterando as Cláusulas Terceira e Quinta.

DOTAÇÃO: 11.1101.15.452.0061.2052 - Manutenção da Limpeza Pública - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes - Elemento - 3.3.90.39.28 - Coleta de Lixo e demais resíduos - Reduzido 098 - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem Destinação de Recursos.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI
TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato N°: pml.067.07 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO N°: pml.067.07 - Segundo Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: BLAZIUS & FRIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e o prazo de vigência do Contrato pml.067.07, prorrogando-o, por 12 (doze) meses, alterando as Cláusulas Terceira e Sexta.

DOTAÇÃO:Atividade - 06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração - Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - elemento - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido 019 - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem detalhamento de recursos.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MÁRCIO LUIZ BLAZIUS
BLAZIUS & FRIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

Extrato de Contrato N°: fms.052.08 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO N°: fms.052.08 - Primeiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, em razão de alterações realizadas no sistema de atendimento odontológico, acrescer em 15% (quinze por cento) no valor da manutenção mensal do Sistema de informatização da Secretaria da Saúde do Município de Luzerna, passando de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais) para R\$ 1.127,00 (hum mil, cento e vinte e sete reais) e conseqüentemente alterar o valor total do Contrato de R\$ 16.260,00 (dezesesseis mil, duzentos e sessenta reais) para R\$ 18.024,00 (dezoito mil e vinte e quatro reais), alterar a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, alterar o prazo de vigência do Contrato fms.052.08, prorrogando-o, por 12 (doze) meses, alterando

as Cláusulas Primeira, Segunda, Terceira e Oitava, do Contrato fms.052.08

DOTAÇÃO:

Conta: 13.1301.10.301.0016.2017

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Un. Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Projeto/Atividade: Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Outras Despesas Correntes

Elemento: 3.3.90.39.08 - Manutenção de Software

Reduzido: 003

Fonte: 02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2009.

ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS
CONTRATANTE

ANA CRISTINA LINK
INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA
CONTRATADA

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Lei N° 1143/2009

LEI N° 1143/2009

INSTITUI O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente no Município.

Art. 2º. O Programa fica vinculado à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e tem por objetivos:

I. garantir às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II. oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III. contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Parágrafo único. A colocação em família substituta de que trata o inciso III se dará através de tutela, guarda ou adoção e são de competência exclusiva do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Guaramirim, com a cooperação de profissionais do Programa.

Art. 3º. O Programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vitimados de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono, e que necessitem de proteção.

Art. 4º. São parceiros no Programa:



I. Juizado e Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Guaramirim;

II. Conselho Tutelar;

III. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

V. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 5º. A criança ou adolescente cadastrado no Programa receberá:

I. com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas existentes;

II. acompanhamento psicológico e do profissional de Serviço Social pelo Programa Família Acolhedora;

III. estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

IV. permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

Art. 6º. A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os documentos seguintes:

I. carteira de identidade;

II. carteira do Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal – CPF;

III. certidão de nascimento ou casamento;

IV. comprovante de residência;

V. certidão negativa de antecedentes criminais.

Parágrafo único. O pedido de inscrição deverá ser feito junto à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, que será repassado para a Equipe Técnica.

Art. 7º. As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário e sem vínculo empregatício com o Município, sendo requisitos para participar do Programa Família Acolhedora:

I. pessoas maiores de vinte e um anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

II. declaração de não ter interesse em adoção;

III. concordância de todos os membros da família;

IV. residir no Município;

V. interesse em oferecer proteção e amor às crianças e adolescentes;

VI. parecer psicológico e do profissional de serviço social favoráveis.

Parágrafo único. As famílias acolhedoras selecionadas serão cadastradas no Programa.

Art. 8º. A seleção entre as famílias inscritas será feita através de entrevista psicológica e de visitas domiciliares, de responsabilidade da Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

§ 1º A entrevista psicológica, bem como o estudo social, feitos através de visita domiciliar, envolverá todos os membros da família, para a observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º Após a emissão de parecer psicológico e de estudo social favoráveis à inclusão no Programa, a família assinará Termo de

Adesão ao Programa Família Acolhedora.

§ 3º Em caso de desligamento do Programa, as famílias acolhedoras que desejam retornar ao Programa deverão fazer solicitação por escrito.

Art. 9º. As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientados sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças/adolescentes.

Parágrafo único. A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I. orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II. participação em encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intra-familiares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família de apoio e outras questões pertinentes;

III. participação em cursos e eventos de formação.

Art. 10. Os profissionais do Programa Família Acolhedora ou o representante do Conselho Tutelar efetuarão contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

§ 1º A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, podendo durar de horas a meses, podendo haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade e determinado judicialmente.

§ 2º As famílias acolhedoras atenderão somente uma criança ou adolescente por vez, salvo se grupo de irmãos.

§ 3º O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante Termo de Guarda e Responsabilidade concedido à Família Acolhedora, determinado em processo judicial.

§ 4º O Conselho Tutelar utilizará o cadastro referido no parágrafo único do art. 7º desta Lei, comunicando a autoridade judiciária até o segundo dia útil imediato, identificando a criança ou o adolescente encaminhado.

Art. 11. As famílias acolhedoras têm a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se pelo seguinte:

I. todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II. participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III. prestar informações sobre a situação da criança/adolescente acolhidos aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV. contribuir na preparação da criança/adolescente para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora;

V. nos casos de inadaptação, a família procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do menor acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária;

VI. a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Parágrafo único. A obrigação de assistência material pela família acolhedora se dará com base no subsídio financeiro oferecido pelo Programa.

Art. 12. A coordenação do Programa Família Acolhedora estará a cargo de profissional de carreira da Equipe Técnica, que contará com irrestrito apoio dos demais profissionais e da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 13. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família de apoio, à criança acolhida e à família de origem.

§ 1º O acompanhamento às famílias acolhedoras acontecerá na forma seguinte:

I. visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança/adolescente, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II. atendimento psicológico;

III. presença das famílias com a criança/adolescente nos encontros de preparação e acompanhamento.

§ 2º O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança/adolescente será realizado pelos profissionais do Programa Família Acolhedora, sempre que esta família mostrar interesse e motivação para as mudanças necessárias.

§ 3º Os profissionais acompanharão as visitas entre criança - adolescente/família de origem/família de apoio, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 4º A participação da família acolhedora nas visitas será decidido em conjunto com a família de origem.

§ 5º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança/adolescente acolhidos e informará quanto a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser solicitado a realização de avaliação psicológica e estudo social com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 6º Quando entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção da criança/adolescente, a Equipe Técnica prestará informações ao Juizado sobre a situação da criança/adolescente acolhidos e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art. 14. O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I. acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança/adolescente;

II. acompanhamento psicológico e do profissional de serviço social à família acolhedora após o desligamento da criança/adolescente, atento às suas necessidades;

III. orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança/adolescente, podendo ser a de origem ou a extensa;

IV. envio de ofício ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Guaramirim, comunicando quando o desligamento da família de origem do Programa.

§ 1º Nos casos em que a criança acolhida seja encaminhada em

adoção deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca e/ou do Nacional.

§ 2º O acompanhamento do processo de adaptação da criança/adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Judiciário, podendo haver parceria com os profissionais do Programa.

Art. 15. O Programa Família Acolhedora será subsidiado através de recursos financeiros do Município de Massaranduba, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Fundo para Infância e Adolescência – FIA e de Convênios com o Estado e a União.

Art. 16. As famílias acolhedoras cadastradas no Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança/adolescente em acolhimento, nos seguintes termos:

I. nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a um mês, a família acolhedora receberá subsídio de acordo com o tempo de permanência da criança/adolescente acolhidos;

II. nos acolhimentos superiores a um mês, a família de apoio receberá subsídio financeiro no valor correspondente a 11,6 UFM (Unidade Fiscal Municipal), para despesas com alimentação, higiene pessoal, lazer e material de consumo.

§ 1º O subsídio financeiro será repassado através da emissão de cheque nominal à família acolhedora, mediante recibo.

§ 2º O subsídio mensal no valor correspondente a 11,6 UFM (Unidade Fiscal Municipal) por criança ou adolescente, repassado às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, será subsidiado pelo Município, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, previsto na dotação orçamentária pertinente.

§ 3º As crianças/adolescentes e as famílias serão encaminhadas para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como creche, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e culturais, entidades sociais de apoio e outras.

Art. 17. A equipe técnica do Programa Família Acolhedora será formada pelos seguintes profissionais disponibilizados pelo Município:

- um psicólogo;
- um assistente social;
- um advogado;
- um assistente administrativo.

Art. 18. A equipe técnica tem por finalidade:

- avaliar e preparar as famílias acolhedoras;
- acompanhar as famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças/adolescentes durante o acolhimento;
- dar suporte à família acolhedora após a saída da criança/adolescente;
- acompanhar as crianças/adolescentes e famílias nos casos de reintegração familiar ou adoção.

Parágrafo único. Outros profissionais poderão fazer parte integrante da Equipe Técnica, de acordo com a necessidade do Programa.

Art. 19. O Programa Família Acolhedora contará com os seguintes recursos materiais:

- subsídio financeiro para as famílias acolhedoras, nos termos do disposto no art. 16, inciso I e II e parágrafos desta Lei;
- capacitação para Equipe Técnica, preparação e formação das famílias acolhedoras;

III. espaço físico para reuniões;

IV. espaço físico para atendimento pelos profissionais do Programa, de acordo com a necessidade de cada área profissional e equipamentos necessários;

V. veículo disponibilizado pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 20. O processo de avaliação do Programa será realizado nas reuniões, nas quais será avaliado o alcance dos objetivos propostos, o envolvimento e a participação da comunidade, a metodologia utilizada quanto a continuidade do Programa.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Tutelar acompanhar e verificar a regularidade do Programa, encaminhando ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades em seu funcionamento.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 18 de Dezembro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Meleiro

Prefeitura Municipal

Decreto N° 084/2009

DECRETO N.º 084/2009

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, resolve:

D E C R E T A R

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município no dia 24 e 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Portaria N° 325/2009

PORTARIA n.º 325/2009

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 3% (TRÊS POR CENTO) REFERENTE A TRIÊNIO A SERVIDORA PÚBLICA DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

C O N C E D E R

Artigo 1.º A servidora pública municipal do magistério relacionados no Anexo Único, o adicional de 3% (três por cento) referente ao triênio previsto nos artigos 75 e 76 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2009.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal de Meleiro

Registrada e publicada na data supra.

A N E X O Ú N I C O

Matrícula	Nome do(A) Servidor(A)	Adicional Total
359	Andréia de Cezaro Cavaler Pasini	12%

Meleiro, 21 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal de Meleiro

Registrada e publicada na data supra.

Aviso de Chamamento Público para Atualização de Registro Cadastral

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, na forma do artigo 34, Parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, convoca as empresas interessadas para atualização ou ingresso no "Registro de Cadastro de Fornecedores", para o exercício de 2010.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Compras e Licitações junto a Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371, Centro, no horário de expediente das 07:00 as 13:00 horas ou para maiores informações pelo telefone (0**48) 537-1110.

Meleiro, 21 de dezembro de 2009.

JAIRO LUIZ CANELA
Presidente Comissão de Licitações

Monte Carlo

Prefeitura Municipal

Extrato de Aditivo N° 02/2009 do Contrato 03/2009

EXTRATO DE ADITIVO N° 02/2009 DO CONTRATO 03/2009

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: RECICLETAR RECICLAGEM LTDA-ME Objeto: PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 MESES DO CONTRATO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO URBANO, BEM COMO DE REAJUSTE DO VALOR PELO INPC ACUMULADO NOS 12 ÚLTIMOS MESES. Valor do contrato: R\$ 16.390,00(dezesseis mil e trezentos e noventa reais) Da Despesa: Manutenção do Departamento de Serviços Públicos.



Código Reduzido: 09 Data da Assinatura: Monte Carlo 18 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de ata de registro de preço nº 57/2009

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2009

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: ADELIR VALDUGA E CIA LTDA. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : 01, 02 E 03. VALOR TOTAL: R\$ 407.950,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 45/2009 - Pregão Presencial nº 27/2009. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNREBOM, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Data da Assinatura: Monte Carlo 18 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de ata de registro de preço nº 58/2009

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2009

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: AGRI-COPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : 07 E 16. VALOR TOTAL: R\$ 5.937,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 45/2009 - Pregão Presencial nº 27/2009. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNREBOM, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Data da Assinatura: Monte Carlo 18 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de ata de registro de preço nº 59/2009

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2009

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : 04, 05 E 11. VALOR TOTAL: R\$ 18.452,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 45/2009 - Pregão Presencial nº 27/2009. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNREBOM, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Data da Assinatura: Monte Carlo 18 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de ata de registro de preço nº 60/2009

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2009

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 17 E 18. VALOR TOTAL: R\$ 6.699,95 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 45/2009 - Pregão Presencial nº 27/2009. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNREBOM, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Data da Assinatura: Monte Carlo 18 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 336/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº.336/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497 Art. 17 inciso II, Resolve,

EXONERAR

LUANA DA SILVA CARDOSO, matrícula nº 10465 servidora pública contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº270/2009, ocupante do Cargo de PROFESSORA.

Município de Paulo Lopes – SC, em .01 de Dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração.

Portaria Nº 337/2009

ESTADO SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº337/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, Resolve,

NOMEAR POR CONCURSO,

FABRINE LATRONICO TORRES, Matrícula nº 10478, residente e domiciliada no Município de Paulo Lopes/SC, para ocupar o cargo em carreira de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II criado pela Lei complementar 349/86 anexo I, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, carga horária de 220 horas mensais, constante no Quadro de Carreira dos servidores públicos do município de Paulo Lopes, com vencimento fixado no mesmo, após ser aprovado por Concurso Público Edita1 001/2008, classificada em segundo lugar homologado pela portaria nº 054/2008, em 26 de Março de 2008,cumprirá Estágio Probatório de 01/12/2009 à 01/12/2012, sob Regime Estatutário, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), contribuinte do Regime Geral Previdência Social. RGPS,

Publique-se Registre-se e Cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-SC em 11 de Dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec.Mun.Administração



Portaria Nº 338/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº338/2009

(Coletiva)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na lei complementar nº10/2000 e edital 03/2009 publicado em 18 de novembro de 2009 Resolve,

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, conforme anexo III DA Lei complementar 010/2000 em vigor pela lei 020/2005, Fabiani Knackfuss Dorneles, matrícula nº1028 de A para B, Lucinéia Zenita de Souza, matrícula nº 705 de B para C, Eva Maria Bernardo Fernandes, matrícula nº 11 de A para B, Denize Aparecida da Rosa, matrícula nº 703 de D para E, Vanessa Pereira, matrícula nº 697 de B para C, Denize Maria Soares, nº706 de B para C, Janisse de Souza DA Silva matrícula nº741 de D para E, Silvana Rita Zucchi dos Anjos, matrícula nº 695 de D para E, Marli Borges Carboni, matrícula nº 17 de B para C, Zélia Maria de Souza Santos, matrícula nº 685 de A para B, Idênis Pereira Matos Medeiros, matrícula nº 699, de D para E, Edith Fraga Cargnin Vescovi, matrícula nº 10382 de B para C, Casemiro Kinceski Neto, matrícula nº 715 de D para E, Susana Edith Raupp dos Santos, matrícula nº 698 de D para E.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Agosto de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 339/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº339/2009

(Coletiva)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na lei complementar nº10/2000 e edital 03/2009 publicado em 18 de novembro de 2009 Resolve,

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, conforme anexo III DA Lei complementar 010/2000 em vigor pela lei 020/2005 Elizete Zanela dos Santos, matrícula nº 15, de B para C, Terezinha Ana da Rosa, matrícula nº707, de D para E, Juliana Terezinha de Sá Vieira, matrícula nº 704, de B para C, Graziela Correia Moises, matrícula nº 688, de B para E, Aline Terezinha de Sá Vieira, matrícula nº 693, de B para C, Jade Maria Gomes B. da Silveira, matrícula nº 14, de B para C, Cidineia Ana Jovino de Souza, matrícula nº 701, D para E, Carine Pereira Borges Candido, matrícula nº 696, de B para C, Andréia Pacheco, matrícula nº 1027, de A para B, Odair de Souza, matrícula nº 712 de D para E, Luciana Vieira, matrícula nº 1025 de A para B, Márcia Cargnin da Rocha, matrícula nº 691 de A para B, Eliane da Celina da Silva Fernandes, matrícula nº 709 de B para C, Simones Maria Soares, matrícula nº 165 de D para E, Rozenilda Terezinha da Costa, matrícula nº 713 de D Para E, Janaina Florinda Silveira, matrícula nº 710 de D para E, Caitia Salvelina Bernardo Liberato, matrícula nº 702 de D para E, Rosinete da Silva Inácio Cardoso, matrícula nº 708 de B para C, Osnilda Rodrigues Vieira, matrícula nº 686 de B

para C, Arlene Teodoro Cardoso Marcelino, matrícula nº 711 de D para E, Vânia Maria Zucchi matrícula nº 153 de D para E.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Agosto de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES

Secretário Municipal de Administração

Porto Belo

Prefeitura Municipal

Homologação e Adjudicação Concorrência Pública 002/2009

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 002/2009

O Prefeito Municipal de Porto Belo/SC, Albert Stadler no uso de suas atribuições e nos termos da manifestação da Comissão Especial de Licitações, resolve:

1. Homologar e Adjudicar os procedimentos da Concorrência Pública nº 002/2009 a favor da empresa Trix Engenharia Civil LTDA perfazendo um valor total de R\$ 13.392.643,63 (Treze milhões trezentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos).

Porto Belo, 11 de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 003/2009 - FUNSAN

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAN

Processo Licitatório Modalidade Concorrência Pública nº 002/2009
Objeto: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, compromete-se a executar sob o regime de empreitada por preço global, as obras de saneamento básico, de acordo com os desenhos e especificações técnicas constantes dos documentos da Concorrência Pública nº 002/2009.

Contratado(a): TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA.

Prazo de vigência: As obras ora contratadas serão executadas no prazo de 720 (setecentos e vinte) dias corridos, a partir do dia posterior da expedição da Autorização para Execução de Serviço – AES, expedida pela CONTRATANTE.

O valor global: R\$ 13.392.643,63 (treze milhões, trezentos e noventa e dois mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos).

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito



Porto União

Prefeitura Municipal

Errata - Extrato de Contrato

Em matéria publicada neste diário, Edição nº 391, de 18/12/2009 (Sexta-Feira) na página 172, onde lê-se: Extrato de Contrato 260/2009 Quinto Termo Aditivo ao contrato 243/2009, LEIA-SE Extrato de Contrato 260/2009 Quinto Termo Aditivo ao contrato 243/2007

Rio do Sul

Prefeitura Municipal

Lei Complementar nº 198/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 198, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.
"ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Altera a redação do art. 75-A, seus incisos e parágrafos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 75 A - Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste capítulo.

I - Os créditos tributários decorrentes de lançamento de ofício ou denunciados espontaneamente e depois de consolidados, poderão ser objeto de parcelamento na forma em que a legislação dispuser.

II - O parcelamento em caráter geral de créditos consolidados, tributários ou não tributários, poderão ser parcelados e, até 60 (sessenta) meses, observando os seguintes critérios:

a) - Para contribuinte pessoa jurídica, o número de prestações não excederá a 60 (sessenta) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 100,00 (cem) UFM`s, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 300,00 (trezentas) UFM`s.

b) - Para contribuinte pessoa física, o número de prestações não excederá 60 (sessenta) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 30,00 (trinta) UFM`s, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 60,00 (sessenta) UFM`s.

c) - Para as empresas enquadradas como microempresa, cuja receita bruta seja igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) comprovada tal situação através da declaração do imposto de renda, o número de prestações não excederá 60 (sessenta) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo,

incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 60 (sessenta) UFM`s, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 120 (cento e vinte) UFM`s.

d) - Para as empresas enquadradas como de pequeno porte, com receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), comprovada tal situação através da declaração do imposto de renda, o número de prestações não excederá 60 (sessenta) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 80 (oitenta) UFM`s, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 160 (cento e sessenta) UFM`s.

III - a falta de pagamento de 03 (três) prestações consecutivas, implicará no cancelamento automático, independente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para cobrança executiva, vedado novo parcelamento administrativo, salvo se proveniente de acordo judicial;

IV - para os casos previstos neste artigo, o parcelamento deverá ser requerido ao secretário municipal da fazenda, mediante o pagamento da 1ª parcela.

V - Nos casos de parcelamento, a multa de mora será reduzida:

V – nos casos de parcelamento, a multa de mora será reduzida:

a) - em 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 03 (três) parcelas;

b) - em 30% (trinta por cento) para pagamento em até 06 (seis) parcelas;

c) - em 20% (vinte por cento) para pagamento em até 09 (nove) parcelas;

d) - em 10% (dez por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

e) - em 05% (cinco por cento) para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

VI - o parcelamento dos débitos para com a Fazenda Municipal, após ajuizada a competente execução, somente poderá ser realizado nos autos da respectiva ação e a critério do município, pelo mesmo prazo e condições estabelecidos no inciso II, deste artigo e preferencialmente com garantia do juízo.

VII - O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos no artigo 81, inciso I, desta Lei, até a data da formalização do parcelamento.

VIII – nos casos de parcelamento, as multas infracionais previstas nos artigos 305, 306 e 307 serão reduzidas, nos percentuais previstos no inciso V, para os contribuintes que efetuarem o pedido de parcelamento dentro do prazo previsto na respectiva Notificação Fiscal.

Art. 2º – Altera a redação do inciso IV e acrescenta o inciso VI ao artigo 81 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81 – (...)

IV – Será aplicada redução de 50% (cinquenta por cento) sobre juros e 50% (cinquenta por cento) sobre a multa moratória aos

contribuintes que quitem seus débitos para com a Fazenda Municipal, em uma única parcela.

(...)

VI – Será aplicada redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a multa infracionária prevista nos artigos 305, 306 e 307, aos contribuintes que quitem seus débitos para com a Fazenda Municipal em uma única parcela, desde que pagos dentro do prazo previsto na respectiva Notificação Fiscal.

Art. 3º – Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 161 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 161 - (...)

§ 1º – Recebida a reclamação, será remetida à autoridade notificante, que, no prazo de 15 (quinze) dias, prestará as informações necessárias à defesa do ato praticado.

Art. 4º – Altera a redação do artigo 171 e de seu §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171 – Os membros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes, o Órgão Preparador, e a Secretária receberão o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por efetiva participação nas sessões do Conselho Municipal de Contribuintes, valor este atualizado anualmente pela UFM.

§ 1º - O representante da Fazenda Municipal de que trata o art. 172, fará jus ao valor mencionado no caput deste artigo, com exceção do Procurador Geral do município.

§ 2º – Os suplentes terão direito ao valor mencionado no caput deste artigo quando comparecerem às sessões em substituição aos titulares.

Art. 5º - Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 175 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 175 - (...)

(...)

§ 2º – A reclamação impetrada intempestivamente será indeferida de plano, não sendo analisado o mérito da questão.

Art. 6º - Altera a redação do inciso IV do artigo 179 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 - (...)

IV – as pautas de julgamento serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 7º - Altera a redação do inciso X e acrescenta os parágrafos 8º e 9º ao artigo 198 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 198 - (...)

X – Os imóveis urbanos, com características e destinação rural, devidamente cadastrados junto ao INCRA e/ou definidos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 8º – A partir do exercício de 2011 não será concedida isenção aos contribuintes em cujo imóvel exista edificação irregular, ou que não possua muro e passeio em local que seja obrigatório.

§ 9º - Na hipótese do contribuinte ser proprietário de 01 (um) imóvel de uso residencial, e de 01 (um) ou vários imóveis urbanos com características e destinação rural, somente será concedida a isenção para os imóveis de utilização rural.

Art. 8º – Acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 199 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

Art. 199 - (...)

§ 3º – O lançamento e a arrecadação da penalidade mencionada no §1º deste artigo será efetuada em parcela única, juntamente com a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, ficando vinculada à data de vencimento da cota única, ou da 1ª (primeira) parcela deste imposto.

Art. 9º - Altera a redação dos §§ 2º e 4º do art. 205 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 205 - (...)

§ 2º - O Fator de Redução de Áreas (Fator de Gleba) não incidirá sobre os terrenos ocupados com edificações dos tipos comerciais, apartamentos e salas comerciais;

(...)

§ 4º - Os lotes cujo processo de parcelamento do solo foi aprovado através de projeto de condomínio fechado, terão sua testada considerada, para efeito de cálculo, de forma integral, com base no logradouro de origem.

Art. 10 - Altera a redação do Parágrafo Único do artigo 207-B da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 207-B - (...)

Parágrafo Único – Fica estendido o incentivo previsto no caput deste artigo a todos os loteamentos e condomínios já aprovados até a data de publicação desta Lei Complementar, cujas obras de infra-estrutura ainda não estejam concluídas.

Art. 11 - Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 210 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 210 - (...)

§ 1º - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançadas de forma individualizada em nome de seus proprietários condôminos, conferindo-se tratamento equivalente a prédio isolado, desde que observado uma das seguintes hipóteses:

I - estruturadas de forma independente em relação ao conjunto da edificação;

II - estejam vinculadas à fração ideal do terreno;

III - seja constituída de dependências e instalações de uso privativo e/ou de uso comum.

(...).

Art. 12 - Altera a redação do inciso I do artigo 211 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 211 - (...)

I – por meio de uma única publicação no Diário Oficial dos Municípios e na página oficial do Município na rede mundial de computadores, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista no artigo 209 deste Código que conterà:

(...).

Art. 13 – Acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao artigo 213 da Lei Complementar nº 110/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 213 - (...)

§ 3º – A partir do exercício de 2011, excetuam-se do disposto no parágrafo 1º deste artigo os contribuintes em cujo imóvel exista edificação irregular, ou que não possuam muro e passeio em local que seja obrigatório, para os quais o desconto para pagamento integral até a data do vencimento será de 10% (dez por cento).

§ 4º – A partir do exercício de 2011, excetuam-se do disposto no parágrafo 1º os contribuintes que estiverem inadimplentes com a Fazenda Municipal na data da ocorrência do fato gerador do IPTU e que não regularizarem os débitos pendentes até a data de vencimento do imposto em referência, para os quais o desconto para pagamento integral até a data do vencimento será de 15% (quinze por cento).

Art. 14 – Acrescenta os incisos I e II ao parágrafo 2º do artigo 215 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 215 - (...)

§ 2º - (...)

I – Não poderão se inscrever no cadastro mobiliário os estabelecimentos industriais, comerciais, inclusive eventual ou ambulante, agropecuárias, agroindústrias, prestadores de serviços em geral, inclusive autônomos, empresas públicas, autarquias, órgãos públicos e ainda entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, organizações não governamentais, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício, com ou sem fins lucrativos, atividades econômicas e sociais, independentemente de seus objetivos, de sua finalidade e de sua natureza; em cujo endereço já exista pessoa física ou jurídica anteriormente cadastrada, em atividade.

II - Ficam ressalvados do disposto no inciso I os casos em que, mediante requerimento do interessado, for proferido despacho fundamentado pelo Secretário Municipal da Fazenda, pelo deferimento do cadastramento.

Art. 15 – Altera a redação do inciso I do artigo 272 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 272 - (...)

I – Os profissionais liberais das áreas de medicina, odontologia, advocacia, engenharia, arquitetura e demais profissionais liberais, inclusive contadores e técnicos em contabilidade, poderão optar pelo pagamento do ISSQN na forma variável, mediante prévio requerimento dirigido à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 16 – Altera a redação do inciso IV do artigo 276 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 276 - (...)

(...)

IV – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05 e 17.10 da lista.

Art. 17 - Altera a redação do inciso I do artigo 286 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 286 - (...)

I – por meio de uma única publicação no Diário Oficial dos Municípios e na página oficial do Município na rede mundial de computadores, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista no artigo 284, inciso I, alínea "a" deste Código que conterà:

(...).

Art. 18 – Altera a redação do artigo 296 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 296 – Ficam obrigadas todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou responsáveis por tributos municipais, inclusive as imunes ou isentas, e que participem direta ou indiretamente de prestação de serviços sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária.

Art. 19 - Altera a redação do artigo 352 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 352 – A Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais será exigida, anualmente, dos estabelecimentos industriais, comerciais, inclusive eventual ou ambulante, agropecuárias, agroindústrias, prestadores de serviços em geral, inclusive autônomos, empresas públicas, autarquias, órgãos públicos e ainda entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, organizações não governamentais, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício, com ou sem fins lucrativos, atividades econômicas e sociais, independentemente de seus objetivos, de sua finalidade e de sua natureza.

Art. 20 - Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 354 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 354 - (...)

§ 1º – O valor cobrado do contribuinte pessoa física e do microempreendedor individual, assim definido na Lei Complementar nº 123/2006, será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado da pessoa jurídica, em decorrência do menor número de normas a serem verificadas.

Art. 21 - Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 362 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 362 - (...)

§ 2º – O valor cobrado do contribuinte pessoa física e do microempreendedor individual, assim definido na Lei Complementar nº 123/2006, será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado da pessoa jurídica, em decorrência do

menor número de normas a serem verificadas.

Art. 22 - Altera a redação do inciso II do artigo 369 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 369 - (...)

II – Os imóveis urbanos, com característica e destinação rural, cadastrados no INCRA e/ou definidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e devidamente averbados no cadastro imobiliário, desde que, tais edificações sejam enquadradas como sendo do tipo galpões e telheiros;

(...).

Art. 23 – Acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 376 à Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

Art. 376 – (...)

§ 4º - Mediante requerimento, e posterior ação fiscal, poderá ser isento o tributo de que trata este artigo, às edificações sub-utilizadas como depósito de materiais, rancho, garagem, área de lazer e/ou destinação rural, desde que não produzam nenhum tipo de resíduo de composição similar ao domiciliar.

Art. 24 - Altera a redação das alíneas “b” e “c” do inciso I do parágrafo 3º do artigo 381 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 381 - (...)

§ 3º - (...)

I - (...)

b) 50% (cinquenta por cento) do peso de lumens disponível para a iluminação pública ‘MIPL’, que se refere à qualidade de lumens da Iluminação Pública disponível em todo o logradouro, e que será igual para todos os contribuintes do mesmo logradouro; e definido conforme a tabela V do anexo III deste capítulo.

c) 30% (trinta por cento) do peso de lumens disponível para a iluminação pública ‘MIPZ’, que se refere à qualidade de lumens da Iluminação Pública disponível em todo bairro, e que será igual para todos os contribuintes do mesmo bairro; e definido conforme a tabela VI do anexo III deste capítulo.

Art. 25 - Altera a redação do artigo 382 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 382 – O recolhimento da referida contribuição será efetuado da seguinte forma:

I – Para imóveis com benfeitoria e medidor de energia elétrica, mensalmente, através da nota fiscal/fatura de energia elétrica, emitida pela concessionária de energia elétrica.

II – Para imóveis sem benfeitoria e/ou sem medidor de energia elétrica instalados, anualmente, lançado em conjunto com o carnê de IPTU emitido pela prefeitura municipal, nos mesmos prazos e parcelas em que será dividido o imposto em referência.

§ 1º – Para o Contribuinte que queira pagar a COSIP através da nota fiscal/fatura de energia elétrica, de um imóvel sem benfeitoria, porém com medidor de energia instalado, poderá ser feito mensalmente, desde que o mesmo requeira junto à municipalidade.

§ 2º – Para os casos em que o contribuinte optar pelo pagamento conforme o parágrafo primeiro, o lançamento em nova modalidade, será dado a partir do próximo exercício financeiro.

Art. 26 - Altera a redação do artigo 383 da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 383 – O contribuinte que não deseja pagar a “COSIP” na fatura de energia elétrica do seu imóvel, deverá pagá-la em conjunto com o carnê de IPTU emitido pela prefeitura municipal, nos mesmos prazos e parcelas em que será dividido o imposto em referência.

Art. 27 - Altera a redação do artigo 385-G da Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 385-G – Quando constatar-se a ocorrência de erro no lançamento e o pagamento de valores a maior, a autoridade competente, mediante requerimento do interessado, determinará a compensação da diferença na fatura de energia elétrica subsequente para os contribuintes mensais, e a restituição dos valores pagos indevidamente para os contribuintes que efetuam o pagamento de forma anual.

Art. 28 – Altera a redação do artigo 412 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 412 - Os preços públicos de expedição de alvarás em geral é devido no momento da expedição do respectivo alvará e obedecerá aos valores da tabela abaixo.

Código	Descrição do Serviço	Valor/UFM
1	Alvará de licença para a execução de edificações, demolições e reformas;	50,00
2	Alvará de licença para a localização e funcionamento;	10,00
3	Alvará sanitário;	10,00
4	Alvará de parcelamento do solo.	10,00
5	Segunda via de alvarás diversos	08,00
6	Alvará de Remembramento	10,00

§ 1º - Fica dispensado do pagamento do Preço Público previsto no código 1 da tabela deste artigo, o Alvará de Licença para a execução de projeto de edificações residenciais previstas no inciso IV do artigo 259 desta Lei Complementar.

§ 2º – Será concedida a isenção do Preço Público previsto no código 1 da tabela deste artigo para as obras que não tiverem sido iniciadas antes da emissão do Alvará de licença para a execução de edificações, demolições e reformas.

§ 3º – Será concedida a isenção de 50% (cinquenta por cento) do Preço Público previsto no código 1 da tabela deste artigo para a regularização de obras, na forma do regulamento.

Art. 29 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010, com exceção do artigo 8º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 4.948/2009

LEI Nº 4.948, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO CONCEDER SUB-



VENÇÃO AO CENTRO ACADÊMICO DE JORNALISMO JOSÉ HAMILTON RIBEIRO - CAJJHAR”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder subvenção ao Centro Acadêmico de Jornalismo José Hamilton Ribeiro - CAJJHAR, Entidade declarada de Utilidade Pública, através da Lei Municipal nº 4.945, de 08 de dezembro de 2009.

Parágrafo único - O valor total da subvenção é referida no artigo 1º, será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e será repassado à Entidade da seguinte forma:

I – O valor acima descrito será repassado em forma de parcela única, em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da presente Lei.

Art.2º- Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2.002.3.3.5.00.00.00.00.00.0000 – Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - A subvenção objeto da presente Lei destina-se ao custeamento das despesas do Congresso de Jornalismo da Unidavi - Conjur, realizado entre os dias 18 a 20 de novembro do corrente ano.

Art. 4º - A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 4.949/2009

LEI Nº 4.949, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Em conformidade ao disposto no Art. 37, inciso X da Constituição Federal, concede revisão geral anual, no percentual de 2.85 (dois, virgula oitenta e cinco por cento) a partir de 1º de janeiro de 2.010, incidente sobre o vencimento básico dos servidores públicos municipais, ativos, inativos, pensionistas, da Administração direta e fundacional do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Estende-se o percentual da revisão geral anual previsto no caput, aos Agentes Políticos Municipais do Poder Executivo (Prefeito, Vice- Prefeito, Secretários Municipais) e do Legislativo (Vereadores), bem como aos servidores públicos ativos e inativos do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º - O percentual fixado no caput neste artigo, é decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de março de 2.009 à novembro de 2.009.

Art.2º- Fica a área de Recursos Humanos do Município, autorizada a promover a adequação nas tabelas de vencimento dos cargos que integram a estrutura administrativa municipal, em conformidade com o índice de revisão geral previsto nesta Lei.

Art.3º- As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento municipal de 2.010.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 4.950/2009

LEI Nº 4.950, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	Total	R\$	13.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
1.206	Projetos Culturais – Contrapartida Federal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
1.208	Projetos Culturais – Contrapartida Estadual		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
	Total	R\$	13.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 4.951/2009

LEI Nº 4.951, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2010."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Rio do Sul para o exercício de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 167.618.581,00 (cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e dezoito reais e quinhentos e oitenta e um reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo da administração direta para o exercício de 2010, estima a Receita em R\$ 105.887.405,00 (cento e cinco milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais), e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 3.412.500,00 (três milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	79.763.225,00
Receita Tributária	21.509.750,00
Receita de Contribuição	2.520.000,00
Receita Patrimonial	400.000,00
Receita Agropecuária	36.750,00
Transferências Correntes	49.879.900,00
Outras Receitas Correntes	5.416.825,00
RECEITA DE CAPITAL	26.124.180,00
Operações de Crédito	7.772.000,00
Alienação de Bens	1.734.680,00
Transferência de Capital	16.617.500,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	105.887.405,00

§ 2º A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA

02-	Gabinete do Prefeito	5.661.120,00
03-	Gabinete do Vice-Prefeito	168.900,00
04-	Procuradoria geral do Município	1.219.000,00
05-	Secretaria de Plan. Urb. e Meio Ambiente	4.575.200,00
06-	Secretaria de Administração	5.426.900,00
07-	Secretaria da Fazenda	6.484.800,00
08-	Secretaria de Educação	25.331.825,00
09-	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo	4.203.500,00
10-	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	29.537.410,00

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA

02-	Gabinete do Prefeito	5.661.120,00
11-	Secretaria de Agricultura	2.093.100,00
12-	Secretaria de Assistência Social e Habitação	1.443.700,00
99-	Reserva de Contingência	100.000,00
	SUBTOTAL	86.245.455,00
01-	Câmara Municipal	3.412.500,00
50-	Transf. Financeira a Fundação. Mun. Desportos	1.400.000,00
40-	Transf. Financeira a Fundação. Cultural	1.500.000,00
20-	Transf. Financeira ao Fundo de Saúde	12.227.450,00
30-	Transf. Finan. ao Fundo de Assist.Social	400.000,00
60-	Transf. Finan. ao FIA	12.000,00
70-	Transf. Financeira ao FAP	690.000,00
	SUBTOTAL	19.641.950,00
	TOTAL	105.887.405,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTO CONSOLIDADO

01-	LEGISLATIVA	3.087.500,00
04-	ADMINISTRAÇÃO	12.735.250,00
06-	SEGURANÇA PÚBLICA	2.838.950,00
08-	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.653.700,00
10-	SAÚDE	45.008.676,00
09-	PREVIDENCIA SOCIAL	7.515.000,00
18-	GESTÃO AMBIENTAL	1.633.700,00
12-	EDUCAÇÃO	25.331.825,00
17-	SANEAMENTO	904.000,00
15-	URBANISMO	30.444.530,00
20-	AGRICULTURA	2.093.100,00
23-	COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.103.500,00
25-	ENERGIA	1.760.000,00
22-	INDÚSTRIA	100.000,00
27-	DESPORTO E LAZER	1.450.000,00
13-	CULTURA	2.635.000,00
14-	DIREITOS DA CIDADANIA	156.900,00
28-	ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00
99-	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00
	TOTAL	147.651.631,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA CONSOLIDADO

	DESPESAS CORRENTES	109.903.966,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	44.885.766,25
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	12.800,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	4.234.670,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	520.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	7.624.585,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	52.619.344,75
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	37.147.665,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	7.400,00
4.4.90.00	Investimentos	34.850.265,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	210.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	2.080.000,00



9.9.99.99	Reserva de Contingência	600.000,00
	TOTAL	147.651.631,00

Parágrafo único. Os itens II e III, não apresentam as transferências financeiras, no valor de R\$ 19.641.950,00 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta reais).

DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 3º - O Orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.450.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo será oriunda de transferências da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e de outras receitas próprias da Fundação e de acordo com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$
4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	50.000,00
4.1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	45.000,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
	SOMA (III)	50.000,00
	Transferência Financeira Recebida	1.400.000,00
	TOTAL RECEITA FMD	1.450.000,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.402.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	340.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	17.000,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	170.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	875.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	48.000,00
4.4.90.00	Investimentos	48.000,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	0,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	0,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	0,00
	TOTAL	1.450.000,00

Art. 4º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

§ 1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município e de receitas próprias do fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$
4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	25.000,00
4.1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	25.000,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	
	SOMA (III)	25.000,00
	Transferência Financeira Recebida	12.000,00
	TOTAL RECEITA FMD	37.000,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	27.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	0,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	0,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	27.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	0,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	0,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	0,00
	TOTAL	37.000,00

Art. 5º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2010, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 45.008.676,00 (quarenta e cinco milhões, oito mil e seiscentos setenta e seis reais).

§ 1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias do Fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	29.567.426,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	29.467.426,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.213.800,00
4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.213.800,00
	Transferência Financeira Recebida	12.227.450,00
	TOTAL RECEITA FMS	45.008.676,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo, é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e de acordo com o seguinte desdobramento:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	41.430.876,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.129.000,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	895.450,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	4.040.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	28.356.426,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.577.800,00
4.4.90.00	Investimentos	3.572.800,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	0,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	0,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	0,00
	TOTAL	45.008.676,00

Art. 6º - O Orçamento da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2010, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.635.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil reais)

§ 1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias da Fundação Cultural e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	535.000,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	300.000,00
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	230.000,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	600.000,00
4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	600.000,00
	Transferência Financeira Recebida	1.500.000,00
	TOTAL RECEITA FUNDAÇÃO CULTURAL	2.635.000,00

§ 2o A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.0.0.00	DESPESAS CORRENTES	2.005.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	690.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	25.000,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
		666.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	624.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	630.000,00
4.4.90.00	Investimentos	630.000,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	0,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	0,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	0,00
	TOTAL	2.635.000,00

Art. 7º - O Orçamento do FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÕES - FAP, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.015.000,00 (oito milhões e quinze reais)

§ 1o A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de contribuições de segurados, contribuições patronais do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.920.000,00
4.1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.905.000,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.000.000,00
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITA DE CAPITAL	0,00
4.2.3.0.0.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	0,00
4.7.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.080.000,00
	Transferências Financeiras Recebidas	1.015.000,00
	TOTAL RECEITA FAP	8.015.000,00

§ 2o A despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.515.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.515.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	0,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	0,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.000.000,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	

4.6.90.00	Amortização da Dívida	
9.9.99.99	Reserva de Contingência	500.000,00
	TOTAL	8.015.000,00

Art. 8º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.173.000,00 (um milhão, cento e setenta e três mil reais).

§ 1o A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de Contribuições, de transferências do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	773.000,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	753.000,00
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00
4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
	Transferência Financeira Recebida	400.000,00
	TOTAL RECEITA F.M.A.S.	1.173.000,00

§ 2o A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.003.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	0,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
		215.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	788.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00
4.4.90.00	Investimentos	170.000,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	0,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	0,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	0,00
	TOTAL	1.173.000,00

Art. 9º - O Orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2010, fixa a Despesa em R\$ 3.412.500,00 (três milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais).

§ 1o A entrada de recursos a que se refere este artigo será proveniente de transferências do Município, no valor de R\$ 3.412.500,00 (três milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais).

§ 2o A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.700.945,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.022.621,25
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	138.320,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	0,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	13.585,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	526.418,75
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	386.555,00
4.4.90.00	Investimentos	386.555,00
4.5.90.00	Inversões financeiras	0,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	0,00



9.9.99.99	Reserva de Contingência	0,00
	Transferência para o FAP	325.000,00
	TOTAL	3.412.500,00

Art. 10 - Os recursos da Reserva de Contingência de todos os orçamentos serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário, para obtenção de resultado primário positivo e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1o A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização Legislativa específica, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo. (NR)

§ 2o Não se efetivando até o dia 10/12/2010 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, ou se efetivando a cobrança de dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização Legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária. (NR)

§ 3o Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do poder Executivo, mediante autorização Legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária. (NR)

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 12 - O Executivo poderá, mediante autorização Legislativa específica, nos termos do Art. 7º da lei Federal nº 4.320/94, a abrir créditos adicionais suplementares da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 14 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização Legislativa específica, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 16 - Durante o exercício de 2010 o Executivo poderá realizar Operações de Crédito, mediante autorização Legislativa específica, para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

15 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 4.952/2009

LEI Nº 4.952, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CREDENCIAL PARA DEFICIENTES FÍSICOS, USUÁRIOS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL NA CIDADE DE RIO DO SUL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado credencial automotivo para veículos conduzidos por motoristas com necessidades especiais usuários de estacionamento especial na cidade de Rio do Sul, com o objetivo de permitir a fiscalização de estacionamento.

Art. 2º - A credencial também deverá ser utilizada por motoristas que tenham por habitualidade o transporte de pessoas com necessidades especiais

Parágrafo único. O motorista condutor somente poderá utilizar o estacionamento especial se estiver na efetiva condução do portador de necessidades especiais, sob pena de sofrer autuação de trânsito.

Art. 3º - Para fazer jus ao estacionamento especial os motoristas deverão inscrever-se junto ao Departamento de Trânsito de Rio do Sul, desde que apresentada a documentação exigida.

Art. 4º - A documentação exigida para a realização do cadastro é:

- I - Comprovante de residência;
- II - Carteira Nacional de Habilitação – CNH;
- III - Documentação do veículo;
- IV - Laudo médico atual comprovando a necessidade;
- V - Registro Geral – RG;
- VI - Cadastro de Pessoa Física – CPF.

Parágrafo único. Somente será permitida a confecção de uma credencial por portador de necessidades especiais.

Art. 5º - As Credenciais deverão ser confeccionado pelo Departamento de Trânsito de Rio do Sul, entregue de forma gratuita aos usuários cadastrados, atendendo os critérios da Resolução Nº 304, de 18 de Dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, parte integrante desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

15 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1025/09

DECRETO Nº 1025, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NAS LIGAÇÕES SUBTERRÂNEAS NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,



DECRETA:

Art.1º - Fica vedado o corte da pavimentação asfáltica para ligações subterrâneas nas vias denominadas:

- I - Avenida Oscar Barcelos
- II – Rua 7 de Setembro
- III- Rua Dr. Guilherme Gemballa
- IV- Rua Presidente Kennedy

Parágrafo Único – Ficam sujeitas a este artigo todas as vias com pavimentação asfáltica do município e suas eventuais ampliações.

Art.2º - As instalações subterrâneas deverão ser realizadas através de Métodos Não Destrutivos (MND).

Art. 3º - Deverá o interessado formular requerimento dirigido a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e apresentar para a autorização da instalação das ligações subterrâneas previstas:

- I - projeto contendo dimensões, características e locação da respectiva ligação subterrânea, indicação do método não destrutivo a ser usado e tempo máximo estimado para o término da obra;
- II – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional responsável pelo projeto e execução da obra.

Art. 4º - Após análise do projeto pelos técnicos, estes se julgarem necessário, poderão solicitar complemento ao mesmo.

Art. 5º- Para a execução da obra deverá ser apresentada a Guarda Municipal a autorização emitida pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, devendo aquela realizar fechamento, orientação de trânsito e acompanhamento, quando se fizer necessário.

Art. 6º- Para escavações feitas nos passeios dos logradouros que visam ligações subterrâneas ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento dos mesmos passeios deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações, seja um particular, empresa contratante de serviços de utilidade pública ou repartição pública.

Art. 7º - Não observado o disposto no presente Decreto, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Código de Posturas deste Município.

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

FRANK DIETER SCHULZE

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
Vlrm

Decreto nº 1026/09

DECRETO Nº 1.026, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.950, de 15 de dezembro

de 2009.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	Total	R\$	13.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
1.206	Projetos Culturais – Contrapartida Federal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
1.208	Projetos Culturais – Contrapartida Estadual		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
	Total	R\$	13.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

15 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1027/09

DECRETO Nº 1027, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À TONON ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA-ME."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido no artigo 5º, VI, da Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à TONON ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA-ME, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo Geral nº 116478/2009, incentivo econômico na forma que segue:

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Localização para localização e permanência no local, bem como a sua renovação anual em até 05 (cinco) anos:

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, pelo prazo de até



05 (cinco) anos;

- isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação de projeto, conforme interesse público;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) de ISS para as obras e serviços executados para implantação e/ou ampliação de projetos das entidades beneficiadas pela Lei de Incentivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo
Vlrm

Decreto nº 1029/09

DECRETO Nº 1029 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 6.447,77 (seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
1.202	Descentralização Cultural – Próprios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.292,53
1.204	Descentralização Cultural – OCA – Próprios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	4.155,24
	TOTAL	R\$	6.447,77

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 6.447,77 (seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
1.202	Descentralização Cultural – Próprios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	690,53
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.602,00

1.204	Descentralização Cultural – OCA – Próprios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.653,90
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.501,34
	TOTAL	R\$	6.447,77

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1028/09

DECRETO Nº 1028, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À EXTRATO FEMININO IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA-ME."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido no artigo 5º, VI, da Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à EXTRATO FEMININO IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo Geral nº 116213/2009, incentivo econômico na forma que segue:

- implantação e/ou melhoria da rede de alta tensão de energia elétrica e iluminação pública, em até 30% (trinta por cento);

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Localização para localização e permanência no local, bem como a sua renovação anual em até 05 (cinco) anos;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

- isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação de projeto, conforme interesse público;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) de ISS para as obras e serviços executados para implantação e/ou ampliação de projetos das entidades beneficiadas pela Lei de Incentivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo
Vlrm



Decreto nº 1030/09

DECRETO Nº 1030, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 26.821,71 (vinte e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e um centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	26.821,71
	TOTAL	R\$	26.821,71

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 26.821,71 (vinte e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e um centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.292,57
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	7.083,39
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.445,75
	TOTAL	R\$	26.821,71

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1031/09

DECRETO Nº 1031, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"ALTERA O DECRETO N. 946 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – O art. 1º do Decreto 946, de 09 de outubro de 2009,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação proveniente de receitas próprias recebidas pela Fundação Cultural, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	60.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	140.000,00"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir da data de 09 de outubro de 2009.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1032/09

DECRETO Nº 1032, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"ALTERA O DECRETO N. 995 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – O art. 1º do Decreto 995, de 18 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação proveniente de transferências financeiras recebidas pela Fundação Cultural, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	36.000,00
	TOTAL	R\$	46.000,00"



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir da data de 18 de novembro de 2009.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1033/09

DECRETO Nº 1033, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do FUNDEB, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.035	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	775.000,00
2.096	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.91.00	Aplicação Direta decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	105.000,00
	TOTAL	R\$	880.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1034/09

DECRETO Nº 1034, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
-------	---------------------------------	--	--

07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.027	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
4.6.90.00	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.027	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
3.2.90.00	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1035/09

DECRETO N.º 1035, 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

"RETIFICA ATO APOSENTATÓRIO DA SRA. ZILDA DE BARCELOS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, letra "a" inciso I do artigo 3 e seguintes da Lei Complementar n.º 073 de 20/11/2001, letra "a" inciso I do artigo 19 e seguintes do decreto n.º 119 de 21/03/2002 e art. 40, § 3º da CF/88 com redação dada pela EC 41/03, c/c art. 1º, caput e § 5º da Lei nº 10.887/04,

DECRETA :

Art. 1º - Fica retificado a partir de 01 de dezembro de 2009, o ato de concessão de aposentadoria por invalidez da servidora pública Senhora Zilda de Barcelos, brasileira, solteira, inscrita na ficha funcional nº 297.6-00, residente na Rua Conselheiro Willy Hering Q 1 Lote 08, bairro Bela Aliança, na cidade de Rio do Sul, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 11, com proventos proporcionais de 22/30 avos, calculados sobre a última remuneração da inativanda.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm



Decreto nº 1036/09

DECRETO Nº 1036, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

"CONCEDE PENSÃO A SRA. ANGELA DE JESUS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da EC 41/2003.

DECRETA:

Art 1º - Fica concedida a partir de 10 de novembro de 2009, pensão vitalícia a Sra. Ângela de Jesus, brasileira, viúva, residente na Rua João Pedro Marcelino nº 184, Bairro Pamplona, na cidade de Rio do Sul, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Olimpio Nilo de Jesus, ex-servidor público municipal, matrícula nº 248-8, aposentado desde 01/09/2002, no cargo de Operador de Equipamentos, nível 40, faixa 41, com proventos proporcionais de 23/35 avos e adicional de tempo de serviço de 9%.

Art. 2º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da EC nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor inativando, falecido em 09/11/2209.

Art. 3º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Portaria N.º 1063/RH

PORTARIA N.º 1063/RH, 17 DE DEZEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto no Art. 68 da Lei Complementar nº 099/2003, regulamentado pelo Decreto nº 210/2003 e Lei Complementar nº 165/2007 e, solicitação protocolada sob o nº 118314/2009, conceder Auxílio Escolar, na forma de bolsa de estudo, para frequentar curso a nível de terceiro grau ao servidor municipal TIAGO ANDRÉ DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, nível 20, faixa 21.

Art.2º. O Auxílio será concedido a partir do mês de dezembro de 2009, condicionado às exigências do texto legal.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração

17 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria Nº. 1064/RH

PORTARIA Nº. 1064/RH, 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional (Protocolo nº. 118134/2009), sem mudança de área, à servidora municipal VERIA SCHREIBER SCHVETCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "B", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 03/12/2009, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração

17 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria Nº. 1065/RH

PORTARIA Nº. 1065/RH, 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional (Protocolo nº. 118048/2009), sem mudança de área, à servidora municipal MARIA BERNADETE DA SILVA BRANGER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "C", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 30/11/2009, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração

17 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria Nº. 1066/RH

PORTARIA Nº. 1066/RH, 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional (Protocolo nº. 118065/2009), sem mudança de área, à servidora municipal FABIANE OLIVEIRA GORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 30/11/2009, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Secretário Municipal de Administração
17 de dezembro de 2009
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1067/RH

PORTARIA N.º 1067/RH, 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 115, da Lei Complementar nº 099/2003, conceder prorrogação por 60 (sessenta) dias, a partir de 03/12/2009, para a conclusão do Inquérito Administrativo nº 013/2009, instaurada através da Portaria nº 0867/RH de 05/10/2009, em atendimento ao Ofício nº 11/I.A./nº 013/2009, em virtude da Comissão ter solicitado uma avaliação psiquiatra da servidora Margrit Feldmann Mirambel Puigdefabregas e também pelo advogado de defesa da indiciada ter solicitado que a comissão ouvisse testemunhas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretario Municipal
17 de dezembro de 2009
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lso

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Extrato do termo de rescisão do contrato nº 206 de 25/06/2007

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 206 DE 25/06/2007

Origem: Gabinete do Prefeito.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: Trentin & Sanagiotto Ltda. ME.

Objeto: Considerando a apresentação de manifestação favorável por parte dos donatários, pela rescisão amigável do contrato (ofício protocolado em 20/8/2008), devido à inviabilidade em manter a relação contratual, em decorrência das dificuldades enfrentadas pela empresa e não podendo comprometer-se financeiramente, entendendo ser favorável tanto ao Município quanto à donatária que se proceda a rescisão amigável;

Data de Assinatura: 18/12/2009.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – Contratante e Trentin & Sanagiotto Ltda. ME, por seu representante Sra. Márcia Trentin - Contratada.

Extrato do termo de rescisão do contrato nº 122 de 23/04/2008

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 122 DE 23/04/2008

Origem: Gabinete do Prefeito.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: Pedro Jirardi ME.

Objeto: CONSIDERANDO a apresentação de manifestação favorável por parte dos representantes dos donatários, pela rescisão amigável do contrato (declaração protocolada em 24/09/2009), eis que o terreno adquirido não suporta a ampliação do estabelecimento empresarial, entendendo que a reversão é favorável tanto ao Município quanto à donatária, mediante rescisão amigável do Contrato;

Data de Assinatura: 18/12/2009.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – Contratante e Pedro Jirardi ME, por seu representante Sr. Pedro Jirardi - Contratada.

São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

Lei Nº 558

LEI Nº 558, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA PARA O EXERCÍCIO DE 2010”.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Pedro de Alcântara, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias para o exercício de 2010 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 9.823.895,00 (Nove milhões oitocentos e vinte e três mil oitocentos e noventa e cinco reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art 2º – O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 8.657.396,00 (Oito milhões seiscentos e cinquenta e sete mil trezentos e noventa e seis reais) e a despesa do Poder Legislativo em R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e R\$ 8.357.396,00 (Oito milhões trezentos e cinquenta e sete mil trezentos e noventa e seis reais) para o Poder Executivo.

1 – A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	8.334.517,00
1.1 – Receita Tributária	607.605,00
1.2 – Receita de Contribuições	140.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	90.837,00
1.4 – Receita de Serviços	7.000,00
1.5 – Transferências Correntes	7.241.251,00
1. 6 – Outras Receitas Correntes	247.824,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1.485.000,00
2.1 – Alienação de Bens	40.000,00
2.2 – Operações de Crédito	0,00
2.3 – Transferências de Capital	1.445.000,00
3 – DECUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.162.121,00



TOTAL DA ADM. DIRETA	8.657.396,00
----------------------	--------------

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Receitas Correntes	
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	8.233,00
Transferência Corrente	544.266,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	552.499,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/INSPA

Receitas Correntes	0,00
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	175.000,00
Receita Patronal Intra-Orçamentária	270.000,00
Receita Patrimonial	169.000,00
Transferência Corrente	0,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	614.000,00
TOTAL GERAL	9.823.895,00

2 – A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – CÂMARA MUNICIPAL	300.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	427.500,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	895.350,15
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	1.869.818,70
05 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	136.466,00
06 – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	412.500,00
07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.676.030,05
08 – ENCARGOS GERAIS	110.000,00
09 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.000,00
10 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	678.444,50
TOTAL	7.605.109,40

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.604.785,60
12 – INSPA	589.000,00
09 – RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00
TOTAL DA ADM. INDIRETA	2.218.785,60
TOTAL GERAL	9.823.895,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	300.000,00
01 - LEGISLATIVA	
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.322.850,15
06- SEGURANÇA PÚBLICA	16.300,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	136.466,00
12 - EDUCAÇÃO	1.742.318,70
13 - CULTURA	339.000,00
15 - URBANISMO	625.000,00
18 – GESTAO AMBIENTAL	358.750,00
20 - AGRICULTURA	319.694,50
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	73.500,00
26 - TRANSPORTES	2.034.730,05
27 – DESPORTO E LAZER	127.500,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	110.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.000,00
TOTAL DA ADM. DIRETA	7.605.109,40

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	589.000,00
10 - SAÚDE	1.594.785,60
17 - SANEAMENTO	10.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.218.785,60
TOTAL GERAL	9.823.895,00

IV – CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	4.210.953,96
DESPESAS DE CAPITAL	3.295.155,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.605.109,40

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	2.008.785,60
DESPESAS DE CAPITAL	185.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.218.785,60
TOTAL GERAL	9.823.895,00

Art. 4 – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor , conforme abaixo:



UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – PASSIVOS CONTINGENTES	30.000,00
2 – OUTROS RISCOS FISCAIS	49.000,00
TOTAL GERAL	99.000,00

1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2010 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Passivos Contingentes, e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2010 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento " Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.5º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art.6º - O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20 da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas e aprovadas no exercício.

Art. 7º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

1 – A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

2 – O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2010, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 559

LEI Nº 559, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"CONCEDE AJUDA DE CUSTO AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a pagar ao servidor ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, ajuda de custo no valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), não incorporável, em qualquer caso, aos vencimentos e à aposentadoria.

Art. 2º - Esta ajuda de custo aplica-se aos servidores sujeitos a todos os regimes jurídicos de contratação (Estatutário, CLT e ACT's).

Art. 3º - As Despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação Orçamento Fiscal vigente.

Art 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 560

LEI Nº 560, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

"ALTERA A PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS DA LEI 550/2009".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a acrescentar na Ação 1004 – Aquisição de veículos da Educação o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art.2 º - Para atender o Art. 1 fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular o valor da Ação 1002 – Ampliação e Reforma do Ensino Fundamental - Escola R\$ 100.000,00.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 561

LEI Nº 561, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
"REVOGA PARTES DA LEI Nº551/2009".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a revogar no art 1º onde suplementa no ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO 04.01.12.361.4.1002 - Ampliação e Reforma do Ensino Fundamental - 4.4.90.00.00.00.00.053 - R\$ 20.000,00 e do art 2º onde anula no ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - 04.01.12.361.4.2006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental - 4.4.90.00.00.00.00.053 - R\$ 20.000,00.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 562

LEI Nº 562, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
"CRIA A GRATIFICAÇÃO PARA MÉDICO AUTORIZADOR DE AIH - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituída aos servidores médicos atuantes como autorizadores de AIH - Autorização de Internação Hospitalar e APAC - Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade gratificação R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) sobre o salário bruto, não incorporável, em qualquer caso, aos vencimentos e à aposentadoria.

Parágrafo Único - A soma da gratificação, de que trata o caput deste artigo, aos vencimentos dos profissionais citados, não poderá ultrapassar, em qualquer hipótese, os vencimentos do Prefeito Municipal.

Art.2º - A gratificação contida no art. 1º é de natureza propter laborem cessará com a desvinculação dos médicos autorizadores de AIH - Autorização de Internação Hospitalar e APAC - Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art.3º - Esta gratificação aplica-se aos servidores médicos sujeitos ao regime jurídico (Estatutário, CLT e ACT's) que recebem remuneração mensal.

Art.4º - As Despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação Orçamento Fiscal vigente.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 563

LEI Nº 563, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
"AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais) a AGREMIAÇÃO CARNAVALESCA CULTURAL UNIDOS SANTA TERESA.

Art. 2º - O auxílio financeiro será repassado para custear despesas com o projeto banda jovem de percussão da ACCUST.

Art. 3º - As despesas decorrente desta Lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º - A entidade beneficiada com esta Lei, deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 564

LEI Nº 564, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
"CONCEDE REMISSÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO E TAXAS".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do Art.42, §2º, I, da Lei Complementar Municipal nº02/1997, fica concedida Remissão Total, com declaração de extinção do crédito tributário, a munícipe Daniela Zimmermann, referente ao cadastro nº000979/01.03.013.0269.001.

Parágrafo Único – A esta remissão estipulada pelo caput aplica-se a regra do Art.43 da Lei Complementar Municipal nº02/1997.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº61

LEI COMPLEMENTAR Nº61, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
"Define o INSPA - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara - como unidade gestora única dos benefícios previdenciários administrados, mantidos e pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município d de São Pedro de Alcântara, incorpora os aposentados e pensionistas pagos pelo Tesouro Municipal na data desta Lei ao INSPA, autoriza o custeio destes proventos pelo Município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências."

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara será administrado exclusivamente pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara – INSPA, em caráter de unidade gestora única, de natureza autárquica, com personalidade jurídica de direito interno detentora de autonomia financeira, administrada e criada nos termos da Lei Municipal Nº15/2000 .

Art.2º - Todas as aposentadorias e pensões concedidas a servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo serão administradas e pagas pelo INSPA, nos termos desta Lei.

Art. 3º - Os servidores inativos que na data desta Lei percebem seus proventos de aposentadoria pagos diretamente pelo Tesouro Municipal devem ser integrados ao INSPA, que efetivará a manutenção e o pagamento dos benefícios.

Parágrafo Único - O Município de São Pedro de Alcântara repassará ao INSPA, além da contribuição previdenciária definida na Lei Municipal, 15/2000 com suas posteriores alterações, o valor total dos proventos de aposentadoria dos servidores inativos que, na data desta Lei, percebem seus proventos de aposentadoria pagos diretamente pelo Tesouro Municipal.

Art. 4.º- Os pensionistas que na data desta Lei percebem seus proventos de pensão por morte pagos diretamente pelo Tesouro Municipal devem ser integrados ao INSPA, que efetivará a manutenção e o pagamento dos benefícios.

Parágrafo Único - O Município de São Pedro de Alcântara repassará ao INSPA, além da contribuição previdenciária definida na Lei Municipal, 15/2000 com suas posteriores alterações, o valor total dos proventos dos pensionistas que, na data desta Lei, percebem seus proventos de aposentadoria pagos diretamente pelo Tesouro Municipal.

Art.5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos passam a vigor a partir de 01/01/2010.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 62

LEI COMPLEMENTAR Nº62, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009
"AUTORIZA O REAJUSTE DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU - E TAXAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010."

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e as Taxas da Coleta de Resíduos Sólidos e de Serviços Urbanos, previstas, respectivamente, nos artigos 152, 242 e 246 do Código Tributário Municipal, referentes ao exercício de 2.010, serão reajustadas em 16% (dezesesseis por cento), conforme tabela abaixo:

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO – IPTU (Art. 152 do CTM)

I – Edificações:	
Com até 100 (cem) metros quadrados	0,34%
Acima de com até 100 (cem) metros quadrados	0,58 %
II – Terrenos:	
Edificados	0,58%
Não edificados	1,16%

TABELA FREQUENCIAL DE COLETA (Taxa da Coleta de Resíduos Sólidos - Art. 242 do CTM)

Frequência de Coleta/Semana (n.º de dias)	Valores em R\$	
	Imóveis Residenciais	Imóveis não residenciais
1	0,25	0,37
2	0,51	0,76
3	0,76	1,13
4	1,00	1,51
5	1,26	1,90
6	1,51	2,28
7	1,77	2,54

TAXA DE SERVIÇOS URBANOS (Art.246 do CTM)

Testada do Imóvel	Valores em R\$ por metro
Até 15 metros	0,92
De 16 a 30 metros	0,76
De 31 a 100 metros	0,51
Acima de 100 metros	0,22

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Decreto n.º 485/2009

DECRETO N.º 485/2009
EXONERA SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ DO CARGO DE PROFESSORA II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 050/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.



Decreto n.º 486/2009

DECRETO N.º 486/2009

EXONERA FABIANA HOFFMANN PRATES DO CARGO DE PROFESSORA II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA HOFFMANN PRATES do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 048/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 487/2009

DECRETO n.º 487/2009

Exonera SCHEILA CRISTINA SCHMITZ do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar SCHEILA CRISTINA SCHMITZ do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 051/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 488/2009

DECRETO N.º 488/2009

EXONERA PAULO HENRIQUE LOHN DO CARGO DE PROFESSOR II HORISTA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar PAULO HENRIQUE LOHN do Cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 058/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 489/2009

DECRETO N.º 489/2009

EXONERA RICHARD MOTTA COELHO DO CARGO DE PROFESSOR II HORISTA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar RICHARD MOTTA COELHO do Cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 060/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 490/2009

DECRETO N.º 490/2009

EXONERA ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES DO CARGO DE PROFESSOR II HORISTA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES do Cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 059/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 491/2009

DECRETO N.º 491/2009

EXONERA NEY PLATT DO CARGO DE PROFESSOR II HORISTA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar NEY PLATT do Cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 078/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 492/2009

DECRETO N.º 492/2009

EXONERA ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER DO CARGO DE PROFESSORA II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 081/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 493/2009

DECRETO N.º 493/2009

EXONERA HELOISA DANNENHAUER DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar HELOISA DANNENHAUER do Cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 082/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 494/2009

DECRETO N.º 494/2009

EXONERA JORGE TAVARES DE LACERDA DO CARGO DE PROFESSOR I HORISTA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JORGE TAVARES DE LACERDA do Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 087/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 495/2009

DECRETO N.º 495/2009

EXONERA JULIO CESAR MANOEL DO CARGO DE PROFESSOR I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JULIO CESAR MANOEL do Cargo de Professor I, contrato de trabalho nº. 090/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 496/2009

DECRETO n.º 496/2009

Exonera DIANE VERA WORTMEYER do Cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DIANE VERA WORTMEYER do Cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 092/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 497/2009

DECRETO N.º 497/2009

EXONERA MARICELIA LOHN DA SILVA DO CARGO DE PROFESSORA II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar MARICELIA LOHN DA SILVA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 097/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.



Decreto n.º 498/2009

DECRETO n.º 498/2009

Exonera FRANCIELE VIEIRA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELE VIEIRA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 096/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 499/2009

DECRETO n.º 499/2009

Exonera ALLAN FRANCISCO DE SOUZA do Cargo de Professor I Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ALLAN FRANCISCO DE SOUZA do Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 101/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 500/2009

DECRETO n.º 500/2009

Prorroga o Concurso Público, para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, correspondente ao Edital 01/2007

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar nº. 05/1997.

DECRETA:

Art. 1.º Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 37,III, da Constituição da República, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, correspondente ao Edital 001/2007, homologado em 21 de dezembro de 2007.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 484/2009

DECRETO N.º 484/2009

NOMEIA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2009 PARA CLASSIFICAÇÃO DE ACT.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Artigo 209 da Lei Complementar 005/1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes da Comissão de Coordenação do Processo Seletivo nº. 002/2009 para Classificação de ACT, os seguintes membros:

- ROBERTO MARTENDAL;
- VALCIR JOSE KRETZER JUNIOR;
- ISOLENE BERNADETE HOFFMANN;
- MICHELE MAIA DA SILVA;
- FERNANDA STAHELIN.

Art. 2º - Nomeia VALCIR KRETZER JUNIOR como Presidente da Comissão de Coordenação do Processo Seletivo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/

Decreto Nº501/09

DECRETO Nº501/09

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/09.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2006-Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.0.1.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara , 18 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal



Decreto N°502/09

DECRETO N°502/09

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 513/08:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2.006 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 5.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.2.0114 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2009

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Aviso de Aditivo de Prazo de Abertura de Licitação

AVISO DE ADITIVO DE PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL- RP Nº37/2009

1º ADITIVO

A Comissão de Licitação do Município de São Pedro de Alcântara/SC, torna público para conhecimentos dos interessados O 1º ADITIVO – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2009 para prorrogação da abertura da licitação - tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" cujo objeto do Edital é - LOTE 01 - A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada e estimada de Pneus novos (excluídos os recapados, recuperados ou afins) para a Prefeitura Municipal e para o Fundo de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

LOTE 02 – Aquisição de material e serviço de mão de obra para Recapagem de Pneus, da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Saúde de São Pedro de Alcântara; conforme especificações e quantitativos do ANEXO II do Edital.

Da sessão de abertura: A sessão de abertura que seria realizada no dia 22 de dezembro de 2009 as 14:30 horas, fica PRORROGADA para o dia 08 de janeiro de 2010, as 14:30 horas na sala de Reuniões de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC; As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário da 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 centro ou pelo telefone (48) 32770122, ramal 202.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2009.

CHARLENE AP. RAQUEL JUNKES

Pregoeira

Comissão Permanente de Licitações

Turvo**Prefeitura Municipal****Contrato PMT 102/2009**

CONTRATO N.º 102/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO OBJETO: Execução dos serviços da obra de reforma e ampliação do pré escolar cantinho do céu na localidade de morro chato município de Turvo - SC, cfe. memorial descritivo, orçamento discriminativo e projetos em anexo a este processo..

DA VIGÊNCIA: 20/10/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 68.800,00 (sessenta e oito mil e oitocentos reais).

Data da assinatura: 20/10/2009.

Contrato 103/2009

CONTRATO N.º 103/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: BRITAGEM BOSA LTDA - ME

DO OBJETO: Fornecimento de base de seixo rolado para a manutenção e conservação das estradas municipais no município de Turvo – SC, Processo Licitatório nº 84/2009 – Modalidade de Carta Convite nº. 84/09.

DA VIGÊNCIA: 04/11/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

Data da assinatura: 04/11/2009.

Contrato 104/2009

CONTRATO N.º 104/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

DO OBJETO: O fornecimento e transporte de areia para aterro a ser colocada na rua Ângelo Andréas Scarabelot, cfe. estudo elaborado pela equipe de engenharia da prefeitura municipal de turvo Processo Licitatório nº 85/2009 – Modalidade de Carta Convite nº. 85/09

DA VIGÊNCIA: 05/11/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 39.240,00 (Trinta e nove mil duzentos e quarenta reais)

Data da assinatura: 05/11/2009.

Contrato 105/2009

CONTRATO N.º 105/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO: Execução das obras de pavimentação Asfáltica da estrada municipal TVO 353 e parte da TVO 354, que liga o distrito de morro chato a SC 285, passando pelas comunidades de linha contessi, nova esperança e vila pazini, com extensão de 8,525 km. no município de Turvo SC.

DA VIGÊNCIA: 19/11/2009 a 19/11/2010.

DO VALOR: R\$ 5.662.953,42 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e q2uarenta e dois centavos)

Data da assinatura: 19/11/2009.

Contrato 106/2009

CONTRATO N.º 106/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: A.J.E. TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO: Transporte e remoção de solo mole (borrachudos),



transporte de seixo rolado para a reposição onde foi retirado o solo mole, e horas máquinas de escavadeira hidráulica para a remoção e retirada do solo mole das estradas municipais do município de Turvo, para melhorar a trafegabilidade dos veículos e escoamento de produção agrícola. e Processo Licitatório nº 88/2009 – Modalidade de Carta Convite nº. 88/09

DA VIGÊNCIA: 08/12/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 69.000,00 (Sessenta e nove mil reais)

Data da assinatura: 08/12/2009.

Contrato 107/2009

CONTRATO N.º 107/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: MARIELI WESCHENFELDER

DO OBJETO: A prestação de serviços profissionais especializados para realizar a Coordenação geral de trabalhos de comissão, análise e orientação técnica, sistematização final do plano de cargos e salários, para a apresentação de proposta, consultoria para a Secretaria Municipal de Educação

DA VIGÊNCIA: 08/12/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 4.125,00 (quatro mil cento e vinte e cinco reais)

Data da assinatura: 08/12/2009.

Videira

Prefeitura Municipal

Lei nº 2.256/09

LEI Nº 2.256/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

REGULAMENTA O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a outorgar permissão de uso dos seguintes bens municipais:

1. No Aeroporto Municipal Ângelo Ponzoni:

a) uma sala com aproximadamente 15,29 m², no interior do pavilhão do referido aeroporto, para exploração das atividades de bar e lanchonete, associadas aos serviços de comissária de aeronaves, de limpeza e higiene do saguão e suas dependências não cedidos a terceiros;

b) uma sala com aproximadamente 7,32 m², para exploração de agência receptiva turística e atividades correlatas.

2. No Terminal Rodoviário Waldemar Kleinübing:

a) Sala nº 01 - uma sala comercial para Lanchonete, com 89,56 m²;

b) Sala nº 02 - uma sala com 15,75 m² para comércio de revistas;

c) Sala nº 03 - uma sala com 15,75 m² para venda de passagens;

d) Sala nº 04 - uma sala com 15,75 m² para comércio de confecções em geral;

e) Sala nº 05 - sala com 15,75 m² para venda de passagens;

f) Sala nº 06 - sala com 15,75 m² para venda de passagens;

g) Sala nº 07 - sala com 15,75 m² para venda de passagens;

h) Sala nº 08 - área para guarda de cargas e encomendas com 32,07 m². (NR)

3. No Centro Poliesportivo (Medalhão):

Área para Bar e Lanchonete, com 60,00 m².

4. No Balneário XV:

Bar e Lanchonete com área de 155 m².

5. Na Cidade da Criança:

Bar da Cidade da Criança com 156,05 m², com copa, depósito, WC e pátio coberto.

6. Na Estação Ferroviária:

a) Sala nº 03 - uma sala comercial com 75,19 m²;

b) Sala nº 04 - uma sala comercial com 169,76 m² e um mezanino com 60,00 m².

7. Banca de Revistas:

Localizada junto à esquina da Av. D. Pedro II e a rua Saul Brandalise.

8. No Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm:

Área para Bar e Lanchonete com 32,76 m².

9. No Estádio Municipal Luiz Leoni

Área para Bar e Lanchonete com 60,00 m².

10. No Ginásio Municipal do Bairro Rio das Pedras:

a) Sala para Bar e Lanchonete com 32,80 m².

Art. 2º A autorização de que trata a presente lei não prejudicará os prazos de vigência pactuados validamente nos contratos ainda não vencidos.

Art. 3º Excetuados nos casos em que o procedimento licitatório é legalmente inexigível ou dispensável por razões de interesse público, a outorga da permissão de uso será precedida de licitação, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do art. 125 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único - Entre os casos de inexigibilidade de licitação, incluem-se os seguintes espaços cujo uso poderá ser cedido, a título precário, para fins de vigilância, segurança pública e zeladoria, a prepostos do município para policiais e bombeiros militares, sem ônus para o erário municipal:

a) uma casa de alvenaria com 42 m², localizada nas dependências da Escola Municipal Paulo Fioravante Penso, na rua Saul Brandalise, 1.656;

b) uma casa no terreno do campo de futebol do bairro Amaranthe;

c) uma casa "do zelador" no Parque da Uva;

d) uma casa residencial no terreno da Escola Professor Fidélis Fantin;

e) uma casa residencial no terreno da Cidade da Criança;

f) Casa do Telégrafo;

g) sala nº 01, com 126,60m², localizada nas dependências da Estação Ferroviária.

Art. 4º Fica autorizada a outorga de cessão de uso dos espaços descritos nas alíneas "f e g" do parágrafo único do artigo anterior, para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Videira, respectivamente.

Parágrafo único - As cessões de uso supracitadas serão a título precário e gratuito, formalizadas através de termo próprio.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Lei nº 2.257/09

LEI Nº 2.257/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

- I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
- II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;
- III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
- IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do corrente exercício:

16.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

16.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 - Assistência ao Idoso

3.3.50-0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.257/09

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC,

inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 2.257/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
- III - repassar o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

- I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos abandonados;
- II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;
- III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;
- IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:
 - crescimento pessoal com fraternidade cristã;
 - alimentação adequada;
 - controle de doenças e tratamento das mesmas;
 - cuidado com medicamentos usados;
 - assistência médica e dentária;
 - orientação e controle da higiene;
 - controle de vacinação;
 - recreação e exercícios físicos;
 - incentivo aos trabalhos manuais;
 - orientação e cultivo da horta;
 - participação em encontros da 3ª idade.
- V - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias



na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA LAR O BOM SAMARITANO
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.258/09

LEI Nº 2.258/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 79.309,00 (setenta e nove mil, trezentos e nove reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do corrente exercício:

16.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

16.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.071 - Assistência ao Portador de Deficiência

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0149 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO

LEI Nº 2.258/09

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Brasil Correa, nº 620, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.829.284/0001-98, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE resolvem, nos termos da Lei nº 2.258/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar aos portadores de deficiência, física ou mental, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar o valor de R\$ 79.309,00 (setenta e nove mil, trezentos e nove reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAE

I- colaborar com o Município na área social, amparando os portadores de necessidades educacionais especiais;
II- conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos portadores de deficiências;
III- oferecer aos alunos programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Serviço de Atendimento ao Dependente, Serviço de Atendimento Operacional, Oficinas Pedagógicas e de Produção;
IV- proporcionar aos portadores de deficiência condições para que tenham:
a) crescimento pessoal com atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico, transporte, material didático e pedagógico;
b) alimentação adequada;
c) controle de doenças e tratamento das mesmas;
d) manutenção e limpeza da piscina térmica, a qual oferece o serviço de hidroterapia;
e) assistência médica e dentária;
f) orientação e controle da higiene;
g) controle de vacinação;
h) recreação e exercícios físicos;
i) incentivo aos trabalhos manuais.



V - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS

I - Os recursos repassados, conforme previsto no inciso II da Cláusula Segunda do presente convênio, poderão ser empregados desde que para atendimento das obrigações constantes da Cláusula Terceira do mesmo diploma legal, para:

- a) aquisição de materiais de consumo (didático, esportivo, alimentação, limpeza, higiene, vestuário, combustível, etc);
- b) pagamento de serviços eventuais de terceiros (pintura, reboco, consertos na rede elétrica e hidráulica, piso, serviço de transporte, etc) excluído pagamento de salários a funcionários públicos;
- c) pagamento de serviços de terceiros para atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiólogo, fisioterápico entre outros congêneres.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente Convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.259/09

LEI Nº 2.259/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, com a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar

Convênio, através do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, com a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira, nos termos da minuta em anexo e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

- I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
- II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;
- III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
- IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária:

- 16.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 16.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 2.072 - Assistência à Criança e ao Adolescente
- 3.3.50-0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 2.259/09

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR DE VIDEIRA, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 104/89, com sede na Rua Lauro Muller, 288, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78511201/0001-40, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.



Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, e ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR DE VIDEIRA resolvem, nos termos da Lei nº 2.259/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar, mensalmente, até o 15º dia do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
III- repassar o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR

I - oferecer atendimento individualizado e grupal ao adolescente, buscando a mudança de atitudes;
II - prevenir a marginalidade de adolescentes, através de atividades sócio educativas, que lhes garantam alguma renda;
III - incentivar a educação;
IV - afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;
V - oportunizar a satisfação das necessidades básicas como: alimentos, saúde, educação, profissionalização, lazer e segurança;
VI - preparar o adolescente para o trabalho de forma participativa, consciente e responsável;
VII - oferecer condições para que o adolescente, ao atingir 18 anos, possa ingressar no mercado de trabalho;
VIII - destinar, total ou parcialmente, os recursos provenientes deste convênio, para o pagamento aos adolescentes que fazem parte dos projetos sócio-educativos e profissionalizantes da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador;
IX - prover para a Casa Lar, conforme sua necessidade, alimentos, produtos de higiene e limpeza, medicamentos e atendimentos especiais às crianças abrigadas;
X - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ASS. AMPARO PEQ. TRABAL. DE VIDEIRA
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.260/09

LEI Nº 2.260/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a Pastoral da Criança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a firmar convênio com a Pastoral da Criança, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira e material do Município para a execução do Programa Pastoral da Criança na sua área territorial.

Art. 3º O município participará do Programa Pastoral da Criança mediante:

I- repasse anual de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício;
II - fornecimento de ônibus para transporte de agentes e colaboradores do referido programa por ocasião de reuniões e treinamento;
III - permissão para utilização de creches e escolas, para a realização de pesagens, nos bairros da cidade em que a Pastoral da Criança não disponha de local próprio.

Art. 4º A Pastoral da Criança participará do Programa mediante:
I - educação essencial a pais no crescimento da criança, da gestação até os seis anos de idade;

II - promoção de encontros formativos, treinamentos e reciclagens;
III - orientação às gestantes e às mães;
IV - incentivo ao aleitamento materno;
V - controle mensal do peso e do desenvolvimento da criança;
VI - controle de doenças respiratórias e diarreia;
VII - uso do soro, remédios caseiros e tratamentos alternativos;
VIII - incentivo à vacinação para crianças e gestantes;
IX - prevenção de acidentes.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 5º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;



III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do corrente exercício:

16.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
16.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.50-0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 2.260/09

Convênio de cooperação técnica que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Videira/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, e a Pastoral da Criança, com a finalidade de implementar ações básicas de saúde, nutrição e educação.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira, SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.039.842/0002-65, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr WILMAR CARELLI, doravante denominada PREFEITURA MUNICIPAL, e a PASTORAL DA CRIANÇA, inscrita no CNPJ nº 00.975.471/0001-15, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Jacarezinho, nº 1.691, neste ato representada pela Coordenadora Nacional, Sra. VERA LÚCIA ALTOÉ, inscrita no CPF sob o nº 172.588.801-78, residente e domiciliada em Curitiba, PR, doravante denominada PASTORAL DA CRIANÇA, resolvem celebrar, nos termos da Lei nº 2.260/09, o presente Convênio de acordo com as cláusulas e condições abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a cooperação técnico-financeira entre a Prefeitura Municipal de Videira e a Pastoral da Criança.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Cabe ao Município de Videira, através do FMAS:

I- contribuir com o pessoal técnico para, em conjunto com a Pastoral da Criança, desenvolverem as atividades de capacitação de coordenadores, líderes comunitários da Pastoral da Criança e mães, de acordo com o planejamento das atividades de capacitação da Pastoral da Criança, em nível de Diocese, Paróquia e Comunidade;

II- participar, em parceria com a Pastoral da Criança, de projetos

especiais que visem a melhoria da qualidade de vida da população, ações de saneamento, alfabetização, geração de renda e outros;

III- repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, à Coordenação de Ramo da Pastoral da Criança de Videira, recursos financeiros nos termos da Lei nº 2.260/09;

IV- divulgar as ações integradas entre a Prefeitura Municipal e a Pastoral da Criança, através dos meios de comunicação existentes no município;

V- repassar o valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS DA PASTORAL DA CRIANÇA:

Cabe à Pastoral da Criança:

I - desenvolver na comunidade ações básicas da saúde, nutrição e educação, através de Coordenadores Paroquiais, Líderes Comunitários e agentes treinados da Pastoral da Criança, sem discriminação política-partidária, religiosa ou de qualquer outra forma, nas seguintes áreas:

- apoio integral à gestante, orientando e acompanhando a nutrição, preparando para o aleitamento materno e encaminhamento para o pré-natal;

- incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 4 (quatro) meses e sua continuidade até mais de 1 (um) ano, garantindo à criança condições físicas, psíquicas e emocionais que a tornem capaz de se desenvolver em plenitude;

- vigilância nutricional promovendo mensalmente o Dia do Peso
- Celebração da Vida na comunidade, identificando crianças com peso inferior ao previsto para a idade, aproveitando a oportunidade para realizar atividades de confraternização com as famílias e troca de experiências sobre o peso, vacinas, desenvolvimento da criança, entre outras, favorecendo a amizade e ajuda mútua entre as famílias;

- visitas domiciliares e acompanhamento uma vez ao mês para cada família, com maior ênfase às gestantes e crianças de um ano, desnutridas, visando a recuperação nutricional e a educação essencial, encaminhando as de maior risco ao programa de controle da desnutrição desenvolvido nas unidades de saúde;

- educação alimentar, orientando as famílias sobre o aproveitamento de alimentos de alto valor nutritivo e baixo custo, disponíveis na própria comunidade, com ênfase à alimentação alternativa;

- controle de doenças diarreicas, ensinando formas de prevenção e prática de reidratação oral, principalmente através do soro caseiro, prevenindo a desidratação e reduzindo as internações hospitalares e mortes causadas pela diarreia;

- estimulação à vacinação de rotina, mobilizando as comunidades para participarem da vacinação de rotina e de campanhas educativas visando a prevenção de doenças infecto-contagiosas;

- prevenção de doenças respiratórias, valorizando o aleitamento materno, orientando as mães para identificar os sinais de gravidade da doença e encaminhamento para atendimento médico;

- manutenção do sistema de informação utilizando os indicadores para avaliação do trabalho e como instrumento de programação.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas será feita pela Pastoral da Criança diretamente à Prefeitura Municipal, na forma da lei vigente, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

O presente convênio produzirá efeitos a contar da data de publicação da Lei que o autorizou, findando em 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, caso as partes não se pronunciem contrariamente.

§ 1º - O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente,



mediante comunicado de uma das partes à outra com antecedência de 30 (trinta) dias, ou por mútuo acordo.

§ 2º - Este convênio poderá ser alterado por Termo Aditivo por conveniência dos participantes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Videira, para dirimir as dúvidas que surgirem na execução desse termo e que não puderem ser solucionadas pelas partes signatárias.

E por estarem certos e ajustados, firmam o presente em 5 (cinco) vias de igual teor, que depois de lido, achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

VERA LÚCIA ALTOÉ
Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.261/09

LEI Nº 2.261/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Rede Videirense de Combate ao Câncer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Rede Videirense de Combate ao Câncer, nos termos da minuta em anexo e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Entidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recur-

sos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do corrente exercício:

01.00 - Gabinete do Prefeito Municipal

01.01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50-0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 2.261/09

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.330/04, com sede na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.296.936/0001-62, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER resolvem, nos termos da Lei nº 2.261/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Rede Videirense de Combate ao Câncer.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER

I - coordenar, no âmbito do território municipal, as atividades privadas de combate ao câncer;

II - desenvolver programas de combate ao câncer;

III - apoiar ações governamentais que visem à promoção da saúde e, em especial, o combate ao câncer;

IV - incentivar o trabalho voluntário para a recuperação e bem-estar do doente portador do câncer;

V - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2010.



CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

REDE VIDEIRENSE COMBATE AO CÂNCER

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.262/09

LEI Nº 2.262/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com o Lar Beneficente João "3;16", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com o Lar Beneficente João "3;16", nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a execução de projetos de atendimento do Lar Beneficente João "3;16" a crianças e adolescentes ameaçados de seus direitos fundamentais.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas

fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária:

17.00 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

17.01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

2.074 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

3.3.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.262/09

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 03.333.619/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR BENEFICENTE JOÃO 3;16, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Estrada Ribeirão Concórdia, na cidade de Braço do Trombudo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.663.923/0001-23, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e LAR BENEFICENTE JOÃO 3;16, resolvem, nos termos da Lei nº 2.262/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente termo visa cooperação financeira, por parte da municipalidade em favor do LAR BENEFICENTE JOÃO 3;16, a qual constituirá na execução do projeto de atendimento integral a crianças e adolescentes ameaçados de seus direitos fundamentais, sendo crianças de 0 a 12 anos de ambos os sexos, adolescentes do sexo feminino até 13 anos, adolescentes do sexo masculino somente até 12 anos e, que ambos os sexos não apresentem deficiência física, mental ou sejam dependentes de substâncias entorpecentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Os recursos serão repassados pela Municipalidade, nas seguintes condições e valores:

1) R\$ 697,50 (seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) mensais, para um internato;

2) Não havendo internos no Lar, a taxa de manutenção de vaga ficará em R\$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) mensais;



3) Os valores deverão ser depositados no BESC, agência 050, conta nº 8372-0.

Parágrafo único - Os recursos destinam-se ao pagamento de despesas com a manutenção da entidade, tais como: alimentos, material didático, de limpeza, de higiene, vestuário, medicamentos, combustível, manutenção de veículos e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

A municipalidade obriga-se a:

- I - Repassar o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio;
- II - Solicitar informações sobre vagas quando necessário e, no encaminhamento, fornecer documentos pessoais da criança ou adolescente, bem como seu histórico de vida, no mínimo três dias antes de sua internação, e guia de encaminhamento da Promotoria Pública ou do Juizado da Infância e Juventude;
- III - Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados por força do presente convênio e examinar a prestação de contas;
- IV - Encaminhar e acompanhar os internos, tanto no ato da internação, no desabrigamento, bem como em visitas de familiares.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

- I - Executar, diretamente ou indiretamente, o Projeto descrito na Cláusula Primeira, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros necessários para tal fim;
- II - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio, para efeito de prestações de contas;
- III - Permitir visitas periódicas da Assistente Social do Município, bem como fornecer informações ou relatórios a respeito dos internados quando solicitados pelo Município;
- IV - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2010;
- V- Aplicar os recursos do presente instrumento durante o exercício corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente convênio, deverá obedecer às normas de contabilidade do órgão do repasse financeiro.

Parágrafo Único - Nas prestações de contas deverão constar, além dos previstos nos termos da Lei nº 4320/64:

- I - Ofício de encaminhamento, com descrição sucinta dos serviços realizados;
- II - Balancete Financeiro;
- III - Extrato de conta vinculada ao termo;
- IV - Relação de cheques e cancelados se for o caso;
- V - Cópia do recibo de recolhimento correspondente à devolução de saldo, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais

e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAR BENEFICENTE JOÃO 3;16

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME : _____

CPF : _____

NOME : _____

CPF : _____

Lei nº 2.263/09

LEI Nº 2.263/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente Convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção do SINE e a parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV e o SEBRAE.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

- I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
- II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;
- III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
- IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.00 - Gabinete do Prefeito

01.01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.01 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins



Lucrativos

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.263/2009

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 34/77, com sede na Rua XV de Novembro, na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.554.672/0001-64, neste ato representada pelo seu Presidente, visando a manutenção do SINE e a parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV e o SEBRAE.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV, resolvem, nos termos da Lei nº 2.263/09, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a manutenção do SINE e a parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV e o SEBRAE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- efetuar o repasse anual de até R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV

I- realizar, através do SINE e SEBRAE, cursos profissionalizantes e capacitação empresarial;
II- assessorar o encaminhamento de interessados para empregos e colocação dos mesmos, dentro de suas possibilidades;
III - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 de dezembro de 2010;
IV- não utilizar os recursos deste Convênio com as despesas de folha de pagamento ou qualquer espécie de remuneração de servidores ou empregados diretos ou indiretos desta Associação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independen-

temente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ASSOC. COM. IND. AGRÍC. DE VIDEIRA
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME : _____

CPF : _____

NOME : _____

CPF : _____

Lei nº 2.264/09

LEI N.º 2.264/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

Homologa o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 0009/2009, autorizado pela Lei Municipal nº 2.097/2009, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Videira e a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - EAFC, para fins de funcionamento da extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, no município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 0009/2009, autorizado pela Lei Municipal nº 2.097/2009, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Videira e a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - EAFC, para fins de funcionamento da Extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, no Município de Videira, para um curso pós-médio profissionalizante de técnico agrícola com habilitação em agropecuária, nos termos da minuta em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 18 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei nº 2.265/09

LEI Nº 2.265/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com o Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau, e dá outras pro-



vidências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio, nos termos da minuta anexa parte integrante desta Lei, com o Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.924.572/0001-80, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, em Joaçaba (SC).

Parágrafo Único - O convênio, de que trata esta Lei, objetiva auxiliar o Município na realização de ações e serviços para o desenvolvimento do turismo no Município e de forma integrada na região da Rota da Amizade, para os anos de 2010 a 2012.

Art. 2º Para fins do Convênio de que trata o art. 1º, o Município repassará ao Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau, a importância de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais) dividido em 36 parcelas, a iniciarem-se na data de 10 janeiro de 2010 e a última parcela até 10 de dezembro de 2012.

Parágrafo único - O presente convênio será reajustado pelo índice do INPC (IBGE) acumulado, ou outro índice legal que venha a sucedê-lo, sempre no primeiro mês de cada ano seguinte.

Art. 3º O referido Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2012, podendo ser rescindido unilateralmente pelo Município.

Art. 4º O Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau se compromete a efetuar prestação de contas dos serviços e ações efetuadas ao Município anualmente.

Parágrafo Único - A não prestação de contas ensejará a rescisão unilateral do Convênio firmado.

Art. 5º As ações e as etapas a serem cumpridas no presente convênio são as contidas no Anexo I, que ficam fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria prevista no orçamento anual vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei nº 2.266/09

LEI Nº 2.266/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações no âmbito municipal nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, no município de Videira /SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira, SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I **Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das contratações através de procedimentos licitatórios previstos na Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, dos Municípios.

Capítulo II **Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária e a sociedade simples devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

Capítulo III **Dos Objetivos e do Âmbito de Aplicação**

Art. 3º Nas contratações públicas de bens e serviços da Administração Pública Municipal direta e indireta poderá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando:

I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II - a ampliação da eficiência das políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte;

III - o incentivo à inovação tecnológica;

IV - o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais.

§ 1º Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Capítulo IV **Das Ações Municipais de Gestão**

Art. 4º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a Administração Pública Municipal poderá, sempre que possível:

I - instituir ou utilizar cadastro que possa identificar as microempresas e pequenas empresas sediadas localmente, com suas linhas de fornecimento;

II - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte.

Capítulo V **Das Regras Especiais de Habilitação**

Art. 5º Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações da Administração Pública Municipal para fornecimento de bens ou serviços, o seguinte:

I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II - inscrição no CNPJ;

III - comprovação de regularidade fiscal, compreendendo a regularidade com a Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
IV - eventuais licenças, certificados e atestados que forem necessários à comercialização dos bens ou para a segurança da Administração Pública Municipal;



V - declarações exigidas por Lei e demais comprovações que se fizerem necessárias.

Art. 6º As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e nos demais casos, no momento posterior ao julgamento das propostas.

§ 3º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º O disposto neste artigo deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Capítulo VI

Do Direito de Preferência e Outros Incentivos

Art. 7º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá a diferença de até 5% (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, proceder-se-á da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação;

II - não havendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º deste artigo, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - na hipótese de empate real dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 4º Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 5º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 6º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§ 7º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pela Administração Pública Municipal e estar previsto no instrumento convocatório.

Art. 8º A Administração Pública Municipal poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo Único - Em licitações para aquisição de produtos de origem local e serviços de manutenção, a Administração Pública Municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade pregão presencial.

Capítulo VII

Da Comprovação e Participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte em Licitações

Art. 9º Para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e nesta Lei, a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser comprovada através da seguinte documentação:

I - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da microempresa e empresa de pequeno porte onde conste o seu enquadramento nessas categorias;

II - Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 2º desta Lei.

§ 1º As sociedades simples que não registram seus atos na Junta Comercial deverão apresentar Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 2º A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito aos benefícios concedidos por esta Lei e pela Lei Complementar nº 123/2006.

Capítulo VIII

Da Capacitação

Art. 10 Sempre que necessário, deverá haver capacitação dos membros das Comissões de Licitação da Administração Municipal para aplicação do que dispõe esta Lei.

Capítulo IX

Das Disposições Finais

Art. 11 Para fins do disposto nesta lei, o enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 2º desta Lei, art. 3º do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/06), devendo ser exigido das mesmas a declaração, sob as penas da Lei, de que cumprem com os requisitos legais para a qualificação como ME e EPP e não se enquadram em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

Parágrafo Único - A declaração exigida no caput do artigo anterior deverá ser entregue no momento do credenciamento.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.



Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

ANEXO LEI Nº 2.265/09

TERMO DE CONVÊNIO

LEI Nº 2.265/09

Termo de Convênio celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA/SC e a ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU.

CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
CNPJ nº 83.039.842/0001-84
Endereço: Avenida Manoel Roque, nº 188
Bairro Alvorada – Videira – SC

Representando por: WILMAR CARELLI – Prefeito Municipal

CONVENIADA: ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU

CNPJ: 05.924.572/0001-80

Endereço: Rua Tiradentes, nº 170

Joaçaba – SC

Representando por: WILSON LUIZ DE MACEDO - Presidente

PRELIMINARMENTE: DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente convênio tem como fundamento o disposto na Lei nº 2.265, de 18 de dezembro de 2009, editada pelo Município de Videira - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio auxiliar o Município de Videira – SC na realização de ações e serviços para o desenvolvimento do turismo de forma integrada na região da Rota da Amizade, para os anos de 2010 a 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente convênio vigorará de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012.

§ 1º - O convênio poderá ser renovado, respeitada a conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal.

§ 2º - O presente convênio será reajustado pelo índice do INPC (IBGE) acumulado, ou outro índice legal que venha a sucedê-lo, sempre no primeiro mês de cada ano seguinte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Para a realização do objeto do presente convênio, o conveniente repassará ao conveniado 36 (trinta e seis) parcelas, durante os anos de 2010 a 2012, conforme cláusula segunda, no valor de R\$ 1.333,33 (um mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) por mês.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido:

a) Pelo conveniente, a qualquer momento, desde que o conveniado deixe de cumprir as obrigações assumidas, ou haja interrupção da execução do convênio;

b) Pela conveniada, se o conveniente deixar de repassar os recursos de que trata a cláusula terceira, cuja execução só terá continuidade após o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado

que seja, as partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba – SC para dirimência de qualquer questão judicial ou dúvidas emergentes do presente convênio.

E, por estarem assim de comum acordo e, para a validade do que foi livremente pactuado pelas partes convenientes, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, e para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Videira/SC, 18 de dezembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU

WILSON LUIZ DE MACEDO

Presidente

TESTEMUNHAS:

1).....

2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Lei nº 2.267/09

LEI Nº 2.267/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é o repasse de recursos estaduais e municipais, nos termos do Convênio nº 15.688/2009-4 celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS, para o fim de promover o desenvolvimento de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse de até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2.010.

Parágrafo Único - Os repasses ficarão condicionados à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS, bem como prestação de contas da parcela anterior, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 4320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do exercício de 2.010:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 – Assistência ao Idoso

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0026 – Transferência a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos

3.3.50.00.00.00.00.00.03.0026 – Transferência a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.267/09

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por seu Presidente.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2009, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 2.267/09, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o repasse de recursos, nos termos do Convênio nº 15.688/2009-4 celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS, para o fim de promover o desenvolvimento de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade pelo Lar O Bom Samaritano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar os valores previstos na Cláusula Terceira do Convênio nº 15.688/2009-4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - Promover o desenvolvimento de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, nos termos do Convênio nº 15.688/2009-4;

II - Aplicar os valores recebidos, conforme o Plano de Aplicação de Recursos do convênio supracitado, nas despesas com: material de consumo e outros serviços de terceiros;

III - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

Parágrafo Único - A vigência deste Convênio ficará condicionada à vigência do Convênio nº 15.688/2009-4.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa

Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAR O BOM SAMARITANO

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.268/09

LEI Nº 2.268/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER AO PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS A RESSARCIMENTO DE DANOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas, relativas ao ressarcimento de danos decorrentes de acidente de veículo causado por maquinário da Prefeitura Municipal, na data de 2 de março do corrente ano, aos proprietários de veículos abaixo especificados, conforme conclusão do Inquérito Administrativo objeto do Processo Administrativo nº 0973/09:

- Vanderlei Orzzatto, inscrito no CPF sob o nº 015.355.649-89, residente e domiciliado na cidade de Videira/SC, no valor total de R\$ 1.728,39 (um mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos), referente ao conserto realizado em seu automóvel, veículo VW GOL, placas MCP 2697, o qual foi abalroado pela Retroescavadeira CASE 580L, ano 2001, chassi JHF 0048151, de propriedade do Município de Videira, conforme Boletim de Acidente de Trânsito nº 07942009 e Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 1.047/09;

- Paulo Cividini, inscrito no CPF sob o nº 933.539.609-53, residente e domiciliado na cidade de Videira/SC, no valor total de R\$ 3.768,00 (três mil, setecentos e sessenta e oito reais), referente ao conserto realizado em seu automóvel, veículo VW GOL, placas ALU 8853, abalroado pela Retroescavadeira CASE 580L, ano 2001, chassi JHF 0048151, de propriedade do Município de Videira, conforme Boletim de Acidente de Trânsito nº 07942009 e Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 1.575/09;

- Jorge Antônio Lopes Oliveira, portador da C.I. nº 500765395-8, residente e domiciliado na cidade de Videira/SC, no valor total de R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais), referente ao conserto realizado em seu automóvel, veículo VW GOL, placas MBQ 8194, abalroado pela Retroescavadeira CASE 580L, ano 2001, chassi JHF 0048151, de propriedade do Município de Videira, conforme Boletim de Acidente de Trânsito nº 07942009 e Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº



1.582/09.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

09 - Secretaria de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.057 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.03 - Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei nº 2.269/09

LEI N.º 2.269/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

Homologa o Termo de Doação com Encargos, celebrado entre a BRF - Brasil Foods S.A. e, a Prefeitura Municipal de Videira, para os fins que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Doação com Encargos, celebrado entre a BRF - Brasil Foods S.A. e a Prefeitura Municipal de Videira, que tem por objeto a doação de 21 (vinte e uma) obras de arte que compõem a Exposição "Marcos Históricos de Videira", nos termos do instrumento anexo, parte integrante da presente Lei.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Complementar nº 089/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 089/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009
ALTERA O ANEXO VIII, ITEM "C" (PLANTA GENÉRICA DE VALORES), DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI Nº 69/85, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam alterados no Anexo VIII, item "C", do Código Tributário Municipal, Lei 69/85, os imóveis com a localização e critérios constantes da relação abaixo:

"Anexo VIII – ...

C - PLANTA GENÉRICA DE VALORES

RUAS	COD.	NIVEL	SEÇÃO	VALOR-UFM
Rua 10 de Setembro	1956	6	Todas	18,4453
Rua Arno Posanske	3711	6	Todas	18,4453
RUAS	COD.	NIVEL	SEÇÃO	VALOR-UFM

Rua Fernando Buch	3746	6	Todas	18,4453
Rua Julio Mayer	3738	6	Todas	18,4453
Rua Eleonora Schuller	3690	6	Todas	18,4453
Rua Max Enz	3720	6	Todas	18,4453
Rua Leo Zieratzki	4583	6	Todas	18,4453
Rua Arcangelo Damo	2782	6	Todas	18,4453
Rua João Fávero	2774	6	Todas	18,4453
Rua Germano Schwartz	2766	6	Todas	18,4453
Rua Pierina Brolese	3940	6	Todas	18,4453
Rua Basílio Adada	2065	6	Todas	18,4453
Rua Arthur Posanske	2057	6	Todas	18,4453
Rua Ester C. Marmentini	2030	6	Todas	18,4453
Rua Da Liberdade	4432	7	Todas	13,4497
Rua João Casagrande	9722	7	Todas	13,4497
Rua Adilson R. Cedron	4889	7	Todas	13,4497
Rua Luis Schüller	2081	6	Todas	18,4453
Rua Julieta Beduschi	2049	6	Todas	18,4453
Rua Aleixo Guill	2073	6	Todas	18,4453
Rua Luiz Bom	4416	8	Todas	9,9912
Rua Rosa L. Gaio	4424	8	Todas	9,9912
Rua Valdecir Pittol	4878	7	Todas	13,4497
Rua Dos Mognos	0666	5	Todas	26,8994
Rua Dos Cedros	0690	5	Todas	26,8994
Rua Das Perobas	0658	5	Todas	26,8994
Rua Das Canelas	0682	5	Todas	26,8994
Rua Dos Franceses	0712	5	Todas	26,8994
Rua Dos Ipês	0674	5	Todas	26,8994
Rua Das Imbuías	3541	6	Todas	18,4453
Rua Dos Holandeses	0704	5	Todas	26,8994
Av. Jacinto Forlin	1140	5	640-X	26,8994
Av. Jacinto Forlin	1140	5	720-X	26,8994
Av. Jacinto Forlin	1140	5	780-X	26,8994
Av. Jacinto Forlin	1140	5	820-X	26,8994
Av. Jacinto Forlin	1140	5	850-X	26,8994
Av. Jacinto Forlin	1140	5	880-X	26,8994

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Complementar nº 090/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 090/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
ALTERA O ITEM 23 DO ANEXO ÚNICO, DA LEI Nº 160/93, QUE "INSTITUI A TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS, INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Item 23 do Anexo Único da Lei nº 160/93, passando a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO A LEI Nº 160/93

Item	Descrição	Qtidade de VRM	Unidade de Medida
23	Taxa de vistoria e emissão de habite-se para edificações em geral		
23.1	Construções até 70.00m²	isento	M²



23.2	Construções de 70,01m² até 250,00m²	0,25 UFM	M²
23.3	Construções de 250,01m² até 750,00m²	0,20 UFM	M²
23.4	Construções de 750,01m² até 1.500,00m²	0,15 UFM	M²
23.5	Construções de 1.500,01m² até 2.500,00m²	0,10 UFM	M²
23.6	Construções acima de 2.500,01m²	230.00 UFM	M²

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto nº 9.341/09

DECRETO Nº 9.341/09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
ESTABELECE ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Leis Complementares nº 11/1998, 030/2003 e demais disposições legais vigentes,

Considerando o pedido, datado de 4 de dezembro de 2009, da Farmácia Geremias - Floresta, a qual solicita sua exclusão da escala de plantão das farmácias do município;

DECRETA

Art. 1º Fica determinada a Escala de Plantão das Farmácias no Município de Videira, para o período de 30 de janeiro de 2010 a 31 de julho de 2010, conforme segue:

30/01/2010 a 06/02/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

06/02/2010 a 13/02/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

13/02/2010 a 20/02/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

20/02/2010 a 27/02/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

27/02/2010 a 06/03/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

06/03/2010 a 13/03/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

13/03/2010 a 20/03/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL ESTAÇÃO - Rua Nicolau Cavon, 70

20/03/2010 a 27/03/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

27/03/2010 a 03/04/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

03/04/2010 a 10/04/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

10/04/2010 a 17/04/2010 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

17/04/2010 a 24/04/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

24/04/2010 a 01/05/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

01/05/2010 a 08/05/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

08/05/2010 a 15/05/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

15/05/2010 a 22/05/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

22/05/2010 a 29/05/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

29/05/2010 a 05/06/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

05/06/2010 a 12/06/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

12/06/2010 a 19/06/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL ESTAÇÃO - Rua Nicolau Cavon, 70

19/06/2010 a 26/06/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

26/06/2010 a 03/07/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

03/07/2010 a 10/07/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

10/07/2010 a 17/07/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

17/07/2010 a 24/07/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

24/07/2010 a 31/07/2010 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2010.

Videira, 17 de dezembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.078/09

PORTARIA Nº 1078/09
REVOGA A PORTARIA Nº 0606/2008

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 5.517/09,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 14 de dezembro de 2009, a Portaria nº 0606/2008, que concedeu Licença sem Vencimentos a NOILVE IUNG, Agente Operacional Especializado, nível CE04J, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 5.517/2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de dezembro de 2009.



Videira, 4 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.079/09

PORTARIA nº 1079/09

Exonera, a pedido, Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5.212/09,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, GEANE CRISTINA FERREIRA MENDES, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, admitida pela Portaria nº 1.704/08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2009.

Videira, 4 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.080/09

PORTARIA nº 1080/09

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1942/07 e, à vista do contido na Comunicação Interna nº 0243/SAU da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Nomear, DEYSE CRISTINA JACQUES, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2008 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introductório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Vila Verde, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.081/09

PORTARIA nº 1081/09

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1942/07 e, à vista do contido na Comunicação Interna nº 0243/SAU da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Nomear, SILVANA TOCCOLINI, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2008 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introductório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Vila Verde, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.082/09

PORTARIA nº 1082/09

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1942/07 e, à vista do contido na Comunicação Interna nº 0243/SAU da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Nomear, ROSELI PEREIRA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2008 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introductório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Cibrazeim, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.083/09

PORTARIA nº 1083/09

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1942/07 e, à vista



do contido na Comunicação Interna nº 0243/SAU da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Nomear, VANEZA QUADROS DE GOIS, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2008 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro De Carli, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.084/09

PORTARIA nº 1084/09

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1942/07 e, à vista do contido na Comunicação Interna nº 0243/SAU da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Nomear, SIRLEI APARECIDA KNOPP, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2008 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro De Carli, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.085/09

PORTARIA nº 1085/09

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1942/07 e, à vista do contido na Comunicação Interna nº 0243/SAU da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Nomear, SIMONE RUIZ DE MEDEIROS, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2008 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso

Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro De Carli, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.086/09

PORTARIA nº 1086/09

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 20, § 4º, da Lei Complementar nº 007/97 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2.295/08,

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 0811/08, que nomeou SANDRA REGINA DOS SANTOS PRIMON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/06, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível E-PE-SGE-I-A.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.087/09

PORTARIA nº 1087/09

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 20, § 4º, da Lei Complementar nº 007/97 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.938/09,

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 0574/09, que nomeou OSMAR ALVES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/08, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, nível E-PE-OPE-I-A.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração



aos 11 dias do mês de dezembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.088/09

PORTARIA nº 1088/09

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 20, § 4º, da Lei Complementar nº 007/97 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.000/09,

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 0575/09, que nomeou CRAUDIR RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/08, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, nível E-PE-OPE-I-A.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.089/09

PORTARIA nº 1089/09

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores TEREZINHA GUZI EYNG, JUSTINA FRUET DE LIMA, IVANILCE SALETE PASSINI, ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI e ROGÉRIO KUNZE para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para o Departamento de Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0165/09.

Videira, 14 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.090/09

PORTARIA nº 1090/09

Concede Adicional de Aperfeiçoamento Funcional

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 057/07, de 26 de dezembro de 2007, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5.151/09,

RESOLVE

Conceder Adicional de Aperfeiçoamento Funcional à servidora LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE, Professora, MG04F, a partir de 1º de dezembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2009.

Videira, 15 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.091/09

PORTARIA nº 1091/09

Reduz, a pedido, em caráter precário e temporário, carga horária de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5.627/2009,

RESOLVE

Reduzir, a pedido, em caráter precário e temporário, de 40 horas para 20 horas semanais, pelo período de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, a jornada de ROSANGELA ANDREOLA SCAPINELLO, Professora, nível MG05H.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2010.

Videira, 15 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.092/09

PORTARIA nº 1092/09

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97 e, à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Licitações,



RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º ao dia 11 de dezembro do corrente ano, o gozo de férias da servidora PATRICIA MARQUES, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-A.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2009.

Videira, 15 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.093/09

PORTARIA nº 1093/09

Designa Servidor para exercer as funções de Presidente da Comissão Permanente de Licitações durante o afastamento, em razão de férias, da servidora Patrícia Marques

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar a servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, para exercer as funções de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, durante as férias da atual titular, Patrícia Marques.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de dezembro de 2009.

Videira, 15 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.094/09

PORTARIA nº 1094/09

Concede Licença Sem Vencimentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 108 da Lei Complementar nº 007/97, alterada pela Lei Complementar nº 008/98, Lei Complementar nº 014/99 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5.661/09,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a CARMEN FABIAN, Agente Técnico Administrativo, E-PE-SAU-I-B, a partir de 4 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 4 de janeiro de 2010.

Videira, 15 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.095/09

PORTARIA nº 1095/09

Prorroga Prazo da Comissão de Inquérito nomeada pela Portaria nº 1.004/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 184, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

RESOLVE

Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de dezembro de 2009, o prazo de conclusão do respectivo Processo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.096/09

PORTARIA nº 1096/09

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97 e, à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Educação,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de dezembro do corrente ano, o gozo de férias da servidora LEONIDES ZONTA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível E-PE-SGE-I-B.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2009.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1.097/09

PORTARIA nº 1097/09

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97 e, à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Educação,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º ao



dia 15 de dezembro do corrente ano, o gozo de férias da servidora CLÉLIA MARIA DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Técnico Administrativos II, CE02J.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2009.

Videira, 16 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1.098/09

PORTARIA nº 1098/09

Torna sem efeito a Portaria nº 0955/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que a servidora SONIA APARECIDA GARIPUNA está em gozo de Licença Saúde desde a data de ...,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 0955/2009, que concede Licença Prêmio de 03 (três) meses a SONIA APARECIDA GARIPUNA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, nível CE02J.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de setembro de 2009.

Videira, 17 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Extrato Aditivo 0248/2009 - FMS

Contrato/Aditivo nº: 0248/2009

Contrato Superior nº: CT 440/2009

Licitação: Pregão Presencial nº 79/2009 – FMS

Contratada: PZ BUSINESS LTDA

Objeto: Supressão no quantitativo dos itens do contrato por acordo entre as partes totalizando diminuição no valor de R\$ 21.198,50, do contrato original passando de R\$ 42.205,00 para R\$ 21.006,50.

Valor: R\$ - 21.198,50

Data: 14/12/2009

Consórcios Públicos

CIMVI

12ª Assembléia Geral Extraordinária

Ata da 12ª Assembléia Geral Extraordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e nove, no auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Município de Blumenau, às dezesseis horas, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 12ª Assembléia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição do Presidente, Vice-Presidente e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2010. O Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, saudou os presentes e, constatando quorum legal, deu por aberta a Assembléia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia: Eleição do Presidente, Vice-Presidente e do Conselho Fiscal para o exercício de 2010 - em conformidade com os artigos 21, IV e 26 do Estatuto do CIMVI, procederam-se as eleições do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2010. Reconduzidos por unanimidade os Prefeitos dos seguintes Municípios: para o cargo de Presidente: Carlos Alberto Pegoretti - Município de Rodeio; para o cargo de Vice-Presidente: Laurino Dalke - Município de Benedito Novo; e para o Conselho Fiscal: Paulo Maurício Pizzolatti - Município de Pomerode, Fernando Tomaselli - Município de Rio dos Cedros e Laércio Demerval Schuster Jr. Município de Timbó. Os Prefeitos dos Municípios de Rodeio e Benedito Novo, eleitos respectivamente para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI no exercício de 2010 assumirão suas funções no primeiro dia de janeiro de 2010, mediante Termo de Posse e Compromisso, assinado junto à Secretaria Executiva. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, deu por encerrada a Assembléia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente Valter Conrado de Araújo

Secretário Executivo